

**UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS**

BANY NARONDY CABRAL LIMA

**ENTRE POSTS E QUEIXAS: UMA ANÁLISE DOS RELATOS DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO INSTAGRAM**

**CURITIBA
2023**

BANY NARONDY CABRAL LIMA

Tese apresentada como requisito parcial a obtenção de grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens - PPGCOM, pertencente à linha de pesquisa de Processos Midiáticos e Práticas Comunicacionais, da Universidade Tuiuti do Paraná.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Mônica Fort; Prof. Dr. Márcio Telles

**CURITIBA
2023**

BANY NARONDY CABRAL LIMA

ENTRE POSTS E QUEIXAS: UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO INSTAGRAM

Esta tese foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Doutora em Comunicação e Linguagens, Universidade Tuiuti do Paraná

Curitiba, 14 /12 /2023

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens – PPGCOM

Linha de pesquisa de Processos Midiáticos e Práticas Comunicacionais, da Universidade Tuiuti do Paraná.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Mônica Fort UTP – PPGCOM

Coorientador: Prof. Dr. Prof. Dr. Márcio Telles UTP – PPGCOM

Banca: Prof. Dr. Marcelo Carvalho UTP – PPGCOM

Banca: Prof. Dr. Maurício Liesen Nascimento – PPGCOM

Banca: Prof.^a. Dr.^a Luiza Carolina dos Santos UEPG – Convidada

Banca: Prof.^a. Dr.^a Maira de Souza Nunes - UNINTER – Convidada

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sidnei Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

L732 Lima, Bany Narondy Cabral.

Entre posts e queixas: uma análise dos relatos de violência doméstica no Instagram / Bany Narondy Cabral Lima; orientação Prof.^a Dra. Mônica Fort, Prof. Dr. Márcio Telles. 172f.

Tese (Doutorado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2023

1. Feminismos. 2. Ondas feministas. 3. Violência doméstica. 4. Corpo. 5. Plataforma. 6. Instagram. I. Tese (Doutorado) Programa de Pós- Graduação em Comunicação e Linguagens / Doutorado em Comunicação e Linguagens. II. Título.

CDD – 302.231

Bibliotecária responsável: Heloisa Jacques da Silva – CRB 9/1212

AGRADECIMENTOS

A Deus, e toda sorte que atravessou meu caminho.

Aos meus pais, Maria Luzinete e José Estanislau, agradeço a confiança que sempre depositaram em mim. Tudo o que sou é por vocês.

Ao meu esposo e melhor amigo, Gihad, agradeço o cuidado, amor e dedicação a nossa vida juntos. O barco que nos leva é um.

À família. Na figura dos meus irmãos Dálete e Álefe, agradeço por compartilharem a jornada da vida comigo e por me proporcionarem a imensa alegria de ser tia de Lucas, Lorena, Alice e da próxima vida, já tão amada, da qual minha querida cunhada Núbia é casa, neste momento.

Aos Khouri, minha nova família, por todo acolhimento dos últimos anos.

Aos amigos, Bruna, Luna, Valéria, Samir, Paloma, Glícia, Sabrina, Giovana, e minha revisora Mariana. Agradeço por tornarem esta jornada mais leve com a presença de vocês.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação, Igor Ries, Roberta Baccarim, Carla Castello Branco, Letícia Porfirio, Danda Coelho, Bruna Slongo e Isabela Filipini, agradeço por vivermos juntos essa trajetória.

Aos professores, na figura dos orientadores Mônica Fort e Márcio Telles, bem como a todos os demais docentes. Agradeço por toda partilha de conhecimento.

À instituição que abriga essa pesquisa e a CAPES, agradeço por tornarem possível esta realização.

Às mulheres que fazem parte deste trabalho, mesmo que anonimamente, quero que saibam que serão lembradas nestas páginas. A pesquisa busca pensar sobre a nossa presença em uma sociedade que capitaliza nossas dores, mas os fragmentos aqui apresentados também recordam sua coragem e persistência. Nenhuma a menos.

RESUMO

A presente pesquisa visa entender como comunicações sobre violência doméstica são feitas por mulheres na plataforma de mídia social Instagram (D'Andréa, 2018, 2020; Gillespie, 2010), questionando a estrutura desses discursos, ao passo que pensa sobre papel do movimento feminista como catalisador dessas discussões, construindo comparativos entre a obra de Filomena Gregori, *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista* (1993), com sua análise do movimento SOS Mulher, em relação a hashtag e perfil *Mas ele Nunca me Bateu*, analisado pelo presente trabalho. Reconhece-se que a violência contra a mulher é uma realidade frequente e cruel, e, quando entrelaçada com algoritmos que influenciam o consumo de conteúdo on-line, desdobram-se em problemáticas que buscam ser pensadas neste texto. Assim, o objetivo geral da pesquisa é estabelecer conexões entre a segunda onda do feminismo com a quarta onda do feminismo (Hooks, 2019; Matos, 2020; Sarmiento, 2017; Rago; Pinto, 2003), verificando como a última se apresenta nas mídias sociais digitais, e como os relatos de violência doméstica são apresentados e estruturados no Instagram, considerando as mudanças no modo como as vítimas falam sobre a violência ao longo do tempo. A metodologia inclui um levantamento histórico e conceitual do feminismo, um mapeamento de perfis relacionados à violência doméstica e uma análise empírica das queixas de mulheres que sofreram estas violências. O estudo é dividido em capítulos, começando com um histórico do feminismo e a evolução de suas ondas, seguido por uma exploração das formas de enunciação feminista na América Latina e a relação dos conceitos de plataforma do Instagram com a comunicação e expressão feminina, culminando na análise de como as infraestruturas digitais moldam e influenciam estas interações. A investigação culmina na aplicação da Teoria Fundamentada (Glaser; Strauss, 1967; Chamaz, 2009; Frago; Recuero; Amaral, 2016) para entender melhor o fenômeno, propõe uma delimitação investigativa através de um filtro de perfis, e discorre sobre as descobertas dos capítulos metodológicos. As análises demonstraram que, embora haja uma valiosa transmissão de experiências e apoio por meio do Instagram, as lógicas corporativas e algorítmicas que regem a plataforma nos formatos da economia da atenção, e podem, paradoxalmente, minar a autenticidade e a urgência das denúncias de violência.

Palavras-chave: feminismos; ondas feministas; violência doméstica; corpo; plataforma; Instagram.

ABSTRACT

This research aims to understand how communications about domestic violence are made by women on the social media platform Instagram (D'Andréa, 2018, 2020; Gillespie, 2010). It is important to consider the structure of these discourses while considering the role of the feminist movement as a catalyst for these discussions. For this, we compare the work of Filomena Gregori, *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista* (1993), where she analyzes the SOS MULHER movement, with the hashtag and profile *Mas ele Nunca me Bateu*. Violence against women is a frequent and cruel reality, and, when intertwined with algorithms that influence online content, it unfolds into issues that are explored in this text. Therefore, the main objective of this research is to comprehend how the fourth wave of feminism (hooks, 2019; Matos, 2020; Sarmiento, 2017; Rago; Pinto, 2003) is presented by digital social media, and how reports of domestic violence are presented and structured on Instagram, considering changes over time in the way victims talk about violence. The methodology includes a historical and conceptual survey of feminism, a description of profiles that fight domestic violence, and an empirical analysis of the complaints of women who were victims of this kind of violence. The study is divided into chapters, starting with a history of feminism and the evolution of its waves, followed by an exploration of the forms of feminist enunciation in Latin America and the relationship between the concepts of the Instagram platform and female communication and expression, culminating in the analysis of how digital infrastructures shape and influence these interactions. The investigation culminates in the application of Grounded Theory (Glaser; Strauss, 1967; Chamaz, 2009; Fragoso; Recuero; Amaral, 2016). In order to better understand the phenomenon, we propose an investigative delimitation through a profile filter, and debate the findings of the methodological chapters. The analyses demonstrated that, although there is a valuable transmission of experiences and support through Instagram, the corporate and algorithmic logics that govern the platform in the formats of the attention economy can paradoxically undermine the authenticity and urgency of violence reports.

Keywords: feminisms, feminist waves, domestic violence, body, platform, Instagram.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Frame de abertura do documentário Chega de FiuFiu.....	48
Figura 2- Cena do Documentário Chega de FiuFiu.....	48
Figura 3 –Printscreen da primeira menção da hashtag #meuamigosecreto.....	51
Figura 4 - Imagem da campanha transformada em lambe-lambe no Rio de Janeiro, em 2016.	52
Figura 5- Vereadora Marielle Franco segurando cartazes da campanha #MasEleNuncaMeBateu em 2016.	52
Figura 6- Relato Publicado no Facebook Todas por Todas.....	52
Figura 7 - Printscreen da Página MeToo Brasil da aba de “depoimentos”.	54
Figura 8 - Printscreen da ilustração desenvolvida pelo artista Liniers.	55
Figura 9- Printscreen do site Não é Não.....	56
Figura 10 - Imagem que se tornou identidade visual do movimento #EleNão.	58
Figura 11 - Imagem da manifestação liderada por mulheres mobilizada pelo #EleNão no Largo da Batata, em São Paulo.....	58
Figura 12 – Printscreen do vídeo em que Dora Figuredo Expõe seu caso	60
Figura 13 - Printscreen de lançamento da hashtag MeuExAbusivo.....	60
Figura 14 - Linha do Tempo das Hashtags no Instagram e suas respectivas menções no formato hashtag, disponibilizadas na busca do aplicativo e divididas em categorias.	80
Figura 15 – Ordem Cronológica de Coleta.....	118
Figura 16 - Nuvem de Resultados	121
Figura 17- Criação de Storyline.....	129
Figura 18 - Criação de órbita dos códigos.....	130
Figura 19 - Printscreen do perfil “Mas ele nunca me bateu” no Instagram (2023).....	132
Figura 20 - Fluxograma do recebimento e publicação de um relato.	138
Figura 21- Exemplo 01 da classificação realizada no Atlas.ti.....	142
Figura 22- Exemplo 02 da classificação realizada no Atlas.ti.....	143
Figura 23- Nuvem de palavras com repetições, gerada pelo Atlas.ti	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Quadro de Investimento nas Redes Sociais Online.....	92
Quadro 2- Quadro de Caracterização de Mídias Sociais.....	94
Quadro 3- Descritivo de funções do Instagram.....	101
Quadro 4 - Amostras exemplares dos conteúdos disponíveis	134
Quadro 5- Síntese de Conteúdos do “Destaque” do perfil Mas Ele Nunca me Bateu	136
Quadro 6 - Descritivo de queixa publicada pelo MENMB.	139
Quadro 7- Dados do corpus de análise.	141

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Dados de 2020.....	143
Gráfico 2- Dados de 2022.....	143
Gráfico 3 -Análise de co-ocorrência entre códigos em diagrama Sankey com representação visual da relação variáveis.....	144

SUMÁRIO

MEMORIAL AFETIVO DE TESE

INTRODUÇÃO	19
1. LEITURAS SOBRE FEMINISMO.....	27
1.1 Ondas do Feminismo na América Latina	30
1.2 A Violência contra a mulher no cenário brasileiro contemporâneo	37
1.3 Reações da quarta onda feminista: o que somos em uma década de <i>Chega De Fiu-Fiu?</i>	45
1.4 A constância da violência doméstica entre as oscilações de ondas feministas	61
2. O SOS MULHER E AS CENAS E QUEIXAS DE GREGORI (1993): PROBLEMÁTICAS CÍCLICAS ENTRE ONDAS DO FEMINISMO	65
2.1 Encontrando cenas e queixas nas plataformas de mídias sociais	71
2.2 Investigando as práticas do <i>exposed</i> no contexto de quarta onda do feminismo	76
2.3 O Instagram no centro da queixa	80
3. DINÂMICAS DE PLATAFORMA: ENTRE POTÊNCIA E CONTROLE	86
3.1 Plataformas de mídias sociais.....	91
3.2 Possibilidades na plataforma de mídia social Instagram.	95
3.2.1 Interface e <i>Affordance</i>	95
3.2.2 API'S	99
3.2.3 Algoritmos.....	100
3.3 Possíveis <i>affordances</i> políticos	103
3.4 Pensamento feminista em plataforma: olhar ao corpo e suas atualizações	106
4. PERCURSO METODOLÓGICO	110
4.1 Planejamento de pesquisa.....	118
5. MAPEANDO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO INSTAGRAM	120
5.1 Codificação Axial	121
5.1.1 ONGS e Instituições Socioeducativas.....	122
5.1.2 Perfis que utilizam a temática do combate e denúncia da violência como pauta, seguindo uma linha editorial	123
5.1.3 Profissionais liberais e/ou autônomas	124

5.1.4 Produtos digitais	126
5.1.5 Narrativas femininas autobiográficas de violência	127
5.2 Codificação seletiva: criando um <i>storyline</i> entre os acervos da violência	127
5.3 Definições da pesquisa: aprofundamentos comunicacionais sobre violência doméstica e a escolha do perfil <i>Mas Ele Nunca Me Bateu</i>...	131
5.4 Reconhecimento das Cenas e Queixas do perfil <i>Mas Ele Nunca Me Bateu</i>	137
5.5 Compreendendo um corpus sensível	140
5.6 Adentrando cenas, ouvindo queixas	145
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	162

MEMORIAL AFETIVO DE TESE

“Tem que ter estômago”

Não saberia como começar essa pesquisa senão por uma investigação de quando o tema surgiu no meu campo de interesse, e como decidi falar sobre violência de gênero, especificamente sobre violência doméstica. Uma das coisas que mais ouvi entre colegas e professores ao longo desta investigação foi: “você vai falar sobre textos de violência doméstica? Tem que ter estômago”. Adianto ao leitor: eu não tenho. Compreendia a preocupação do comentário, assegurava que ficaria bem, mas, ao longo deste caminho, descobri que o trabalho envolveria mais que um único órgão. Ao requerer sensibilidade dos olhos, mobilizar a força da escuta e estremecer todo o corpo me permitir ser *afetada* por esse trabalho foi o que tornou ele possível.

A presente pesquisa não propõe utilizar os afetos diretamente no andamento do texto, porém, estas leituras foram fundamentais para me compreender em primeira pessoa, pesquisadora, mesmo que apenas neste breve prefácio. Minha intenção não é me apropriar das densas teorizações sobre o tão consolidado campo dos afetos, apenas complementar a experiência da leitura partindo de um lugar sensível: o de ser mulher neste mundo. Ao longo da trajetória acadêmica, muitas leituras são descartadas, escrevemos muitos parágrafos que nunca vão alcançar os olhos de outras pessoas, mas decido aqui me aventurar em leituras que, mesmo não estando diretamente citadas, me atravessaram e foram fundamentais para que o texto acontecesse.

Pensar sobre o exercício de escrita sob a noção da Virada Afetiva propõe permitir se tocar, e coloca os afetos como “uma possibilidade de pesquisa na comunicação, uma possibilidade de perspectiva humanista, onde o estético, o ético e o político se juntam para pensar suas questões (Moriceau, 2020, p.23). O afeto vem sendo discutido no campo da comunicação com a finalidade de, por meio dele, recuperar as dimensões corporais e sensíveis que escapam à razão instrumental, como cita Mendonça (2021), ao recuperar que a Virada Afetiva se apresenta como uma nova ontologia diante da divisão ontológica levada a cabo pela ciência moderna – o mundo das coisas e o mundo dos seres humanos. Mendonça dirá que há uma reivindicação sensível presente nesta virada, que oferece um lugar central ao corpo. Portanto, não se trata de pensar um mundo estático onde tudo pode ser objetificado diante do dinamismo do intelecto. Estamos integrados, e não divididos como sujeitos e objetos. Conhecemos pela audição, pelo olfato, pelo paladar, pelas sensações da pele.

Nos ensaios do texto *The Affective Turn: Theorizing the Social*, Cloughn (2007) apresenta a

perspectiva de que nos últimos anos, o mundo acadêmico tem passado por mudanças significativas de foco, como viradas linguísticas e culturais. A autora afirma que com a virada afetiva, retomamos passos de Deleuze e Guattari e definições de Spinoza, dentro da sociologia, dos estudos de gênero e dos estudos culturais, que passaram a explorar a recente virada na teoria crítica em direção aos afetos. Essa virada não apenas expande pesquisas anteriores como também abre caminho para novos estudos, oferece uma nova perspectiva sobre trabalhos já realizados e sugere novas aplicações práticas éticas e políticas de pesquisa. O afeto, afirma Cloughn, se refere de maneira geral às capacidades corporais de afetar e ser afetado, ou à ampliação ou diminuição da capacidade de um corpo de agir, se envolver e se conectar, de forma que o afetar está ligado a autopercepção de estar vivo.

A leitura sobre afetos para pesquisas em Moriceau (2019, 2020, 2021) trouxe a mirada de que eu poderia ser vulnerável a minha própria pesquisa. O autor nos dirá que afetos são o que nos conectam com o mundo, portanto eles têm muito a nos ensinar, quando nos oferecem elementos sobre os quais pensar. Eles nascem “do encontro e da experiência e nos colocam em comunicação com o outro, o estranho, o invisível e aquele destituído de voz” (Moriceau, 2021, p. 17). Os afetos me levaram a pensar: como falar sobre o ser mulher, sem também falar sobre ser uma pesquisadora mulher? Como olhar para violência de gênero, sem permitir sentir dor? Neste sentido, Moriceau dirá que ao escrever sob o impulso dos afetos, temos encontros com surpresas externas e internas, nos deixamos ser tocados, e dessa forma propõe a liberdade de qualquer intenção de provar que estamos certos através de uma justificativa teórico-metodológica, pois estas serão evocadas com espontaneidade. Entender afeto enquanto perspectiva de criação e desenvolvimento textual nos convida a olhar para o campo e perceber o que nos intriga, perturba. Aquilo que nos causa raiva, além de nos colocar na posição de testemunhas do próprio pensamento.

Por muito tempo, perpetuou-se na academia a noção do afastamento que garante o caráter científico da trajetória do texto, que não se permite expor as incertezas de quem escreve, para garantir ciências sociais e humanas limpas dos respingos de nós mesmos, que insistimos em aparecer nas entrelinhas das tantas escolhas necessárias ao processo de escrita. Haraway (2015) destaca que o conhecimento científico é sobre testemunhar. A autora cita, em entrevista, que o método experimental é sobre “o fato de estar lá”. E o fato de saber certas coisas por estar lá, modifica o senso de responsabilidade. Assim:

longe de ser indiferente à verdade, o enfoque que tento defender é rigorosamente comprometido com testar e atestar. Com se engajar e compreender que este é um empreendimento sempre interpretativo, interessado, contingente, falível. Não é nunca um relato desinteressado (Goodeve; Haraway, 2015 p. 67).

No âmbito da pesquisa acadêmica tradicional, institucionalizada, “tudo é feito para não ser afetado: o método utilizado é para evitar o afetar-se, evitar a exposição, a abertura”. (Moriceau, 2020, p. 27). Propondo a contramão da regra a qual costumamos encontrar e aprender nos espaços de conhecimento formal, encontramos no afeto e na comunicação, um diálogo em constante “contaminação”, termo utilizado pelo autor como provocação à desassociação do teor negativo da palavra. Moriceau dirá ainda que tocar, aproximar-se de rostos, paisagens e acontecimentos, não nos deixa a uma “*safe distance*” (2020, p.31). Tal perspectiva acarreta discordâncias, mas o autor insiste em discutir um saber “contaminado”, no sentido de que, ao deixar viver e trabalhar a experiência, vamos nos expor e nos engajar em um processo, e ser afetados. Cabe a nós aceitarmos ou não tal contaminação, e, por isso mesmo, “contaminar”, ou seja, estar presente em uma situação específica de investigação.

Pensando nas sobreposições das camadas entre leituras e experiências, encontro através da leitura de Moriceau (2020), o conceito de *ordinary affects*, proposto por Stewart (2007), no texto que leva o mesmo nome. A autora propõe que encontraremos, nos afetos presentes em fragmentos do comum (ou do ordinário), circuitos animados que conduzem força, mapeiam conexões, rotas e disjunções. A autora (2007, p.5) dirá que “estes fragmentos extraídos do cotidiano são uma espécie de zona de contato em que as sobredeterminações de circulações, eventos, condições, tecnologias e fluxos de poder acontecem literalmente, e no decorrer da escrita”. No texto, ela apresentará a descrição de situações breves usando a terceira pessoa, da qual extrai reflexões, pensamentos correntes de quem se permite sentir a iminência das coisas que são “tanto volúveis quanto cabeadas, mutáveis e instáveis, mas também palpáveis” (Stewart, 2007, p.5). Encontrando-me com afetos do ordinário, consigo costurar meus próprios retalhos de angústias, descobertas, limitações e descobertas ao texto, encontrando na sensibilidade uma possibilidade de potência descritiva do campo.

Utilizando o artifício da escrita de Stewart, tento refletir sobre como as muitas perguntas que permeiam o presente texto talvez tenham surgido anos atrás, em um fragmento que me permito expor. Me transporto para o dia em que uma amiga atenta me enviou um link de um conhecido portal de notícias e entretenimento, o qual trazia o título: *Teste do BuzzFeed: sinais de que você está vivendo um relacionamento tóxico*. Embora não tenha conseguido encontrar a referida publicação para embasar essa afirmação como uma nota acadêmica de rodapé, peço ao leitor que confie na memória desta autora, que rememora com exatidão um resultado digno de não ser esquecido.

Após responder a um quis com questões pessoais, o site *BuzzFeed* indicou que havia “uma “alta probabilidade, entre 80% e”90%”, baseada nas minhas respostas, de eu estar em um

relacionamento prejudicial à minha saúde mental. Ao visualizar a porcentagem na tela, acompanhada de uma descrição quase diagnóstica, senti um alerta. Aquela informação gerara uma nova percepção sobre mim mesma, uma onda de indignação me acometeu. Embora muitos já tivessem me dito o que estava ali escrito, o resultado numérico marcou o início de um processo de auto(re)conhecimento. As afirmações mostradas pelo teste on-line, simultaneamente mecânicas e sensíveis, abordavam um tema complexo, repleto de nuances, que instigaram provocações recorrentes, e me fizeram questionar por algum tempo “que tipo de fenômeno está acontecendo aqui?”. É neste interlúdio reflexivo, curioso e desconfortável, que germina a pesquisa que hoje conduzo: ainda antes de finalizar o mestrado e dar início ao projeto de doutorado, esta investigação é movida pelo desassossego constante de buscar compreender uma comunicação que evocou uma gama de introspecções que me eram desconhecidas.

Ao pensar sobre o afeto como ponto de partida, Moriceau (2020) expõe algumas diferenças entre as emoções que nos marcam e os afetos que reverberam sob os escritos. Estes saberes estão relacionados, mas nos enveredam a proposições diferentes, considerando que o afeto é visto como uma possibilidade de reconhecer caminhos de pesquisa. Moriceau dirá que as emoções são apresentadas como experiências familiares e identificáveis que podem ser nomeadas e entendidas. Elas surgem em resposta a eventos ou situações específicas que são compreendidos e assimilados com nosso conhecimento comum. Como exemplo, o autor cita um tipo de situação na qual ao ver uma criança chorar porque seu brinquedo quebrou, uma pessoa pode sentir tristeza e, entendendo o porquê, se sentir conectado a ela.

Os afetos, por outro lado, não são facilmente nomeáveis ou compreensíveis e parecem “vir de fora”, desencadeando um processo de reflexão e transformação. Os afetos são capazes de “desfamiliarizar” o familiar, isto é, de tornar estranho aquilo que antes era conhecido. Os afetos desafiam tentativas de definição ou captura em palavras, o que preserva seu potencial transformador. Por isso, mesmo construindo associações com repertórios possíveis, o afeto não se fecha em um conceito único, ele irá mobilizar novos lugares, intensidades, velocidades, desejos, abatimentos, de muitas variadas maneiras (Moriceau, 2020, p.26-27).

As circunstâncias catalizadoras da minha aproximação do tema culminaram em reajustes e rupturas de ciclos emocionalmente danosos. Essas experiências me sensibilizaram para o campo emergente das violências de gênero, ao mesmo tempo em que instigaram uma postura de aprendizado contínuo. Em um texto sobre afetos na pesquisa, Marques (2019) dirá, em diálogo com Moriceau, que fazer “pesquisa em Comunicação, não requer que saibamos “dominar” os universos de nossos pesquisados, mas requer a sabedoria para fazer recuar nossa

ignorância” (Marques, 2020, p. 207). Esse entrelugar de instabilidade muito me interessa, e reforça a virada afetiva como decisão para este trabalho, pois, compreendendo que, mesmo quando superados, as relações permanecem como parte do corpo, corpo este que se coloca vulnerável para ser uma possível “mídia para os afetos” (Moriceau, 2019, p. 2).

Moriceau afirma que sobreposições são indissociáveis, pois o pesquisador tem gênero, raça, posição social, história, conhecimentos, e outras interseções que não passarão despercebidas, além de afirmar que não somos uma folha em branco, ou uma superfície transparente de exibição de dados e explicações de objetos. Ele considera a dimensão do pesquisador enquanto fator agente, que é constituído de sucessivas articulações do eu, afirmando ser imprescindível se colocar imerso em um mundo, afetado e afetando, sensível e sentindo, capaz de aprender, de revisar sua narrativa. Desta forma, enxergar a costura dos conceitos às minhas percepções, se tornou parte do meu fazer pesquisa. Foi por meio destas afetações que fui impelida intuitivamente a explorar um terreno desconhecido que me despertou, e me afetou. Afinal, havia um estranhamento latente a saber: quem está falando sobre violências de gênero? Quem mais se sente assim? Como existem essas comunicações? De que mulheres estamos falando? O que mais precisa ser dito?

Citando novamente Stewart (2007), Moriceau dirá que a autora oferece momentos de vida como fragmentos não lineares, e que ainda que os afetos presentes nesses fragmentos nos conectem com o mundo de maneira sensível, eles também transmitirão suas opressões, seus pontos de fuga. Descreve-los, antes de qualquer representação, antes de qualquer sentido, seria um pré-requisito para poder, despidos do filtro do significado, alcançar uma estratégia para resistir ou transformar essas forças (Moriceau, 2021).

O meu primeiro contato com o que viria a ser um objeto de estudo aconteceu ao encontrar, nas pistas deixadas por outras mulheres, como se apresentam as diversas facetas da violência de gênero. A primeira busca foi feita nas plataformas de mídias digitais, onde encontrei variadas manifestações e relatos de mulheres que buscavam encontrar umas às outras através de suas histórias. As narrativas me lembraram três estados da materialidade: alguns textos pareciam efêmeros e inacabados como rastros etéreos que deixavam o leitor em inquietação ao não saber o desfecho; outras eram sólidas, e tão tangíveis quanto as terríveis imagens que as acompanhavam, o incômodo era físico; e ainda, havia as fluídas, líquidas, permeadas pelo fluxo de textos desconexos que desaguavam rumo ao navegar destas redes.

Certo que, como mulher, os movimentos sociais feministas já permeavam minha existência política e digital, fosse através de hashtags emblemáticas que moldam o imaginário do ativismo contemporâneo, ou por meio de reportagens jornalísticas, vídeos viralizados sobre o

tema, dentre outras aparições que compunham meu repertório. No entanto, ao intensificar buscas por situações que ecoassem minhas próprias experiências, além da típica noção de “conteúdo”, deparei-me com afetos.

Tais relatos detalhavam nuances desses relacionamentos, e, frequentemente culminavam em desfechos sobre a redescoberta pessoal trazida pela autonomia de compartilhar com o mundo um pedaço íntimo de suas vidas - quase como uma confissão catártica que alivia profundas angústias e ainda consegue alcançar outras mulheres, em uma fusão de dores amplificadas. Esses depoimentos, que aqui esboço inicialmente, estavam espalhados por blogs, vídeos, tweets, posts, grupos, fóruns, entre outros redutos digitais voltados para a troca de experiências e estratégias de resiliência. Discrepâncias extremas me surpreenderam, publicações oscilavam entre apelos urgentes por ajuda de quem ainda estava dentro de ciclos de violência e descrições de renovação pessoal que comumente seguiam ao fim das relações conturbadas.

Diante destas informações, os afetos voltam à cena, ao entendermos que “a pesquisa não é apenas coleta de dados, mas pede que uma abertura ao convite para sermos afetados, à possibilidade de um momento liminar (Moriceau, 2020, p. 62). Moriceau propõe que ao invés de começarmos com uma base sólida de conhecimentos, deveríamos iniciar de uma posição de fraqueza, abertos ao que não poderíamos prever, receptivos ao inesperado e ao novo. Isso nos permitiria ter acesso à diversidade e à infinidade de mundos que nos são estranhos. O ato de abrir esses mundos e colocá-los em comunicação oferece a oportunidade de elaborar uma linguagem comum. Isso implica em dar espaço ao que é diferente, sem a pretensão de entendê-lo completamente ou falar por ele, estabelecendo assim diretrizes que norteiem uma pesquisa acolhedora. Os afetos não são neutros, não é uma variável ou apenas um conceito, o afeto coloca em comunicação, abala, toca ou atinge. Ele produz uma experiência. “Por um lado, derivamos uma reflexão, novos conhecimentos, mas, por outro lado, ele faz parte do mundo real, produz consequências sobre os outros e sobre nós” (Moriceau, 2020, p. 64).

Pensar sobre estar aberto as instabilidades dos relatos e das plataformas, no faz retornar a Stewart (2007), em que a autora nos convida a pensar sobre os afetos ordinários serem múltiplos e imprevisíveis:

eles não são o tipo de objeto analítico que pode ser disposto em um único plano estático de análise, eles não se prestam a um paralelismo perfeito e triplice entre sujeito analítico, conceito e mundo. Eles são, ao invés disso, um problema ou questão emergente em cenas díspares e em formas e registros incomensuráveis; um emaranhado de potenciais conexões (Stewart, 2007, p. 7).

Concordamos com a autora, em nossas aproximações iniciais, ao afirmar que afetos

promovem mobilidade, eles constroem movimentos definidos por sua habilidade de afetar e serem afetados. O que recebe o empurrão magnético do afeto necessita ser mapeado através de diversas formas coexistentes de composição, habituação e eventos. Podem ser observadas de maneira indireta em circuitos e retransmissões falhas, em movimentos abruptos e nas texturas complexas de uma cena. As revelações implicadas nesses jogos de afetação podem irromper ou permanecer submersas, indicando um momento efêmero de união ou apontando para linhas expansivas de ressonância e conexão que podem tomar forma de maneira clara ou ambígua.

Quando uma pesquisa é perpassada pelos afetos, atua como comunicação e individuação a partir do convite à elaboração de um percurso teórico-metodológico que deriva não só da vontade de aprender, de compreender e de investigar, mas também do desenvolvimento de uma autopercepção do pesquisador como sujeito que existe em pesquisa (Pessoa; Marques; Mendonça, 2021).

Durante o período de três anos, entre 2019 e 2022, mergulhei profundamente no tema das comunicações sobre violência doméstica. Consumi uma vasta quantidade de leituras sobre o assunto de forma quase obrigatória. Nas redes sociais, acompanhei cerca de vinte hashtags diferentes, conectei-me a diversas contas que discutiam o tema e assisti a inúmeras *lives*. Meu objetivo era posicionar-me como uma pesquisadora engajada, atualizada sobre o assunto e em constante análise. No entanto, para minha surpresa, percebi que nenhuma dessas abordagens estava realmente funcionando para mim. Cada vez que tentava focar em um objeto de estudo relacionado à violência, ele me escapava. Como mulher, meus olhos não aguentavam mais testemunhar tanta dor. Meu corpo sentia um desconforto contínuo ao se deparar com textos e cenas violentas. Por algum tempo, acreditei que precisava pesquisar “sobre algo”, o que culminou em um profundo estado de apatia, pessimismo e decepção sobre o andamento desta pesquisa.

Foi apenas em 2022 que percebi a virada afetiva: o pesquisador não está restrito apenas à coleta de dados, o texto não precisava nascer comigo, ele já existe na voz do outro. E, nessas vozes, é que fui impactada tanto intelectualmente quanto emocionalmente. Esse impulso pessoal se tornou desejo de compartilhar com os leitores por meio de palavras. O que quero transmitir é mais uma dinâmica do que propriamente um conteúdo ou teoria, tratando-se de um movimento que vem do desconhecido.

Tais encontros e afastamentos entre variedades de elementos comunicacionais, sejam imagens, vídeos, textos ou gestos, me levaram a refletir sobre a crença colocada na comunicação mediada por computadores, nos dispositivos, nas mídias digitais, no conteúdo gerado nesses espaços e nas conexões estabelecidas entre nós por meio das mídias sociais. Este cenário revelou cadeias intermináveis de circuitos de afetos, e, desta forma, tal qual muitas

outras pesquisadoras mulheres potentes antes de mim, que canalizaram suas vivências, inquietações, falas e experiências por meio da escrita e da ciência, senti que havia chegado a minha vez de documentar e compreender o que acontece em meu tempo, à minha volta, externa e internamente.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasce de inquietações e vivências que permeiam trajetórias pessoais e acadêmicas. Nas primeiras páginas memoriais, exploramos os laços de aproximação afetiva entre pesquisador e a suspensão do distanciamento na relação pesquisador e pesquisado. Entendendo a importância de se colocar na pesquisa, mas também elucidar sobre o andamento da trajetória teórica que conduz o trabalho, consideramos esta abertura como oportunidade de explicar do que ela é feita e o que defendemos.

Inicialmente, a aproximação com as temáticas das mídias sociais e feminismos, centrais deste texto, surge durante pesquisa de mestrado vinculada ao PPGCISH da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, ocorrida de 2016 a 2018. No texto de dissertação, “Formação Política Da Juventude: Dinâmicas Entre Ruas, Redes e Mídias”. apresentamos o desenvolvimento de uma pesquisa exploratória sobre formas de gestão de comunicação de grupos de movimentos sociais juvenis, com ênfase em suas manifestações nas mídias sociais. Naquele período, foram entrevistados diversos agentes políticos e líderes de movimentos sociais que utilizavam, primordialmente, o Facebook como plataforma para organizar protestos e conectar pessoas a diversas causas que ganhavam as ruas.

Neste contexto, a convivência com grupos de movimentações políticas levou a um diálogo espontâneo com frentes feministas. As iniciativas promovidas por mulheres se mostraram instigantes, e, quando tive contato, tinham como pautas principais o combate à violência sistêmica contra mulheres, as condições de trabalho das mulheres do campo e a luta contra o sexismo. Nestes encontros percebíamos práticas políticas, reflexões sobre os discursos midiáticos e nas revoluções trazidas pelas novas experiências comunicacionais, nas quais as mulheres têm reivindicado espaços de existência e exigido reescrever e escrever os fatos através de sua própria voz.

Debates, insurgências e, principalmente, discordâncias aguçaram a percepção sobre a comunicação como elemento central no entendimento do feminismo. Gradativamente, notamos uma transição das plataformas de mídias sociais: enquanto o Facebook perdia espaço, o Twitter e o Instagram emergiam com hashtags e perfis dedicados à disseminação de mobilizações voltada a discussão de gênero. Naquele cenário em constituição, algumas vozes criticavam o ativismo virtual como ineficaz, ao passo que outras ampliavam sua presença nesses ambientes. Para um pesquisador em comunicação, essas transformações são, sem dúvida, intrigantes e mobilizadoras.

Olhar para a demanda de pesquisa sobre mulheres não é algo novo. Na própria comunicação, pensar sobre gênero nos remete aos anos 1970 e 1980, através da valorização de pensamentos e correntes feministas em ambiente acadêmico. Rago dirá que:

(...) as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico (2012, p. 26).

Os diálogos, as falas, os artefatos e gestos de comunicação que acontecem entre mulheres, já demonstra que o processo de fala acompanha os fazeres feministas. Mas, os formatos das mídias sociais, chegam carregados de mudanças, e compreender as torções e adaptações históricas dos movimentos de mulheres se torna nosso ponto de interesse inicial.

As conclusões da dissertação naquele período, apontaram para uma inevitável formação de “bolhas” nas plataformas digitais, onde continuamos dialogando majoritariamente com aqueles que compartilham de nossas visões, o que colocava em risco as atividades de buscar por alcance e visibilidade dos grupos de movimentos sociais de juventude investigados. Em 2018, esta observação foi corroborada pelas eleições presidenciais, que trouxeram à tona questões sobre a participação e influência das grandes corporações tecnológicas e de comunicação, sendo predominante a discussão da lógica das *fakenews*, notícias falsas que buscavam recriar, com base no cenário real, um fato irreal, porém noticiável.

Naquele mesmo ano, o questionamento de discussões sobre pautas feministas, conquistas de direitos das mulheres e discursos antiviolença de gênero que pareciam consolidadas, são estremecidos. Os coletivos de mulheres novamente buscam gerenciamento próprio em campanhas como *#EleNão*, sinalizando os indícios que culminaram neste estudo: o feminismo adotou a hashtag como parte da sua atuação contra violências. Toda a complexidade que se revela deste atrelamento, gera a dúvida a respeito de quem seja o sujeito para quem é direcionado este feminismo, como ele de fato constrói o combate e as pautas de violência nas mídias sociais. Justificamos o interesse deste tema pois até então, temos acompanhado diversos trabalhos que se dedicam a explorar números e resultados possíveis a partir das hashtags feministas. A produção do conhecimento acadêmico colocou luzes sobre o desempenho deste feminismo de plataforma e promessas de hipervisibilidade, porém apontamos também o caminho da opacidade promovida pelos excessos de representações que podem escapar da atenção presente nestas mesmas plataformas.

Considerando um recorte temporal, as leituras a respeito do tema discutiam que as mídias sociais tinham diversas interpretações nas pesquisas em comunicação. Se por um lado,

teóricos apontavam a suas potências, colocando em evidência conceitos como a inteligência coletiva de Lévy (1997), e as esperanças associações entre comunidades em rede e possibilidades de mudanças sociais de Castells (2013); por outro, observam que estas mesmas configurações on-line poderiam distanciar e confundir. Com a dependência de instrumentos liberais, torna-se cada vez mais difícil elaborar um discurso de resistência ou revolucionário fora dos meios hegemônicos, discussão encontrada pelos pesquisadores de plataforma como Gillespe (2010), Nieborg e Poell (2018) e D'Andréa (2020).

Neste cenário, identificamos um interesse de pesquisa ao explorar o domínio do feminismo nas plataformas digitais. À medida que campanhas associadas a hashtags ganhavam visibilidade, mobilizando tanto a internet quanto a mídia tradicional, notou-se simultaneamente uma escalada em discursos misóginos e de ódio. O feminismo adaptou-se ao ambiente das redes sociais, estabelecendo-se como um espaço vital para práticas e debates sobre o movimento. Dentro deste panorama, as hashtags impulsionam convites para novas narrativas, refletindo episódios individuais. O formato vai se tornando uma crescente de mulheres unindo-se para compartilhar experiências de identificação, alinhando-se a estatísticas que mostram os lares como os locais mais perigosos para elas. O sofrimento, antes restrito ao âmbito privado, torna-se público. Nas redes sociais, a disseminação de imagens e relatos femininos tenta representar o irrepresentável: cenas de violência doméstica.

Quando dirigimos nossa atenção a essas tendências, identificamos o Instagram como principal destino dos usuários, a crescente popularidade desta plataforma resultou na diminuição da presença no Facebook, consolidando-se como um meio de interação versátil. A plataforma se destacou ao unificar recursos variados de imagem, vídeo e texto em uma única publicação, apresentando uma interface voltada para uma experiência imersiva, objetiva e visualmente dinâmica.

Diante dessa perspectiva, percebemos como as manifestações das mulheres se desdobravam, especialmente no contexto do movimento feminista contra as violências de gênero, e o que constatamos foi uma descentralização dessa temática. Ao invés de estar ligada a movimentos feministas claramente definidos, as problemáticas da violência transformaram-se em um tema amplamente discutido, com inúmeras páginas abordando a questão da violência de gênero e doméstica, e sobretudo, relatos individuais de mulheres que passaram a usar aquele meio como formato de denúncia.

Reconhecer que a violência contra a mulher está presente no Instagram constitui um dilema inerente à comunicação contemporânea. Em sua maioria, tais relatos retratam uma rotina permeada por abusos, denúncias variadas, pedidos de auxílio e outros conteúdos que se

acumulam por meio do uso de hashtags independentes ou criadas como parte de campanhas de organizações não governamentais (ONG), bem como por perfis que emergem com a finalidade de reunir essas mulheres e suas histórias. Contudo, à medida que temos acesso a essas narrativas, o assunto da violência passa a compor apenas uma dentre as muitas facetas do *feed* de um usuário. Ainda que uma conta concentre sua linha de publicações neste tema, o sofrimento será entremeado pela verdadeira natureza da plataforma: o esquecimento.

Tal espetacularização quantificada nos coloca diante da subversão do controle narrativo trazida pelas potencialidades das mídias sociais digitais. Enquanto meios jornalísticos tradicionais costumavam deter certo controle sobre a história da mulher, que muitas vezes não tinha a chance de responder, impondo a ela a posição de vítima, surge um movimento disruptivo. Mulheres que se veem na posição fugaz e temporária de vítima, reivindicarão a revisão do caso, recusando aceitar essa palavra como uma definição de sua identidade. Em vez disso, elas propõem contar suas histórias como uma forma de revanche contra a agressão, ao abandonar a posição de agredida e assumir o papel de alguém que se defende num contragolpe verbal. A exposição pública virtual dos crimes cometidos por seus parceiros é apresentada como um ato de legítima defesa.

Considerando as discussões iniciais apresentadas, chegamos à pergunta de pesquisa do presente trabalho: *como os agenciamentos de comunicação se revelam nas enunciações individuais e coletivas de mulheres em situação de violência doméstica no contexto da plataforma de mídia social Instagram?* Com esta dúvida disparadora, surgem ideias ou possibilidades de respostas, mas sobretudo, ainda mais questionamentos. Como estas falas estão se estruturando? De que forma as comunicações estão sendo mediadas? Onde o movimento feminista se articula enquanto agitador destas movimentações? Em quais agrupamentos e coletivos estas enunciações estão se concentrando e sendo reproduzidas?

Com tais dúvidas, compreendemos que a presença do corpo feminino diante do contexto apresentado dentro do Instagram é caracterizado pela saturação textual e visual, na qual somos gradativamente expostos à violência em doses nada sutis. Os inúmeros e sofisticados algoritmos tecem um sistema de recomendação tão eficiente que simultaneamente nos atraem e repelem a esta imagem, a este corpo. Esta dinâmica se apresenta no prazer dissociativo das telas, proporcionado pelo consumo das redes sociais digitais, que é objeto de investigação em diversos campos do conhecimento: novas tecnologias, engenharias de software, psicologia, educação, e aqui tangenciam-se as fronteiras da comunicação, revelando lacunas a serem visitadas.

Priorizar o viés comunicacional em, por exemplo, um post que retrata uma cena de

violência sob a perspectiva da mulher, exige uma análise das reações que vão além do habitual "curtir", tão intrínseco ao modelo de interação adotado pela maioria dos aplicativos, pois dialoga com a motivação da publicação, agenciamento de pautas anteriores e contexto histórico. Portanto, desdobraremos a investigação num aprofundamento destes pontos.

Colocadas estas reflexões, entendemos que nosso objetivo geral é compreender como as plataformas recebem e organizam a temática da violência contra mulher junto às falas queixosas de mulheres vítimas de violência doméstica no Instagram. De modo específico, para responder nossa pergunta, visamos: 1) realizar um levantamento histórico e conceitual das ondas dos feminismos verificando onde surgem as práticas dos relatos de violência doméstica; 2) apresentar as transformações nos modos de fala das vítimas de violência doméstica, comparando formatos entre ondas do feminismo; 3) verificar como o agenciamento da plataforma Instagram contribui ou altera as configurações do compartilhamento de queixas de violência doméstica; 4) mapear, através de inspirações na Teoria Fundamentada, os perfis que apresentam a violência doméstica como conteúdo regular no Instagram; e 5) compreender do que são compostas as queixas de mulheres que sobreviveram à violência doméstica com base em dados empíricos levantados na investigação.

Em nosso primeiro capítulo, pretendemos contextualizar as lutas do feminismo, definindo o movimento segundo hooks (2015, 2019), como a luta contra o sexismo. Neste capítulo, promovemos a revisão histórica do feminismo, utilizando o modelo de “ondas” como um meio estrutural para traçar a evolução e os desafios enfrentados por este movimento ao longo do tempo. Esta análise é enriquecida por *insights* de acadêmicos proeminentes como Matos (2020), Rago (2017) e Pinto (2003). Em um esforço para contextualizar e tornar nossa discussão ainda mais precisa, estabelecemos conexões entre o feminismo latino-americano em contextos de governos autoritários e o Brasil no período de 2018-2022, marcado por sua inclinação política. A partir daí, aventuramo-nos em uma análise contemporânea sobre como o feminismo está sendo moldado e reformulado nas plataformas digitais, principalmente avaliando o poder e a influência das hashtags como veículos de militância e expressão.

No segundo capítulo, exploramos as conexões entre a origem das enunciações feministas e seus desdobramentos contemporâneos. Em nossa investigação, consultamos diversas obras que poderiam esclarecer o processo de identificação feminista na América Latina ao longo das diferentes ondas do feminismo. Uma fonte decisiva foi o trabalho de Gregori (1993), especificamente seu livro *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Nesta obra, encontramos elementos para articular nosso levantamento histórico com a realidade do feminismo da quarta onda. Indicamos as

similaridades e interações encontradas, nas quais atividades feministas fundamentais evoluíram e se adaptaram aos discursos presentes nas mídias sociais. Esse estudo comparativo revelou que as descrições de violência doméstica frequentemente retratam o contexto vivido pela mulher, enquanto a queixa simboliza a reivindicação de um espaço para denúncia. Estabelecemos conexões entre o conceito dos *exposeds* — a prática de expor agressores, com ou sem o uso de hashtags — e percebemos que tais postagens representam um novo mecanismo comunicativo no âmbito do feminismo.

No capítulo três falaremos sobre a presença das plataformas como muito mais do que um suporte para as falas evocadas pelas mulheres. As plataformas são conceituadas como “infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados” (Nieborg; Poell; Djik, 2018, p. 4). Neste espaço do texto pretendemos explorar os estudos de plataforma nas indicações e D'Andréa (2020) e Gillipes (2010). Além de discutir os mecanismos e práticas associados a essas ferramentas digitais, analisamos a intrínseca relação entre estas plataformas e a emergente comunicação corporal, um conceito amplamente discutido por Preciado (2014). Ainda pretendemos destacar que a utilização dessas plataformas não está imune a dinâmicas políticas e socioeconômicas, tornando-se um palco onde capital, interesses pessoais e coletivos, e dados, frequentemente se entrelaçam e colidem.

No capítulo 4 e 5 apresentaremos as descobertas baseadas no percurso metodológico de inspiração na Teoria Fundamentada, para em seguida discorrermos sobre as enunciações encontradas. Nesta etapa, entendemos que existia um emaranhado de conexões no Instagram orbitando no tema da violência doméstica. Dessa forma, fizemos uma incursão baseada nas hashtags levantadas no primeiro capítulo do trabalho a fim de delimitar uma proposta de objeto investigativo. Esta delimitação obedeceu a três etapas principais: a) exploração das definições relacionadas à inspiração da Teoria Fundamentada (Glaser, Strauss, 1967; Chamaz, 2009; Fragoso; Recuero; Amaral, 2016), utilizada como meio de sistematizar um conjunto de fragmentos e propostas que o método sugere como soluções sistemáticas; b) realização das codificações aberta, axial e seletiva, atendendo às expectativas associadas a cada uma delas; e por último c) a análise dos pontos de convergência que corroboram na delimitação do corpus de análise.

Entre dezembro de 2022 e maio de 2023, conduzimos um mapeamento detalhado de perfis, identificando 24 deles distribuídos em 5 categorias distintas. Utilizando métodos adaptados da Teoria Fundamentada para pesquisas em mídias sociais, descobrimos uma

categoria prevalente em todos os perfis, nomeada “Comunicação, sociabilidades e vivências da violência contra a mulher”. Esta categoria visava destacar um perfil que sintetizasse as características das demais, e o escolhido foi *Mas ele Nunca me Bateu*.

Nossa análise se concentrou nas publicações desse perfil no Instagram, cobrindo dois períodos: de janeiro a dezembro de 2020 e de janeiro a dezembro de 2022, totalizando 24 meses de conteúdo. Das 1662 publicações coletadas, 508 eram particularmente relevantes para nós por conterem relatos anônimos de mulheres sobre suas experiências com a violência. Durante a transcrição destes relatos, notamos que alguns textos se repetiam ou eram usados em diferentes contextos, o que reduziu o número de publicações únicas para 483. Em seguida, categorizamos essas queixas de acordo com os tipos de violência definidos pela Lei Maria da Penha, a Lei 11.340/06: psicológica, moral, física, sexual e patrimonial (Brasil, 2006). Esse processo de categorização, realizado de maio a abril de 2023, foi essencial para entender melhor as diversas formas de violência relatadas nas publicações.

Através da seleção realizada, identificamos um elo que liga o feminismo de segunda onda ao de quarta onda, evidenciando a continuidade das narrativas pessoais ao longo das gerações feministas. Em meio a esta análise, escolhemos seis relatos representativos de cada tipo de violência. Especificamente, focamos em situações nas quais a violência psicológica coexistia com outras formas de violência, como a física, a sexual, a patrimonial e a moral. Esta escolha foi pautada pela nossa percepção de que, no contexto do título *Mas ele Nunca me Bateu*, existe uma mensagem implícita sugerindo que as formas de violência menos óbvias podem ser tão danosas quanto as agressões físicas.

Para embasar nossa análise, recorreremos à estrutura de cena e queixa proposta por Gregori (1993) já justificada no início desse trabalho. Através dela, estabelecemos comparações e investigamos as nuances do feminismo que fazem eco à teoria feminista de hooks. Concluimos que, embora este espaço de discussão seja extremamente valioso para o debate e conscientização sobre o tema, ele também apresenta vulnerabilidades por estar inserido dentro de uma plataforma digital.

Assim, defendo nesta tese que as estruturas comunicacionais que pautam as políticas e agendas feministas de combate à violência doméstica têm sido mantidas como as da segunda onda do feminismo e adaptadas às plataformas presentes na quarta onda, em específico no Instagram, se colocando em diálogo e contraponto. As cenas e queixas permanecem, por meio de uma estrutura de fala similar, mas sua presença na plataforma Instagram não altera e não consegue estabelecer uma conduta objetiva de combate à violência como se propõem os perfis analisados, ao estarem submetidas às lógicas hegemônicas e algorítmicas das corporações de

plataforma. Podendo assim, inclusive, potencializar as dúvidas sobre os relatos, fazendo com que o discurso individual da mulher seja cooptado pela economia da atenção da plataforma.

Dessa forma, pretendemos construir contribuições a respeito das atualizações do movimento feminista em quarta onda no que diz respeito ao combate às violências e as apropriações e difusões dessas pautas que se aproximam/desassociam dos princípios políticos do movimento clássico social. Tentamos apresentar as dificuldades enfrentadas pela discussão da violência doméstica situada dentro de uma estrutura corporativa e liberal de mídia social digital. Reconhecemos, ao longo das diversas ondas do feminismo, conexões claras com demandas de períodos históricos específicos. Estas conexões destacam a capacidade do movimento de se adaptar e utilizar o potencial midiático, mostrando semelhanças entre suas diferentes fases.

Em essência, buscamos estabelecer diálogos produtivos entre a trajetória de teorizações e escritas sobre o feminismo, buscando contribuir com um novo recorte temporal. Almejamos ir além de simples dicotomias, buscando compreender a complexa natureza da presença e narrativas femininas em contextos de plataformas digitais, arriscando olhares que tentam ir além do que se vê.

1. LEITURAS SOBRE FEMINISMO

O feminismo pode ser entendido como um movimento histórico, político, atravessado pelas noções de ativismo e luta por direitos, abordando temas que vão do reconhecimento da dignidade das mulheres, até o desdobramento em diferentes frentes, como no combate às violências de gênero, nos modos de fazer ciência, e nas agências no mundo. Ao compreendermos sua vasta dimensão, intercâmbio de ideias, ensino e filosofia de vida, reconhecemos uma diversidade de perspectivas e interseções, que amadurecem historicamente e nos fazem questionar sobre como chegamos até aqui. Para pensar sobre o movimento de forma conceitual e inicial, apresentaremos a concepção de feminismo de bell hooks (2015; 2019a; 2019b), autora que contempla a discussão de um feminismo interseccional, antirracista e que discute diferentes formas de opressão, ao passo que sugere reorganizações sociais para efetivação de mudanças que acolham todas as mulheres.

Hooks (2015) apresenta uma definição de feminista centrada na luta contra o sexismo, e retoma essa mesma definição em 2015, no livro *O Feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras*, ao apresentar que o sexismo é “institucionalizado, sistêmico” (Hooks, 2015, p. 18), e compreende ações realizadas por homens, mulheres, sendo perpassado pelo racismo e classismo. A autora apresenta o feminismo como uma corrente de pensamento que não fomente a rivalidade entre os sexos, tampouco a reivindicação de papéis de dominação masculina nas relações pessoais e no trabalho, mas sim, uma constante significação política do corpo e da reflexão do pensamento.

A discriminação, a exploração e a opressão sexista provocaram uma guerra entre os sexos. Tradicionalmente, o campo de batalha tem sido o lar. Nos últimos anos, a batalha decorre em qualquer esfera, pública ou privada, habitada por mulheres e homens. O movimento feminista é importante (quando não é cooptado por forças oportunistas e retrógradas), uma vez que oferece um ponto de encontro ideológico para os sexos, um espaço para crítica, luta e transformação (Hooks, 2019, p. 27).

Hooks afirma que “a conscientização feminista revolucionária enfatizou a importância de aprender sobre o patriarcado como sistema de dominação, sobre como ele se institucionalizou e como é disseminado e mantido” (2015, p.23). Com isso, a autora propõe um feminismo que rompe com noções de branquitude e reconhece a força do movimento de mulheres sob uma perspectiva crítica. Embora hooks seja uma autora estadunidense, seu embasamento antirracista apresenta uma discussão pertinente para debater sobre os corpos de mulheres negras e latinas. Hooks ressalta que “compreender a maneira como a dominação masculina e o sexismo são expressos no cotidiano conscientizou mulheres a respeito de como eram vitimizadas, exploradas e, nos piores cenários, oprimidas” (2015, p. 23). A partir disso, percebemos a relevância do feminismo ao abordar as violências de gênero na

contemporaneidade.

Em suas obras, a autora nos oferece um suporte de compreensão para um ponto de partida do que é o movimento feminista. Focando, sobretudo, em uma abordagem contemporânea do feminismo, sem deixar de lado as construções temporais que o compõe, como a escravização de mulheres negras. Entendemos assim que as concepções atuais não estão desvinculadas de uma perspectiva histórica do movimento. Para pensar as origens usando recursos de historicidade, observa-se o surgimento do movimento feminista em conexão com a abordagem de “ondas feministas”.

Pensar o feminismo em ondas não é uma perspectiva abordada diretamente por bell hooks, autora que fundamenta o que definimos como feminismo neste texto (a luta anti sexismo), porém, a ideia de ondas históricas é uma das diversas teorizações que buscam elaborar acerca do movimento. Em diálogo com as leituras realizadas em torno da noção de ondas, acreditamos que apropriar o conceito de forma auxiliar pode ajudar na compreensão, inclusive, das sobreposições de desafios do feminismo de um suposto passado com dilemas atuais, promovendo um diálogo que se conecta com os movimentos de mulheres contra o sexismo tanto na América Latina, quanto no contexto global.

Para tratar desta discussão, encontramos em Zirbel (2021) a sugestão de organização temporal das ondas, bem como a problematização em torno destas, e como se relacionam com as restrições do imaginário feminista europeu. Zirbel (2021) esclarece que a introdução do termo “ondas do feminismo” ocorreu em 1968, quando Martha Weinman Lear, identificando-se como feminista, escreveu um artigo para o jornal *New York Times* com o título *A segunda onda feminista*. Segundo Zirbel, “no texto, Lear fazia referência à luta de milhares de mulheres pelo direito de votar, no final do século XIX e início do XX, como uma espécie de onda de feminismo e anunciava que outra estava se formando ou já em formação” (Zirbel, 2021, p. 24). Assim, temos a primeira indicação de que as ondas estão associadas a recortes históricos de destaque ou mobilização conjunta, que, por representarem um marco relevante no contexto global, adquirem um caráter uniformizador da pauta.

A autora, ao discutir sobre o termo, explica sobre o risco reducionista de caracterizar um conjunto diverso de atividades como se fossem homogêneas, sob a mesma definição de onda, a atribuição pode insinuar que o movimento feminista possuía os mesmos interesses. No entanto, ciente dessa problemática, explica:

Podemos abordar a temática das ondas partindo de diversos pontos, questionando, inclusive, quem foram suas protagonistas, em quais locais despontaram, qual tempo histórico, com quais demandas e qual a duração de cada uma. As respostas não são simples e são constantemente enriquecidas com novos dados e narrativas oriundos de pesquisas e discussões feministas (Zirbel, 2021, p. 11).

Aplicadas essas reflexões, queremos adotar o panorama das ondas, cientes de que este conceito pode não ser aplicado por todas as correntes do feminismo. Ainda assim, valorizando uma sistematização centrada na linearidade histórica, usamos os princípios destas definições, também no intuito de pensar como elas se chocam e apresentam diferenças e semelhanças.

A partir de concentrações geracionais, a metáfora das ondas se estabelece como uma, dentre as variadas formas, de nomear o movimento de mulheres com pautas específicas que ganharam valorização dentro de um espaço circunscrito e simbólico de atuação. Zirbel (2021) ainda aponta que, inicialmente, “as narrativas sobre as ondas privilegiaram a ação de feministas brancas da classe média estadunidense e ativistas brancas inglesas e francesas. Ou, pelo menos, estas foram as narrativas que mais se espalharam” (2021, p. 11).

Com isto, a autora problematiza as uniformidades discursivas, e sugere uma percepção mais aprofundada e dialógica com a própria ideia literal de onda. Ela dirá que as narrativas que uniformizam o feminismo sob uma bandeira predominantemente de pautas brancas e elitizadas, ocultam a atuação das mulheres da classe operária, das mulheres negras, e das fronteiras além dos continentes europeus e/ou norte-americanos. Sem estas mulheres, que estavam diretamente relacionadas com um feminismo de margens globais, “as ondas não teriam sido realmente ondas, pois não haveria força suficiente para fazer a pressão necessária às mudanças que reivindicavam” (Zirbel, 2021, p.14).

Por muito tempo, também, a metáfora da onda foi usada para dar visibilidade a certas pautas ou momentos históricos específicos. Tais momentos representaria o “ponto alto” ou de maior força de cada onda. No entanto assim como uma onda marítima é formada por um conjunto de fenômenos podemos pensar as ondas de maneira mais orgânica e não como algo que desponta repentinamente na realidade social, e certo tempo depois, desaparece. Podemos pensá-las de maneira mais contínua, gerada pelas ações de milhares de mulheres, de diferentes locais, etnias, gerações e visões de mundo (Zirbel, 2021, p. 14-15).

Consideramos assim, que a utilização metafórica da ideia de onda, conforme delineado pela autora, pode permitir-nos compreender as consequências deixadas por cada uma delas no contexto do Sul Global, e, mais especificamente, nos contextos latino e brasileiro em diferenciação. Devemos considerar que uma onda não é composta por um único movimento, mas sim por diversas movimentações, tais como a força do vento, organismos vivos, ações de oscilação e variabilidades, e seu significado literal pode ser estendido a nossas análises metafóricas.

Dado este panorama, Zirbel (2021) apresenta, resumidamente, que o mundo ocidental experimentou pelo menos três momentos de ações feministas que ultrapassam fronteiras geográficas e que podem ser identificadas como ondas. A primeira delas, como citamos acima,

acontece no século XIX, se espalha por diferentes países, com reivindicações diversas, e se estende até o início da primeira grande guerra, junto aos desafios trazidos pelos cenários bélicos, e a força de trabalho feminina. A segunda onda, seria subsequente, emergindo por volta dos anos 1960 e ganhando força nos anos 1970, mas firmando posições que ecoam até os dias atuais e definem marcos importantes sobre um femismo que passa a questionar a si mesmo, e refletir sobre a pluralidade de sua composição. Em relação à terceira onda, vão se formando debates acerca de sua definição e traços distintivos, no que se questiona a respeito da presença ou ausência de uma quarta onda, mas isso demonstra que as ondas carregam dimensões assíncronas e discutíveis.

A centralização do movimento feminista em categorias históricas transmite a impressão de que houve momentos nos quais o feminismo se retraiu ou permaneceu inativo. Zirbel (2021) aborda essa questão, entendendo a importância de desfazer esse “mal-entendido” histórico.

Muitas vezes lutas (do movimento feminista) avançam pelo tecido social de forma arrebatadora e, em determinados momentos, recuam ou diminuem em força - como ocorre nos momentos de refluxo da água do mar. Contudo, a metáfora da onda nos permite pensar, igualmente, que o feminismo não desaparece nos momentos em que não há grande movimentação na cena pública, mas segue em atividade, possivelmente reorganizando-se e ganhando suficiente força para um novo e significativo avanço. Tempos de “calmaria” (ou de perseguição e silenciamento) não implicam, necessariamente, o fim da indignação, da esperança e do desejo de melhorar as condições de vida materiais e simbólicas nas quais nos encontramos (Zirbel, 2021, p.27).

É válido considerar que, frequentemente, mobilizações periféricas são negligenciadas ou deixadas de lado. As ondas feministas manifestam-se de maneiras distintas e para públicos diversos; não há uma configuração única e estanque. Enquanto a segunda onda do feminismo, de vertente branca e burguesa, estava voltada para a academização ou na busca pela ocupação de espaços predominantemente masculinos nas discussões salariais, as feministas caribenhas batalhavam pelo anticolonialismo, ao passo que feministas latinas resistiam contrarregimes políticos ditatoriais, demonstrando, assim, diversas linhas de ação com interesses variados. Para compreender como isso se correlaciona com o feminismo no Brasil, é necessário aprofundarmos, mantendo o conceito de “ondas”, a respeito de como tal fenômeno se desenvolveu na América Latina, pois esse é nosso foco principal.

1.1 Ondas do Feminismo na América Latina

O feminismo em contextos latinos apresenta diferentes momentos, simétricos ou assimétricos com as reconhecidas ondas feministas citadas. Iniciaremos nossa discussão pela considerada segunda onda do movimento na América Latina, onde supostamente já

chegaríamos à noção de que mulheres eram sujeitos de direito¹ através de lutas pelo voto na participação da vida pública. Porém, em conflito, temos o cenário político repressor ditatorial que se ergue no continente.

Diversas autoras tratarão de oferecer um aporte sobre comportamentos do feminismo na segunda onda. Sarmiento (2017), por exemplo, indica conexões entre mídia e feminismo, destacando que a segunda onda ocorreu majoritariamente sob regimes militares na América Latina entre 1970 e 1980, diferentemente das nações do hemisfério norte, onde o ambiente era propício para o fortalecimento do movimento. Momentos políticos distintos fazem com que alguns tópicos não cheguem à diversidade de mulheres, reforçando que as ondas são parte de um ecossistema complexo.

No período chamado de segunda onda, em contexto internacional, tópicos como sexualidade, direitos reprodutivos e aborto ganharam destaque, assim como o reconhecimento das diversidades. Segundo Fraser (2009), internacionalmente, a segunda onda do feminismo garantiu uma expansão, ou pelo menos a tentativa de expansão, ao deixar de representar apenas um nicho específico de mulheres (brancas, economicamente estáveis, heterossexuais) para incluir discussões sobre raça, classe e sexualidade, enfrentando desafios significativos. Já no contexto latino, Matos (2014) relata que nos anos 1970 e 1980, a segunda onda feminista nasceu da resistência das mulheres contra a opressão, violência e ausência de direitos civis em muitos regimes militares latino-americanos. Em concordância, Zirbel (2021) observa:

As ditaduras militares implantadas na América Latina (Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile, Peru, Bolívia, Guatemala, República Dominicana, Brasil), intensificaram o conservadorismo e a violência, assim como a censura. Reuniões públicas foram proibidas ou eram vigiadas, impedindo a organização de muitos grupos. Por conta disto, a luta contra a ditadura foi um dos elementos centrais dos feminismos latino-americanos, assim como a luta por melhoria das condições materiais da vida das mulheres (creches, transporte público, luta contra a carestia etc.). Como consequência das mobilizações protagonizadas em dezenas de países, a Organização das Nações Unidas decretou o ano de 1975 com o "Ano Internacional da Mulher" e a cidade do México foi escolhida para realizar a Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres. No ano seguinte estabeleceu-se a Década das Mulheres (1976-1985) para enfrentar as profundas desigualdades entre os sexos no campo da educação, da política, dos direitos civis, do acesso ao trabalho, das atividades domésticas (Zirbel, 2021, p.18).

Com base nas leituras e autoras aqui apresentadas, percebe-se que nesse momento, a maioria das consideradas ativistas feministas tinha também conexões em organizações de esquerda, engajadas na luta contra o capitalismo e em favor da democracia. Contudo, elas

¹ Destacamos que essa noção pode ser questionada quando tratamos de mulheres negras entre os anos 1960 e 1980, pauta do livro *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e o feminismo* (2019), onde bell hooks explica: “Não era possível para mulheres negras contemporâneas se juntarem para lutar pelos direitos das mulheres, porque não víamos "mulheridade" como aspecto importante da nossa identidade. A socialização racista e sexista nos condicionou a desvalorizar nossa condição de mulher e a considerar raça como o único rótulo relevante de identificação” (Hooks, 2019, p. 12).

criticavam as práticas patriarcais e a marginalização das questões de gênero na política convencional. As identidades feministas em cada nação foram moldadas através de diálogos e eventos transnacionais, como fóruns e encontros regionais. Desse modo, os feminismos têm uma trajetória conjunta, unidos em sua diversidade. Matos (2014) reforça a ideia de que, em um contexto no qual o Estado frequentemente oprimia as mulheres e ignorava questões de igualdade, os movimentos feministas posicionavam-se contra este Estado. Em adição, Fraser (2009) reitera que junto à luta contra forças estatais, abriu-se espaço para discussões mais abrangentes sobre raça, classe e sexualidade, colocando o movimento a frente dos desafios de incluir estes debates nas pautas públicas.

Matos (2014) afirma, sobre a trajetória do feminismo, que entre os anos 1980 e 1990, numerosos países da América Latina começaram sua transição para regimes democráticos. Entretanto, nações, sobretudo na América Central, enfrentaram extensos episódios de confrontos internos e árduas disputas de poder. Durante essa fase, a atmosfera foi caracterizada por intensa demanda de coletivos sociais, incluindo os movimentos feministas, buscando reformas legislativas, envolvimento político e mudanças institucionais. Internacionalmente, as conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) voltadas para questões sociais começaram a moldar significativamente as pautas governamentais dessas nações.

Nesse ponto, integradas a ideia de restauração democrática, a chamada terceira onda demonstra mudanças nas interações entre os movimentos feministas e o Estado. Sarmiento (2017) salienta a emergência do diálogo e cooperação não apenas com movimentos e partidos progressistas, mas também com diversas entidades, estabelecendo novos meios de comunicação governamental.

Essa transição se originou das novas estruturas feministas, fruto de um processo de institucionalização crescente, profissionalização e, em certos aspectos, "onguização", - estratégias implementadas para influenciar organizações tanto internacionais quanto regionais. Em concordância com Pinto (2003), Sarmiento (2017) identifica uma terceira onda feminista surgindo no contexto da redemocratização. Esta fase apresenta novas nuances, notavelmente sua institucionalização e maior colaboração com o Estado, materializada pela criação de conselhos femininos e ONGs. Durante este tempo, destaca-se uma atuação mais focada e profissional por parte das ativistas. Ações como centros de apoio a mulheres e combate à violência doméstica, especialmente diante da falta de leis específicas, ilustram bem esse período.

Nesse contexto, as ONGs feministas, cada vez mais profissionalizadas, avançaram na introdução dos temas relativos ao gênero nas agendas nacional e internacional ao passo que relativizaram em parte sua função de criticar, pressionar e transformar esse

mesmo Estado. As ONGs passaram a ter um papel importante no fornecimento das políticas sociais, enquanto o Estado passou por um esvaziamento da sua função social (Matos, 2014, p. 7).

Segundo Matos (2014), a América Latina, sob o estímulo de entidades financeiras globais e com o respaldo das elites locais, adotou políticas neoliberais. Estas, ao promoverem a diminuição da intervenção estatal e valorizar o mercado como mediador das relações sociais, não conseguiram estabelecer uma base social sólida para garantir estabilidade econômica. Conseqüentemente, os agravamentos de concentração de renda, priorização da estabilidade financeira em detrimento do desenvolvimento humanitário, o aumento da dívida pública, altas taxas de juros e uma significativa crise financeira, causaram impactos históricos.

Mais à frente, na década de 1990, o movimento feminista, já organizado em muitas frentes, assume nova postura. Matos (2008) sugere que, ao invés de simplesmente os classificar como um "movimento social", é mais apropriado entendê-los como um "campo" – o "campo feminista e de gênero". Dessa forma, a nomenclatura engloba uma ampla gama de forças diversas, plurais e descentralizadas, compostas por mulheres que atuam em sindicatos, movimentos estudantis, universidades, parlamentos, partidos políticos, organizações internacionais e outros espaços. Essa atuação, que ultrapassa fronteiras nacionais, agora começa se estende às plataformas² digitais e recursos de comunicação e tecnologia.

Importante dizer que nesse período o feminismo se encontrava associado a agendas dos movimentos sociais, que deixam de se preocupar exclusivamente com demandas de direitos civis e passam a incluir direitos identitários em suas pautas. Os coletivos surgidos no Brasil a partir dos anos 1990 são emblemáticos se considerarmos os “novos movimentos sociais”, conforme sugere Gohn (2010). Nesses movimentos, conceitos como "engajamento", "adesão" e "pertencimento" são reconfigurados, com o capital relacional ganhando destaque em relação às puras definições ideológicas. Prioriza-se a criação de comunidades, ampliando a atuação em redes e solidariedade. Essa orientação adota uma lógica de conexões interativas, levantando a necessidade de renovar as formas de engajamento e ação política.

Os coletivos agora enfatizam uma comunidade mais ampla, não apenas geograficamente definida, mas como uma realidade social interventiva, e reconhecem a importância de não depender apenas da ação estatal (Gohn, 1995, p. 203).

Um elemento importante a considerar é que o senso dos coletivos centrados em problemas específicos surge neste Brasil em transformação, se aproximando das definições que encontramos hoje a respeito dos agrupamentos de mulheres. E diante disto, voltamos

² Este conceito será aprofundado e discutido no capítulo 3, quando explicaremos seu desenvolvimento usando o Instagram como especificidade.

novamente a hooks (2015, 2019), que expressa preocupação ao verificar as problemáticas da incorporação de princípios de individualização valorizados ao extremo pelo capitalismo e pela lógica imperialista do feminismo norte-americano. Hooks, em relação às práticas feministas, dirá que “quando demonstramos a nossa preocupação pelo coletivo, fortalecemos a nossa solidariedade” (2015, p.23). Em contraponto, a autora percebe algumas práticas que considera burguesas, e que se infiltraram no movimento feminista norte-americano, causando confusões entre coletividade e individualidade, como a associação do feminismo a um “estilo de vida”, ou como um produto - impactos da citada aproximação entre feminismo, Estado e políticas capitalistas neoliberais individualizantes.

Hooks apresenta a ideia de que centrar atividades políticas num estilo de vida é, muitas vezes, tentadora. A falsa sensação do envolvimento na prática vem das associações e apropriações da interpretação de que determinado aporte ideológico é um produto utilizável em diferentes circunstâncias, adaptável as mais diferentes propostas, servindo a propósitos utilitários e individuais. Com isso, já no início dos anos 1960, quando escreveu a respeito destes possíveis encaminhamentos no contexto americano, hooks descreve o seu momento histórico ao passo que prevê um desdobramento que viria a se concretizar posteriormente no Sul Global. Ela dirá que:

(...) a prática sem qualquer movimento político que vise um impacto radical e transformativo na sociedade não se pode concentrar unicamente na criação de espaços onde as chamadas radicalistas desfrutem de segurança e apoio. O movimento feminista que acabe com a opressão sexista envolve ativamente as participantes numa luta revolucionária (Hooks, 2019, p. 28).

Com esse apontamento, chegamos cronologicamente nos anos 2000. Há uma divergência teórica a respeito do que é a terceira onda do feminismo. Autoras como Zirbel (2021) afirmam que:

ao invés de pensar o que ocorria nos grupos de mulheres (feministas ou não) do final do século XX como uma terceira onda do feminismo, podemos pensar esse fenômeno como formativo da terceira onda, que surge uma ou duas décadas depois na forma de grandes mobilizações transnacionais (Zirbel, 2021, p. 22).

No entanto, aqui queremos defender uma diferenciação entre quatro ondas, sendo a última, a onda do feminismo em plataformas digitais.

Para Zirbel (2021), que defende apenas três ondas, a segunda fase pode ser vista como se desdobrando por uma extensa duração (de 1940 até o começo dos anos 2000), similar ao que aconteceu com a anterior. Para a autora, no contexto global, o momento mais notório pode ter sido o que trouxe os protestos urbanos nas décadas de 1960 e 1970, tomando as grandes marchas e lutas contra ditaduras, contra a violência, contra a perda de direitos, e contra a repressão do corpo feminino, demarcamos a segunda onda. Com a

retomada da proposta democrática, o feminismo retoma fôlego no fim dos anos 1980 e 1990, em uma terceira onda, influenciando nas artes, na criação de núcleos de estudos acerca da situação feminina, em incontáveis publicações, na entrada de feministas em diversos níveis de cargos de autoridade, na alteração de regulamentos e tradições, na evolução de debates e conceitos, e assim por diante. As pautas decoloniais e interseccionais, além das demarcações de identidade, começam a se popularizar dentro e fora do movimento feminista, e dão margem para criação de diferentes possibilidades de atuação. Aqui, nos alinhamos ao que consideramos como quarta onda, atrelado à reconhecida e avassaladora apropriação do movimento sob os termos das novas (até o momento) mídias.

Verificamos o contexto da ascensão de recursos de tecnologia e individualização das práticas discursivas em contextos digitais. Também destacam a digitalização dos modos de interação das lutas sociopolíticas, que seguiram se diversificando. Os movimentos sociais de forma quase multifacetada, incluso o feminismo, ganham projeção através das marchas televisionadas e apropriação de slogans marcantes, que posteriormente se tornariam as conhecidas hashtags. Este cenário se relaciona com o que, para Matos (2010), se classifica como uma quarta onda do feminismo na América Latina. A autora detalha características dessa quarta onda ao destacar:

1. Expansão da concepção de direitos humanos baseada em gênero, raça, sexualidade, idade e classe social, distante da visão liberal inicial ligada à dignidade humana.
2. Alargamento e diversificação das mobilizações sociais, especialmente no âmbito transnacional e global.
3. "*Sidestreaming*" feminista, que aborda a discriminação de gênero e outros aspectos como raça e religião, reconhecendo feminismos alternativos interligados com lutas globais por justiça social.
4. "*Mainstreaming*" feminista, evidenciando novas relações com o Estado e promovendo ações interseccionais para transformar as instituições estatais.
5. Nova abordagem teórica inovadora que entrelaça raça, gênero, sexualidade, classe e geração, pensando em estratégias transversais e interseccionais.
6. Ressurgimento da relação entre pensamento feminista e movimentos, propondo uma renovação teórica centrada em tradições decoloniais contemporâneas, visando um feminismo cosmopolita (Matos, 2014, p. 11).

No âmbito histórico, temos uma quarta onda associada à incorporação maciça das ferramentas digitais de interação pelas ativistas, pautando inúmeras campanhas que se sobressaíram ao longo dos anos 2010. Essa onda trouxe um estilo de ativismo diferente dos modelos convencionais, pautada por uma estratégia mais nivelada, tipicamente ilustrativa desse intervalo. Habitualmente, a internet é vista como o cenário da disputa feminista moderna, onde as ações se concretizam majoritariamente no ambiente virtual e o pensamento de promover o feminismo pessoal sobressai. Tal fenômeno não é exclusivo do feminismo contemporâneo,

refletindo-se em diversos movimentos sociais. Sarmiento (2017) discorre sobre a mudança da militância grupal para a singular como uma profundidade nas dinâmicas de individualização no ciberespaço e uma elevação da desconfiança face às entidades organizadas de representação e de mídia.

Marques e Biondi (2021) salientam que a quarta onda feminista se alinha ao conceito de “ciberfeminismo”, evidenciando-se por um conjunto de acontecimentos presenciais e digitais, como a campanha *#primeiroassedio* e as *Marchas das Margaridas* e das *Mulheres Negras no Brasil*. As plataformas de mídias sociais assumem, em conjunto com o retorno das grandes marchas, a busca pela visibilidade televisionada e midiática que nos remete à segunda onda. Tal associação às noções de novas tecnologias dos anos 2000, tem uma relevância primordial na propagação do feminismo, sobretudo, através dos recursos disponíveis nas plataformas.

As questões do assédio (na rua, no trabalho, no transporte público, nos espaços de lazer), da misoginia, das agressões sexuais e dos estupros apareceram como motor de várias manifestações virtuais e de rua pelo mundo (Índia, Canadá, Chile, EUA, China, Filipinas). No Brasil foram exemplo disso as campanhas *#MeuPrimeiroAssédio*, *#MeuAmigoSecreto* e *#AgoraÉQueSãoElas* e no plano mais global pode-se citar o movimento *#MeToo*, que resultou em mais de 12 milhões de postagens virtuais em apenas vinte e quatro horas, em abril de 2017. As postagens incentivaram o debate sobre o assédio e a cultura do estupro (Zirbel, 2021, p. 24).

No contexto brasileiro, encontramos algumas similaridades entre as ondas, com problemas que voltam a aparecer, principalmente no contexto da América Latina e a volta de governos autoritários e de extrema direita. Vivemos atualmente um feminismo predominantemente centrado em recursos de propagação digital e campanha de hashtags, práticas inerentes e atravessadas pelas corporações de plataformas, que apresentaram novos formatos de trabalho e reforço do capitalismo como lógica unânime nas relações de comunicação. Sabemos que as plataformas não são neutras, mas isto não impediu que diferentes movimentos se tornassem visíveis e famosos, e que esses espaços se tornassem redes de acolhimento, talvez, de alcance.

Apesar das diferenças de contexto e de experiência de militância, vários grupos de feministas têm produzido uma agenda interseccional pautada nas lutas antissexistas, antirracistas, anticapitalistas, anti-homofóbicas, decolonialistas e eco feministas. Possuem em comum o enfrentamento de formas complexas e entrelaçadas de violência e opressão perpetradas por um sistema que poderíamos chamar de patriarco-capitalo-racista de dominação (Zirbel, 2021, p. 24).

É essencial reconhecer que determinadas ondas feministas refletem segmentos específicos de contextos históricos. Observa-se que muitos dos movimentos presentes no feminismo europeu, em certos momentos, não estavam intrinsecamente conectados à realidade brasileira. Analogamente, várias iniciativas norte-americanas foram replicadas na tentativa de

adaptá-las ao contexto nacional, sobretudo nas discussões relativas a gênero. É notável que certas conexões entre o feminismo da segunda e da terceira onda emergem em cenários históricos análogos. Por exemplo, o cenário global recente testemunhou a ascensão de políticas autoritárias e conservadoras, que priorizam a repressão do corpo feminino, uma dinâmica reminescente daquelas que caracterizavam regimes ditatoriais das décadas de 1970 e 1980. No Brasil inclusive, percebeu-se um movimento de determinados grupos desejosos pela volta da ditadura militar

Retomando velhos problemas em novos contextos, a volta da tendência das ONGs, tradicionalmente associadas à terceira onda feminista, tem adaptado suas estratégias. Atualmente, observa-se uma preponderância destas ONGs na utilização de plataformas de mídias sociais, e de apropriação dos seus formatos para desempenhar um papel que está relacionado principalmente a conscientização de pautas feministas e combate à violência de gênero. Como ilustração, muitos grupos feministas contemporâneos optam pela denominação “coletivos”, estabelecendo presença no Instagram para abordar temas específicos.

Se interpretamos o feminismo como uma sequência de ondas, é imperativo, no presente, revisitar sua trajetória na última década dentro da quarta onda. Para isso, queremos fazer uma contextualização do momento político histórico brasileiro e construir uma linha do tempo de imersão deste feminismo aderente às plataformas de mídia social, entendendo as principais pautas demandadas por ele.

1.2 A Violência contra a mulher no cenário brasileiro contemporâneo

Pensar sobre o feminismo no Brasil nos faz refletir sobre o histórico da luta pelo fim das múltiplas opressões causadas pelo sexismo, e como elas se manifestam de forma materializada através da violação do corpo feminino. Souza e Cordeiro (2014) e Waiselfisz (2015) afirmam que a violência contra as mulheres é um fato antigo e constante em nossa sociedade, o que se diferencia é a sua visibilidade na última década, a atuação governamental voltada ao seu enfrentamento, a criminalização do agressor e a necessidade de superação da violência como condição mínima necessária para a construção de nossa humanidade. Esta categoria de crime possui um caráter peculiar percebido em suas análises: enquanto homens são vítimas de violência principalmente em espaços públicos, as mulheres sofrem violência principalmente no âmbito privado, doméstico e familiar, praticado por pessoas próximas como familiares e companheiros.

A agenda política relacionada às pautas da mulher e de proteção a vítimas de violência de gênero estava atrelada ao Ministério de Direitos Humanos, tendo como marco de visibilidade

a criação da *Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180*, lançado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2005, que contou com atendentes que cobrem o período de 24 horas diárias, inclusive nos feriados e finais de semana - ocasiões em que o número de ocorrências de violência contra a mulher aumenta. As atendentes da Central são capacitadas permanentemente em questões de gênero, legislação e políticas governamentais para as mulheres.

Entre 2003 e 2014, ambas gestões do Partido dos Trabalhadores (PT), as discussões sobre o tema estavam presentes através da Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Nesse período, o país vivenciou alguns avanços históricos como a sanção da Lei Maria da Penha, um marco na categorização da violência doméstica.

O art. 5º da Lei Maria da Penha visa proteger mulheres contra qualquer forma de violência doméstica ou familiar, e que caracteriza esta violência como “ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2006).

A violência física compreende atos que ofendem a integridade ou saúde corporal da mulher, entendida essencialmente como agressão corporal. A violência psicológica constitui-se de atos de ameaça, humilhação, constrangimento, isolamento, limitação de direitos, perseguição e outras ações ou omissões que causem prejuízo à saúde psicológica e ao desenvolvimento pessoal. A violência sexual é entendida como a obrigação de presenciar ou participar de relação sexual não desejada; coação ao matrimônio, gravidez, aborto ou exploração sexual; é a anulação dos direitos sexuais e reprodutivos e da liberdade de decidir sobre sua sexualidade e sobre a utilização de métodos contraceptivos. A violência patrimonial consiste em reter, subtrair, destruir parcial ou totalmente objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos. A violência moral traduz-se em condutas que representam calúnia, difamação ou injúria e são definidos como crimes contra a honra.

No mesmo período, a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher contribuíram para efetivação da Lei Maria da Penha. Estes juizados deveriam fornecer atendimento multidisciplinar nas áreas psicossocial, jurídica e da saúde, atuando junto a criação das Casas-Abrigo e solidificação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs).

Com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres, as ações para o enfrentamento à violência contra as mulheres passaram a ter um maior investimento. Exemplo dessa afirmação foi a estruturação em 2004 do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), cujo um dos eixos é o enfrentamento à violência contra a mulher, elaborado com base na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada no mesmo ano. Seguindo a visibilidade e

cobranças sociais vinculadas às pautas feministas, em 2007, foi formulado pelo Governo Federal o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, com objetivo de prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, sendo seus objetivos específicos:

reduzir os índices de violência contra as mulheres; promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de valorização da paz; garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência, considerando as questões raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional (Brasil, 2007).

Em 2011, a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, e Secretaria de Políticas para as Mulheres, desenvolveram a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, um conjunto de ações integradas voltadas a prevenção e atendimento das mulheres que tinham frentes de impacto na assistência social, na justiça, na segurança pública e na saúde. As iniciativas estão vinculadas a diferentes setores e órgãos, governamentais e não-governamentais, mas como seus pilares estão os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS).

A rede propôs centrais de atendimento a mulheres imigrantes; a criação do Núcleo ou Defensoria Especializado na Defesa das Mulheres em Situação de Violência, que é um espaço de atendimento jurídico à mulher em situação de violência (em especial nos casos de violência doméstica e familiar conforme previsto na Lei 11.340/2006); um Núcleo de Gênero no Ministério Público e um acompanhamento de pena com O Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor.

A rede sugerida para proteger a mulher vítima de violência no contexto nacional se desdobra em frentes de diferentes áreas, da prevenção ao acolhimento. Porém, o contexto da rede segue na direção de uma rede vinculada aos serviços disponíveis para o combate às violências, que consiste na “atuação articulada entre instituições, serviços governamentais, organizações e grupos da sociedade civil, visando à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento a vítimas, à identificação e ao encaminhamento de casos existentes nas comunidades, e ao desenvolvimento de estratégias de prevenção.” (Carreira; Pandjarian, 2003, p. 18).

No entanto, sem aplicação efetiva dessas políticas públicas, a realidade que se faz a conhecer por meio das amplas pesquisas que denunciam as falhas nesse processo e o sucateamento das estruturas que atendem a tal propósito. Em 2015 o governo federal, na gestão de Dilma Rousseff, passa a visibilizar a agenda sob o nome de Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, ato desfeito no ano seguinte por Michel Temer, após

o impeachment de 2016. A partir de 2019, sob o governo de Jair Bolsonaro, retoma-se o título a um ministério, sendo a pasta renomeada como Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, sob a liderança de Damares Alves.

Tensões políticas e aproximação de ideias conservadoras e exaltadoras da ditadura militar, nos levam a reflexão a respeito do papel do Estado na conscientização sobre a violência e do reconhecimento de sua gravidade. Exemplos disso ocorreram durante audiência realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, no dia 16 de abril de 2019, na qual a ministra Damares Alves afirmou que “toda mulher deve ser submissa”. Já em uma outra fala no evento para apresentar melhorias na Lei Maria da Penha e lançamento da “Campanha Sinal Vermelho”, no dia 28 de julho de 2021, a ministra afirmou, a respeito dos ideais de igualdade de gênero “se o menino acha que menina é igual, ela pode apanhar igual. Deus vos fez mais fortes do que a gente” (Violência..., 2021).

Tais reforços de estereótipos de gênero designam a exposição da população de mulheres à morte e segregação, dependendo de uma suposta proteção masculina, enquanto reduzem a vida de milhões de meninas e mulheres a condições precárias de existência. Assim, a insegurança e a vulnerabilidade se tornam uma parte constitutiva da falta de segurança oferecida pelo Estado. Nessa perspectiva, a justiça com as próprias mãos passa por uma versão espelhada da estrutura pela qual as minorias são dizimadas. Ao considerar o empoderamento como uma questão de escolha, como se qualquer mulher pudesse dar um basta em sua situação de violência sem recursos e uma estrutura de apoio estatal alinhada aos princípios da dignidade da pessoa humana esbarramos em uma necropolítica, termo que sinaliza uma gestão pública, política e de poder que coloca os indivíduos em iminência de morte e abandono, baseada em premissas neoliberais de individualidade.

O investimento em dados a respeito da violência de gênero também sofreu mudanças. Em 2019 foi publicado o último relatório do Ligue 180, após três anos de relatórios. Os dados de 2020 em diante estão disponíveis em planilhas avulsas, ou em relatórios de temas gerais fornecidos pelo Sistema de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e Atendimento (SONDHA). Em acesso às planilhas, verificamos que estas contavam com organização gráfica voltada para violência de gênero, oferecendo apenas os dados brutos de milhões de denúncias por semestre, por exemplo, nas análises de “relação ou grau de parentesco” entre vítima e agressor, os dados “esposa e marido” constam no mesmo número, gerando certa confusão sobre qual dos cônjuges cometeu ato violento, ou se outros parentes são os responsáveis pelo crime.

Com tais dificuldades de análise, decidimos recorrer aos relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que apresentam um tratamento objetivo e seguro dos dados.

Como já afirmamos, a problemática da violência de gênero, especialmente contra a mulher, não é fenômeno recente no Brasil e seu crescimento contínuo não tem como fator apenas a pandemia. No entanto, julgamos imprescindível munirmo-nos dos dados mais atualizados, principalmente em virtude das peculiaridades associadas à pandemia da COVID-19 durante os anos de 2020 e 2021 – anos do lockdown. Acreditamos que, ao analisarmos profundamente os números relativos às violências sofridas pelas mulheres nesse contexto, poderemos estabelecer um panorama distinto quando comparado ao histórico geral. Este panorama, a nosso ver, é fundamental para nortear a presente pesquisa.

(...) não se pode perder de vista que o Brasil tem convivido com um quadro perverso que combina diversas formas de violência, índices muito baixos de isolamento social, mesmo com o recrudescimento da pandemia em todo o país, e altos níveis de desemprego e perda e/ou diminuição de renda – trazendo milhões de brasileiros e brasileiras de volta à linha da extrema pobreza. Além disso, a permanência maior de crianças dentro de casa, em função do fechamento das escolas, também contribuiu para o aumento da carga doméstica de trabalho, uma tarefa socialmente imposta à mulher. Diante desse novo contexto social, novos dados e olhares precisam ser mobilizados para que ações de prevenção da violência contra a mulher sejam mais efetivas (Bueno *et al.*, 2021, p. 8).

Nessa perspectiva, recorreremos aos dados disponibilizados pela Datafolha em colaboração com o FBSP entre os anos de 2019 e 2023. Este material, denominado *Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil* (RVI) conta, no período citado, com a 3ª e 4ª edições, correspondentes, respectivamente, aos anos de 2021 e 2023. Ambas as edições contaram com a direção executiva de Samira Bueno. Cabe salientar que a primeira e a segunda edições, referentes aos anos de 2017 e 2019, foram desconsideradas para o presente estudo devido ao fator temporal.

Além disso, buscando reforçar a coleta de dados referente ao período pandêmico, este estudo também fará uso das Notas Técnicas apresentadas pelo FBSP no ano de 2020, intituladas *Violência Doméstica durante a Pandemia de COVID-19* (NTVD), material organizado em três edições entre os meses de abril e julho do mesmo ano.

O RVI apresenta dados relativos ao período de 12 meses imediatamente anterior ao ano de publicação da edição, desta forma, por exemplo, o material lançado em 2023 refere-se aos dados coletados em 2022. Metodologicamente o trabalho se estrutura de maneira uniforme em todas as edições, tratando-se de uma pesquisa quantitativa com abordagem pessoal em ponto de fluxo, com entrevistas realizadas a partir da aplicação de questionário estruturado elaborado pela FBSP (Bueno *et al.*, 2023). O relatório também nos informa que uma em cada quatro mulheres brasileiras adultas foi vítima de algum tipo de violência, seja física, psicológica ou sexual, representando um total de 24,4% da população foco. Entre elas, a maior incidência se

dá entre mulheres separadas e divorciadas, com 35% desse universo sofrendo violência. Sob o recorte racial, as mulheres pretas e pardas são as que experienciam os maiores níveis de violência, somando 52,9% dos casos. Quanto à faixa etária, os maiores índices ocorrem entre 16 e 24 anos.

Em relação aos autores da violência, observa-se que a maioria destes é conhecida pelas vítimas, correspondendo a 72,8% dos casos. O grupo mais representativo de agressores inclui cônjuges, companheiros ou namorados (25,4%), seguido por ex-cônjuges, ex-companheiros ou ex-namorados (18,1%). Notavelmente, a residência apresenta-se como o principal ambiente de risco para a mulher, com 48,8% dos casos de violência ocorrendo neste local.

O *Relatório de Vitimização de Mulheres no Brasil* de 2023 revela que 28,9% das mulheres foram vítimas de algum tipo de violência ou agressão. Com relação à situação conjugal, as mulheres separadas e divorciadas continuam sendo as mais vulneráveis, com uma taxa de 41,3%. Além disso, a frequência de agressões sofridas por este grupo é 125% maior do que entre mulheres solteiras, viúvas ou em relacionamentos ativos. No recorte racial, as mulheres negras (pretas e pardas) continuam a ser as maiores vítimas, somando 65,6% dos casos. O recorte de idade também permaneceu inalterado, com a maior incidência de violência ocorrendo entre as mulheres de 16 a 24 anos.

Cônjuges, companheiros, namorados e ex-parceiros também persistem como os principais agressores, representando 58% dos casos. Contudo, os dados atuais apontam para uma inversão das ocorrências, com 31,3% das agressões sendo cometidas por ex-parceiros e 26,7% pelos atuais companheiros. Neste contexto específico, é importante destacar que 33,4% das mulheres adultas brasileiras sofreram violência por parte de parceiros ou ex-parceiros íntimos, um percentual superior à média global de 27%. Por fim, a residência manteve-se como o local onde mais ocorre a violência, com uma taxa de 53,8%. Outros dados relevantes relacionam-se à percepção da população sobre a violência contra as mulheres. No *Relatório de Vitimização de Mulheres de 2021*, 73,5% da população acreditava que havia um aumento no número de casos de violência, enquanto, em 2023, esse número caiu para 65,2%. Em ambos os períodos, pouco mais de 50% da população presenciou situações de violência.

O agravamento das condições de vida durante o ano pandêmico, especialmente em 2020, mostrou-se correlacionado ao aumento dos casos de violência. As circunstâncias que contribuíram para essa tendência incluíram a queda na renda familiar, a perda de emprego pelas mulheres, o aumento do tempo passado em casa e o aumento da tensão doméstica (Bueno *et al.*, 2021).

A literatura que foi se formando sobre o tema apresentava como principais causas para

o aumento dos casos de violência doméstica as restrições às redes institucionais e familiares de apoio à mulher, a diminuição da renda familiar, a ampliação da manipulação do agressor sobre a vítima em razão do maior tempo de convivência, aumento dos níveis de estresse e aumento do consumo de álcool experimentados no período (Vieira *et al.*, 2020; Marques *et al.*, 2020; Fiocruz, 2020 *apud* Bueno *et al.*, 2021, p. 7).

Ao considerarmos esses aspectos em conjunto com os estratos socioeconômicos e raciais, percebemos que outras situações de vulnerabilidade exercem influência direta nos casos de violência contra a mulher. Mulheres jovens, negras, desempregadas, com baixa escolaridade e sobrecarregadas com o trabalho doméstico foram não apenas as mais afetadas pela pandemia da COVID-19, mas também pela hiperendemia da violência de gênero. Essas observações servem para ilustrar os vários graus de complexidade que envolvem a questão aqui discutida. Diversos estratos sociais coexistem e enfrentam uma pluralidade de crises em sociedades periféricas, como a brasileira.

Nesse contexto, a categorização em relação à escolaridade, aliada à faixa etária – com maior incidência entre 16 e 24 anos nos permite uma interpretação dupla. No RVI 2021, constatou-se que “as mulheres acima de 16 anos com ensino médio foram mais frequentemente vítimas de violência (26,8%) do que as mulheres com ensino superior (23,9%) e as mulheres com ensino fundamental (20,6%)” (Bueno *et al.*, 2021, p. 23). Estes dados apresentam leves alterações no RVI 2023, no qual se revela que 49% das mulheres com apenas ensino fundamental são vítimas, enquanto nas camadas de ensino superior, os números, mesmo que elevados, estão abaixo desse recorte.

Dessa análise, identificamos um caráter duplo. Por um lado, a camada com menor escolaridade é mais suscetível à vitimização, possivelmente por uma naturalização e/ou não compreensão dos diversos comportamentos violentos socialmente construídos, bem como um sentimento generalizado de impotência em relação à saída da situação. Por outro lado, “as mulheres mais jovens possuem uma percepção mais aguçada do que é violência, o que pode estar intimamente relacionado com os dados apresentados” (Bueno *et al.*, 2021, p. 23). Ou seja, o acesso à informação e, principalmente, a compreensão – mesmo que por canais não institucionais ou oficiais – proporcionam maior conscientização e, conseqüentemente, aumento dos dados relatados. Entretanto, por si só, essa consciência não tem se mostrado capaz de reduzir os casos globais de violência contra a mulher.

No contexto da consciência sobre atos de violência, consideramos as ações potenciais que as vítimas podem realizar em resposta a tais práticas. Nos dados tanto de 2021 quanto de 2023, a maior parte das vítimas ainda opta pelo silêncio. Isto está em consonância com uma realidade em que houve um aumento da violência doméstica concomitante à queda de registros

de boletins de ocorrência (Bueno *et al.*, 2021).

O cenário se aplica à rede de apoio para vítimas de violência (família e amigos), em que se nota uma redução na procura por ajuda quando comparado os dados de 2021 (21,6%) aos de 2023 (17,3%). Outra informação que se destaca é a diminuição do papel da igreja como receptor de queixas de 8,2% para 3% entre 2021 e 2023. Esses aspectos se somam a um segmento considerável de vítimas que optam pelo silêncio. Ao analisarmos os motivos para a falta de envolvimento externo nos casos de violência, percebemos uma desconfiança em relação ao poder público, o desmerecimento e a banalização dos atos de violência, além do medo e a concepção de que a situação pode ser resolvida individualmente.

Nem mesmo as delegacias e nem demais instituições de segurança pública estão sendo suficientes enquanto portas de entrada para as mulheres que sofrem violência. As vítimas não procuram a polícia porque não acreditam em sua efetividade enquanto órgão apto para oferecer uma solução para a violência sofrida, o que, em última instância, indica a falta de garantia de direitos fundamentais e da própria capacidade estatal para tanto. O risco, aqui, é a própria vida das mulheres que, como vimos, têm sido mais ameaçadas, e de forma mais grave (Bueno *et al.*, 2023, p. 36).

Esses fatores não devem ser interpretados como uma ausência de demanda por uma intervenção institucional e governamental como meio de proteção e resolução da violência sofrida por mulheres, muito menos como uma aceitação passiva da situação pelas vítimas. Ao contrário, o que se deduz é a necessidade persistente de reforço de políticas públicas voltadas ao combate da violência de gênero. Isto implica o fortalecimento jurídico legal, o fornecimento de apoio legal e institucional às vítimas, a expansão de campanhas de conscientização e denúncia, a maior disponibilidade de informações e o aprimoramento dos serviços de acolhimento.

Os serviços de apoio e acolhimento para mulheres vítimas de violência precisam de adaptação e atualização para um novo contexto, sem abandonar questões não resolvidas. Seja no campo das políticas públicas, seja no pessoal, nas redes de apoio públicas ou privadas, a comunicação e o acesso às vítimas têm exigido novas estratégias capazes de levar a medidas concretas. Nesse sentido, nossa pesquisa procura investigar as interações e experiências comunicacionais em torno das sociabilidades que ocorrem nas redes sociais digitais, especificamente nas páginas do Instagram focadas em relatos de violência doméstica.

A NTVD também está atenta aos reflexos disto nos meios digitais, e expande suas perspectivas, voltando-se para o Twitter como uma plataforma para registros que corroboram os registros oficiais. O relatório apresenta um aumento de 431% nos relatos de conflitos entre vizinhos no período de fevereiro a abril de 2020. Ademais, observa-se um universo de 52 mil menções indicando brigas entre casais e 5.583 menções de ocorrências de violência doméstica.

Esses dados nos auxiliam a formular a hipótese de que o espaço digital está ganhando relevância como local para queixas e relatos de violência contra a mulher, porém regido por outras regras, condições e consequências.

O contexto revelado é de uma situação que, embora apresente algumas variações e mudanças, não exhibe alterações significativas na condição da violência contra a mulher no Brasil. Em outras palavras, a violência contra a mulher continua sendo um grave problema social no país, no qual as vítimas ainda lutam para encontrar meios eficazes de se libertar. No entanto, ao considerar a pandemia como um fator determinante e examinar os dados de maneira mais atenta, percebemos situações que dão suporte aos objetivos desta pesquisa. Existe um perfil predominante da mulher vítima de violência no Brasil. Trata-se, em sua maioria, de mulheres jovens, com baixo nível de escolaridade, vulneráveis social e economicamente, e negras. Da mesma forma, seu agressor é frequentemente seu companheiro ou ex-companheiro. Além disso, a violência ocorre majoritariamente em um local fixo – a residência. Embora esses perfis não excluam outros, é crucial traçar um panorama claro sobre o problema para entendermos a real capacidade de dissociação e escape das vítimas, principalmente no contexto pandêmico e pós-pandêmico, que impõe às vítimas uma espécie de "encarceramento" no mundo real com seus agressores.

Descrença nos órgãos públicos e jurídicos, e inadequação diante das atuais medidas de combate e conscientização do problema, indicam a necessidade de novos canais de apoio e orientação. Com a uma lacuna que revela uma problemática, as plataformas de mídias sociais surgem como cenário que aglomera e explora diferentes ações: denúncias, relatos e consequências do trânsito dessas narrativas, da esfera institucional à pessoal e do privado ao coletivo.

1.3 Reações da quarta onda feminista: o que somos em uma década de *Chega De Fiu-Fiu?*

Considerado este panorama técnico, partimos para uma imersão empírica. A mediatização da vida cotidiana e a crescente participação das comunidades e grupos feministas através de plataformas digitais são indicativos importantes para pensar sobre as possibilidades de compartilhamento de diversas experiências pessoais antes restritas à esfera íntima e privada. Replicando modelos de feminismo que promovem o diálogo entre mulheres, e as reúnem e conectam através da fala, vemos no feminismo das plataformas algumas conexões com esta fórmula já tão conhecida. Os espaços de visibilidade e enunciação das mulheres, enquanto sujeitos ordinários, encontram lugares e espaços não-físicos de afirmação de identidades e atuação de agendas sociais.

Compreendendo a quarta onda do movimento feminista, no deparamos com a chegada

do marco de década das primeiras campanhas amplamente divulgadas no Brasil, que utilizou recursos presentes em mídias sociais variadas para publicização e engajamento, e visibilidade em torno de casos de violência. Nessa trajetória, observamos uma migração do uso de mídias, flutuando entre as plataformas Facebook, Twitter e insurgindo no Instagram, junto a perpetuação do uso das hashtags que seguem pautando campanhas de conscientização ao condensar em um mote textual, uma intenção, símbolo ou marca. Acompanhar rastros do uso dessas hashtags que caracterizam as atuações de quarta onda, nos coloca em panorama o questionamento: onde estamos agora em relação ao feminismo e presença da voz das mulheres no digital?

Ao se utilizar o mecanismo de hashtag em palavras, como salienta Costa-Moura, as campanhas passam a fornecer um meio de agrupamento instantâneo de mensagens e metadados “que a partir daí podem ser acessados, ao alcance de um clique, de qualquer lugar do planeta, juntamente com o conjunto todo (streaming) de mensagens que circulam na rede com a mesma (#)” (2014, p.150). O uso desse recurso se populariza no Twitter e se dissemina para as outras mídias sociais, como o Instagram, plataforma que tem condensado grande parte das narrativas citadas aqui. O uso da hashtag permite filtrar conteúdos quando utilizada na busca, e cada hashtag criada é transformada em um hiperlink que direciona a uma pesquisa para todas as pessoas que também marcaram os seus conteúdos com aquela hashtag específica, sendo ideal para verificação do que está relacionado a “marca”.

O recurso para execução desta etapa foi a pesquisa por hashtags, a ferramenta de “jogo da velha”, “cardinal” (#), símbolo inserido na abertura ou título das campanhas, e transformada em hiperlink, direcionando para o conjunto de todas as postagens marcadas com a mesma tag. Deste modo, este tipo de aglomeração possibilita reconhecer perfis e quantificar compartilhamentos de conteúdo realizado (Recuero, 2009). Entendendo a riqueza de relações comunicacionais que cada uma das campanhas digitais envolveu, buscamos construir neste trabalho uma linha do tempo de cada caso, em caráter descritivo, tendo como recorte as de maior visibilidade ao longo dos últimos 10 anos. Para defini-las, escolhemos o seu impacto empírico, isto é, a que reconhecidamente se sobressaem no debate público, bem como sua relevância no contexto da documentação e produção científica. Esta linha do tempo inicial foi determinante para percebermos em que plataformas nasceram as hashtags, bem como iniciar um processo de afunilamento para nossa pergunta de pesquisa, pensando sobre as configurações da escuta e relatos femininos no cenário de quarta onda.

Todas as hashtags citadas se encontram documentadas em trabalhos presentes em bancos de artigos científicos, dissertações e teses, com dados quantitativos recolhidos e

atualizados no mês de janeiro de 2023. Para construir essa linha do tempo, além de refletir sobre as campanhas e aparições das mesmas na mídia hegemônica e alternativa, foram consultadas as plataformas *Scielo* e *Web of Science* para verificação de periódicos. Também foram consultados os anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - Compós, e da Associação Latino-Americana de Pesquisadores em Comunicação - ALAIC, para consideração de artigos que contemplassem o tema. Na investigação que durou aproximadamente duas semanas, foram usadas palavras-chave “hashtags”; “feminismo”; “ciberfeminismo”; e relacionadas, confirmando as hipóteses a respeito da sua relevância. Desta forma, avancemos para a construção deste panorama.

- **#chegadefiufiu (2013)**

Pelo fim do assédio sexual na cidade.

A hashtag *#chegadefiufiu* foi uma campanha lançada em 2013 pelo coletivo feminista *Think Olga*, que se define como uma ONG que “utiliza a comunicação como principal ferramenta, aliada à tecnologia e estratégias de educação, para criar impacto positivo na vida das mulheres do Brasil e do mundo” (Think Olga, 2024, s.p.). Com o objetivo de combater o assédio sexual sofrido pelas mulheres nas ruas. A campanha se popularizou rapidamente nas redes sociais, principalmente no Twitter, e logo se tornou um movimento nacional, com adesão de milhares de mulheres em todo o país. O termo “fiu-fiu” é usado na campanha para descrever o tipo de assédio no qual um homem emite um assobio, como forma de despejar sua atração sexual por uma mulher no espaço público. Esse comportamento é invasivo, ofensivo e constrangedor, e faz parte de um conjunto de práticas conhecido como “assédio de rua”, combatidas pela ONG. A campanha *#chegadefiufiu* buscou conscientizar a população sobre a gravidade do assédio de rua e incentivar as mulheres a denunciarem essas práticas, além de pressionar as autoridades a tomar medidas mais efetivas para coibir o assédio sexual nas ruas.

A campanha se tornou um marco na discussão do tema e contou com a publicização nas redes sociais, ajudando a evidenciar a dimensão do problema do assédio de rua. Como desdobramentos do movimento, o *Think Olga* desenvolveu pesquisas para conhecer a opinião das mulheres sobre as cantadas de rua, criaram o mapa *Chega de Fiu Fiu*, que identifica o lugar onde ocorrem abusos, e o e-book *Meu Corpo Não é Seu*, um ensaio sobre violência contra a mulher. Junto à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a ONG desenvolveu uma cartilha

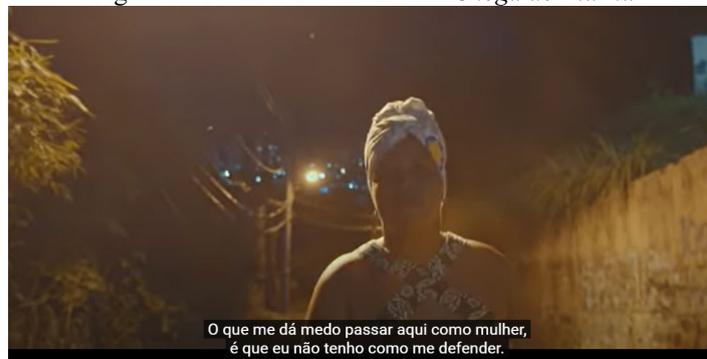
que carrega o título do projeto, e auxilia na compreensão sobre o que fazer ao ser assediada, além de um viés didático sobre onde denunciar. A hashtag ainda virou um documentário no ano de 2018 (Figura 1 e Figura 2), que apresenta o cotidiano de assédios e discute problemas de mobilidade urbana, apropriação das mulheres da urbe e espaço público, junto a discussão sobre cidades que não são pensadas para estes corpos.

Figura 1- Frame de abertura do documentário *Chega de FiuFiu*



Fonte: “Reprodução do trecho do vídeo do Youtube” (Think Olga, 2018)

Figura 2- Cena do Documentário *Chega de FiuFiu*



Fonte: “Reprodução do trecho do vídeo do Youtube” (Think Olga, 2018)

O uso da hashtag chegou a acompanhar alguns relatos e denúncias sofridas por mulheres, que expuseram suas experiências de assédios nas vias públicas, dando início a uma atmosfera de campanha de conscientização que, através do relato, encontravam um eco de validação nas redes sociais.

- **#nãomereçoserestuprada (2014)**

Pelo fim da culpabilização em casos de violência contra a mulher.

A primeira menção a hashtag *#nãomereçoserestuprada* ocorre em 2014, após a

divulgação de uma pesquisa realizada no ano anterior, por meio do Sistema de Indicadores de Percepção Social, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com 3.180 entrevistados. Na primeira apresentação da pesquisa que relevava dados de violência de gênero e comportamento no Brasil, uma amostra de 65% dos entrevistados concorda totalmente ou parcialmente no tópico sobre assédio, afirmando que mulheres que usam roupas que mostram o corpo mereciam ou procuravam por ataques e assédios. Outros 58,5% concordam que, se as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros.

Em resposta aos dados alarmantes, a jornalista Nana Queiroz criou um protesto on-line com o título *Eu também não mereço ser estuprada* no Facebook. A campanha convidou mulheres a publicarem fotos nas redes sociais, utilizando a frase escrita em seus corpos ou em folhas de papel, e acompanhou relatos de indignação. A campanha recebeu apoio e visibilidade da ministra da Secretaria de Mulheres, Eleonora Menicucci e da presidenta Dilma Rousseff. Dias depois da repercussão, o Ipea lançou uma nota esclarecendo um erro na publicação, informando novos resultados, onde os dados corretos correspondiam a “26%” de entrevistados que responderam “sim” para a pergunta “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas?”, o que ainda corresponde a uma preocupante porcentagem.

Apesar de surgir em 2014, a hashtag volta a aparecer em 2016, desta vez como outra forma de protesto. A máxima ganhou novo fôlego como uma resposta a uma declaração do então deputado federal Jair Bolsonaro, hoje ex-presidente da República. Durante uma discussão sobre segurança pública na Câmara dos Deputados, onde Bolsonaro disse à colega deputada Maria do Rosário que ela "não merecia ser estuprada" por ser "muito feia" (Ramalho, 2016). A declaração de Bolsonaro causou indignação e revolta entre as mulheres brasileiras, que se mobilizaram nas redes sociais para repudiar a fala do deputado e denunciar a cultura do estupro e da violência contra as mulheres no país. A hashtag #nãomereçoserestuprada se tornou um dos principais símbolos dessa mobilização no período, e repercutiu posteriormente na candidatura presidencial em 2018.

- **#meuprimeiroassédio (2015)**

Pelo fim das violências na infância e adolescência.

A campanha *#MeuPrimeiroAssédio* foi lançada em 2015 pelo coletivo feminista *Think Olga*, com o objetivo de encorajar mulheres a compartilhar suas histórias de assédio sexual na infância e adolescência. A frase surgiu em apoio à menina de 12 anos que foi alvo de comentários de cunho sexual na internet durante participação em um reality show de culinária. Como descrito na homepage do coletivo, o grupo usou a hashtag *#primeiroassédio* no Twitter

e convidou leitoras e seguidoras a compartilhar suas histórias de primeiro assédio, revelando que a idade média do primeiro assédio era de 9,7 anos – e grande parte dos crimes, 65%, são cometidos por conhecidos. A ONG ainda afirma na página da campanha que “anos de silêncio têm a capacidade de tornar as vozes ensurdecedores quando redescobertas”, pois nos primeiros cinco dias da campanha, a hashtag foi replicada mais de 82 mil vezes, entre tweets e retweets.

Por mais que o objetivo da ONG tenha sido de evidenciar a dimensão do problema do assédio sexual desde cedo na vida das mulheres e denunciar a naturalização dessa prática na sociedade, a campanha incentivou mulheres a compartilhar seus relatos de abuso em diversas plataformas, um tópico de alta sensibilidade. Em resposta, o *Think Olga* afirmou: “acreditamos que se apoderar da própria história é uma forma de ajudar a mulher a se reconhecer como vítima e se libertar dessa culpa” (#Primeiro... 2023).

Assim, a hashtag #*MeuPrimeiroAssédio* evidenciou que o assédio sexual é um problema que afeta mulheres de todas as idades, mas, sobretudo, é perpassada por recortes de raça e classe, considerando a análise das maiores taxas de violações contra grupos vulneráveis nestes contextos. Em 2016, ano seguinte a hashtag, o Disque 100 para denúncias de crimes contra direitos humanos apresentou a maior taxa de ligações com queixas sobre casos envolvendo crianças e adolescentes, fomentando a discussão sobre a criação de mecanismos efetivos para prevenir e combater esse tipo de violência.

- **#meuamigosecreto (2015)**

Pelo fim da naturalização e aceitação da violência contra a mulher no cotidiano.

O surgimento da hashtag acontece em mobilizações que se iniciam no Twitter e migram para o Facebook, mantendo a caracterização identitária do conteúdo. Com a frase #*meuamigosecreto*, mulheres denunciaram o comportamento incoerentes de pessoas de sua convivência, com provocações irônicas para aqueles que não se julgam machistas, e consideram-se livres de preconceitos, mas praticam misoginia e intolerâncias. A ênfase da campanha era incentivar mulheres a contarem umas às outras sobre os casos de assédio ou abuso sexual cometidos por homens que elas conheciam e que aparentavam ser amigos ou conhecidos próximos.

Figura 3 –*Printscreen* da primeira menção da hashtag #meuamigosecreto



Fonte: Cordeiro (2020)

A discussão se estendeu ao promover encorajamento para que outras mulheres também denunciem casos de assédio ou abuso sexual, já que esses crimes muitas vezes são cometidos por pessoas conhecidas e próximas da vítima, o que pode dificultar a denúncia. Além de expor comportamentos prejudiciais, a fim de alertar outras mulheres sobre os riscos de confiar cegamente em pessoas próximas, foi ressaltado que um grande volume de casos de violência contra a mulher acontece em ambientes familiares, em casa, com amigos próximos, ou no trabalho, o que torna o reconhecimento da violência ainda mais difícil junto a descredibilização do relato, ficando evidente que essas mulheres seriam ouvidas e apoiadas caso levassem a diante uma acusação.

- **#maselenuncamebateu (2016)**

Pelo fim da violência intangível.

O coletivo *Todas por Todas* é formado por mulheres que lutam pelos direitos das mulheres e pela igualdade de gênero e promovem campanhas de conscientização e mobilizações de rua. A hashtag #maselenuncamebateu foi lançada pela primeira vez em 2016, como parte do trabalho contínuo do coletivo para conscientizar a população sobre a violência doméstica e promover mudanças sociais que possam ajudar a prevenir e combater esse tipo de violência. A apropriação da frase utiliza o recurso da contraposição para expor situação agressivas, mas que muitas vezes são toleradas ou não denunciadas ao poder público já que não avançam para violências físicas.

Figura 4 - Imagem da campanha transformada em lambe-lambe no Rio de Janeiro, em 2016.



Fonte: Facebook -Todas por Todas (2016).

Figura 5- Vereadora Marielle Franco segurando cartazes da campanha #MasEleNuncaMeBateu em 2016.



Fonte: Instagram - _todasportodas_ (2019)

Figura 6- Relato Publicado no Facebook Todas por Todas



Fonte: Facebook -Todas por Todas (2016)

O objetivo era mostrar que a violência doméstica não se limita apenas a agressões corporais, mas também pode incluir violência psicológica, moral, sexual e patrimonial. A hashtag foi criada para incentivar as mulheres a compartilharem histórias de relacionamentos

abusivos em que seus parceiros nunca as agrediram fisicamente, mas que ainda assim foram vítimas de outros tipos de abusos. A campanha popularizou a hashtag que ganhou repercussão nas redes sociais, com muitas mulheres compartilhando suas histórias e experiências pessoais de violência doméstica, e gerou discussões importantes sobre o tema, levando muitas pessoas a refletirem sobre o que é considerado violência e como ela pode afetar as mulheres de maneiras diferentes.

A frase *Mas Ele Nunca me Bateu* não deixou de acompanhar os relatos associados a violências intangíveis, mas volta à cena das redes sociais como título de uma página que carrega o mesmo nome no Instagram, em 2018, tendo sua primeira publicação no mês de Março. A partir dessa primeira publicação, as administradoras se colocavam a disposição para receber os relatos que se reúnem publicamente em um acervo de depoimentos de vítimas anônimas de violência dos mais diferentes tipos. A conta que ultrapassa os 300 mil seguidores e segue ativa, conta com 3920 publicações, datadas do último acesso, reunindo depoimentos de vítimas associados a tag, informativos sobre violência contra a mulher e imagens de mulheres vítimas ou materiais de identificação do abusador.

- **#metoo (2017)**

Pelo fim das violências silenciadas.

A hashtag *#MeToo* - em português, *Eu Também* - ecoa em 2017 no Brasil. Como uma campanha nas redes sociais que encorajava mulheres a compartilhar suas experiências de assédio sexual e abuso, a campanha foi criada pela ativista americana Tarana Burke, em 2006, mas ganhou grande visibilidade quando foi popularizada pela atriz americana Alyssa Milano em 2017, após as denúncias de assédio envolvendo o produtor de cinema Harvey Weinstein. A campanha se tornou viral, com milhares de mulheres compartilhando suas histórias de abuso, assédio e violência sexual nas redes sociais. O *#metoo* colocou em pauta a dimensão do problema da violência sexual contra as mulheres compreendendo a extensão do assédio sexual e do abuso sexual, especialmente em contextos de trabalho.

A campanha incentivou relatos de mulheres de todas as idades e de diferentes contextos sociais a denunciarem seus agressores e a falar abertamente sobre os abusos sofridos, rompendo o silêncio que cercavam essas questões, sobretudo nos ambientes corporativos. Desde o início do movimento, várias personalidades do mundo do entretenimento, da política e do esporte receberam acusações de assédio sexual e de abuso, gerando discussões sobre a necessidade de mudanças na cultura do trabalho, leis mais rígidas e criação de um ambiente acolhedor que

acredite nessas mulheres e respeite suas narrativas.

O #MeToo tornou-se um marco na luta feminista e se consolidou como um coletivo, além de dar origem a movimentos similares em outros países. Sendo incorporada a pautas e discussões no Brasil, o #MeToo Brasil se tornou uma rede de apoio que conta com meios de combate à violência como campanhas de conscientização, parcerias com figuras públicas e representantes políticos, além da criação de conteúdos informativos nas redes sociais. Dentre estes, nos chama atenção o site principal do movimento, onde afirma-se a disponibilidade de voluntárias em diferentes segmentos, médicas, psicólogas, assistentes sociais e advogadas, que prestam atendimento de escuta e acolhimento. Um dos recursos disponíveis que mais nos chama atenção é a sessão “Desabafos”.

Figura 7 - Printscreen da Página MeToo Brasil da aba de “depoimentos”.



Fonte: MeToo (Desabafos... 2023).

Nessa aba, é esclarecido que “o site do Me Too Brasil também possui um espaço para vítimas que queiram apenas contar suas histórias, sem atendimento pela equipe especializada” (MeToo, 2023). Notamos que a percepção de compartilhamento da própria história vai se consolidando como uma ferramenta de ajuda e prática comum no contexto de hashtags feministas. O movimento ainda explica que estão disponíveis relatos cuja autorização foi dada pela vítima para publicação, e que os textos são escritos pelas próprias mulheres categorizadas pelo movimento como “sobreviventes”.

O “desabafo” como opção de ajuda na aba seguinte do site do *MeToo*, se distingue em uso e finalidade a que sinaliza *Pedido de Ajuda*. Nela estão disponíveis as opções *Sofri abuso*, *quero denunciar e preciso de apoio*, *Quero denunciar abuso sofrido por outra pessoa* e por fim, *Quero só contar a minha história*. Ao selecionar a opção referente ao desabafo, a usuária do site

é direcionada a um formulário em que é esclarecido que a finalidade da função é “APENAS desabafar e contar a sua história com suas próprias palavras”

- **#niunamenos / #nenhumaamenos – 2015 e 2016**

Pelo fim do feminicídio.

A hashtag *#NiUnaMenos* é um movimento que começa na Argentina em 2015, após o assassinato da adolescente Chiara Páez³. A frase que significa "Nem uma a menos" em português, tem sua primeira aparição no Facebook, e tem um *boom* graças ao Twitter, ganhando corpo no Instagram através de imagens dos protestos realizados no período. A campanha que tem ênfase no feminicídio, isto é, o assassinato de mulheres por serem mulheres, foi criada pela jornalista Marcela Ojeda como síntese do sentimento coletivo pelo cessar de tantas mortes e contra a situação da mulher argentina e latino-americana, e culminou em uma manifestação pública em frente à Praça do Congresso, em Buenos Aires. A ação teve repercussão em mais de 200 localidades no país, congregou mais de 200 mil pessoas pela luta pelos direitos da mulher representada por essa hashtag, e mobilizou a luta feminista em toda a América Latina alcançando outros países, como Chile, México, Peru, Espanha e Brasil. (Lopes; Garbado, 2019).

Figura 8 - *Printscreen* da ilustração desenvolvida pelo artista Liniers.



Fonte: Twitter - @porliniers (2015).

O grito que se espalhou rapidamente pelas redes sociais voltou a cena no ano seguinte, em outubro de 2016, quando mais uma adolescente, Lucía Pérez, de 16 anos, foi vítima de três homens que cometeram violência sexual e feminicídio, chocando a Argentina. Em protesto

³ “Autor do crime que originou o movimento ‘Nem Uma A Menos’ é condenado a 21 anos de prisão (CENTENERA, 2017) . Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/08/internacional/1504901804_295940.html. Acesso em 10 de janeiro de 2023.

contra sua morte, novamente as argentinas marcharam segurando cartazes até a Praça de Maio, em Buenos Aires.

Um terceiro uso que se popularizou associado ao *#NiUnaMenos* é o da discussão da descriminalização do aborto, uma das bandeiras levantadas pelo movimento que, organizado, pode participar e pressionar as políticas nacionais na Argentina. Junto com a frase *Que sea Ley* (Que seja Lei), o *NiUnaMenos* enquanto coletivo e associado a lideranças políticas, passou a reconhecer o aborto inseguro como um feminicídio praticado pelo Estado, ao abandonar as mulheres à morte, ao trauma e ao estigma de criminosas, as mudanças na lei chegaram em 2020 com a aprovação do aborto legal, seguro e gratuito.

- **#NãoéNão (2017)**

Pelo fim das violências nas ruas e festas populares.

A campanha intitulada *Não é Não* nasceu em 2017, antes da hashtag, no Rio de Janeiro, quando quatro mil tatuagens removíveis com esses dizeres foram distribuídas no carnaval. A ideia surgiu a partir de uma conversa entre quatro amigas ao enumerarem os incontáveis assédios sofridos frequentemente por mulheres e potencializados no período da folia (Pereira, 2020). Foi iniciado um financiamento coletivo para distribuição dos itens, que em 48 horas arrecadou R\$2.794, e promoveu a distribuição em blocos de carnaval no Rio de Janeiro, e, no mês seguinte, em passeatas do 8 de março.

Figura 9- *Printscreen* do site Não é Não.



Fonte: Coletivo Não é Não (2023)

Atualmente o que surgiu como campanha se tornou um coletivo organizado, que promove a distribuição das tatuagens removíveis como um lembrete no corpo sobre os direitos das mulheres de participarem das festas populares com liberdade. A ideia segue alcançando todo o país e conta com um site que promove arrecadações, organiza palestras, parcerias com

empresas que visem utilizar o mote *não é não* e associarem-se à marca.

- **#MexeuComUmaMexeuComTodas (2017)**

Pelo fim do assédio e violência no ambiente de trabalho.

A hashtag *#MexeucomumaMexeucomtodas* começou a ser utilizada nas mídias sociais em março de 2017 como protesto de diversas artistas em apoio a uma figurinista Susllem Tonani que trabalhou na empresa de televisão Rede Globo e denunciou o ator José Mayer por assédio sexual.

Em uma carta aberta, ela relatou que havia sido vítima de comentários e gestos inapropriados por parte do ator durante as gravações de uma novela. A denúncia aconteceu no quadro *#AgoraÉQueSãoEla* da Folha de São Paulo, que, sob pressão, chegou a ser retirada do ar, mas tomou conta do debate público e desencadeou uma maior visibilidade por ter sido encorajada por atrizes da mesma emissora. A hashtag em questão virou camiseta e movimento com discursos prioritariamente no Facebook e Instagram, sobretudo diante da ausência de responsabilização ao ator acusado.

- **#elenão (2018)**

Pela participação da vontade feminina na democracia.

A hashtag *#elenão* foi criada em 2018 como parte de um movimento de oposição ao então candidato à presidência do Brasil, Jair Bolsonaro, e se inicia dentro do grupo do Facebook *Mulheres Contra Bolsonaro*, que no período contava com mais de 3 milhões de usuárias. A iniciativa surgiu dez dias antes do primeiro turno das eleições de 2018 e partiu de um grupo identificado como de mulheres reunidas contra os insultos às minorias, reiteradamente manifestados pelo candidato. Dessa forma, mulheres começaram a compartilhar postagens em suas redes sociais na internet movidas pela hashtag, se articulando através do uso das mídias sociais para o desenvolvimento dos atos que tomaram as ruas. Um dos símbolos e identidades visuais do movimento foi a peça gráfica que carrega “Ele Não”, e foi compartilhada e republicada por figuras públicas dos segmentos da política, arte, educação, dentre outros.

Figura 10 - Imagem que se tornou identidade visual do movimento #EleNão.



Fonte: Folha de São Paulo (MOURA, 2018)

A campanha era uma resposta a declarações consideradas ofensivas e discriminatórias por Bolsonaro em relação a mulheres, mas acabou mobilizando outros grupos minoritários, que tinham como principal demanda a organização de atos e marchas que impedissem a vitória eleitoral do candidato.

Figura 11 - Imagem da manifestação liderada por mulheres mobilizada pelo #EleNão no Largo da Batata, em São Paulo



Fonte: BBC News Brasil (Rossi; Carneiro; Gagnani, 2018)

Manifestações e protestos em várias cidades do Brasil e do mundo, contaram com a participação de mulheres, pessoas LGBTQIA+, negros, indígenas e outros grupos que se sentiram ameaçados pelos discursos do então candidato Bolsonaro, e ganharam as mídias ao longo de toda campanha que atingiu 114 cidades.

- **#deixaelatrabalhar (2018)**

Pelo fim do assédio no trabalho e nos esportes.

#DeixaElaTrabalhar teve origem no meio digital em página no Facebook e Instagram, e propagou casos de assédios ocorridos com jornalistas esportivas na mídia tradicional, com ênfase no jornalismo televisivo. O estopim do caso aconteceu com no dia 13 de março de 2018: Bruna Dealtry, repórter que realizava a cobertura de uma partida de futebol, foi assediada por um homem que a beijou durante a cobertura, causando revolta não apenas na jornalista que escreveu sobre a violência sofrida nas suas redes sociais, como também nas demais colegas do meio. A campanha ganhou as redes sociais e no mesmo mês colocou em evidência um cenário de machismo e assédio que as jornalistas esportivas enfrentam no exercício da profissão. Em uma publicação de vídeo, cerca de 52 mulheres que trabalham com o esporte, relataram que todas elas já sofreram assédios, além de usar a hashtag como ordem do direito de trabalhar (Santos, 2020).

Apesar da campanha ter sua origem em uma publicação no Facebook, como desdobramento ela se tornou uma conta no Instagram administrada por outras jornalistas e com publicações de vídeos de assédios, publicações de apoio, repúdio a comportamentos abusivos no ambiente de trabalho, e manteve suas atividades até 2019. A hashtag seguiu sendo associada ao universo dos esportes, se tornando uma frase símbolo para jornalistas e todas as mulheres que vivenciam experiências de abuso neste meio como jogadoras profissionais, cinegrafistas, redatoras, dentre outras profissionais.

- **#meuExAbusivo (2019)**

Pelo fim do silenciamento sobre relações abusivas.

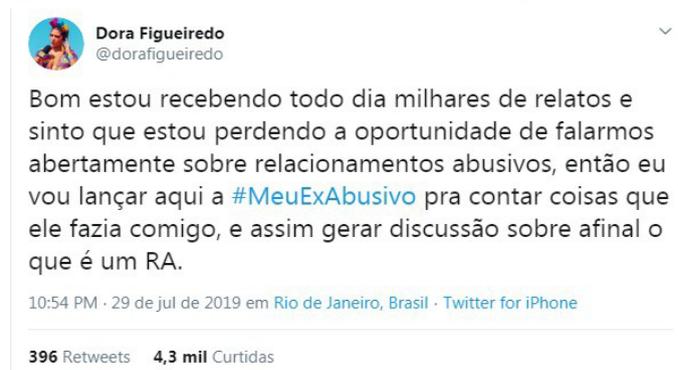
A hashtag lançada através da youtuber Dora Figueredo no dia 29 de julho de 2019, fazia alusão ao vídeo divulgado em seu canal uma semana antes, de título *Eu vivi um relacionamento abusivo*. Contando com 2,9 milhões de visualizações, o vídeo teve desdobramento em mais três: *Como identificar um relacionamento abusivo (Parte 1 e 2)* e *Ele cuspiu na minha cara em público*. Após a publicação do vídeo, Dora Figueredo fez uma publicação em seu perfil no Twitter usando a hashtag *MeuExAbusivo* que acompanhava um relato de violência vivida.

Figura 12 – *Printscreen* do vídeo em que Dora Figueiredo Expõe seu caso



Fonte: “Reprodução do trecho do vídeo do Youtube” (Dora Figueiredo, 2019)

Figura 13 - *Printscreen* de lançamento da hashtag *MeuExAbusivo*



Fonte: Twitter - @dorafigueiredo (2019)

Na publicação, a youtuber afirma “vou lançar aqui a #MeuExAbusivo pra contar coisas que ele fazia comigo, e assim gerar discussão sobre afinal o que é um RA (Relacionamento Abusivo).” Por se tratar de um caso de ruptura de silêncio, o exemplo foi seguido por muitas outras mulheres que iniciavam suas publicações com “nunca tive coragem de mostrar para ninguém”. Além das redes sociais, o vídeo foi publicado em veículos do jornalismo nacional, chegando a ser pauta no programa matutino da Rede Globo, sendo Dora a convidada.

O resultado foi um alto engajamento com depoimentos de vítimas em texto; depoimentos com *printscreens* e imagens de abusos, tweets com frases de apoio e reforço a campanha além de citações de campanhas de conscientização e orientações sobre violência contra a mulher. Esse foi mais um dos movimentos ou campanhas que trabalharam com a ideia do desabafo como recurso de visibilidade para causas de violência, com ênfase em violência doméstica ou efetuadas por parceiros.

- **#vizinhavocênãoestásozinha (2020)**

Pelo fim da cumplicidade com a violência doméstica em contexto de isolamento social.

A hashtag *#vizinhavocênãoestásozinha* foi criada em abril de 2020 pelo coletivo *Agora Que São Elas*, como parte de uma campanha para ajudar mulheres vítimas de violência doméstica durante a pandemia do COVID-19. Devido às medidas de distanciamento social, muitas mulheres que sofrem violência doméstica foram forçadas a ficar em casa com seus agressores, o que aumentou o risco de violência e tornou mais difícil pedir ajuda. A campanha *#vizinhavocênãoestásozinha* incentivou as pessoas a prestarem atenção aos sinais de violência doméstica em seus vizinhos e oferecer ajuda e apoio, sinalizando suas casas com um laço que se tornou símbolo da campanha nas redes.

O coletivo pôs em circulação, pelo seu perfil no Instagram, publicações com textos e vídeos que explicavam como as mulheres poderiam ajudar e apoiar umas às outras destacando a importância da sororidade neste momento (Marques, Biondi, 2022). A campanha também incluiu informações sobre como denunciar casos de violência doméstica e onde buscar ajuda e apoio, como o número 180, que é o canal oficial do governo brasileiro para denúncias de violência contra a mulher.

1.4 A constância da violência doméstica entre as oscilações de ondas feministas

As campanhas evidenciadas pelas hashtags revelam as principais pautas deste ativismo, que associamos à quarta onda do feminismo. Observamos reivindicações voltadas para o combate à violência contra a mulher, que se relacionam com o cenário social e político anteriormente descrito. Entre as questões estão o combate ao assédio nas ruas, à violência sexual, à violência psicológica, ao assédio moral e à proteção de menores. A consistência das hashtags da última década converge para o fato de que mulheres sofreram - e continuam sofrendo - violências. O aspecto de ação social e mobilização por visibilidade para as causas contra violência coloca em reflexão as falhas de amparo do Estado e escassas ações eficazes, criando um vácuo que passa a ser preenchido por iniciativas individuais ou coletivas de mobilização da sociedade civil.

Por isso, o feminismo enquanto fator de agenciamento político e agitador da pauta pública, apresenta questões recorrentes que ganham destaque ou são silenciadas em seu contexto histórico. No entanto, a violência de gênero e a violência doméstica são questões que estão em constante circulação, continuam a surgir em diferentes ondas do movimento, com

variados graus de visibilidade, e seguem em diálogo com as instâncias legislativas e jurídicas de seu tempo. O que observamos em relação às demandas levantadas é a persistência de pautas já abordadas anteriormente em outras ondas, isto é, espaços de direito supostamente conquistados se mostram instáveis e em constante disputa, em uma narrativa pública que segue colocando mulheres como vítimas e homens como algozes.

Hooks dirá que:

(...) uma das mais divulgadas intervenções positivas do movimento feminista contemporâneo é, de longe, até hoje, o esforço para criar e sustentar uma maior conscientização cultural sobre violência doméstica, assim como as mudanças que devem acontecer em pensamento e ação, se quisermos ver o fim disso (2015, p.74).

A autora completa seu pensamento defendendo que o movimento feminista contemporâneo foi a força que revelou e expôs dramaticamente a contínua realidade da violência doméstica, e que atualmente a discussão pública do tema existe graças ao trabalho destas militantes.

Porém, hooks problematiza a repetição destes papéis naturalizados pelo cenário midiático, começando pelo termo “violência doméstica”, o qual sugere substituir por “violência patriarcal”:

A violência patriarcal em casa é baseada na crença de que é aceitável que um indivíduo mais poderoso controle outros por meio de várias formas de força coercitiva. Essa definição estendida de violência doméstica inclui a violência de homens contra mulheres, a violência em relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo e a violência de adultos contra crianças. O termo “violência patriarcal” é útil porque, diferentemente da expressão “violência doméstica”, mais comum, ele constantemente lembra o ouvinte que violência no lar está ligada ao sexismo e ao pensamento sexista, à dominação masculina. Por muito tempo, o termo “violência doméstica” tem sido usado como um termo “suave”, que sugere emergir em um contexto íntimo que é privado e de alguma maneira menos ameaçador, menos brutal, do que a violência que acontece fora do lar. Isso não procede, já que mais mulheres são espancadas e assassinadas em casa do que fora de casa (Hooks, 2015, p. 75).

A autora destaca a importância de integrar a luta feminista contra a violência das mulheres em um movimento mais amplo contra a violência em geral. Ela argumenta que o foco exclusivo na violência masculina no movimento feminista pode reforçar estereótipos sexistas, perpetuando a ideia de que os homens são sempre os agressores e as mulheres as vítimas. Isso, por sua vez, leva a ignorar o fato de que tanto mulheres quanto homens podem perpetuar a violência e a ideia de que é aceitável que um grupo dominante mantenha seu poder através da força coercitiva.

Reflexões como estas, que retornarão ao longo do texto, apresentam sintomas das demandas comunicacionais que se relacionam a cada onda. A utilização das repetições de casos violentos para reafirmar a posição de risco das mulheres, continuam colocando o seio familiar

como centro dos casos violentos, como verificamos em diferentes hashtags apresentadas. Num panorama amplo, a luta por uma jornada digna de trabalho e sem assédios, e a busca pelo reconhecimento da dignidade da vida da mulher, são pautas com variações de opacidade desde a primeira onda do feminismo, enquanto a violência segue em evidência atravessando todas elas.

Na quarta onda do feminismo, a violência emerge como um elo comum nas hashtags utilizadas. Lembramos das marchas e protestos da segunda onda que clamavam pelo fim de regimes ditatoriais violentos e repressivos. Essa memória traça um paralelo com o *#EleNão*, que, mesmo em um regime democrático, protestava contra apologias à ditadura militar e o retrocesso de direitos. Hashtags como *#niunamenos*, *#nãoénão* e *#deixaetrabalhar* dão visibilidade a casos específicos e generalizam a experiência de ser mulher em um mundo violento. Por outro lado, *#meuprimeiroassedio*, *#meuexabusivo*, *#meuamigosecreto* e *#metoo* individualizam a violência, destacando a narrativa pessoal de cada vítima que decide tornar sua experiência pública. Esse cenário evidencia que a violência permeia diversas esferas da discussão.

Os grupos de apoio da segunda onda e as ONGs da terceira onda ganham uma nova roupagem passando a se chamar como “coletivos”. Seguindo a metáfora, a quarta onda se apresenta como um mar agitado destes grupos, de suas intenções e manifestações, onde temos diferentes modos de experienciar o feminismo, talvez, como grande “ressaca” das demais ondas, reunindo um conjunto de insatisfações não resolvidas projetadas em recursos digitais.

Com as possibilidades disponíveis nas plataformas de mídias sociais, dentre elas, a exigência da exposição do “lado” da mulher, encontramos uma valorização da utilização do espaço como uma alternativa a queixas formais. A análise que fazemos do uso das hashtags para exposição de depoimentos e casos violentos é que existe um cenário de não-escuta por parte do Estado, junto a um afastamento dos grupos de política feminista. Consideramos que a exposição digital carrega a ineficiência do poder público em acolher e lidar com os casos que se diluem em meio a um volume incalculável de hashtags, e encontram vasão no ato de comunicar uma verdade velada que conecta mulheres que se propõem a falar. Esse ponto final da história, esse não dito pela mídia hegemônica, se coloca, junto a hashtag, em agrupamento coletivo de relatos e afirmações.

Embora a busca por diálogos entre vítimas e exposição de relatos não sejam novidades, tendo sido táticas empregadas principalmente durante a segunda onda feminista norte-americana e por meio de grupos de apoio e reuniões de mulheres em ONGs nas justaposições de segunda e terceira onda nos países latinos, há uma diferenciação entre as práticas do período

e a atualidade. A retomada do discurso de denúncias abertas das mulheres se expande, conectando relatos outrora pertencentes a esfera privada, aos círculos feministas a redes de informação mais amplas – em aspectos que podem ser vistos como interessantes para o movimento e outros que podem ser complexificados como negativos -, como veremos nos próximos capítulos.

A discussão que conseguimos abrir aqui é de que a violência de gênero se revela como ponto central das hashtags que levantamos, porém, a exposição dos relatos que acompanham o movimento de encorajamento a fala, acontecem, predominantemente nos casos de violência doméstica. Como apresentamos em nosso panorama de dados sobre a violência contra a mulher no Brasil, parceiros ou ex-parceiros lideram o ranking de agressões, representando mais da metade das denúncias nos relatórios de *Vitimização de Mulheres no Brasil*, replicando cenários que remetem a discussões de ondas feministas dos anos 1970 e 1980 onde mulheres tiveram contato com um cenário de encorajamento a procura de apoio em grupos feministas.

Neste contexto, buscaremos agora explorar as conexões entre as diversas ondas do feminismo, procurando compreender como os mecanismos de comunicação e enunciação da denúncia de violência doméstica interagem com os desafios encontrados pelo movimento feminista, sendo recontextualizados conforme o período histórico. Tal análise constrói paralelos que nos levam a refletir sobre como as ações desse passado não tão distante ainda interagem com as questões contemporâneas, especialmente considerando o advento de novas mídias. Voltaremos nosso olhar para a organização do feminismo no Brasil, identificando pontos de interseção entre iniciativas feministas e as demandas expressas nas hashtags. A intenção dessa comparação é avaliar a produção de conhecimento nas áreas da sociologia e da comunicação, já que as mulheres seguem buscando mecanismos para ganhar visibilidade. Se o núcleo da mensagem se mantém ao longo de transformações históricas, mas a forma de expressá-la se transforma, estamos diante de um fenômeno comunicacional que merece ser visto.

2. O SOS MULHER E AS CENAS E QUEIXAS DE GREGORI (1993): PROBLEMÁTICAS CÍCLICAS ENTRE ONDAS DO FEMINISMO

O feminismo se apresenta aqui como um movimento de problemáticas cíclicas que se colocam em evidência ou se tornam dilemas esquecidos por um tempo, sejam por situações de repressões ou por destaques de outros temas. Neste cenário, nos deparamos com a literatura e produção de conhecimento feminista, que passa a escrever e teorizar sob a discussão de gênero. De forma inicial, “construção social e cultural das diferenças sexuais” (Rago, 2012, p. 50), um conjunto de características, comportamentos, papéis e expectativas socialmente construídos que são atribuídos e mantidos para homens e mulheres em determinada sociedade. Esse conjunto de normas e convenções sociais constantemente repetidas e reforçadas por meio da linguagem e dos comportamentos não passam despercebidos aos pesquisadores, que entre os anos 1960 e 1990, passaram a pensar na importância da sexualização do discurso do conhecimento.

Dentre as autoras que discutem a violência de gênero com ênfase na violência doméstica, em recortes históricos e temporais, encontramos textos clássicos como *Morte em Família: Representações Jurídicas de Papéis Sexuais*, de Mariza Corrêa (1983), que revela as intrincadas relações entre gênero e classe presentes na estrutura jurídica dos crimes cometidos por homens e mulheres no âmbito das relações conjugais.

Destaca-se também o livro *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*, de Maria Filomena Gregori (1993), leitura fundamental para a compreensão da violência contra a mulher como um problema da comunicação e da linguagem, junto à análise proposta a respeito do feminismo da segunda onda no contexto brasileiro, que usaremos como base reflexiva para pensar sobre a quarta onda. Veremos, com base na discussão, que o processo comunicativo em que uma mulher se coloca a escuta da outra é, talvez, o maior ponto de interseções entre ondas feministas na atualidade.

A partir da análise da obra *Cenas e Queixas*, identificaram-se similaridades nas concepções voltadas para o acolhimento de mulheres. Neste contexto, buscou-se discernir os elementos comunicacionais presentes na obra que têm ressonância até os dias atuais. O objetivo é explorar essas congruências e elucidar de que maneira cenas e depoimentos podem ser interpretados em paralelo com publicações contemporâneas, em hashtags que centralizam queixas, e relatos sobre violência doméstica. Este tópico visa estabelecer conexões entre diferentes movimentos feministas, proporcionando uma compreensão crítica sobre seus potenciais e limitações, especialmente no cenário atual das mídias sociais, acompanhando a linha narrativa estabelecida por Gregori.

Maria Filomena Gregori, disserta em *Cenas e Queixas* sobre o SOS Mulher São Paulo,

de 1993, como principal objeto de investigação da obra. O projeto se constituiu como uma frente composta por militantes de diversos grupos feministas, que se organizou em grupo a fim de trabalhar no combate à violência contra a mulher, prestando serviços de orientação jurídica e desenvolvendo ações de contato que pudessem estabelecer solidariedade entre mulheres além dos movimentos, com atuação entre não militantes ou não feministas. Para entender o porquê de promover um paralelo entre o objeto de análise do presente trabalho e a obra de Filomena Gregori, é relevante apresentar e contextualizar esse rico texto, uma vez que através dele podemos construir pontes aos antigos problemas que envolvem o corpo feminino no lugar de violência. Corpo violentado este que circula pela oralidade, escrita e imagem.

Assim, o livro narra a criação do SOS Mulher, ao passo que evoca a história, as potencialidades e as contradições do próprio feminismo brasileiro dos anos 1970 e 1980, não tão distantes de questões enfrentadas hoje. Estão reunidas pela autora as narrativas das militantes envolvidas com o projeto através de entrevistas e trechos colhidos com uso de *observação participante* nas reuniões, junto às vozes das mulheres atendidas. Com três anos de duração, este panorama nos ambienta no cotidiano de atuação do que aconteceu em São Paulo. Cenas e queixas acontecem no contexto paulistano de luta contra agressões cometidas contra as mulheres, aproximando as pesquisas das ciências sociais e humanas às pesquisas sobre gênero, um termo até então distanciado das práticas acadêmicas e inerente aos eventos políticos que marcaram este período histórico.

No fim dos anos 1980, narra a autora, havia uma preocupação por parte dos núcleos do movimento feminista paulistano a respeito das violências sofridas por mulheres, e de como quebrar o isolamento promovendo conscientização a respeito do tema. Gregori apresenta que a prática de se reunirem em grupos de apoio feministas tem origem norte-americana, como forma de “adotar uma postura menos passiva diante do mundo” (Gregori, 1993, p.38). Em citação a Rowbotham vemos que o modelo de apoio “é uma forma de lidar com o fato de que a política frequentemente se torna parte da vida de além quando um problema político é diretamente experienciado” (1981, p.132, *apud* Gregori, 1993), com isso percebemos que o SOS Mulher visava oferecer um serviço que se articulasse com os “problemas sociais por elas enfrentados em uma resolução que passe pela mobilização política” (Gregori, 1993. p. 26). Gregori ainda descreve que o projeto nasce de determinada comissão formada por representantes de diferentes coletivos feministas, que, em reuniões, pôde chegar ao objetivo comum: propiciar a mobilização de mulheres através da conscientização dos problemas oriundos de suas experiências de vida. Mesmo sem organização definida sobre funcionamento, na avidez em promover os plantões, as militantes deram início a fundação da iniciativa.

Com esse panorama, podemos estabelecer aspectos que conectam os movimentos feministas dos anos 1980, que deram origem ao SOS Mulher, aos agrupamentos de conscientização presentes nas movimentações de quarta onda: são iniciativas feministas que se manifestam em formato de *rede*, cujo espaço de conexão é destinado a socialização de dores e acesso ao apoio.

A finalidade dessa prática é a de estimular solidariedade e cumplicidade entre as mulheres. Acredita-se, sobretudo, que a emancipação só se efetiva se for resultado de uma experiência coletiva de desvendamento de experiências particulares. Na dimensão pessoal, esse desvendamento implica romper o silêncio (...) na dimensão grupal ele estimula o reconhecimento de que muitos aspectos da vida de cada mulher são partilhados por todas, pois são produtos de uma condição cultural (Gregori, 1993, p. 50).

A comunicação mediada pela plataforma de mídia social se torna espaço de trocas, que se estabelecem na relação identificação-anonimato, onde há amparo no compartilhamento das suas experiências.

Costuramos esta prática com a afirmação de Gregori sobre o relacionamento entre grupos feministas que promovem acolhimento em situações de violência, e o reconhecimento da experiência alheia, outro ponto de conexão entre o feminismo de segunda e terceira onda com o cenário atual. A autora dirá que “o processo de emancipação só é efetivo se criar condições para que as mulheres descubram juntas e em grupo como viver segundo um novo código de comportamento” (Gregori, 1993, p. 49). A cumplicidade promovida por esse modelo de atuação que se verifica no SOS Mulher, é colocada na perspectiva de rede, tensionada entre os temas das violências e afetos, amplificada pela possibilidade oferecida pela teia digital, onde laços amplos e não-submetidos a um espaço físico se configuram como eco infinito e assíncrono.

Também se considera aqui, que estas similaridades partem de um lugar particular da condição da escuta como fonte de apoio, que Gregori classifica como “Terapia Radical”, para a conscientização da própria condição do ser mulher. A autora dirá que esses espaços criam um contexto de intimidade que acontece na comunicação das vivências, junto a um apoio afetivo necessário para que o participante possa aprofundar angústias e medos. O formato terapêutico pautado nesses afetos catalizadores da conscientização não apresenta um rigoroso método, o objetivo é inserir as mulheres em uma visão coletiva a partir das similaridades a respeito do sofrimento causado por diferentes opressões, criando um ambiente didático de aglutinação sob a sombra de uma uniformidade que busca supostamente libertar as mulheres dos homens.

Tanto na segunda quanto na quarta onda, encontramos um feminismo com viés de voluntariado, que tem pressa em agir e promover percepções sobre a própria condição feminina. Na frente feminista da década de 1980, Gregori relata sobre o senso de urgência que se

estabelece na criação do projeto de acolhimento, sob “o signo de ser uma alternativa de organização das mulheres, em contraposição às atuações políticas tradicionais” (Gregori, 1993, p. 38). A organização centrada na escuta é uma prática descrita por hooks (2018) como comum aos movimentos feministas contemporâneos, em que

(...) os grupos de conscientização frequentemente se tornaram espaços em que mulheres simplesmente liberavam a hostilidade e a ira por serem vitimizadas, com pouco ou nenhum foco em estratégias de intervenção e transformação (Hooks, 2018, p.23).

A autora descreve a prática de acolhimento como um local de recebimento de mulheres agredidas, que vinham das mais diferentes realidades em busca de apoio de outras mulheres.

Em um nível mais elementar, muitas mulheres machucadas e exploradas usavam o grupo de conscientização como terapia. Era o local em que expunham e revelavam abertamente a profundidade de feridas íntimas. Essa característica confessional servia como ritual de cura (Hooks, 2018, p.23).

A partir destes ambientes descritos pela autora no contexto dos anos 1970, temos um paralelo com a prática do SOS Mulher, que se aproxima do modelo americano não apenas no exercício de incentivo a declarações das mulheres, mas por propor uma conscientização a partir do espaço criado, buscando promover uma “conversão” ao feminismo. Gregori (1993) relata que parte do exercício de escuta por parte das militantes paulistas tinha como objetivo operar uma libertação dos relacionamentos violentos que chegavam até o movimento, mas nem sempre eram bem-sucedidas, já que as mulheres que recorriam ao SOS Mulher acabavam se identificando mais com seus próprios parceiros do que com as feministas.

Gregori indica que é preciso “averiguar até que pontos as diferenças entre as mulheres não estão sendo negligenciadas” (Gregori, 1993, p. 54), a fim de falar sobre a multiplicidade de vivências, cenários e mulheres que chegavam nos espaços de diálogo. Com isto traçamos o paralelo de análise e levantamos junto a autora que, somente a reprodução das falas pode não configurar o acesso a realidade de todas as mulheres, considerando a multiplicidade envolvida nos casos de violência. Promover um espaço para o desabafo, tinha como objetivo permitir que as mulheres pudessem pensar e falar sobre suas vidas, e, ao mesmo tempo – como consequência espontânea – descobrissem juntas as soluções. De certa forma, “atender” a vítima seria o primeiro passo, seja virtualmente ou como um coletivo.

A Comissão de Luta Contra a Violência sobre as Mulheres que deu origem ao SOS Mulheres vem da iniciativa de diferentes grupos feministas de São Paulo. As discussões realizadas nas reuniões entre as militantes desses grupos são descritas por Gregori e revelam a avidez em levar o tema a público. Neste processo, a autora tece que, na pressa em iniciar o trabalho, as definições sobre as “formas de atuação, o público a ser mobilizado e atendido, o

que entendiam por violência contra mulher, o tipo de divulgação, etc.” (Gregori, 1993, p.33) ficaram em aberto, e a ansiedade impediu uma discussão mais profunda sobre os temas.

Que espécie de plantão ofereciam? Que tipo de ajuda e de comunicação se estabeleceriam com as mulheres? Nenhuma dessas questões foi debatida. O SOS foi criado no calor de um embate entre visões diferentes da prática feminista. E, na paixão do momento, as militantes mobilizaram outras mulheres e entidades, e chamaram atenção da imprensa (Gregori, 1993, p.39).

Um ponto de convergência entre a segunda e a quarta onda do feminismo reside na percepção análoga de urgência, um tema frequentemente debatido no âmbito da cultura digital e que ecoa os procedimentos do SOS Mulher. Diante de questões prementes, com a violência surgindo como uma preocupação imediata dado o risco para vidas, muitas vezes há uma falta de reflexão sobre os desdobramentos de certas ações. Por exemplo, o atendimento no SOS Mulher sem um acompanhamento subsequente ou a exposição de corpos femininos violentados não só evidenciam a efemeridade e a rapidez com que tais conteúdos são consumidos e posteriormente esquecidos, mas também destacam uma tendência à homogeneização no consumo de mídias digitais.

Em um espaço sobrecarregado de informações visuais, a exposição de um acervo de imagens e depoimentos de violência pode resultar na trivialidade do tema, considerando o pouco tempo de reflexão dedicado a eles. Sem a devida complexificação, os pedidos de ajuda, conversas em construção, relatos dolorosos, interações entre vítimas, e o alto volume de casos que são transformados em publicações, podem perder-se em um mar de entretenimentos diversos. O parecer está claro, ele é movido pelo sentimento de urgência em denunciar e lutar contra as violências, decorrentes da organização em pequenos coletivos virtuais ou iniciativa individual para a criação um espaço de voluntariado e conscientização on-line, mas convidamos, em reflexão, a colocar em confronto a intenção e as práticas pouco organizadas.

Neste caminho apressado, o uso dos depoimentos para atribuir a homens e mulheres os seus papéis nos atos de agressão também se repetem na segunda e quarta onda. Gregori narra que, no dia do lançamento do experimento do SOS Mulher, ocorreu um grande ato simbólico que reuniu as militantes no centro do São Paulo. Neste encontro, um grupo de teatro feminista se apresentava buscando a mobilização dos presentes e, através do exercício proposto, fazer com que a audiência compreendesse as dores das mulheres ao retratarem em seu espetáculo situações de espancamento, estupro e assassinatos sofridos.

Na encenação, atrizes que protagonizavam o papel feminino se vestiam com roupas modestas ou como donas de casa, reforçando um aspecto de fragilidade, ao passo que as atrizes que se caracterizavam como homens utilizavam enchimentos para aparentar músculos, bigodes,

a fim de caracterizá-los como figuras fisicamente horrendas. As mulheres ali presentes eram observadoras da representação caricatural da violência, também interagiram deram seus depoimentos pessoais e opiniões, ao passo que seguiam as atuações que expressavam imagens de “sofrimento feminino e maldade masculina” (Gregori, 1993, p.41).

No ato de abertura do SOS Mulher, após o teatro, seguiu-se um júri simulado com ênfase na acusação, e na revolta que tais cenas causaram. Isto posto, ao construir um espaço on-line destinado aos relatos da atroz violência sofrida por centenas de mulheres, voltamos a vestir homens e mulheres nestas mesmas roupas, no entanto, não há representações, os papéis do cenário virtual enquadram a violência bruta, em suas imagens devastadoras, que emergem nas vozes anônimas e em rostos que decidem, em um ato desesperado, expor a sua dor para ter justiça no “tribunal da internet”.

A enunciação do *self* como forma de levantar uma bandeira de transformação social, no caso do livro *Cenas e queixas*, apresenta uma forte motivação política, enquanto nas redes sociais digitais temos motivações difusas. Consideramos que as duas comunidades, tanto do SOS Mulher, quanto nas hashtags levantadas, estão reunidas em torno de traumas internos, ou próximos, que pautam relações com os homens nos recortes de violência. Portanto, ainda que partindo de lugares tão distintos, os dois buscam transformação baseada em premissas feministas, encontrando-se ao olhar de forma indignada para o que se considera o máximo do desrespeito e retirada da dignidade: a agressão.

Gregori relata sobre a construção da identificação entre vítimas e voluntárias, que, baseado nas suas vivências e expectativas, esperavam que as mulheres que recorriam ao SOS Mulher passassem a ter visões semelhantes às delas. No caso do agrupamento on-line analisado, a busca de justiça para as vítimas, embora apresente traços que se aproximam de literaturas feministas, não apresentam claro impulso político, não só pelo próprio feminismo contemporâneo estar entremeado por tantas outras vertentes e particularidades, mas pela busca por justiça estar ressignificada na solidariedade da escuta e do compartilhamento. Esta solidariedade coloca todas as mulheres em patamar de igualdade através do anonimato, ao passo que reforça a autonomia individual sobre a situação de violência exposta. Em outras palavras, é como se, ao contar “minha história” estivesse exercendo a contribuição necessária para mudar o panorama de violência de gênero. Apesar da mobilização do SOS Mulher ser coletiva oriunda de organização política e a mobilização da ter um caráter de ação individual, ambos aplicam simetria eu-outro/eles-nós que chamaram nossa atenção.

Estão ali os fragmentos que reproduzem papéis dos incessantes conflitos de gênero, apresentados num ambiente predominantemente doméstico, praticadas à exaustão e sem

desfechos aparentes. Em sua escrita, Gregori afirma que

os casos são exemplares, não no sentido representativo de todos os casos de violência contra as mulheres. Mas são modelares porque revelam com intensidade que a agressão funciona como uma espécie de ato de comunicação (1993, p. 183).

O que notamos como um dos lados mais cruéis das violências que surgem da coleta de falas da autora, é que a repetição das “cenas” reproduz um repertório anterior que reconstrói e mantém o lugar de vítima, posição que determina que elas sofram no próprio corpo essa perversa reprodução, também trazida pela autora como a “ritualização” das cenas de agressão que tem por efeito rotinizar gestos e ações de extrema violência.

Sobre este ciclo, é importante salientar que tais repetições não partem de aceitação da violência, tampouco do lugar habitual em que se culpa a vítima sobre o injustificável, mas a reflexão levantada pela autora indaga quais são as forças em jogo quando são reforçadas as identidades “vítima e algoz”. No cenário e papéis instituídos, se delineia visualmente uma mulher que sofre, acuada em um canto de seu próprio lar, enquanto o agressor fica intacto. É precisamente para romper e contrapor essa cena estática que deve ter suas visualidades questionadas. Sobre cenas, Gregori ainda afirma:

Cabe indagar em que medida o seu entendimento permite apreender essa situação refeita cotidianamente, onde a mulher é mantida dependente, submissa, e exposta aos atos de agressão. É preciso indagar e contrapor à violência. Mas não tenhamos a ilusão de que o caminho mais profícuo parta da pressuposição de uma dualidade entre vítima e algoz – em que o primeiro termo esteja associado à passividade (ausência de ação) e o segundo, a uma atividade destruidora e maniqueistamente dominadora (Gregori, 1993, p.39).

Compreendendo os impactos desta formação, estabelecemos paralelos entre as ondas feministas e como eles podem influenciar a organização do chamado "feminismo de plataforma" atualmente. As descrições feitas por Gregori (1993) sugerem um direcionamento de discursos de vítimas de violência para um ambiente que promove trocas em um suposto espaço seguro. No contexto do SOS Mulher, o grupo parece ter como objetivo principal conduzir a mulher, e aquelas que ouvem sua história, a reconhecer o prejuízo do sexismo em suas vidas, encorajando-as a se desvincular de relações tóxicas ou a perceberem-se como vítimas. Já nas plataformas de mídias sociais, muitas vezes não vemos uma consequência prática dessa conscientização. As inúmeras hashtags ganham destaque por curtos períodos de mobilização, em que muitas mulheres compartilham suas histórias e participam, porém, nem sempre refletem sobre a raiz ou natureza de suas problemáticas. Para aprofundar nossa discussão sobre isso, focaremos na natureza e estrutura das cenas e queixas apresentadas.

2.1 Encontrando cenas e queixas nas plataformas de mídias sociais

Em *Cenas e Queixas*, Gregori apresenta, em seu último capítulo, fragmentos textuais extraídos das falas das mulheres que participavam do acolhimento promovido pelo SOS Mulher, e que dão título ao livro. A autora costura em sua escrita as percepções sobre os relatos colhidos nas entrevistas e nas rotinas de atendimento do projeto, recriando um enquadramento textual do qual temos, como imagem, um plano em primeira pessoa onde a suposta vítima fala de si mesma e as voluntárias observam. Esse enquadramento específico da descrição do acontecimento da cena de violência, remonta a narração da cena violenta, bem como a noção de prestação de uma queixa.

Gregori (1993) desenvolve a ideia de “cenas”, com descrições e relatos do cotidiano de violência que chegam ao SOS Mulher. Ao analisar as camadas dessas vozes entrevistadas, a autora coloca as cenas em movimento, com o desmonte de um quadro estático de reforço à passividade feminina na análise dos trechos que desmembra narrativas em sua complexidade comunicacional. No teatro ou cinema a ideia de cena pode ser considerada uma situação de representação, com falas em roteiro que são repetidas exaustivamente até que cada um compreenda o seu papel, e, ao usar este termo junto aos trechos levantados nas entrevistas a respeito das agressões, a autora compreende os recortes repetitivos das relações que ali se mostram.

Pensar sobre cena nos remete frase: “Cuidado! Cenas fortes. Alerta de gatilho”, que adverte o espectador antes de um registro de violência, conferindo-lhe a opção de ler ou ver. Aos que decidem encarar, a reconstituição do momento de violência é apresentada, e no silêncio do texto ou na impotência da tela, a ação se destaca. A cena: dois corpos em desarmonia em um ambiente doméstico. Revolta, gritos, força bruta, autodefesa. As construções narrativo-imagéticas formam-se de maneira nebulosa na mente do ouvinte ou leitor, impulsionadas pela busca do desfecho.

A descrição da violência frequentemente evoca a ideia de cena. A imagem da mulher, no contexto de violência, manifesta-se em diferentes acepções de cena: está na acusação do parceiro ao dizer “ela gosta de fazer cena”; se faz presente na chamada do noticiário ao retratar mais uma “cena trágica” de agressão; constitui a “cena do crime” no feminicídio e molda-se nos cenários narrativos. A cena captura um instante. Ao conectar esses fragmentos sobre o uso da cena, mentalmente delineamos uma imagem que destaca o corpo feminino no horizonte da visão, como se cada palavra gradativamente se transformasse na figura desta mulher, cujo rosto permanece oculto.

Refletir sobre este composto imaginário nos permite explorar como o panorama de violência interage com a percepção do outro. Examinar a materialidade que se manifesta na

fotografia e na escrita, busca entender a cena como uma interação entre ver e ser visto, entre objeto e sujeito, servindo como base para analisar as dinâmicas a que essas cenas/imagens estão submetidas. Ao conceber a cena como um duplo, questionamos o propósito delas, ao considerar que nestas cenas se encontram áreas de poder e controle narrativo, considerando que os fragmentos propostos são condicionados pelo contexto e pelos discursos dominantes.

A forma como a mulher é retratada na história ocidental, especialmente através da arte e, mais recentemente, do jornalismo, cinema e publicidade, influencia o imaginário associado a esse corpo. Berger (2008), ao analisar a presença feminina na imagem, pondera que, enquanto no homem “a presença é sempre voltada para um poder que ele exerce sobre o outro” (2008, p. 46), estabelecendo uma exteriorização do objeto, a mulher vivencia uma duplicidade: a mulher que observa a si mesma e a mulher sob o olhar alheio, mais especificamente, o olhar masculino (Berger, 2008).

A cena propõe uma dualidade movida pela própria dinâmica da palavra. Barthes (1981) discorre sobre a “Cena” nos *Fragmentos do Discurso Amoroso*.

Quando dois sujeitos discutem segundo uma troca regrada de réplicas e com o intuito de ter “a última palavra”(…): a cena é para eles o exercício de um direito, a prática de uma linguagem da qual são coproprietários; um de cada vez, indica a cena, o que implica nunca você sem eu, e vice-versa (p.51).

A teatralidade da cena relacionada ao relacionamento amoroso, como proposto por Barthes, já sugere a cena como um espaço de conflito, carregado de disputas de papéis. O principal papel é do herói, aquele que encerra a cena, que profere a última palavra. Na situação de violência, a última palavra é a força bruta. Porém, na descrição e composição de uma cena, a exteriorização descritiva é vivenciada em contato com a validação do outro.

Neste mesmo sentido, pensemos sobre a queixa. Gregori dirá que “a violência conjugal é vista pelo feminismo como expressão radical da relação hierárquica entre os sexos no núcleo familiar” (1993, p.92). Nessa relação assimétrica, o homem ocupa a posição de mando, podendo fazer valer a sua autoridade para punir, exigir e, por vezes, agredir os outros componentes da família. Para Gregori (1993, p. 93) “a queixa é a narrativa em que a pessoa que é objeto de algum infortúnio constrói discursivamente a sua posição enquanto vítima”. Essa forma de descrição narrativa peculiar, segundo a autora, expõe e, paradoxalmente, alimenta/incita/reitera algumas das condições que fazem operar a violência ao reproduzir as dicotomias. A autora afirma que a queixa é uma construção descritiva. O narrador delinea os eventos, caracterizando os personagens: um "eu" como vítima e um "outro" como transgressor. Os eventos narrados têm a função específica de corroborar a perspectiva do narrador sobre uma dinâmica dualista, na qual os personagens ocupam posições opostas. A queixa é expressa de forma monológica, articulada

com o objetivo de ser ouvida.

Gregori constrói a diferenciação desta categoria de exposição, pela qual os indivíduos falam sobre si mesmos ou sobre suas vidas em contextos, e cita uma outra modalidade, que é a confissão.

A confissão, tal qual realizada pela Igreja católica, a queixa como é exigida em instituições policiais. Em vários aspectos, contudo, a queixa é o contrário da confissão. A confissão obriga uma espécie de averiguação interna: aquele que confessa deve buscar meticulosamente os seus pecados dentre suas condutas e especialmente nos seus sentimentos e desejos. A enunciação deles passará por uma "diagnose" moral sobre a qual o confessor atribuirá a culpa e a punição. Cumpridas as exigências punitivas, o pecador terá expiado a sua culpa. A confissão apresenta, nessa medida, um movimento - interiorização e expiação - em que O objeto narrado recai sobre o próprio narrador (Gregori, 1993, p. 192).

A confissão exige uma introspecção: o confessor deve escrutinar minuciosamente suas ações, sentimentos e desejos em busca de seus pecados. Ao declará-los, eles são submetidos a uma análise moral, na qual a culpa e a devida penitência são estabelecidas pelo sacerdote. Após cumprir as sanções prescritas, o pecador redime sua culpa. Nesse contexto, a confissão desencadeia um processo de introspecção e redenção, onde o foco narrativo se volta para o próprio narrador.

Em um texto constantemente evocado pelo feminismo, em suas múltiplas camadas, contradições e impactos, *Teoria King Kong* de Virginie Despentes (1969, p.128) discorre sobre como crimes de violência sexual são silenciados pela vergonha e estigmas do crime, e se tornam confissões não admitidas ou segredos que envergonham a própria vítima num exercício de transferência de culpabilidades. A confissão é uma ponte entre o oculto e o revelado, mas não está no campo daquilo que é visto. Ela seguirá delegada aos sacerdotes ou ao sistema jurídico nas atribuições das culpas.

Uma outra palavra que pode ocorrer ao leitor diante dos textos é a ideia do testemunho. No entanto, o testemunho traz consigo o distanciamento de não precisar viver para testemunhar, considerando que a testemunha pode ter apenas presenciado o fato do qual ela tem conhecimento. Já na queixa, Gregori afirma haver uma total inversão em relação a culpa, pois a narradora expõe um contexto - mediante fatos descritos - para mostrar que ela é isenta de culpa diante da violência. Em termos jurídicos, uma queixa pode se referir a uma alegação formal de má conduta ou crime, geralmente apresentada a uma autoridade policial ou judicial. Neste contexto, a queixa pode dar início a uma investigação, considerando que a confissão encerra, a queixa inicia.

O que a caracteriza é uma averiguação que busca a culpa no outro. Seu movimento é o da exteriorização (mais vale dizer o que o outro fez e discorrer sobre o que se sente em função

dessa ação externa) e o da culpabilização, a exteriorização, o “colocar pra fora” é a forma de expiar não um pecado, mas o silêncio. As mulheres, ao relatarem as situações de violência a que foram ou estão expostas, narram mais sob a forma de queixa do que de confissão.

A queixa apresenta um ritmo peculiar. A descrição dos acontecimentos é feita passando de um infortúnio a outro de forma que, o cabo da narrativa, a situação total (enquanto soma) de sofrimento está retratada (Gregori, 1993, p. 195).

Em suma, enquanto a confissão proporciona a expiação e o testemunho detém o compromisso com a verdade jurídica, a queixa se abre de novo para julgamentos, ressonâncias e identificações.

Nas publicações observadas nas plataformas de mídias sociais, notamos a ausência da configuração tradicional de escuta, tão comum em grupos feministas, e em seu lugar, a proposta de uma publicação que articula a expressão verbal a outros elementos midiáticos. A premissa central de uma publicação em rede social é disseminar informações, ideias, sentimentos ou atualizações a um público que, dependendo das configurações de privacidade do usuário, pode variar desde um círculo restrito de amigos até uma ampla audiência global. Cada plataforma possui características e formatos específicos, possibilitando, entre outros, o uso de texto, imagens, vídeos e áudios.

Em uma publicação feita por uma mulher que opta por tais meios, encontramos tanto uma descrição detalhada através de textos e imagens quanto o emprego desses recursos para elucidar uma queixa mais ampla; queixa essa que, frequentemente, não se enquadra em um boletim de ocorrência, mas surge como a manifestação final de uma heroína frequentemente invisibilizada. Nesse cenário, Gregori (1993) aborda questões sobre a "queixa", sugerindo que por meio dela buscamos suporte e compreensão no olhar do outro. Ao mesmo tempo, a queixa estabelece um quadro centrado no "agente específico e não no sistema de padrões culturais que o envolve" (Gregori, 1993, p. 196), o que pode induzir sentimentos de aversão em relação a um indivíduo, correndo o risco de negligenciar a necessidade de confrontar fatores sistêmicos subjacentes.

Como visto através do levantamento contextual e histórico aqui apresentando, a quarta onda permite ampliar a perspectiva sobre a "queixa", um modo de comunicar dores e sofrimentos presente entre grupos feministas de segunda onda e que se perpetua com novas roupagens. Por meio das funcionalidades oferecidas e das interações permitidas, é criado um potencial de cena que desliza entre o relato em si e os comentários, conexões para outras cenas, o despertar de outras imagens e as próprias interpretações possíveis quando falamos de alcances difusos.

Um exemplo concreto de cena/queixa no ambiente de plataformas é a prática do *exposed*, recorrente nas hashtags feministas apresentadas, que convida as mulheres a se colocarem em publicações em que escancaram efetivamente as situações vivenciadas em suas relações com parceiros abusivos. De forma a compreender o desmembramento da cena e da queixa no formato *exposed*, aprofundaremos o termo, suas origens e problemáticas.

2.2 Investigando as práticas do *exposed* no contexto de quarta onda do feminismo

Dentro do recorte histórico em que se desenvolve este trabalho, avaliamos em nosso levantamento contextual que nos anos entre 2020 e 2022, existe uma multiplicação ainda maior de hashtags. Os excessos acabam pulverizando as atenções concentradas ou campanhas de grande visibilidade, mesmo as criadas pelo Governo Federal ou outras instituições de combate à violência contra a mulher, não apresentando a aderência que já tiveram outrora.

Nossa hipótese é a de que isto tem ocorrido através de certa fragmentação dos grupos, que substituíram a ativação de uma hashtag ou participação em campanhas, pela discussão destas pautas em perfis específicos, ou ainda em práticas autônomas de exposição da violência. A difusão também revela que as hashtags surgiram como gritos de ordem, mas ao longo da última década, se tornaram marcas, sendo, inclusive, apropriadas por empresas em campanhas publicitárias.

Frequentemente, as hashtags citadas em nosso levantamento, acompanham narrativas ou incentivo ao compartilhamento de histórias. E uma das práticas vinculadas a hashtags ou avulsas que qualificamos como pertinente neste levantamento é o *exposed*. O termo ainda não encontra espaço nos dicionários de expressões informais ou verbetes brasileiros, mas ganhou visibilidade, importado como prática norte-americana relacionada aos desabafos que envolvem queixas e acusações.

Enquanto palavra, *exposed* significa “expor” “expressar” “tornar público”, mas usar esse termo enquanto prática nas mídias sociais está associado ao ato de criar uma publicação que descreve ou relata uma atitude questionável, inapropriada ou criminosa de um indivíduo para com quem escreve. O fato interessante é que nem sempre o agressor é exposto em seu nome e imagem, mas a vítima é.

Explicamos: a ação do *exposed* está relacionada a uma narrativa pessoal, e tratando-se de casos de violência, a prática do *exposed* pode vir ou não acompanhada da identificação do agressor e é dotada de uma estética textual em que a vítima se mostra, declarando publicamente

sua condição. Na perspectiva jurídica, existem opiniões conflituosas a respeito deste método de denúncia, e as situações tratadas se referem a temas variados, mas em comum apresentam a busca pelo apoio sobre um acontecimento, de forma a contar situações que causavam medo e constrangimento.

O *exposed* pode ser realizado em textos que identificam a vítima e acusam abertamente o agressor, ou ainda acompanhar fotografias como provas, imagens com caráter de denúncia e *printscreens*, vídeos, enfim, aquilo que a vítima considerar necessário para conseguir justiça pelos olhos de outro. Essas narrativas e performances se propõem a serem apoio para as mulheres, mas atuam dentro de um escopo de controle, junto ao reforço da visibilidade que só vem através de pautas vinculadas a um corpo sofredor ou sujeito, que, decide “expor” seu abusador ao passo que a exposição é uma via de mão dupla.

O *exposed* revela caminhos interessantes do ponto de vista comunicacional, sobretudo, quando o encaramos como uma forma de pensar a queixa de Gregori (1993). A queixa é a narrativa de construção da vítima, tendo em vista o convencimento de sua posição. A comunicação é uma ação com o outro, uma interação, marcada pela reflexividade. Portanto, no *exposed* e na queixa, temos com a busca do outro, a confirmação de uma cena que é recriada na alteridade.

França afirma “o que dizer então dessa interação com outro indivíduo – dotado, como nós mesmos, de linguagem e de uma inteligência reflexiva?” (2016, p. 160). Citando a autora, entendemos que nos comunicamos para afetar (de alguma maneira) o outro. Na prática do *exposed* podemos perceber que o movimento de afetação é complexo, e compreender que essa modalidade de exposição de si, de outro, para outro, condessa um potente gesto comunicacional. França também dirá que:

A comunicação está longe de ser uma cadeia linear estímulo-resposta, é dupla afetação, dinâmica de ida e volta, reflexividade. Supõe consciência do outro (quem ele é, como está reagindo ou irá reagir) e autoconsciência (consciência da própria atuação e formas de expressão) (2016, p. 160).

A projeção desses diálogos funciona em uma lógica de circularidade: projetando o outro, e, prevendo a afetação que desejo provocar nele, para o acusado de agressão, a vergonha, e o vexame; para o leitor do *exposed*, a revolta pela agressão, a raiva, a vingança, e a indignação.

Assimilando-o enquanto prática comunicacional, ainda em diálogo a França (2016), entendemos o *exposed* como um formato público de queixa, no qual a vítima almeja causar uma determinada impressão ou induzir uma certa reação no interlocutor, na intenção de promover modificações não só no olhar do outro, mas também em suas próprias percepções e emoções sobre si mesmo por meio da validação externa.

No *exposed* de um relacionamento abusivo a queixa se expande, podendo incluir testemunhos pessoais, evidências visuais como fotos ou vídeos, comunicações escritas que evidenciam o abuso, e relatos de terceiros. Enquanto a revelação pode oferecer à vítima uma sensação de justiça, apoio e recuperação do controle, como acontecia nos grupos de acolhimento feminista. No contexto de plataforma a prática vem acompanhada de riscos, como retaliação por parte do agressor, reações negativas do público, desgaste emocional e possíveis implicações legais.

Entendemos que, o *exposed*, assim como a queixa, é um subproduto inerente à cognição e à expectativa da resposta alheia, pois, ao ponderar sobre a possível reação do outro, a vítima entra em uma dinâmica autoestimulante, inevitavelmente afetada. Observar essa prática mostra que, como os teóricos da comunicação já puderam explorar, e conseguimos afirmar através dos objetos empíricos apresentados, a relação com o outro não é meramente passiva ou unidirecional, mas um sistema de mão dupla, em que a influência é recíproca e os impactos são simultaneamente internos (os autoprovocados) e externos (influenciados pelo outro).

Este entrelaçamento complexo entre o 'eu' e o 'outro' reflete a intrincada natureza da interação humana e do autodesenvolvimento, onde coexistem as interações, não apenas como entidades distintas, mas também como reflexos interdependentes:

Não apenas vamos nos modificando e nos construindo na frente do outro, como vemos a interação ir se constituindo para além de um e do outro, em decorrência daquilo que ambos fazem juntos. Esse traço de reflexividade no bojo da comunicação, assim, nos evidencia duas coisas: que os modelos interativos não estão pré-construídos de forma definitiva, mas vão sendo conformados no bojo da interação, em função da intervenção dos interlocutores, que de forma alguma são completamente previsíveis; que os indivíduos são afetados – e se modificam – no curso das interações (França, 2016, p. 162).

Proporcionalmente, da mesma forma que um indivíduo molda o desenvolvimento das interações e dos processos comunicacionais, ele também se consolida como entidade autônoma no cenário e por meio da comunicação, contexto esse reforçado pela individualização excessiva que se forma na internet. Este processo de comunicação não somente estrutura os indivíduos no contexto social, mas também provoca alterações contínuas em seus níveis de conhecimento, estabelecendo uma dinâmica constante de aprendizado e adaptação.

Consideramos que a exposição de relatos violentos manifesta o desejo de, na interação, conseguir um posicionamento exterior - um processo que não só aprofunda a compreensão de nós mesmos, mas também expande a variedade de escolhas à nossa disposição ao assumirmos diferentes posições ou papéis. Essa reivindicação de papéis sociais nos torna mais conscientes sobre como nos apresentamos ao mundo, à medida que navegamos e negociamos nossos caminhos através da teia complexa de interações sociais.

As expectativas sociais exercem um papel crucial nesta dinâmica, forçando-nos a reconsiderar nossas opções, influenciando ativamente a construção de nossas ações e definindo nosso papel no mundo. Nesse contexto, elas servem como uma espécie de espelho que reflete de volta para nós a imagem que a sociedade tem de nós mesmos, permitindo-nos ajustar nosso comportamento e ações de acordo com essa percepção, para cumprir ou contestar as normas e expectativas existentes. Ademais, essas expectativas sociais não são estáticas ou imutáveis, mas estão constantemente em fluxo, assim como a própria sociedade, onde cada interação, cada ato de comunicação, cada momento de autopercepção em relação ao outro, contribui para a reconfiguração contínua de nossos entendimentos, nossos papéis e nossas identidades.

França afirma que “o compartilhamento de elementos da realidade, viabilizado pelo conhecimento alheio, nos influencia e transforma” (2016, p. 164). Compreendendo que é por meio da comunicação que influenciemos o outro e nos constituímos como sujeitos sociais, buscaremos definições das novas configurações da cena e da queixa, manifestadas em *exposeds*, para avaliar o grau de envolvimento das plataformas de mídias sociais nesse contexto. A reflexão sobre essas alterações, sob uma perspectiva histórica e textual, permite entender como a comunicação se modificou conforme os diferentes contextos, e como mesmo gestos comunicacionais, que podem parecer idênticos, adquirem novas nuances quando associados a hashtags. Neste cenário, as mulheres tomam a iniciativa de narrar suas próprias histórias sob essa nova perspectiva, sem se desvincular das práticas passadas, mas integrando aspectos das diversas fases do feminismo, evidenciando sua relevância com um caráter fluido.

O embasamento teórico proposto nos leva a questionar o cenário em que essas transformações ocorrem e, enquanto fica claro que a partilha de experiências se efetiva com validação externa nas queixas e *exposeds*, surge a necessidade de avaliar o que os novos ambientes oferecem a essas mulheres. Diante da lógica de exposição, somos impulsionados a considerar a natureza da expressão das mulheres que usam as mídias sociais como ferramenta de compartilhamento. Reconhecemos que essa dinâmica ocorre em plataformas específicas, mas nos questionamos sobre sua estrutura e sobre onde localizamos concentrações específicas de cenas e queixas. Com esse entendimento e tendo clareza dos objetivos deste estudo, estamos prontos para uma análise teórica mais aprofundada das plataformas.

Neste cenário, vemos o *exposed* como um desdobramento da ideia da queixa, adaptando-o às práticas contemporâneas. Existem muitas formas pelas quais as cenas e queixas aparecem no cenário de plataformas, e o *exposed* é uma delas. Todo *exposed* está acompanhado de uma queixa, mas nem toda queixa acompanha a exposição pública e nomeada do agressor e da vítima, por isso seguiremos investigando as possibilidades.

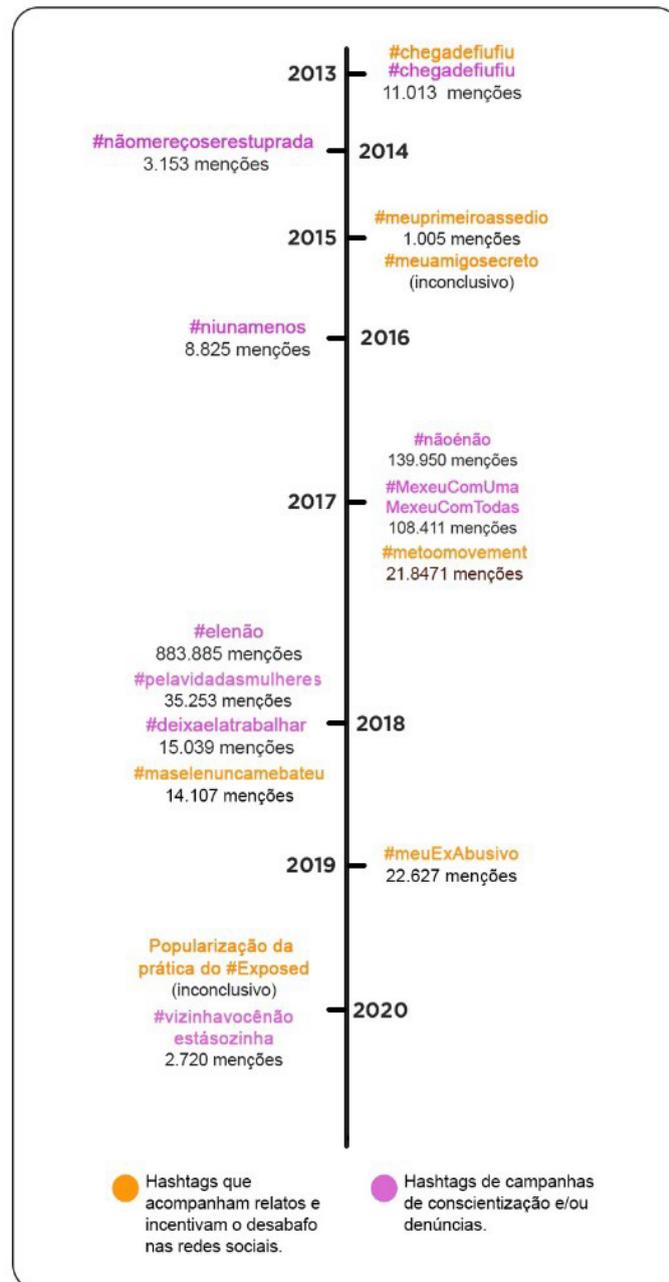
2.3 O Instagram no centro da queixa

Verificamos em nossos levantamentos que o Instagram tem sido amplamente utilizado para difusão de hashtags, institucionalização de coletivos ou movimentos através da criação de um perfil, promovendo a discussão da violência doméstica, ampliando discussões estéticas, éticas e políticas que o rodeiam.

Acompanhando o desempenho quantitativo sobre a presença das hashtags feministas na plataforma, chegamos ao seguinte quadro, que visa atribuir marcos temporais ao uso da ferramenta, classificando as que carregam relatos pessoais de queixas ou *exposeds*, das que estão mais centradas na concepção de *brand* da hashtag.

Figura 14 - Linha do Tempo das Hashtags no Instagram e suas respectivas menções no formato hashtag,

disponibilizadas na busca do aplicativo e divididas em categorias.



Fonte: Elaborado pela autora com dados de fevereiro de 2022 (2022)

Estruturamos nossos resultados nesta linha do tempo, na decisão de nos deixar expor a uma enxurrada de informações contidas em cada uma delas e através delas. Acreditamos que, com a popularização destas práticas, encontramos no Instagram um ponto importante de destaque dentre as outras plataformas.

No Instagram, percebemos que tais campanhas de hashtag têm impulsionado episódios comunicacionais que podem ser considerados exemplos de mobilização e questionamento de violências por meio de dispositivos interacionais. Essas campanhas passam pelo cotidiano e

experiência de uso do Instagram das mulheres, e podem trazer visibilidade para as causas defendidas, além de levantar provocações, conscientização sobre questões de gênero, e funcionar como base de dados.

Nesse exercício, verificamos que essas movimentações facilitam o encontro e compartilhamento de experiências, nos levando à identificação de dois eixos analíticos específicos: a) a concentração de contato entre vítimas de violência através da troca de experiências, desabafos e exposições autobiográficas, revela aspectos da busca da validação do “eu”; b) a queixa é uma via de dupla exposição das dores apresentadas, quem expõe o outro também se expõe.

O Instagram é uma plataforma de mídia social que exige um investimento significativo por parte dos usuários, tanto na produção quanto no consumo de conteúdo. A rede foi delineada em textos que reconhecem sua potência como espaço de reflexividade (Cunha, 2022; Recuero; Salgueiro; Viegas; Bonoto; Soares, 2021; Lemos, Manovich 2020, 2016). Verificamos em nossos levantamentos que o Instagram tem sido amplamente utilizado para difusão de hashtags, institucionalização de coletivos ou movimentos através da criação de um perfil, promovendo a discussão da violência doméstica na imagem e no texto, ampliando discussões estéticas, éticas e políticas que o rodeiam.

Além de promover a criação de materiais visuais, essa plataforma de mídia social também demanda a análise da escrita e interpretação, bem como a habilidade de manter uma presença consistente em diversos formatos audiovisuais e gráficos. Utilizar o Instagram requer sensibilidade para discernir o que se adequa ou não às normas não explícitas que governam o que é considerado apropriado ou inadequado na plataforma. Além disso, essa mídia social exige presença contínua e disponibilidade constante para monitorar métricas de engajamento, tais como curtidas, compartilhamentos e mensagens diretas. De certa forma, o Instagram assume um papel de destaque dentre o consumo das plataformas que impactam os modos de vida contemporâneos, onde o indivíduo tem muitas oportunidades de se concentrar em si mesmo, ao mesmo tempo em que interage e consome o outro.

A plataforma está intrinsecamente ligada às formas de existência do corpo, em sua aparição bidimensional adaptada a tela, e se estabeleceu como um espaço de exploração desse fenômeno. Em reflexão, a mídia social Instagram é notória pela disseminação da *selfie*, o autorretrato capturado pela câmera frontal do celular, porém esta expressão pode ser estendida ao próprio “self”, na exposição de si.

O rosto e o “eu” desempenham um papel central na utilização do Instagram. No texto

O Show do Eu, Sibilia (2016) propõe uma infinidade de “eus” aos quais estamos submetidos: o eu narrador, trazendo a vida como relato; que podemos verificar em iniciativas audiovisuais que filmam e narram em primeira pessoa. O eu privado, gerando declínio do homem público, através da valorização do ordinário; o eu visível e o eclipse da interioridade, observado no conflito de situações como o “cancelamento” público, em contraste a pedidos de desculpa e reparação que usam frases como “quem me conhece de verdade sabe”.

Enfim, o eu atual e a subjetividade instantânea; o eu autor e o culto à personalidade; o eu real e os abalos da ficção; o eu personagem e o pânico da solidão e culminando no eu espetacular e a gestão de si mesmo como marca. Como diz a autora, gerou-se “um verdadeiro festival de “vidas privadas”, que se oferecem despididamente aos olhares do mundo inteiro.(Sibilia, 2016, p. 82)

Além de constituir um requisito básico para desenvolver o eu, o ambiente privado também era o cenário onde transcorria a intimidade. E era precisamente nesses espaços onde se engendravam, em pleno auge da cultura burguesa, os relatos de si. Pois, além de pertencerem aos gêneros autobiográficos, as cartas e os diários tradicionais são escritas íntimas. [...] “Mas algo parece estar mudando também nesse terreno: a curiosidade despertada pela vida cotidiana das pessoas consideradas comuns tem aumentado muito nos últimos anos, fazendo com que esses depoimentos pessoais sejam cada vez mais valorizados em certas regiões do saber, que neles se debruçam à procura de preciosos tesouros de sentido” (Sibilia, 2016, p. 86-87).

A autora afirma que a visibilidade constante e a interconexão representam dois elementos cruciais para as maneiras de existir e interagir no mundo que estão mais em sintonia com os ritmos, prazeres e requisitos contemporâneos, influenciando a maneira como nos relacionamos conosco, com os outros e com o entorno. As barreiras que antes costumavam resguardar a intimidade em muitos desses ambientes, que outrora eram considerados pessoais, foram permeadas pelas onipresentes plataformas de mídias sociais.

Ainda na dimensão do visível, Sibila (2016) afirma que as fronteiras complexas entre o que é real e o que é fictício estão se tornando cada vez mais difusas nesses contextos, uma vez que as telas interconectadas se revelam como cenários ideais para as pessoas representarem a si mesmas.

Dentre as várias ferramentas utilizadas para essa representação, os testemunhos em primeira pessoa se destacam, lembrando de certa forma uma técnica antiga: a "técnica da confissão". Essa eficiente abordagem para construir a verdade tem sido empregada por séculos no Ocidente, “com sua história sendo explorada por Michel Foucault em seu livro *A História da Sexualidade: A vontade de saber*” (Sibilia, 2016, p. 105).

A maneira como observamos e nos percebemos enquanto rosto e corpo, também é uma questão política na atualidade. A plataforma valida uma perspectiva que coloca o indivíduo na centralidade da imagem, relegando o outro ao seu espaço na tela. A lógica de seleção de conteúdo do Instagram é a da centralização do olhar do usuário, mas este gesto só faz sentido quando alcança a olhar do outro. Percebemos isso nas práticas cotidianas e ordinárias levantadas por Sibilía (2016), mas também nos casos de manifestações políticas, de busca pela expressão identitária e pela exposição dos corpos desviantes, que utilizarão recursos de militância digital para de alguma forma ecoarem através da imagem - e aqui podemos considerar a própria escrita organizada em peças de criação gráfica como uma imagem.

Porém, quando as queixas se chocam com as organizações políticas, com as disputas de espaço público e o recortes midiáticos, adentramos em outros caminhos de pensamento. Em casos de violência ou atividades políticas, é preciso pensar sobre o conceito de visibilidade apresentado por Nicholas Mirzoeff (2011) no texto *The right to look*, no qual temos a discussão de um olhar localizado ou do direito de olhar.

O autor define a visualidade não como um processo composto de percepções visuais, mas como uma forma de associação entre informação, imaginação, e uma compreensão específica do espaço físico e psíquico. A visualidade para Mirzoeff (2011) é uma prática discursiva de manipulação e regulação do real que produz efeitos materiais. O autor reclama a realidade para seu olhar, sendo essa realidade a realidade do outro. Mas trata-se de uma realidade que só se pode alcançar reclamando nosso direito de olhar, do qual temos sido privados pelo regime da visualidade. O autor afirma que deseja reivindicar o direito de olhar.

Falando das queixas que revelam as cenas de violências construídas nos *exposeds*, é importante pensar sobre como a violência se apresenta para o outro. No livro *Diante da dor dos outros*, Sontag (2003) discorre sobre imagens do corpo político, do corpo em guerra, e seus desdobramentos midiáticos. A autora afirma que, dizer que a realidade virou mero espetáculo demonstra uma visão limitada sobre o consumo das imagens e narrativas, ainda que sejam sobre dores. Circunscrever a visão a somente “consumo” é uma perspectiva que amplifica a percepção de um pequeno grupo de privilégio, em que notícias se tornam entretenimento, dando lugar a uma visão contemporânea que ameaça formas políticas tradicionais baseadas em debates reais. Isso pressupõe que somos todos meros observadores, insinuando insensivelmente que não há verdadeiras adversidades no mundo.

A autora dirá que é injusto generalizar a empatia das pessoas com base nesses observadores distantes das realidades cruéis da guerra e injustiça, e em diálogo com Mirzoeff (2011), podemos dizer que ainda há espaço para o olhar. Essa reivindicação não é novidade e

tampouco será a última vez que se busca o direito ao real. Pode parecer um pedido peculiar, especialmente à luz dos eventos que testemunhamos nas primeiras décadas do século XXI, tanto nos meios de comunicação tradicionais quanto nos novos, desde os ataques às torres no 11 de setembro, até o alagamento de cidades e a contínua violência.

O direito de olhar não se resume apenas a ver. Ele começa em um nível pessoal com o olhar nos olhos de outra pessoa para expressar amizade, solidariedade ou amor. Esse olhar deve ser mútuo, cada um inventando o outro, ou ele falha. Como tal, ele é incomensurável (Mizzoerf, 2011, p. 32).

Nesta perspectiva, como pensar o “eu” de Sibila (2016) que usa a tela para ver seu próprio reflexo, isto é, se estamos todos *olhando* para nós mesmos, quem nos *vê*?

As ambiguidades entre o corpo e a tecnologia surgem precisamente do fato de sermos, de certa forma, uma combinação de ambos. A formação de uma perspectiva política, que não apenas percebe uma imagem, mas também um gesto, uma presença e uma verdade, ocorrerá quando abandonarmos as dicotomias entre público e privado, homem e máquina, e chamarmos as próprias plataformas para tensionar essas noções corpóreas.

3. DINÂMICAS DE PLATAFORMA: ENTRE POTÊNCIA E CONTROLE

Plataformas são definidas como:

(...) infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento, algorítmico, monetização e circulação de dados (Poell; Nieborg; Dijck, 2020, p. 4).

Pensar sobre este campo nos leva aos conceitos tanto do termo em si, quando da “plataformização”, que, segundo Poell, Nieborg e Dijck (2020), trata do pensamento de interpretar a plataforma enquanto um processo, que se desmembra nos campos de softwares, negócios e interações entre usuários. Até aqui, fizemos o uso do termo, mas neste capítulo queremos aprofundar e justificar nossa escolha de, não apenas citar a plataforma, mas também aderir ao posicionamento proposto pelos Estudos de Plataforma.

Os Estudos de Plataforma oferecem um enfoque teórico para refletir sobre a multiplicidade de saberes que o termo pode sugerir, sem isentar o interesse pela participação do indivíduo. A tecnologia não será vista como algo afastado, pois nas suas práticas encontraremos decisões de criação, desenvolvimento e atualização pautadas em decisões humanas, políticas, corporativas e sociais, por isso configuram como um aporte teórico fundamental para complexificar como as conexões ofertadas pelas corporações de comunicação em rede se inserem nas práticas feministas.

A contemplação do conceito de "plataforma" constitui um exercício de indagação teórica que revela alguma trivialização da nomenclatura. Ocorre que, frequentemente, negligenciamos a historicidade subjacente a termos que hoje são percebidos como corriqueiros, e esquecemos o caráter subjetivo que todas as palavras envolvem. Reconhecemos o uso comum das nomenclaturas "plataforma de vídeos", “plataforma de música”, "plataforma de *streaming*", e outras expressões que permeiam o discurso público, sem despertar maior reflexão crítica sobre seu uso. Gillespie (2010), dirá que um termo como "plataforma" não cai do céu ou surge de alguma forma orgânica e irrestrita da discussão pública. Ele é extraído do vocabulário cultural disponível por interessados com objetivos específicos e cuidadosamente elaborado para ter uma ressonância particular para públicos específicos dentro de discursos específicos.

As chamadas plataformas, como conhecemos hoje, farão diferentes esforços não apenas para vender um serviço, mas também para convencer, persuadir, proteger, triunfar ou condenar. Dito isto, ressaltamos que as empresas desenvolvedoras de plataformas fazem afirmações sobre o que essas tecnologias são e não são e o que se deve ou não esperar delas, buscando legitimar o

seu espaço de “mediadora”. Em outras palavras, “as corporações apresentam uma tentativa de estabelecer os próprios critérios pelos quais essas tecnologias serão julgadas, incorporados diretamente nos termos pelos quais as conhecemos” (Gillespe, 2010, p.14). Assim, o que se configura problemático nessa dinâmica, é a propensão a circunscrever o termo exclusivamente ao seu aspecto computacional, omissão que torna cinzenta áreas complexas de interrelações entre especificidades técnicas e manifestações culturais. Esta miopia conceitual é intensificada pela dificuldade em analisar fenômenos emergentes em tempo real, no entanto, diversos autores fornecem um arcabouço teórico a ser operado no presente texto.

Uma das bases para compreender as dinâmicas que envolvem a comunicação compreendida como digital é pensar sobre onde as interações estão acontecendo, quem as está abrigoando, de que forma as condições adotadas por esses supostos mediadores interferem no seu uso, e como podemos classificar sua atuação. A proposta dos Estudos de Plataforma se refere ao posicionamento de pesquisa que se configura como matriz conceitual e metodológica dos Estudos de Plataforma e dos Métodos Digitais, reconhecidos como Estudos de Ciência e Tecnologia, ou por seu nome e sua sigla em inglês: *Science and Technology Studies* (STS). Os Estudos de Plataforma ainda serão vistos nas Teorias Ator Rede (TAR), protagonizados no Brasil por Latour (2012), e na Análise de Redes Sociais (ARS), conectando-se às pesquisas de Recuero (2011, 2017, 2019).

Transdisciplinar por fundação, esse campo do conhecimento tem se voltado, pelo menos desde os anos 1970, “para o estudo dos regimes de poder, das práticas situadas e das materialidades que constituem a produção científica e os artefatos tecnológicos” (D’Andréa, 2020, p. 14). No livro *Pesquisando Plataformas Online*, D’Andréa (2020) afirma que a “postura adotada por essa vertente é de assumir como premissa que artefatos tecnológicos e práticas sociais se coproduzem” (D’Andréa, 2020, p. 15), fugindo dos determinismos tecnológicos. O autor dirá que os Estudos de Plataforma postulam que devemos evitar usar termos como “impacto tecnológico”, por exemplo, pois estes termos tendenciam ao determinismo, além de promover certo distanciamento de plataformas que estão na nossa prática, linguagem e cotidiano.

Tais discussões nos conduzem a entender que tecnologias e interfaces não estão distantes de nós, e para os pesquisadores das humanidades cabe perder o receio de discutir sobre termos ditos como “tecnológicos”, e reconhecê-los como inerentes a prática presente, além de incentivar articulações entre campos. A proposta dos Estudos de Plataforma é pensar os “modos como, em meio a um complexo e assimétrico jogo de poder, os usuários e as materialidades se constituem mutuamente” (D’Andréa, 2020, p. 15). Em outras palavras, D’Andréa afirma que

devemos procurar entender como algoritmos, recursos tecnogramaticais – curtir, compartilhar etc. –, e as políticas de governança – como os termos de uso, moldam as práticas e as percepções dos usuários, quanto as apropriações criativas, táticas e coletivas que recriam, cotidianamente, as plataformas (D'Andréa, 2020).

Iniciando esta reflexão por localizar a palavra, temos significados possíveis vinculados a tecno-materialidades, ou ainda, o sentido amplamente difundido e aceito, como sinônimo de “mídias sociais”. A compreensão da pluralidade do termo é o convite feito no texto *The Politics of Platforms*, no qual Gillespie (2010) apresenta uma postura provocativa sobre a etimologia da palavra e a naturalização dos seus significados como conhecemos e usamos hoje. O autor dirá que o termo "plataforma", em seu posicionamento discursivo, tem significados que variam de acordo com o contexto, mas todos carregam uma riqueza semântica.

Para apresentar uma base do uso regular da palavra, Gillespie (2010) usa o *Oxford English Dictionary* para identificar quatro categorias principais de uso, sendo elas: a) Computacional, em que se refere à infraestrutura que suporta o design e uso de aplicações específicas, como sistemas operacionais, dispositivos móveis e formatos de disco digital. O termo foi usado em situações como as "guerras de plataformas" entre Windows e Mac, ou entre Facebook e MySpace; b) Arquitetônica, sendo a interpretação mais antiga, refere-se a uma estrutura física elevada, seja natural ou construída pelo homem, como plataformas de metrô ou plataformas de petróleo; c) Figurativa, onde "plataforma" é usada no sentido metafórico, referindo-se à base ou fundação para ações, eventos ou condições; d) Como quarto e último ponto, o autor trará o teor Político da “plataforma.”

Pensar sobre a plataforma enquanto Política, dirá Gillespie, remete a reflexão de que o termo "plataforma" se originou inicialmente com um significado arquitetônico, referindo-se a um palco físico para discursos. Este significado transiciona das estruturas físicas para as crenças articuladas em tais espaços, como posições políticas, e isso é evidente em eventos históricos, desde ministros puritanos definindo governança eclesiástica até partidos políticos modernos apresentando suas “plataformas de governo”.

Ainda nos referimos às posições políticas individuais como ‘planks’ (pranchas), ou perguntamos onde um candidato ‘se posiciona’ sobre um assunto, lembretes sutis do legado do termo. Curiosamente, um termo que geralmente implicava uma espécie de neutralidade em relação ao uso - as plataformas são tipicamente planas, sem características distintas e abertas a todos - neste caso carrega especificamente uma valência política, onde uma posição deve ser tomada (Gillespie, 2010, p. 5, tradução própria).⁴

⁴ *We still sometimes refer to individual political positions as ‘planks,’ or ask where a candidate ‘stands’ on an issue, subtle reminders of the term’s legacy. Curiously, a term that generally implied a kind of neutrality towards*

Gillespe (2010) aponta sobre como a terminologia carrega conotações de suposta neutralidade, assim como plataformas físicas planas abertas a todos, por exemplo, “plataformas de metrô”, destacadas não só pela sua elevação, mas também pela sua superfície plana, além da receptividade àqueles que desejam usá-la. No entanto, no segmento político, essa neutralidade se inclina para uma posição definida, e a versatilidade do termo se torna relevante para a sua adoção por intermediários de hospedagem de conteúdo on-line, sugerindo uma estrutura neutra que facilita atividades, embora apresentem inclinações específicas dependendo do contexto. Mesmo quando associada à política, na qual eleva certos indivíduos acima de outros, o termo conserva um tom populista: reflete um representante comunicando-se de maneira franca e assertiva com o povo. Em todos as possibilidades, as características de elevação, nivelamento e acessibilidade de uma plataforma possuem tanto valor ideológico quanto prático.

Na concepção deste nivelamento ou igualdade, e de facilitação da vida do usuário, o termo amplia ainda mais seu significado técnico específico e acrescenta ares de liberdade. O tom de oportunidade para negócio de informação e serviços de tecnologia, culmina em mudanças na indústria, que passam a reconhecer “plataforma” em ampliação de significados, se posicionando além do reconhecimento originalmente computacional. E nessa difusão, é que frequentemente, ele sugere, há abrangência sem detalhamento específico. Como exemplo, “a Microsoft utiliza “plataforma” para descrever desde o Windows Media até sua 'Plataforma de Comércio' e publicidade on-line” (Gillespe, 2010, p.6), um termo que pode sugerir várias coisas, mas sem especificidades de como operam.

Ao examinar a trajetória do termo, emerge um contexto no qual, sob o guarda-chuva da plataforma, residem variadas oportunidades de criação e inventividades. Seja em conteúdo, vendas, informação, distribuição ou mídia, as possibilidades estão intrinsecamente ligadas, conduzindo o conceito discutido para o cerne das discussões das ciências sociais e humanas. Surge nesse cenário, o termo criado por Tom O'Reilly “Web 2.0”, inaugurando o que D'Andréa (2015) chamará de “lua de mel” com o conceito, que olhará com uma visão esperançosa para os serviços on-line, identificando-os como redes de colaboração entre serviços on-line emergentes, desencadeando diferentes estudos sobre internet e a noção de “cibercultura”, que apresentava a ideia de um “mundo virtual”.

D'Andréa (2020) discute que nesse período, o mundo acadêmico se encantou com ideias como “sabedoria das multidões”, “transmídia”, “hackear conhecimentos”. Estes princípios vislumbravam transformar e democratizar diversos segmentos da sociedade contemporânea, e

use –platforms are typically flat, featureless, and open to all – in this instance specifically carries a political valence, where a position must be taken.

para usar como metáfora a referência anteriormente citada, como colocar todos os usuários numa plataforma de metrô e oferecer oportunidades igualitárias de embarque, desde mergulhar nas relações humanas dinâmicas econômicas. O autor cita Henry Jenkins, reconhecido pelas noções de “convergência”, Clay Shirky pela “cultura da participação”, e Pierre Lévy inaugurando termos como “inteligência coletiva”, como nomes que lideraram tais debates, promovendo uma perspectiva mais colaborativa da internet.

No presente cenário, destaca-se a iniciativa de corporações que adotaram o conceito de "plataforma" como estratégia de branding, persuasão e estabelecimento de relações com seus usuários, aqui também identificados como clientes. D'Andréa (2020) enfatiza a adoção do termo “plataforma”, associando-o à amplificação de sua aplicação em serviços orientados à sociabilidade. Compreendo pertinente adicionar que esta sociabilidade não ocorre somente entre os usuários, mas também é manifesta nas tentativas corporativas de se posicionarem como aliadas ou parceiras de sua base de usuários.

Ao iniciarmos o aplicativo Uber, somos interpelados com a indagação “Para onde?”. Ao acessar o X, a nova identidade do Twitter, somos confrontados com “O que está acontecendo?”, e no Instagram, o estímulo é “Publique seu story”. Convites que colocam o cliente como centro das atividades e conteúdo, o que pode transparecer uma sensação de folha em branco, contudo, essas “folhas” são estrategicamente moldadas para promover uma sensação de proximidade e aproximação. O investimento das corporações que se empenham em humanizar sua comunicação, busca elaborar mensagens amigáveis e posicionam-se como entidades parceiras e confidentes. Um usuário pode expressar seus sentimentos no Twitter mesmo sem seguidores, o que sugere que a sociabilidade não se inicia meramente na interação entre indivíduos, mas também na relação sujeito-interface.

D'Andréa (2020) postula que a necessidade de adotar visões analíticas que sublinhem as dimensões tecnopolíticas de mídias sociais (como Twitter, Pinterest, YouTube, entre outras) ou de plataformas que operam em segmentos tais como saúde (Fitbit, Doctoralia), transporte (Uber, 99Taxi, Driver) e educação (Coursera, Descomplica) torna-se cada vez mais urgente. O autor sinaliza uma virada crítica nos estudos cibernéticos, que observa os tensionamentos causados pela da própria vida, atualmente, associadas às *big techs*.

Ele ressalta que nos anos 2010, as chamadas "Big Five" (Alphabet-Google, Amazon, Apple, Facebook e Microsoft) estabeleceram-se como pilares infraestruturais, centralizando atividades diárias e estratégicas. Helmond (2015), se refere a isso como a "plataformização da internet". A autora discutirá a necessidade de corporações deixarem de ser colaboradoras ou impulsionadoras de tráfego, como plataformas tecnoestruturais, para se consolidarem como

paradigmas de processamento digital. Como modelo, temos Google e Meta, empresas sobre os quais outros recursos da denominada web aberta tendem a se basear. Para funcionar tecnicamente e persistirem economicamente, blogs, websites pessoais e portais precisam se alinhar aos padrões de conexão e troca de informações estabelecidos por um meio de incentivo e reforço as experiências centradas no compartilhamento e noção de participação.

Seguindo o fio das discussões sobre participação, segundo Helmond (2015), as experiências podem acontecer por meio de “plugins sociais”, caracterizados como ferramentas que podem ser implementadas por qualquer site para promover a disseminação de seus materiais, a criação de caminhos facilitados e normas para a circulação de posts, imagens e outros itens. A integração através de plugins sociais específicos, se permite uma dinâmica de intercâmbio de informações, influenciada tanto pela estrutura quanto pelos objetivos mercadológicos. Seguindo o caminho das possibilidades em torno do teor de social, falaremos sobre as mídias sociais e seus desdobramentos enquanto plataforma possível.

3.1 Plataformas de mídias sociais

A decisão de usar o termo “Mídias Sociais” indica uma postura teórica. As mídias sociais são marcadas por uma multiplicidade de dinâmicas, e emergem como ícones representativos do processo de plataformização. Quando ainda estávamos em processo de reconhecimento dessas potências, tratando tudo como a Web 2.0 citada no tópico anterior, temos autores como Coutinho e Bottentuit Júnior (2008) que elucidam as características proeminentes desta fase da web, as quais são notoriamente perceptíveis em produtos da Meta, como Facebook e Instagram, ou no próprio X. Para os autores, estas características incluem: a) interfaces sofisticadas e de fácil navegabilidade; b) disponibilidade gratuita de grande parte dos serviços oferecidos; c) otimização do armazenamento de dados e desenvolvimento de páginas on-line; d) capacidade colaborativa, permitindo que múltiplos usuários editem informações em uma única página; e) atualização quase imediata das informações; f) atualizações contínuas dos sistemas, enriquecendo a experiência do usuário; e g) atualização colaborativa das informações, potencializada pelo crescente número de contribuidores.

Os autores retomam a discussão das diferenças entre redes, mídias e plataformas. Quando as discussões ainda estavam centradas na ideia de “sites de relacionamentos”, a ênfase era sobre como tais plataformas permitiam e modificavam as conexões entre indivíduos por meio de funções como "adicionar um amigo" ou "enviar um “scrap”. A literatura com ênfase na ideia de redes sociais segundo Recuero (2012), postula que os ainda chamados sites de redes

sociais não apenas refletem, mas também moldam as redes sociais. Estas plataformas digitalizaram e simplificaram o processo de estabelecimento de conexões sociais, reduzindo-o, muitas vezes, a simples ações, como solicitar uma conexão ou pressionar um botão. No contexto offline, o estabelecimento e manutenção de vínculos sociais requerem investimentos emocionais, atencionais e outros (Elison; Steinfeld; Lampe, 2007). Contudo, no ambiente on-line, muitas destas conexões são sustentadas intrinsecamente pelas ferramentas disponíveis.

Segundo Recuero (2012), redes sociais exibiam atributos específicos que facilitam a transcrição e reconfiguração dos agrupamentos sociais. Embora não sejam as redes em si, estas são reconfiguradas e adaptadas dentro dessas plataformas, sofrendo influências mediadoras. Boyd e Ellison (2007, *apud Recuero 2009*) argumentam que tais sites oferecem a criação de um perfil público ou semipúblico; a articulação de uma rede de conexões visíveis; e a capacidade de visualizar e interagir com essas redes dentro da própria plataforma. Estas características ampliam a visibilidade das redes sociais para outros participantes e, inculcam um papel de mediação as plataformas existentes até então. Essa perspectiva foca predominantemente no usuário e nas constantes reinterpretações geradas pelos atores, levando a um conceito que vê as redes sociais como sustentadas por meio de práticas e interações.

Sobre as possibilidades oferecidas nesse campo, Recuero (2012) até então, apresenta as interações das redes sociais on-line como um ambiente de formação de “capital social” e destaca valores e investimentos neste campo, no que concerne ao esforço individual do usuário:

Quadro 1- Quadro de Investimento nas Redes Sociais Online.

Quadro de Investimento nas Redes Sociais On-line
<p>Criação e Manutenção das Conexões Sociais: O primeiro e talvez mais óbvio tipo de investimento que os sites de rede social proporcionam está na criação e manutenção de conexões sociais e no acesso a essas conexões. Fazer uma conexão é uma forma de investimento, na medida em que essa conexão poderá prover determinadas formas de valor para cada ator. Sites de Rede Social reduzem a necessidade de investimento nas conexões e, por isso, facilitam o acesso (ou a percepção de acesso) a determinados benefícios. Conexões associativas (investimentos), assim, podem trazer informações relevantes (benefícios), enquanto conexões emergentes (investimento) podem trazer suporte social (benefício).</p>

Construção de Perfil: A construção do perfil, outra prática comum entre os sites de rede social também se constitui em uma forma de investimento. O perfil não apenas divulga informações, mas as relaciona a uma identidade comum. Assim, ele dá outra dimensão ao investimento, podendo servir como um espaço pessoal (por onde se pode receber benefícios variados) e de criação e manutenção de uma determinada identidade. Ao “propor” essa construção de informações que diz “quem se é”, não apenas há a marcação da presença nessas ferramentas, mas igualmente a disponibilidade para a interação naquele espaço.

Compartilhamento de recursos: Por fim, o capital social prevê o acesso a recursos compartilhados por outros. Esses recursos, que são disponibilizados por alguém como investimento, geram benefícios a outros. Para que o capital social seja construído, assim, é preciso que alguns invistam seus recursos pessoais, imaginando o benefício que poderão ter, além de acesso, em retorno. Deste modo, por exemplo, divulgar uma informação. Sites de Rede Social também proporcionaram aos indivíduos a possibilidade de fazer esse investimento de forma mais direta (publicar uma informação na timeline do Facebook) e perceber o retorno do investimento (por exemplo, “curtidas” em uma postagem) de forma mais clara. Importante notar que nos referimos, aqui, a quaisquer tipos de informações (por exemplo, informações pessoais) e não apenas notícias.

Fonte: Adaptado pela autora de Recuero (2012).

Temos, com essa ideia, que se desenvolvia no início do reconhecimento destes espaços certa centralidade nas relações ali desenvolvida, ou no prolongamento de redes sociais pré-existentes. Com isto, D'Andréa (2020) a s s u m e que, ao usarmos automaticamente o termo “rede social”, enfatizarmos apenas a dimensão relacional das plataformas, inviabilizando os aspectos materiais, econômicos, políticos etc., da conectividade on-line.

Ao descentralizarmos a função de "rede" no contexto de plataforma, voltamo-nos para o conceito de mídias sociais. Lima Junior (2009, p. 97) descreve mídia social como uma forma de Comunicação Mediada por Computador (CMC) que viabiliza a criação, compartilhamento, comentário, avaliação, classificação, recomendação e disseminação de conteúdos digitais com relevância social de maneira descentralizada, colaborativa e tecnologicamente autônoma. O conceito é ainda elucidado por Recuero (2009, p. 102) que destaca serem tecnologias de CMC que facilitam a expressão das redes sociais que as suportam. Em outras palavras, integram-se aos sites de redes sociais, tornando-se espaços propícios ao diálogo entre informação e redes

sociais na internet. Recuero (2010) observa que a distinção primordial entre rede social e mídia social reside no fato de que a mídia social se concentra nas dinâmicas de criação de conteúdo, disseminação de informação e interações dentro dos grupos sociais presentes nas plataformas on-line. Nesse contexto, essas mídias atendem à demanda por um meio de comunicação que ultrapassa a ideia de conexão voltada para demandas de rede. Recuero (2008) apresenta características distintivas em relação a outras tecnologias de comunicação.

Quadro 2- Quadro de Caracterização de Mídias Sociais.

Quadro de caracterização de Mídias Sociais
<p>Conversação: Mídia social é conversação. Mais do que a mera participação, ela permite que os atores possam engajar-se de forma coletiva, através da cooperação. A possibilidade de conversação síncrona ou assíncrona é uma característica desse tipo de ferramenta.</p>
<p>Diversidade de Fluxos de Informações: A mídia social permite que vários fluxos de informações diferentes circulem através das estruturas sociais estabelecidas nela. Eles podem ser, inclusive, opostos e podem gerar mobilização social. Essa diversidade é uma característica desse tipo de mídia, consequência direta da Sociedade da Informação e das trocas sociais dos atores.</p>
<p>Emergência de Redes Sociais: A mídia social possibilita a emergência de redes sociais através de sua apropriação e conversação. Isso se deve ao fato de ela permitir que os rastros da interação fiquem visíveis, bem como que a interação seja estendida no tempo e que as redes sociais sejam mais observáveis.</p>
<p>Emergência de Capital Social Mediado: A mídia social possibilita que novas formas de capital social surjam e sejam apropriadas. Ela permite também, a criação de valores coletivos e individuais mais facilmente perceptíveis pelos atores da rede.</p>

Fonte: Adaptado pela autora de Recuero (2008).

Assim, a noção de mídia social implica a dimensão da existência de um projeto que inclui as redes sociais, e mais camadas de produção de conteúdo, rastros de interação, e uma lógica empresarial-mercadológica de observação de comportamentos, e podem, inclusive, existir sem o fator “social”.

Nesse sentido, é crucial ressaltar a distinção entre as metáforas "plataforma" e "rede".

Segundo Manuel Castells (1999), o conceito de "sociedade em rede" sempre deu destaque à substancial infraestrutura que sustentava o surgimento de novas relações socioeconômicas durante os anos 1990. Por outro lado, o termo "sociedade da plataforma" sinaliza uma desconexão com a visão tecno-utópica que marcou o início das pesquisas de internet. Desta forma, justificamos a adoção do termo “plataforma de mídia social”, seguindo a sugestão de D'Andréa (2020), ao considerar que os Estudos de Plataforma reconhecem plataforma como intensificadora das lógicas de conexão como parte de uma estratégia primordialmente comercial, incentivando usuários a compartilharem informações sobre suas relações e preferências. É fundamental reconhecer que, ao nos referirmos simplifadamente a essas plataformas como "redes sociais", podemos negligenciar as dimensões materiais, econômicas e políticas que estão intrinsicamente ligadas à conectividade on-line.

De acordo com os Estudos de Plataforma e seus campos teóricos associados, as plataformas vão além de meros intermediários para a visualização da sociedade. Elas moldam a forma pela qual o aspecto social emerge on-line, e essa interação não é de mão única, diversas forças que se entrelaçam em seus ecossistemas. Como uma forma de verificar estas potencias em ação, aprofundaremos nossa análise a respeito das possibilidades presentes no Instagram.

3.2 Possibilidades na plataforma de mídia social Instagram.

Através da compreensão proporcionada pelos Estudos de Plataforma sobre o que definimos como plataforma de mídias sociais, procuramos investigar as possibilidades presentes na literatura interdisciplinar que cruza os campos da informática, design e comunicação, usando como exemplo o Instagram, plataforma que entendemos como campo central da presente pesquisa.

O objetivo é elucidar chaves objetivas de compreensão, enquanto simultaneamente exploramos sua complexidade aplicada. A familiaridade com tais conceitos é fundamental, pois eles não são estranhos ao nosso campo de pesquisa, são intrinsecamente ligados e influenciam, até mesmo, a forma como a informação nos é apresentada em nossas investigações. Exploreemos assim as noções emergentes de interface, *affordance*, API e algoritmo no Instagram:

3.2.1 Interface e *Affordance*

Usando princípios de design, Norman (1988, 2006), dirá que a interface é o ponto de interação entre duas entidades diferentes, como um usuário e um sistema ou dispositivo. A

interface, como o nome precede, é o rosto simpático, mediador e convidativo, que esconde um sistema complexo de códigos matemáticos. Norman afirma inclusive que “um bom designer sempre se assegura de que as ações apropriadas sejam perceptíveis e as inapropriadas, invisíveis” (Norman, 1988, p.15).

É através da interface que os usuários podem compreender o que é possível fazer e como o sistema ou dispositivo responde. Em outras palavras, a interface atua como uma ponte de comunicação, permitindo que o usuário e o sistema se entendam mutuamente, e quando esse diálogo não acontece, busca-se compreender o que pode ser melhorado. Norman (1988), em seu livro *O design do dia a dia*, trata da interface como forma de aproximar as operacionalidades técnicas do design a percepção do usuário, de forma que as utilidades disponíveis em um objeto, máquina ou software estejam apresentáveis.

O autor argumenta que uma boa interface deve ser intuitiva, permitindo que os usuários compreendam rapidamente suas funcionalidades e como utilizá-las sem esforços. A ênfase da interface seria propor um campo de interação facilitado para o usuário, por isso durante toda a prática profissional ouvi que *user interface designers* devem entender necessidades e expectativas dos usuários para criar produtos agradáveis.

As interfaces são constituídas por *affordances*. O duplo clique para like, o *input* (caixa de inserção de texto) para atualização de dados, a barra de busca, o botão de play, são exemplos objetivos que auxiliam na visualização do conceito. Especificando os *affordances* na dinâmica das interfaces das plataformas de mídias sociais, conseguimos conectar pontos significativos que relacionam seu uso inicial e as implicações no segmento de tecnologia.

Affordance é um termo atribuído também a Gibson (1979) em suas análises de percepção visual, vindas do campo da psicologia e ecologia. *Affordances* do meio ambiente são o que, segundo ele, é oferecido ao animal, aquilo que o ambiente fornece ou de que dispõe, seja para o bem, seja para o mal. “O verbo “*afford*”(dispor) (...) é algo que se refere ao mesmo tempo ao ambiente e ao animal, implica a complementaridade do animal e do ambiente” (Gibson, 1979, p. 127). Enquanto no contexto da ecologia a percepção do termo *affordance* descreve as possibilidades de ação que o ambiente oferece aos animais, sem se referir às propriedades físicas do objeto em si, no design de interfaces ele é utilizado por Norman (1988) para descrever as propriedades percebidas de um objeto que determinam como ele poderia ser usado.

Do ponto de vista técnico, *affordances* de interface seriam como as características perceptíveis de um objeto que orientam e informam os usuários sobre sua funcionalidade e modo de uso. Isto é, aquilo que está disponível no ambiente para ser utilizado, a interface é o ambiente, os *affordances* os objetos de interação, e o usuário é chamado, através do convite feito pelo

affordance, a interagir dentro de um padrão de expectativas previsto. Uma das chaves para uma interface considerada bem projetada é a presença de *affordances* que são imediatamente perceptíveis e que fornecem feedback claro, ajudando os usuários a entender o sistema e a interagir com ele. Sinais ou indicadores que direcionam o usuário sobre como interagir com um *affordance* são sinalizadores, como por exemplo, uma porta com uma placa indicando "puxe" ou "empurre", guiando o usuário sobre o método correto de operação.

Mesmo com conduções objetivas de uso, Norman (1988) ainda falará sobre a ideia de um "falso *affordance*". referindo-se a elementos de design que enganosamente sugerem uma funcionalidade que não existe, como um botão ilustrativo que não possui funcionalidade de clique. Já o "*affordance* oculto" denota elementos acionáveis que não revelam suas funcionalidades até que certas condições sejam cumpridas, como um menu suspenso que só se torna visível quando o mouse passa sobre ele.

Ainda que decisões sejam aparentemente baseadas no interesse central do usuário, elas se associam a interesses econômicos, como por exemplo, gerar dados ainda mais detalhados para corporações interessadas na compra de espaços publicitários dentro de uma plataforma de mídia social. No design da interface do Instagram, diversos elementos apresentam *affordances* claros que informam implicitamente ao usuário as ações possíveis: o ícone "+" atua como um indicador para adicionar ou capturar novos conteúdos, enquanto o ícone da casa nos conduz ao feed principal, servindo como um ponto de referência. Ao mesmo tempo, a lupa sinaliza a funcionalidade de exploração, guiando os usuários a descobertas de conteúdos, e o ícone de coração agrupa as interações e notificações, dando-nos um panorama das atividades relacionadas ao perfil.

Dentro desta interface, os círculos no topo da tela representam "Stories/Histórias", que sugerem conteúdos temporários. Os gestos de deslizamento permitem uma navegação fluida pelo feed e histórias. O ícone da câmera no canto superior esquerdo nos convida a capturar imagens ou vídeos diretamente, e os ícones abaixo de cada postagem – coração, balão de fala e seta – orientam sobre como curtir, comentar e compartilhar.

A plataforma também incorpora *affordances* para mensagens diretas através do ícone de avião de papel e destaca funções especializadas, como Reels, IGTV e Shopping, com ícones distintos que refletem suas características únicas. Com um simples gesto de "arrastar para atualizar" no feed, sentimos a renovação do conteúdo, e o ícone de pesquisa nas histórias facilita a busca de conteúdo específico.

Outro exemplo é dado por Lemos e Pastor (2018) na investigação da fotografia como prática conversacional de dados: espacialização e sociabilidade digital no uso do Instagram,

discutindo sobre o *affordance* da geolocalização disponível para publicações da plataforma. Se por um lado o recurso melhora a experiência do usuário, do outro fornece ainda mais dados potencialmente interessantes para comercialização de informações.

Affordance acaba sendo uma expressão polissêmica, mas pode ser vista como um elemento central ao examinar as plataformas de mídias sociais e as conexões formadas entre a tecnologia e seus utilizadores. D'Andréa (2020), adotando essa visão, direciona o potencial de certos debates políticos na internet como permeados por *affordances* que convidam o usuário não só ao like, mas também ao “dislike”; não só ao falar, mas também às comunicações assíncronas; a fomentar espaço de desenvolvimento de opiniões divergentes ou análogas. No design, frequentemente colocamos equivalências entre *affordances* como sinônimo de sugestões, um dos exemplos clássicos é da alça da xícara, citada por Norman (1988) como uma apresentação clara da função de como fazer uso de um objeto ou interface.

Com isso, queremos dizer que, as sugestões apresentadas por *affordances* ocorrem dentro de um contexto restritivo, administrado por uma corporação cuja meta primordial é o lucro, ainda que seja uma plataforma de mídia social e sua premissa de gratuidade. Uma das formas de rentabilidade de plataformas de mídia social é derivada da coleta de dados, gerando avaliações qualitativas e quantitativas, das formas pelas quais os usuários interagem com o sistema. Dessa forma, o propósito subjacente de uma interface com *affordances* planejados é minimizar desvios ou "erros", assegurando que mesmo ações que possam ser percebidas como desviantes já estejam contempladas como estratégia para perpetuar ou reforçar um sistema de interação previsto em teste. Os feedbacks são constantemente atualizados e adaptados, visando canalizar os usuários para atividades cada vez mais delineadas, e oferecendo dados sobre formas de uso de cada usuário.

Falar sobre esse tema se torna instigante, sobretudo quando se trata de pensar sobre o que pode se tornar um *affordance*. D'Andréa (2020) nos oferece contextos do uso político destes elementos, ao citar que modelos de negócios das plataformas determinam as funcionalidades e limitações de suas interfaces e serviços. De forma objetiva, no Instagram, ao utilizar hashtags como *#selfie* ou *#tbt*, os usuários podem melhorar a visibilidade de suas publicações tanto no feed quanto em pesquisas.

Assim, percebemos que *affordances* são muito mais que sugestões a serem seguidas dentre de uma interface limitante, elas revelam as apropriações feitas pelos usuários e têm refletido em possibilidades de apropriação, que questionam, até as próprias plataformas.

3.2.2 API'S

Bodle (2011) fará uma definição sobre *Application Programming Interface* (API) como infraestruturas computacionais que reorganizaram a atuação econômica, as práticas de desenvolvedores e demais usuários e as relações político normativas dos serviços on-line. A API é um conjunto de regras e definições que permite que diferentes softwares se comuniquem entre si, definindo métodos e estruturas de dados que os desenvolvedores podem usar para solicitar e trocar informações entre sistemas e aplicações.

D'Andréa (2021) em diálogo a problematização trazida por Bodle (2011) dirá que, ao padronizar os procedimentos de acesso e troca de informações entre sistemas computacionais, uma API aberta “provê informações a aplicativos de terceiros através de 'requisições', uma técnica de recuperação de dados em um servidor sem que se interrompa a exibição e o funcionamento de uma página web” (Bodle, 2011, p. 322 *apud* D'Andréa 2021).

A facilitação de comunicações entre plataformas é vista como uma zona de fronteira por Helmond (2018). A autora dirá que tais recursos de fronteira da plataforma, como APIs, são mecanismos que fornecem “um conjunto de interfaces” que permitem a sites, plataformas e aplicativos externos “comunicar, interagir e interoperar com a plataforma” (Helmond, 2018, p.6). Consequentemente, eles permitem que desenvolvedores terceirizados, como outras plataformas de e-commerce, agências de publicidade, mineradores de dados e marketing centrado em tráfego, construam operações "em cima" da infraestrutura central de uma plataforma, estendendo assim sua funcionalidade. A autora também afirma que, de forma relacionada, também podemos citar os Kits de Desenvolvimento de Software (SDK) que são conjuntos de ferramentas de desenvolvimento que permitem aos programadores criarem aplicações para plataformas específicas.

Um SDK fornece uma seleção de ferramentas, bibliotecas, documentação, código de exemplo e, muitas vezes, dispositivos de emulação que permitem aos desenvolvedores escreverem e testarem códigos para uma determinada plataforma ou serviço. Estes recursos de fronteira otimizam o processo de desenvolvimento de aplicativos, fornecendo aos desenvolvedores um conjunto de ferramentas que construirão pontes de retroalimentação e traduções entre sistemas.

No site para desenvolvedores da Meta, corporação que detém o Facebook e o Instagram, encontramos algumas definições sobre as APIs utilizadas e suas sugestões. Segundo as informações da *Meta For Developers*, o Instagram apresenta três APIs principais, sendo estas:

Graph API, Display API e Embed API.⁵

A Graph API atua como a principal ferramenta para integrações comerciais e profissionais. Segundo a Meta, essa API abrange informações sobre usuários, publicações de mídia, como fotos e vídeos, comentários, insights específicos para contas de negócios e stories. A Basic Display API do Instagram se distingue da Graph API por seu foco: seu principal objetivo é oferecer acesso a informações de perfil e publicações de contas pessoais na plataforma. De acordo com a Meta, esta API foi projetada para aplicações que priorizam a criação de experiências mais personalizadas, ao invés de serem direcionadas para um uso comercial em larga escala. Por fim, a Embed API permite a incorporação de postagens do Instagram em websites e outros aplicativos digitais, agindo como uma ponte, facilitando a integração de conteúdo de mídia social em plataformas desenvolvidas por terceiros.

Esses pontos de contato e trocas constantes trazida pela adoção generalizada do padrão de intercâmbio de dados proposto por plataformas como a Meta, dentre outras, é o principal pilar do fenômeno denominado por Helmond (2015, 2018) de “plataformização da web”. Em resumo, se uma plataforma possui dados de um usuário, esses dados estarão expostos a usos de outras plataformas, gerando uma tensão em torno deste intercâmbio, já que as APIs permitem que diferentes softwares ou sistemas “conversem” entre si. E considerando que elas podem ser usadas para recolher dados de um sistema, serviços como plataformas de redes sociais, oferecem APIs que permitem que desenvolvedores externos acessem certos tipos de dados (como postagens de usuários, estatísticas, entre outros). Uma vez que os dados são coletados (seja por uma API ou qualquer outro método), os algoritmos entram em cena como ferramenta de processamento desses dados.

3.2.3 Algoritmos

D'Andréa (2020) afirma que o termo “algoritmo” têm sido usado frequentemente para destacar a dimensão política das plataformas on-line, referidas como “plataformas algorítmicas”. Essas noções tecno-políticas se dão devido a sua natureza considerada como impenetrável ou de difícil compreensão. Muitas vezes, mesmo tendo acesso a um código-fonte, existe a complexidade de compreensão ou até mesmo de prever o que será gerado através dele. O autor destaca a capacidade de execução que os algoritmos podem desencadear ao processar dados, ações automáticas e até certo ponto imprevisíveis em sua performance. Falar sobre seus critérios técnicos também envolve sua implicação social, considerando que envolvem uma rede de

⁵ Informações estão disponíveis com todas as descrições técnicas em <https://developers.facebook.com/docs/instagram-api>

atores, humanos e não humanos para interpretar dados que estabelecerão lógicas de seleção, recomendação e controle de informações.

O autor também destaca que os algoritmos ganharam destaque nos estudos sobre internet ao abordar polarizações políticas e desequilíbrios de poder. Contudo, a singularidade de um algoritmo não se baseia apenas em seu código, mas em como ele conecta diferentes atores dentro de infraestruturas, governança, interação dos usuários e outras características das plataformas on-line. D'Andréa (2021) afirma que “frequentemente tomados como opacos, ou como caixas-pretas, os algoritmos assumiram, nos últimos anos, um visível protagonismo nos estudos sobre internet, em especial para discutir fenômenos em torno de polarizações políticas e ampliação das assimetrias de poder” (D'Andréa, 2021, p. 116).

O autor ainda ressalta a importância de estar atento às intervenções algorítmicas, ao argumentar que a singularidade de um algoritmo não reside apenas em seu código, mas também na maneira como conecta uma variedade de participantes. Nesta direção, a presença palpável dos algoritmos deve ser entendida em conjunto com as infraestruturas que os suportam, os mecanismos de governança, a interação dos usuários e outras características das plataformas on-line.

Para empresas como o Instagram, o algoritmo é considerado um segredo industrial. No entanto, baseados na observação empírica da plataforma, queremos propor alguns indicativos de possíveis chaves de influência algorítmica atreladas ao formato de consumo da plataforma:

Quadro 3- Descritivo de funções do Instagram.

<i>Affordance</i>	Descritivo de <i>Affordance</i>	Proposta de categorização algorítmica	Descritivo de proposta de categorização algorítmica
Feed e Stories	O feed refere-se ao fluxo contínuo de postagens que os usuários veem quando abrem o Instagram. Estas postagens são feitas por contas que o usuário segue e são apresentadas em um formato de grade (perfil) ou de lista (página inicial) e podem ser fotos estáticas, vídeos de longa (IgTV) ou curta duração (Reels).	Interesse	O algoritmo prevê o engajamento em uma postagem com base no histórico de interações com postagens semelhantes. O tempo que o usuário passou na publicação, encaminhamentos, repetições, são possibilidades de indicativo de recomendação.
		Cronologia	Postagens recentes parecem ter mais chances de aparecer no

	<p>As postagens do feed permanecem visíveis no perfil do usuário a menos que sejam excluídas.</p> <p>Os stories são conteúdos de curta duração que desaparecem após 24 horas. Podem incluir fotos, vídeos curtos, enquetes, perguntas, dentre outros recursos interativos.</p> <p>As duas modalidades apresentam sugestão de conteúdo publicitário.</p>		<p>topo, mesmo que o feed não seja estritamente cronológico.</p>
		Relacionamento	<p>A regularidade de interação com um perfil parece indicar um relacionamento próximo, fazendo com que postagens desse perfil apareçam mais.</p>
		Decisões de <i>follow</i>	<p>A quantidade de contas seguidas pode influenciar se mais postagens são exibidas, na tentativa do algoritmo de mostrar conteúdos mais relevantes, sendo possível inclusive verificar quais as contas mais exibidas.</p>
Explorar/ Descobertas	<p>Seção do Instagram onde os usuários podem descobrir novos conteúdos que podem ser do seu interesse, mas que não são necessariamente de contas que eles seguem. São apresentadas fotografias estáticas, vídeos de curta ou longa duração, e publicidade.</p>	Interesse	<p>O conteúdo exibido é baseado nas interações anteriores do usuário, como curtidas e perfis com os quais interagiu, e não apresenta conteúdo que o usuário decidiu seguir, mas sim, sugestões.</p>
		Popularidade e engajamento	<p>A popularidade em relação a números e engajamento do conteúdo são fatores possíveis de consideração para sua exibição</p>
		Diversidade de conteúdos	<p>Variedade de conteúdos com base em tópicos de interesse do usuário.</p>

Fonte: Desenvolvido pela autora (2023).

Compreendemos que o algoritmo é o comando de função matemática que organiza entradas e saídas para redes neurais, capturando nossas inclinações e ações, e após aprendizado, conseguem reajustar-se de forma autônoma a proposição de conteúdo possível. Traduzindo, as entradas são informações e dados fornecidos, a saída será o composto de soluções encontradas por ele, e, considerando o cenário apresentado, sabemos que estas saídas não são livres de

intenções.

No contexto de um programa de computador, essas entradas podem vir de várias fontes, como um usuário, um arquivo, um banco de dados ou até mesmo outro programa ou sistema. Já as saídas são os resultados que o algoritmo produz após processar as entradas. Dependendo do algoritmo e de sua finalidade, a saída pode ser uma mensagem, uma ação específica ou qualquer outro tipo de resultado processado. Com isso, a proposta de antecipação de necessidades no desenvolvimento de plataformas pode também conduzir a outros caminhos, como a memorização de entradas que resultam em sugestões de saídas baseadas em comportamentos do usuário, reforçando padrões ou inculcando comportamentos conduzidos pela disponibilidade de conteúdo para navegação.

Assim, os algoritmos se relevam, segundo D'Andréa (2020) desta forma como construtos sociotécnicos que instituem novas lógicas de seleção, hierarquização, recomendação e de controle dos fluxos informacionais. Em articulação com as APIs, essas funções matemáticas instauram regimes de conhecimento e visibilidade que se apropriam dos dados disponíveis para identificar padrões, tendências e, cada vez com mais frequência, para fazer previsões.

3.3 Possíveis *affordances* políticos

Os Estudos de Plataforma colocam potencial investigativo nos cenários que se constituem a partir das interações entre indivíduos e corporações. D'Andréa (2020) apontará que estas empresas se promoviam como simples "intermediários", sugerindo neutralidade e promovendo uma disseminação mais livre e democrática de informações e serviços. Gillespie (2010) destacou nuances do termo "plataforma", incluindo sua conotação infra estrutural, similar a plataformas de transporte, e sua implicação política, evocando as promessas vagas das "plataformas de governo" em campanhas eleitorais, mas sobretudo discutiu a maneira como as empresas moldam seu discurso, enfatizando a relação entre seus objetivos comerciais, decisões tecnológicas e posicionamentos políticos. A prevalência de interfaces focadas na coleta de dados comerciais não exclui a possibilidade de ocorrerem usos surpreendentes ou subversivos, que partem da problematização de contratos e governanças.

Do ponto de vista do controle que estas plataformas propõem, encontramos as chamadas governanças, que funcionam como balizadores de funcionamento. Políticas de uso, termos de serviço, e principalmente moderação de conteúdo, são exemplos destas governanças. Esse conjunto de regras, políticas, procedimentos, mecanismos de controle e práticas, que regulam o uso e comportamento tanto dos usuários quanto dos desenvolvedores, e é a maneira pela qual

as operações e as interações dentro da plataforma são estruturadas, guiadas e, principalmente, monitoradas. Se por um lado, seus modos de funcionamento visam lidar com questões diversas, como imagens explícitas ou inapropriadas, discurso de ódio, notícias falsas, por outro lado, há uma dimensão corporativa que, impulsionada por interesses financeiros, define o que é permitido ou proibido na plataforma.

As empresas que se constituem assumem a tentativa de estabelecer os próprios critérios pelos quais essas tecnologias serão julgadas, incorporados diretamente nos termos pelos quais as conhecemos (Gillespe, 2010). A crescente preocupação com interferências eleitorais, o uso indiscriminado de dados e a perpetuação de preconceitos culminaram em reconhecimento de padrões criminosos, como o de 2018, quando a *Cambridge Analytica* usou indevidamente dados do Facebook. Colocamos essa informação em diálogo com as análises de Gillespe, ao destacar que essas *big techs* utilizam a mística do termo para colocarem-se como figuras transparentes.

Em outros momentos, chamar seu serviço de plataforma pode ser uma maneira não de destacar seu papel, mas de minimizá-lo. Provedores de conteúdo on-line que não produzem suas próprias informações há muito procuram ter responsabilidade limitada por essas informações, especialmente à medida que as responsabilidades em questão se expandiram de atividades sórdidas como pornografia infantil e negociação de informações privilegiadas para as atividades muito mais difundidas de pirataria de música e filmes. Na tentativa de limitar sua responsabilidade não apenas dessas acusações legais, mas também, de forma mais ampla, das acusações culturais de serem pueris, frívolos, degradados etc., intermediários como o YouTube precisam se posicionar como apenas hospedeiros – “empoderando todos ao não escolher nenhum” (Gillespe, 2010, p.12).

Neste contexto, e seguindo a exposição de D'Andréa (2020), atualmente, as mediações on-line estão profundamente enraizadas nas estruturas privadas, pouco transparentes e distribuídas das plataformas. Devem ser consideradas preocupações a crescente concentração de mercado, desafios em estabelecer regulações eficazes, a falta de transparência nas mediações algorítmicas e o surgimento de práticas tóxicas e intolerantes on-line. E, à medida que avançamos para o final da década de 2010, estas questões persistem e se apresentam como desafios significativos, para os quais soluções claras ainda são evasivas. Neste contexto controverso, encontramos como pautas ativismos tecno-políticos de desafios às governanças, caracterizados por utilizarem as próprias regras disponíveis para criar situações inusitadas a respeito do seu próprio uso, como tentativa de driblar as múltiplas antecipações previstas pelas práticas algorítmicas ou desafiar de alguma forma a utilização dos espaços de plataforma.

Um exemplo disso é o próprio uso e popularização das hashtags, adotadas como técnica comunicacional que visa se aproximar da agenda pública pela concentração ou volume de publicações, através do recurso de agrupamento de conteúdo. Marques e Biondi (2022) citam o uso de hashtags como uma possível *affordance*, considerando que o recurso é “linguageiro, social, que permite afiliação difusa dos usuários, conversação e recuperação dos discursos” (p. 10), relacionando-as a práticas de ativismo. Ressaltamos que a eficácia de um *affordance* depende da familiaridade do usuário com o conceito ou com a convenção. Por exemplo, alguém completamente novo nas redes sociais sem letramento digital pode não reconhecer sua função imediatamente. No entanto, uma hashtag pode ser interpretada como um *affordance* no contexto do design de interação, a partir do momento em que o comportamento conhecido das hashtags sugerem um convite ao clique, a adesão na publicação e a construção de modos interativos de uso pautado no recurso.

Paveau (2017), autora do campo da linguística, afirma que intrigantemente, o uso da hashtag ultrapassou o digital, aparecendo em publicidades, produtos, cartazes e até muros urbanos. Paveau destaca que a hashtag se tornou uma parte reconhecível do cenário gráfico e digital, aparecendo em lugares onde não é possível o click, integrando-se linguisticamente sem sua característica hipertextual. Tais expansões e atravessamentos vem sendo amplamente registrados no próprio Instagram, que comporta um cenário controverso de ativismos, e onde veem se constituindo áreas de disputas por visibilidade.

Dado este cenário, D'Andréa (2020) questiona como podemos olhar para o recurso e pensar criticamente sobre ele. Por exemplo, o que o eventual uso de mais de uma hashtag revela e esconde sobre a busca por visibilidade de um tema em cada plataforma? Qual a relação entre os dados – quantitativos, em especial – fornecidos pelas APIs públicas e as mediações algorítmicas das plataformas? Ou ainda: como os dados sobre curtidas, compartilhamentos, comentários etc., nos ajuda a compreender – ou a tensionar – os modos como uma plataforma hierarquiza e recomenda seus vídeos ou postagens? Talvez mais importante: “que dimensões da plataforma não são reveladas pelos dados disponibilizados?” (D'Andréa, 2020, p.73). Estas plataformas desafiam e, frequentemente, confundem as fronteiras tradicionais do que consideramos público e privado. Existe um desfoque entre as linhas que circunscrevem o que é do interesse coletivo e o que representa, primordialmente, uma oportunidade de negócio altamente lucrativa. Nesta direção, o autor apresenta o panorama tecno-político que exploramos nas leituras dos tópicos desta aproximação inicial, propondo, através de uma leitura baseada nos Estudo de Plataforma, verificar as problemáticas que alteram nosso olhar e impactam sequencialmente a forma como consumimos a vida.

3.4 Pensamento feminista em plataforma: olhar ao corpo e suas atualizações

Na discussão sobre a existência de um “eu” visto em plataformização, é pertinente introduzir as representações do corpo que chegam em discussões teóricas sobre a concepção de um feminismo que está inserido neste contexto. Autoras feministas como Pozo (2019) colocam o fim da dicotomia entre corpo e tecnologia, ao compreender que o próprio gênero é uma tecnologia.

Nessa linha, desenvolvo uma leitura que coloca corpo e tecnologia no mesmo patamar; programação, codificação e corporificação; bem como códigos tecnológicos e códigos corporais. Essas articulações têm o potencial político de criar espaços, subjetividades, narrativas e práticas que resistam e transgridam sistemas tecnoculturais normativos.

Preciado (2014) apresenta o corpo visto como metáfora que apresenta uma leitura possível das tecnologias enquanto atuantes na construção e interpretação das questões de sexo, corpo e gênero, fugindo das dualidades entre natureza e tecnologia. A noção do corpo como tecnologia é uma discussão citada por De Lauretis (1989), bem como pelas noções do corpo ciborgue de Haraway (1985) e do corpo prostético de Preciado (2014). Junto às discussões de plataforma, usaremos a definição do ciberfeminismo de Pozo (2019) e seus desdobramentos na contemporaneidade, sob a luz das discussões políticas que o tema evoca.

Donna Haraway apresenta o conceito do “corpo ciborgue”, no texto *Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX*, de 1985. O texto, dentre outras pautas, trata da incorporação das tecnologias como forma de rupturas tecnodetermininas e biodeterministas, através do ser “ciborgue”. Galindo, Silva e Lemos (2021) dirão que a autora caminha pela ficção científica e pela ciência como ficção material corporificada, interpondo um movimento de questionamento das fronteiras entre o factual e o ficcional na produção teórica feminista. Trata-se da ficção científica como teorização sobre e com o mundo, de maneira que as histórias contadas com outros/as humanos/as e mais/não/outros que não humanos/as nem sempre são óbvias, e é necessário percorrer os alfabetismos da ficção e da ciência.

Nesta direção, Haraway destaca o mito político do ciborgue, uma fusão de elementos elétricos e melhorias humanas que desafia as fronteiras tradicionais entre máquina e organismo. Essa representação simboliza a quebra das fronteiras anteriormente definidas pela epistemologia e ontologia ocidental, para as quais a figura deste ser será feita de ficções materiais que “mapeiam nossa realidade social e corporal e, também, um recurso imaginativo que pode sugerir alguns frutíferos acoplamentos” (Haraway, 2013, p. 37). Ao personificar as fronteiras binárias no mito do ciborgue, Haraway permite uma abordagem mais flexível, incentivando a responsabilidade

pela sua construção e a aceitação das variações potenciais quando essas fronteiras se transformam.

Na mesma esteira, Pozo (2019) discute a presença do feminismo no contexto das mudanças tecnológicas ao longo dos últimos 50 anos, afirmando que corpo e tecnologia estão no mesmo patamar. A autora considera que a programação, a codificação e corporificação compõem o imaginário tanto da tecnologia quanto do corpo. Ela segue este raciocínio ao comparar que assim como existe uma linguagem de códigos tecnológicos, existem códigos corporais, e ambos podem ser hackeados, reprogramados.

As concepções desta igualdade corpórea performática entre tecnologia e corpo, nos remete a Preciado (2014), quando o autor constrói a diferença entre o robô e o ciborgue partindo da ideia da prótese. Enquanto o robô se relaciona à construção mecânica, a incorporação protésica garante a continuidade da ação humanizada e ativa. Preciado amplia essas discussões corpóreas para as sexualidades, e dirá que a incorporação alucinatória da prótese aponta um momento sintomático na passagem do modelo do robô para o modelo do ciborgue.

O interessante, do ponto de vista contrassexual, é esse desejo do instrumento de se tornar consciente, de incorporar a memória do corpo, de sentir e de agir por si mesmo. A prótese dotada de sensibilidade fantasmática rompe com o modelo mecânico de acordo com o qual ela deveria ser um simples instrumento que substitui um membro ausente (Preciado, 2014, p. 163).

O autor segue afirmando que se torna impossível estabilizar a prótese, defini-la como ou mecânica ou orgânica, como ou corpo ou máquina. Para ele, a prótese mostra que

(...) a relação corpo/máquina não pode ser compreendida simplesmente como um agrupamento de partes anódinas e articuladas conjuntamente que cumprem um trabalho específico. No que concerne à modificação das atividades vivas do corpo orgânico, a prótese ultrapassa a ordem mecânica (Preciado, 2015, p. 165)

Ao discutir a intersecção entre o natural e o mecânico, Preciado (2014) destaca que a palavra "órgão" vem do grego *ergon*, que significa instrumento ou componente que, em combinação com outros, atua para executar ou simplificar tarefas, relacionando a uma das mais importantes propostas de Marshal McLuhan ao considerar os meios e as tecnologias como extensões do homem. Por exemplo, o martelo age como uma extensão da mão, enquanto o telescópio traz objetos distantes para mais perto do olho. Tais instrumentos, como o martelo e o telescópio, podem ser vistos como extensões temporárias do corpo humano, ampliando suas capacidades e potenciais.

Como prótese do ouvido, o telefone permite a dois interlocutores distantes estabelecerem comunicação. A televisão é uma prótese do olho e do ouvido que permite a um número indefinido de espectadores compartilharem uma experiência ao mesmo tempo

comunitária e desencarnada O cinema poderia ser pensado retroativamente como uma prótese do sonho. As cibertecnologias sugerem o desenvolvimento de formas de sensibilidade virtuais e híbridas do tato e da visão, como o tato virtual graças a ciberluvas. A arquitetura, os automóveis e outros meios de transporte são também próteses complexas com as quais outras próteses-da-sensibilidade, com seus sistemas e redes de comunicação, do telefone ao computador, podem ser conectadas. Nessa lógica de conexão crescente, “o corpo parece se fundir com seus órgãos prostéticos dando lugar a um novo nível de organização e gerando uma continuidade (individual? trans-pessoal?) orgânica-inorgânica”. (Preciado, 2014, p. 160).

Além de pensar nas materialidades como extensões, também pensamos na imaterialidade algorítmica da antecipação da ação. O carro, extensão das pernas para locomoção - o Uber, a antecipação do destino. A máquina de escrever, extensão das possibilidades de escrita - o teclado digital, a antecipação da palavra através da automatização do idioma. A antecipação das necessidades para a facilitação da vida se revela como uma parte integrada de um cotidiano que se funde com a plataforma. “Afinal, o movimento mais sofisticado da tecnologia consiste em se apresentar exatamente como ‘natureza’” (Preciado, 2014, p. 168).

Sabe-se que, tanto os Estudos de Plataforma quanto Haraway (1985, 2019) e Preciado (2014) observarão que as tecnologias não são instrumentos neutros.

(...) surgidos em um paraíso científico que poderiam, em um segundo momento, ser aplicados com fins políticos mais ou menos saudáveis. Tudo é desde o princípio um sistema político que vêm assegurar a reprodução de estruturas socioeconômicas precisas (Preciado, 2014, p. 170).

Donna Haraway insiste que as tecnologias não são intrinsecamente “limpas” ou “sujas”. As bio e cibertecnologias contemporâneas são, ao mesmo tempo, o resultado das estruturas de poder e os possíveis bolsões de resistência a esse mesmo poder; de uma forma ou de outra, um espaço de reinvenção da natureza.

Em outras palavras, a plataforma oferece instalações ao corpo ciborgue, atravessando-o com a lógica de antecipação propostas pelas corporações e pelos dados. Pozo dirá que:

(...) apropriação tecnológica não se limita ao uso de diferentes dispositivos criados por corporações industriais e usados como mecanismos de controle, mas sim envolve abrir os códigos, entender seu funcionamento, intervir e criar ferramentas próprias por meio do coletivo (2019, p.8).

Na obediência às sugestões das corporações, as subjetividades do corpo-ciborgue se complexificam. A prótese imaterial da subjetividade da escolha é a plataforma. A proposta de Pozo (2019) portanto, é a de uma postura hacker destas plataformas.

Inevitavelmente, as produções, materialidades, performances, práticas e experiências corporais relacionadas às codificações normativas de gênero, sexualidade, raça, etc. desenvolvem-se em dimensões diferentes da codificação fechada dos produtos e serviços tecnológicos, como o software proprietário. Mas estabelecer uma conexão

entre corpo e tecnologia através da noção de código nos permite habilitar a figura hacker como um espaço de resistência para os feminismos (Pozo, 2019, p. 7).

Preciado (2014) destaca que que já somos ciborgue, corpos vivos integrado a redes visuais e hipertextuais mediadas por computadores, transformando o corpo em uma extensão pensante dessas redes. Pozo (2019), em paralelo, dirá que no universo da tecno-cultura dos feminismos, o corpo, a performance e o código estão profundamente conectados.

A autora propõe que enquanto a codificação cultural do corpo se manifesta de forma abstrata e universal, a performance se materializa como uma expressão corporal, uma manifestação tangível e representativa que pode tanto seguir quanto desafiar padrões culturais estabelecidos. Sob uma perspectiva feminista hacker, que busca expor e modificar o “código-fonte” (Pozo, 2019, p.6), o corpo tem o poder de transformar esse código em uma expressão viva, e vice-versa. Essa interação tem a capacidade de reformular padrões estabelecidos, gerando novas formas de representação, identidade e expressão.

Embora muitos discursos nas ciências continuem a enfatizar dualidades como corpo/espírito e natureza/tecnologia, a comunicação opera o olhar aos corpos para além dessas dualidades.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

Nosso percurso metodológico contemplou a revisão bibliográfica apresentada, e reconhece na Teoria Fundamentada um suporte para pensar de forma estruturada a respeito do vasto volume de dados inerente a uma pesquisa enraizada no cenário das plataformas digitais. Inicialmente, nos conectamos às leituras que pautaram as construções teóricas do trabalho, contemplando um recorte a respeito do feminismo em suas definições de ondas, e, em seguida, fazendo um levantamento a respeito das características das práticas de segunda e quarta onda.

Para trazer exemplos e dados comparativos, apresentamos as ideias do livro *Cena e Queixas*, a fim de explicar vínculos comparativos do processo de enunciação que ocorria nos experimentos feministas e nas plataformas. Aprofundar o olhar sob a forma como as queixas acontecem no cenário de plataforma significou encontrar uma trajetória que estivesse aberta ao encontro de um ou mais objetos que respondessem a nossos questionamentos. Assim, retomamos a pergunta de pesquisa, sobre como os agenciamentos de comunicação se revelam nas enunciações individuais e coletivas de mulheres em situação de violência doméstica no contexto da plataforma de mídia social Instagram. Para isso, usaremos a Teoria Fundamentada como auxiliar de mapeamento de corpus inicial, bem como para definir um objeto, e, mais adiante, construir definidores do que é a queixa na internet. Desta forma, pretendemos mapear, através de inspirações na Teoria Fundamentada, os perfis que apresentam a violência doméstica como conteúdo regular no Instagram e compreender do que são compostas as queixas de mulheres que sobreviveram à violência doméstica com base em dados empíricos levantados na investigação.

Para investigações no âmbito da comunicação na internet, nosso processo envolve a codificação de elementos encontrados durante a coleta de dados em ambientes on-line, alinhados com nossa percepção imersiva. Entendemos a necessidade de processos capazes de delinear nosso corpo de dados, uma tarefa desafiadora dada a multiplicidade de interesses que se condensam nos diálogos a respeito de falas sobre violência de gênero e, especificamente, falas sobre violência domésticas. Após as leituras realizadas, somada a navegação em amplo território de perfis, hashtags e outras ferramentas disponíveis, consideramos um cenário de abertura exploratória do campo como um dos critérios da investigação. Começamos pelo nosso repertório bibliográfico, mas nos permitimos surpreender pelo campo, de modo a construir conexões entre as ondas do feminismo através destas incursões.

As escolhas para definições de corpus decorrem de indicações sobre discussões teóricas e práticas presentes em textos seminais para as definições plurimetodológicas aplicadas aqui,

sendo estes: *Métodos de Pesquisa para Internet* (Fragoso; Recuero; Amaral, 2011) e *O Objeto e a Pesquisa em Comunicação: uma abordagem relacional* (França, 2016). Nestes textos, encontramos caminhos que nos orientaram a respeito do equilíbrio entre definições de corpus, coleta de dados e o tratamento possível, além de ampliar o olhar para outras publicações dos autores e seus possíveis desdobramentos.

Buscar caminhos para falar sobre mídias sociais, pensando numa perspectiva que reconhece os conflitos elencados nos Estudos de Plataforma, entende que a disponibilidade de informações a respeito de objetos de pesquisa precisa ser pensada tanto da perspectiva de seu conteúdo, quanto nas condições da emissão das mensagens e conteúdo.

Em nossa revisão bibliográfica, apresentada na primeira parte do trabalho, colocamos um olhar atento sobre investigações similares a nossa, em um período histórico diferenciado, através da discussão do texto de Gregori (1993), com os levantamentos de *Cenas e Queixas*. Esse comparativo visou adensar as repetições discursivas, bem como expor os contextos que atravessavam as práticas de mulheres que buscavam proteção e espaços de enunciação nos grupos feministas. Entendemos que, assim como Gregori (1993) elencou as condições que permeavam os modos de fazer de feminismo daquele período, precisamos detalhar de forma imersiva o que acontece atualmente. Queremos propor uma análise que repete a análise das cenas e queixas, entendendo como se apresentam e com isso, desconstruir a simplificação das relações sociais em plataformas de mídias sociais como meras causalidades. Busca-se tecer escritas que consideram diferentes possibilidades para quem se dispõe a conhecer campos de forma interessada e livre de compreensões fechadas.

Nas humanidades, abordagens computacionais têm ganhado espaço, e “o campo das “humanidades digitais”, que antes era considerado periférico, agora é amplamente reconhecido como parte essencial do conhecimento humanístico contemporâneo” (Fragoso *et al.*, 2011, p.15). Reconhecendo isso, entendemos que podemos nos inspirar em outros métodos propostos pelas ciências sociais e humanas para pensar sobre suas aplicações dentro do campo das humanidades digitais. Nossa observação é investigativa, exploratória, de forma simultânea à definição das chaves de análise, bem como o retorno à teoria, pois foi através desse movimento e cruzamento de etapas que constituímos nosso percurso.

Como já apresentado em nossa escrita, consideramos que a comunicação não é simplificada a uma mera dinâmica de transmissão, sobretudo nas dinâmicas de escuta do Instagram. Entendemos que todas as ações são executadas e pensadas como intenção interacional, isto é, uma ação que é referenciada reciprocamente, estabelecida por meio da mediação de elementos simbólicos e da linguagem. Compreendendo esta dinâmica, nos

deparamos com a metodologia de pesquisa na Internet denominada Teoria Fundamentada, discutida no livro *Métodos de Pesquisa para Internet* (Fragoso; Recuero; Amaral, 2011) como uma possibilidade para classificar a estrutura da nossa pesquisa empírica. Segundo as autoras, “a ideia central da Teoria Fundamentada é, justamente, aquela em que a teoria deve emergir dos dados, a partir de sua sistemática observação, comparação, classificação e análise de similaridades e dissimilaridades” (Fragoso; Recuero; Amaral, 2011, p.83), e a partir desta sugestão, vamos aprofundar seu uso.

Esta perspectiva se encaixa com a ideia que construímos para delimitação de nosso corpus. Não partimos de um uso tradicional da Teoria Fundamentada, mas ela se apresentou como um suporte de coleta que permitiu classificações auxiliares, sendo de fundamental importância para traçar um mapeamento e definição dos cenários da violência doméstica no Instagram em que o recorte temporal correspondente a atualidade.

Em *Métodos de Pesquisa para Internet*, as autoras explicam que a Teoria Fundamentada foi proposta pelos autores Glaser e Strauss em 1967, como um método de pesquisa que busca fundamentar a teoria nos dados observados no campo empírico. A proposta visa superar a separação entre “pesquisa teórica não informada pelos dados e teoria empiricamente desinformada” (Goulding, 1999, p. 6, *apud* Fragoso *et al.*, 2011, p. 84) por meio da observação sistemática e da classificação dos dados.

Desta forma, a Teoria Fundamentada busca resolver a divisão entre teoria e dados, teórico e empírico, invertendo o método tradicional de pesquisa: ao invés de confrontar um problema com um referencial teórico e formular hipóteses a serem testadas, na Teoria Fundamentada a teorização e a observação empírica são integradas, corroborando com a ideia de que “o empirismo concebe a realidade como singular e revelada graças à experiência sensível” (Gil, 2008, p.20).

O pesquisador vai ao campo sem conceitos fixos e permite que os dados empíricos gerem as ideias, fornecendo hipóteses, ajudando a delimitar o problema e construir a teoria. Assim, os dados descobertos desempenham um papel fundamental nesse processo. Em diálogo com as autoras, compreendemos que a Teoria Fundamentada é influenciada pelo Pragmatismo e pelo Interacionismo Simbólico. Essa influência é especialmente evidente na ênfase dada à construção da teoria a partir das bases empíricas, visto que ela busca sistematizar uma abordagem exclusiva de desenvolvimento teórico a partir do campo empírico, em contraste com métodos tradicionais.

Recomenda-se, portanto, que exista uma coleta sistemática de dados no campo, juntamente com a comparação e análise constantes desses dados por meio de codificação. Essa

análise sistemática resultará em memorandos (memos) teóricos que, ao final do processo, “compõem a teoria emergente dos dados, ao invés de ser construída de forma linear numa inicial reflexão teórica, formulação de hipóteses e posterior verificação empírica” (Fragoso *et al.*, 2011, p. 86). Nesse processo, o papel do pesquisador é crucial, pois é sua percepção subjetiva que guia a coleta e a emergência dos dados.

Justamente por valorizar o contato do pesquisador com o objeto e estimular a criação de uma sensibilidade para os dados, a Teoria Fundamentada traz uma contribuição diferenciada. Ela permite ao pesquisador que foca um fenômeno bastante novo, que tenha a chance de experimentar o campo empírico, observando os novos elementos e construindo suas percepções através da análise e reflexão sistemáticas dos dados encontrados em campo. Essa valorização da experiência do pesquisador em campo é fundamental e é uma das principais vantagens do pesquisador que utiliza essa abordagem (Fragoso *et al.*, 2011, p. 31).

Nesta abordagem, os dados são coletados de diversas fontes e por meio de diferentes abordagens, qualitativas e quantitativas. A coleta e análise de dados ocorrem simultaneamente durante todo o processo de pesquisa: enquanto obtemos informações no campo, a análise dos dados auxilia no refinamento, melhorando o processo de coleta, estabelecendo um ciclo de retroalimentação constante entre os dados empíricos e sua análise vigente. O recorte de estudo, apesar de abrangente, fornece pistas relevantes não apenas para a definição das questões de pesquisa, mas também para a construção dessas questões e a introdução de novas questões ao pesquisador.

Fragoso, Recuero e Amaral (2011) explicam que a Teoria Fundamentada utiliza métodos variados de coleta inicial de dados, incluindo entrevistas, observações de campo e fontes documentais. No entanto, a análise de textos é fundamental nesta metodologia, tornando importante para o pesquisador o processo de transcrição de observações e estudos de fontes, e facilitando a emergência de conceitos - o primeiro passo no desenvolvimento de discussões teóricas. Embora a etnografia e outros métodos possam ser usados na coleta de dados, é essencial uma análise sistemática e sequencial para capturar todas as peculiaridades do objeto de estudo. Portanto, a Teoria Fundamentada é descrita como um método de descoberta que fundamenta a teoria emergente na realidade.

Este método apresenta divisões ao longo da literatura, nas quais diferentes autores constroem linhas de atuação e interpretações distintas. Charmaz (2009; 2018) propõe abrir caminhos para as derivações relativas à Teoria Fundamentada, explicando as diferenças entre três linhas da metodologia. Ela as classifica como *teoria fundamentada objetivista*, derivada das escolhas teóricas de Glaser, *teoria fundamentada pós-positivista*, derivada por Strauss e Corbin, e, finalmente, propõe a *teoria fundamentada construtivista*, da qual é autora.

Charmaz é enfática ao esclarecer que sua versão da metodologia adota as estratégias da

teoria fundamentada clássica de Glaser e Strauss (1967), porém, não se conecta com a epistemologia da versão original. Em colaboração com outros autores, Charmaz afirma que sua versão construtivista da Teoria Fundamentada "adota uma abordagem relativista contrastante que muda as bases ontológicas e epistemológicas do método" (Charmaz, 2009, 730), alinhada à tradição pragmática de Anselm Strauss.

Podemos verificar que a Teoria Fundamentada também é abordada como um meio de aprender sobre os mundos que estudamos e como um método para elaborar teorias que os compreendam (Charmaz, 2009). No campo da comunicação, vemos o reconhecimento deste modelo, conforme verificado no artigo *Teorizar com a Grounded Theory (Teoria Fundamentada): um caminho metodológico para as pesquisas em comunicação*, de Leite (2023). Neste trabalho, o autor propõe um escopo de estudos que utilizam a teoria, incluindo o estudo de recepção, internet e mídia. Ele enfatiza o potencial que esta metodologia oferece para o desenvolvimento de pesquisas em comunicação que buscam gerar entendimentos teóricos de processos sociais a partir dos dados.

Os procedimentos e técnicas da *grounded theory (Teoria Fundamentada)* pertinentemente disponibilizam um caminho de pesquisa intenso e rigoroso para apoiar a elaboração sistemática de teorias de médio alcance (substantivas e/ou formais), que impliquem a compreensão das experiências, dos eventos e das significações produzidas socialmente pela dinâmica interacional das pessoas enredadas pelas narrativas midiáticas no cotidiano (Leite, 2023, p. 187, grifo do autor).

Em nossa pesquisa, optamos por seguir a classificação proposta por Fragoso *et al.* (2011) em relação ao tipo de classificação de categorias, baseando-nos na investigação e exemplificação propostas pelas autoras, na qual descrevem uma pesquisa realizada na plataforma de mídias sociais Twitter. Essa abordagem se aproxima do diálogo com as propostas teóricas de Strauss e Corbin (2008), utilizando codificações abertas, axiais e seletivas. No entanto, também queremos chamar atenção para o uso da Teoria Fundamentada como um percurso adaptável, desde sua origem, que nos inspira a possibilidades de construções conjuntas e adaptações.

Explorando suas ramificações na obra *A Construção da Teoria Fundamentada - Guia Prático para Análise Qualitativa*, Charmaz (2009) avalia que, em sua formulação original do método, Glaser e Strauss (1967) convidaram seus leitores a "utilizarem as estratégias da Teoria Fundamentada de forma flexível, cada qual a seu próprio modo" (Charmaz, 2009, 23).

As reflexões propostas por Charmaz (2009) sobre a Teoria Fundamentada permitem reconhecer a possibilidade de entrelaçar diferentes visões, estabelecendo apropriação particular. Essa abordagem, ao mesmo tempo que mantém a rigidez e a seriedade das categorias propostas

nos estudos de métodos para internet e segue uma sequência rígida fundamentada de análise, também cultiva a possibilidade de inovar, despertando a ideia de que podemos ser autores de nossa própria jornada de descobertas. Sobre essa potência, a autora afirma:

Glaser e Strauss falam sobre a descoberta da teoria como algo que surge dos dados, isolado do observador científico. Diferentemente da postura deles, compreendo que nem os dados nem as teorias são descobertos. Ao contrário, somos parte do mundo o qual estudamos e dos dados os quais coletamos. Nós construímos as nossas teorias fundamentadas por meio dos nossos envolvimentos e das nossas interações com as pessoas, as perspectivas e as práticas de pesquisa, tanto passadas e como presentes. [...] Os significados implícitos dos participantes de pesquisa, bem como as suas opiniões sobre as suas próprias experiências – e as teorias fundamentadas concluídas dos pesquisadores – são construções da realidade. De acordo com os seus antecedentes da escola de Chicago, defendo um embasamento nos fundamentos pragmatistas para a teoria fundamentada e o desenvolvimento das análises interpretativas que reconhecem essas construções (Chamaz, 2009. p.25).

A jornada da Teoria Fundamentada funciona como uma caixa organizadora de dados obtidos no campo, que vão entregar os indícios emergentes que o pesquisador deve seguir. Assim, usar esta teoria amplia a plasticidade da pesquisa e, ao mesmo tempo, proporciona maior foco ao pesquisador em comparação a outros métodos.

Como citado, a Teoria Fundamentada estimula um modo de iniciar um trabalho de pesquisa a partir de uma abordagem indutiva, que busca deixar que os dados “falem por si” e não os observar a partir de pré-noções. Ou seja, enquanto método, “a Teoria Fundamentada é baseada no empírico, nos dados obtidos em campo, através de uma série de procedimentos que visam sistematizar esses dados e permitir que a teoria emerja” (Fragoso *et al.*, 2011, p. 90).

Porém, uma das discussões levantadas pelos pesquisadores do método é a de que um pesquisador não conseguiria iniciar um estudo de pesquisa sem preconceções. E, em um olhar crítico, passou-se a reconhecer como a existência dessa experiência e do ponto de vista pessoal pode ter um impacto positivo, pois permite a geração de uma percepção particular. Portanto, o contexto interpretativo desempenha um papel fundamental para o pesquisador da Teoria Fundamentada, e a partir disso queremos mostrar as escolhas feitas para nossa pesquisa.

Entendendo que através de outros métodos chegaríamos em apontamentos para tratar em nosso *background* teórico, encontramos um diálogo no percorrer do desenvolvimento metodológico, que parte do que reconhecemos como pesquisas exploratórias. Segundo Gil, a pesquisa exploratória tem como principal finalidade “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” (2008, p, 27). O autor explica que seu caráter mais flexível decorre do objetivo de proporcionar uma “visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (Gil, 2008, p.27), o que nos remonta a uma perspectiva desafiadora para a

presente tese.

Entre todos os tipos de pesquisa, segundo Gil (2008) as pesquisas exploratórias são as que apresentam menor rigidez no planejamento, e nesta etapa precisávamos de uma maior flexibilidade, atuando junto ao levantamento bibliográfico e documental, a ser revelado pelo campo. O autor ainda afirma que “este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (Gil, 2008, p.27).

Mesmo reconhecendo que existem diversos textos que contribuíram para a fundamentação desse trabalho com a discussão do feminismo e novas tecnologias, para pensar sobre o retrato da violência contra a mulher no Instagram seria necessário um olhar inicial abrangente. O autor completa:

Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados (Gil, 2008, p. 27).

Assim, fizemos uso dessa abordagem para gerar dados a serem classificados e codificados com inspiração na Teoria Fundamentada, considerando que enquanto na pesquisa exploratória estamos em processo de aproximação do objeto, na Teoria Fundamentada, o objetivo se apresenta através dos dados codificados. Com isso, compreendemos que a Teoria Fundamentada seria a prática indicada para esta etapa, e partimos para o campo que se problematizava na revisão bibliográfica, mas que ainda não se mostrava com clareza em razão da amplitude dos dados e dos diferentes caminhos que se mostravam.

Chamaz (2009) afirma que os pesquisadores que empregam a Teoria Fundamentada frequentemente iniciam seus estudos com o intuito de examinar determinados interesses empíricos orientadores. A autora ainda relata a respeito do seu próprio encontro com os nortes de suas investigações: “os interesses que me orientavam fizeram com que utilizasse em meu estudo conceitos como o autoconceito, a identidade e o tempo de duração. Isso, no entanto, foi apenas o início” (Chamaz, 2009, p. 34).

A autora ainda instrui a utilização dos conceitos como pontos de partida para ouvir entrevistados, observar os dados, e pensar analiticamente sobre estes. Chamaz realiza um diálogo com Blumer (1954, p.7, *apud* Chamaz, 2009), que descreve a ideia de “conceitos sensibilizantes” ou “sensibilizadores”, termo que se refere a carga de ecos de experiências que fornecem ao pesquisador uma noção geral de senso de referência e orientação para abordar casos empíricos. O autor afirma que “esses interesses são sustentados por conceitos gerais que

proporcionam uma estrutura básica, embora indefinida”, e Chamaz (2009, p. 34) irá discorrer sobre o uso de tais conceitos sensibilizantes.

Segundo Chamaz, os pesquisadores que tomam como base a Teoria Fundamentada, geralmente dão início aos seus estudos ancorados em interesses de pesquisa específicos e em um leque de conceitos amplos, também conhecidos como conceitos sensibilizadores. Estes conceitos proporcionam ideias para serem exploradas e preparam o pesquisador para formular questões sobre os assuntos em pauta.

Nosso conceito sensibilizador parte das formas como mulheres são retratadas e expostas a cenários de violência, seja na história do jornalismo, no audiovisual ou nas mídias sociais. Tais representações têm um impacto duradouro sobre os direitos das mulheres, saúde e segurança pública, além de afetar as percepções de existência sobre si mesmas. Os estereótipos de fragilidade e submissão estão em todos os lugares, e mesmo nas mídias sociais, que se apresentaram por muito tempo no campo teórico da comunicação como espaços de ativismos e insurgências, não é diferente. Mulheres seguem frequentemente exibidas ou exibindo-se dentro da economia da atenção própria das plataformas, seja pela sexualização do corpo, pelas padronizações ou pela vulnerabilidade à violência dentro e fora da internet. Contexto este que passou a reforçar, através do anonimato dos agressores, fragilidades na lei e regulamentações de práticas digitais, impunidades diversas, e falsas noções sobre passividade feminina.

Representações desumanizantes contínuas reforçam a ideia de que a violência é algo inevitável em nossas vidas. Mesmo em núcleos considerados seguros ou perfis feministas, existe espaço para comentários depreciativos. Assim, as comunidades virtuais de apoio no combate à violência se destacam por colocar em tensão aspectos discutíveis do ponto de vista social e comunicacional. Isso se dá por meio da organização através de coletivos, pela criação de campanhas de visibilidade, pelo ato individual de profissionais que se autointitulam feministas, e pelas leituras críticas recentes que podemos tecer sobre uma década de hashtags de militância no Brasil.

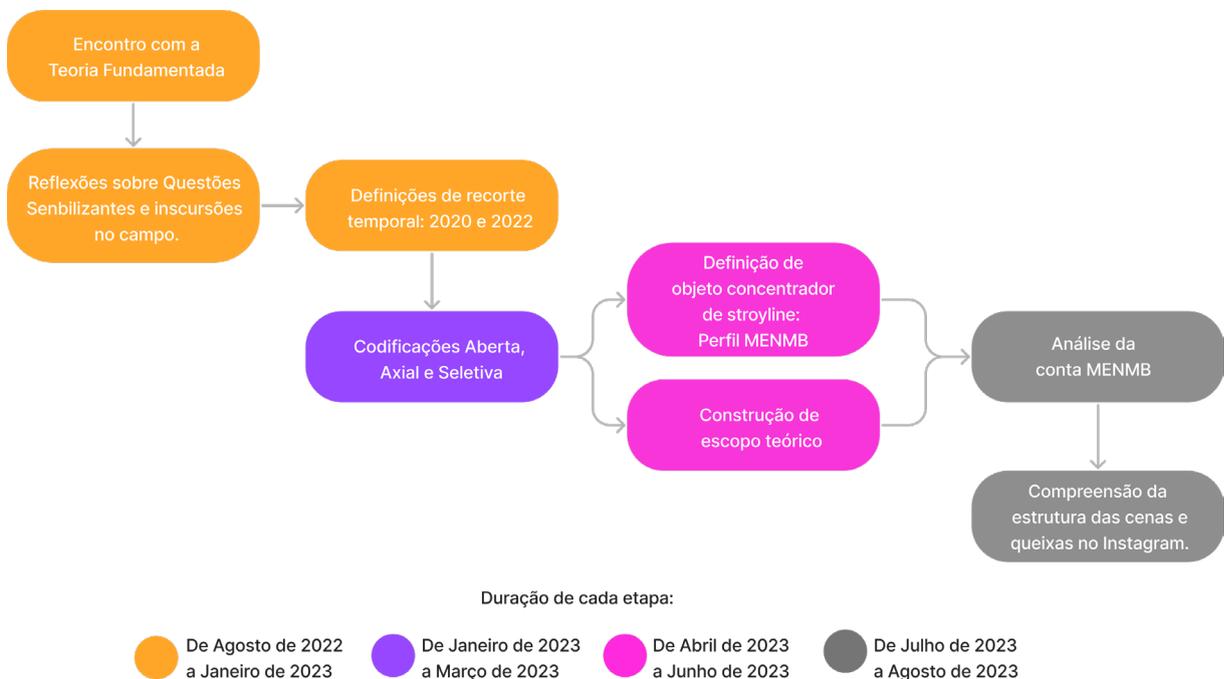
Ao propor discussões sobre os feminismos nas redes e seus desdobramentos, encontramos espaços de manifestações e sociabilidades abertas, uma lacuna para pensar a própria comunicação, os discursos em torno das mulheres e sua presença. Neste raciocínio, acreditamos que a existência de um local de tensão apresentava um potencial comunicacional de partilha de experiências a respeito desse universo, e, na vivência empírica do ser mulher nesta década. Assim, foi um percurso de percepção e reflexão pulsante chegar à insurgência do Instagram, o centro de controle discursivo-imagético do recorte temporal e geográfico no qual, como indivíduo, estou inserida.

Considerando que a representação vem sobretudo pelos discursos presentes em mídia, texto e imagem, como locais continuados dos discursos do cotidiano, em específico as redes de sociabilidades vinculadas ao compartilhamento de imagem, destacamos que o Instagram é uma plataforma de mídia social digital que dispõe de cada vez mais funções que são um convite para a visão do “aqui e agora”. Por exemplo, o aplicativo só funciona plenamente no uso *mobile*, e se delinea graficamente de forma a fortalecer o imediatismo de um fluxo contínuo da vida centrado na visualidade do *self*.

4.1 Planejamento de pesquisa

A busca por um aprofundamento intuitivo a fim chegar em recortes de pesquisa e teorias emergentes tem duração de aproximadamente um ano de incursões diárias no Instagram, que se encerram para fins de coleta, mas não se encerram para fins de análise. Neste período, já havia a compressão sobre a problemática geral, e a definição de que a potência do trabalho se passaria dentro de uma plataforma de mídia social, precisamente o Instagram, como apresentado no capítulo anterior. Como panorama de realização, temos a seguinte figura:

Figura 15 – Ordem Cronológica de Coleta



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Pudemos verificar que o Instagram se estabeleceu como interessante foco de disputas narrativas no Brasil. Em 2020 o país ocupou o segundo lugar no ranking de países em número de consumidores do aplicativo (Newman *et al.*, 2020), confirmando seu crescimento em número

de usuários regulares: em 2019 já passava de um bilhão. Além da popularidade, seu potencial de credibilidade informativa foi evidenciado no relatório *digital news* da Reuters Institute (*ibidem.*), onde um terço dos respondentes brasileiros (30%) afirmaram utilizar o Instagram como forma de informação; e as mídias sociais, no mesmo ano, ultrapassaram os veículos de mídias tradicionais como fonte de notícias. Junto a esse dado, mencionamos o cenário de consumo de mídias sociais potencializado pela COVID-19, que em 11 de março de 2020 foi reconhecida como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O *lockdown* ocasionado pela crise mundial acelerou o uso de ferramentas digitais e cada vez mais pessoas se colocaram disponíveis para não apenas consumir, mas também reagir e produzir conteúdo e interações. Cientes de que estávamos diante de um período de maior volume de publicações, sobretudo com o aumento do índice de discussões e denúncias de agressões no ambiente doméstico, dado o isolamento social, decidimos explorar dentro do Instagram as diversas facetas sobre como a violência direcionada à mulher é vista, discutida e *consumida* para desta forma, encontrarmos o nosso recorte de corpus de pesquisa.

Segundo Fragoso, Recuero e Amaral (2011), na Teoria Fundamentada, o processo de análise de codificação dá-se basicamente “através da construção de categorias a partir da sistematização da análise dos dados e da construção de memos teóricos a partir das observações de campo e das próprias categorias geradas” (p. 95). Para esta etapa inicial da metodologia do trabalho, com a finalidade de definição de um objeto em um universo tão vasto, nos apropriamos de uma versão simplificada dessas formas, fazendo uso da codificação aberta, codificação axial e codificação seletiva.

A codificação aberta é um método de pesquisa que envolve a análise de dados através de comparações e perguntas orientadoras. Durante essa fase, o pesquisador divide os dados em fragmentos para identificar categorias, propriedades e dimensões. Essas categorias são enumeradas e relacionadas às suas qualidades e características observadas, formando a base para o desenvolvimento da teoria.

A codificação aberta enfoca principalmente os procedimentos de comparação, classificação e questionamento dos dados, permitindo uma análise mais completa. O pesquisador deve fazer comparações, e perguntas que vão guiá-lo no campo empírico (como por exemplo: “O que está acontecendo? Em quais categorias esses dados se enquadram? O que os dados expressam?”) (Fragoso *et al.*, 2011, p. 96). As autoras ainda explicam que a codificação aberta na Teoria Fundamentada compreende a parte inicial da análise, principalmente focada na identificação, descrição e categorização do fenômeno encontrado em campo.

Trata-se de um exame dos dados, em que estes são quebrados em partes menores, em

busca de similaridades, padrões e particularidades. Em diálogo com Corbin e Strauss (1990), o texto ainda cita os autores da teoria explicando que:

(...) na codificação aberta, eventos/ações/interações são comparados com outras por similaridades e diferenças. Elas também recebem etiquetas conceituais. Dessa forma, eventos/ ações/interações conceitualmente similares são agrupadas para formar categorias e subcategorias (Corbin; Strauss, 1990 p. 12).

Na sequência desse levantamento, deve se iniciar a codificação axial, que busca relacionar as categorias emergentes, comparando-as. Neste segundo momento, portanto, passamos a relacionar similaridades e dissimilaridades nessas categorias, buscando compreender melhor o que essas elas representavam em termos de motivações para os usuários envolvidos, para, por fim chegar à codificação seletiva, a última fase.

Este momento trata da integração das categorias em uma categoria central, que corresponde ao fenômeno central em estudo.

Essa categoria central deve ser compreendida através de uma série de questões, tais como: Qual é a principal ideia analítica a ser apresentada nessa pesquisa? Se meus achados fossem conceitualizados em poucas sentenças, o que eu diria? O que todas as ações e interações parecem significar? Como posso explicar a variação do que eu vejo entre e dentre essas categorias? (Corbin; Strauss, 1990, p. 14).

O foco da codificação seletiva é fornecer uma visão geral descritiva. Aqui a *storyline* é uma das técnicas, ou seja, a história contada de modo analítico, integrando as categorias de modo a relacioná-las e escrever uma “única história” sobre o assunto (Strauss; Corbin, 1990, p. 122). Durante a codificação aberta e axial, os fenômenos são nomeados, permitindo que o pesquisador avalie qual categoria é suficientemente abstrata para abranger todas as outras mencionadas na história. O resultado desse processo é uma categoria central, juntamente com as categorias relacionadas, sendo necessário escolher entre dois ou mais fenômenos igualmente relevantes.

Iniciemos, portanto, o percurso correspondente a cada uma das etapas, considerando o processo de análise em paralelo ao fazer metodológico.

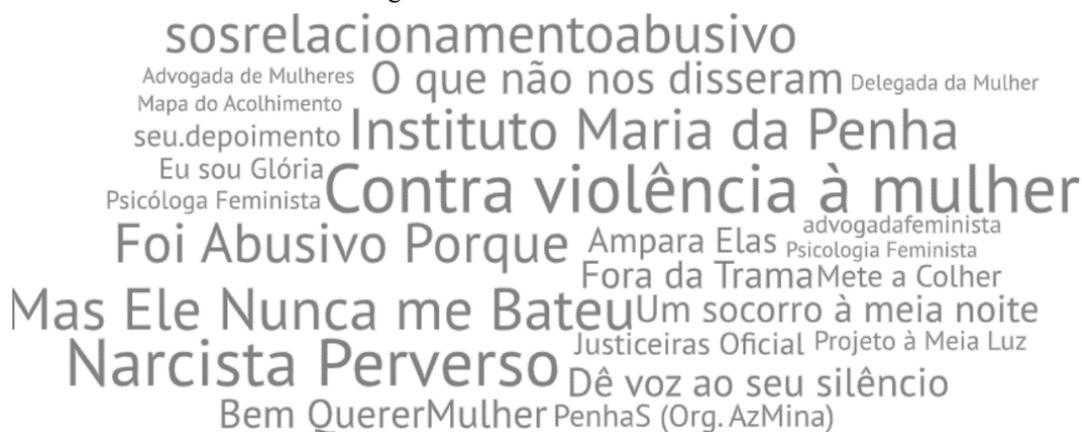
5. MAPEANDO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO INSTAGRAM

Na direção das definições da Teoria Fundamentada, partimos da codificação aberta descobrindo as propriedades e dimensões dos dados através da análise exploratória das hashtags

e chegamos a diferentes perfis, entendendo que existiam linhas díspares de campanhas. Em geral, o uso dessa ferramenta está associado a contas com temáticas de movimentos feministas, movimentos políticos, campanhas de sentido amplo sobre violência contra a mulher. Mas é na violência doméstica e nos relacionamentos abusivos, com desdobramentos sobre saúde mental e justiça, que encontramos produções de conteúdo sensível que nos instigam a seguir. Baseado em interações que dialogam com o corpo e o sofrimento em condições de situação de partilha de dores, vemos uma forte potência de desenvolvimento.

Como uma forma de demonstrar o *brainstorm* criado durante a pesquisa exploratória, apresenta-se uma nuvem de palavras que correspondem aos perfis que foram visualizados como relacionados à violência doméstica, e que usam as hashtags pesquisadas para serem agrupados e encontrados:

Figura 16 - Nuvem de Resultados



Fonte: Elaborado pela autora via WordArt (2022)

Entendendo o ponto de partida geral através das pesquisas exploratórias de hashtags e encontrando os coletivos e indivíduos responsáveis pela sua propagação, partimos para codificação axial, organizando sistematicamente nossas descobertas.

5.1 Codificação Axial

Dentro das leituras de cenários que verificaram contornos sobre as abordagens comunicacionais da violência contra a mulher no Instagram, e através dos interesses em comum centrados nos usos das tags, encontramos algumas repetições entre os propósitos dos perfis que tematizam e enunciam a discussão. Os perfis que usam esse recurso e aparecem nas pesquisas dentro da plataforma são, segundo nossa percepção e análise: a) organizações não governamentais ou instituições socioeducativas; b) perfis que utilizam a temática do combate e

denúncia da violência como pautas para conteúdo; c) profissionais liberais com viés de trabalho baseados em recorte de gênero; d) produtos digitais ou inteligências artificiais; e e) narrativas femininas autobiográficas de violência.

Aprofundemos a codificação axial em categorizações e subcategorizações das quais não busco descrever, mas me colocar como testemunha aprendiz dos fenômenos aos quais me coloco exposta. As escolhas feitas aqui, dizem respeito a, além do extenso volume de dados que emergiram como notórios, minha disponibilidade como pesquisadora para “permitir ser deslocada dos meus posicionamentos e crenças iniciais, a partir de um avizinhamo hospitaleiro com os sujeitos ou temas que fazem parte de sua investigação” (Moriceau, 2020, p.92). Viso a construção de um percurso que valorize e procure a variação e o movimento constante, as transformações e reavaliações, pois uma pesquisa não pode contentar-se apenas em representar teorias e conflitos já estabelecidos e normalizados, ela deve procurar os fluxos que permitam alimentar a reflexividade, a desconfiança do que acreditamos saber e a revisão de pontos de vista.

Essas etapas intimamente interligadas do processo da pesquisa (do percurso que requer muitas vezes o abandono de certos pontos de referência e da determinação requerida pelo investimento de “estar em pesquisa”) nos revelam como os afetos são importantes para que os pesquisadores sejam sensibilizados, para que possibilitem uma abertura para a autotransformação e para a transformação de todos aqueles que entrarem em contato com as múltiplas fases de elaboração do trabalho. Todas as consultas de seguidores deste tópico, 5.1, e seus desdobramentos, foram atualizadas até 16 de maio de 2023.

5.1.1 ONGS e Instituições Socioeducativas

“Atendimento humanizado e integral a mulheres que sofrem violência.”⁶

Dentre os perfis que utilizam o Instagram para campanhas e discussões sobre violências estão ONGs e instituições socioeducativas, que já carregam em seus objetivos o ativismo político, o que acontece não só nas mídias, mas em ações e eventos presenciais. Em suas contas, produzem conteúdo com regularidade, além de registros das atividades e acompanhamento de denúncias. Nesse sentido, a maioria dos coletivos tem um trabalho de divulgação com ênfase em diferentes

⁶ As frases que abrem os tópicos de codificação juntos aos títulos, foram retiradas de legendas utilizadas nas publicações das páginas investigadas, e chamaram nossa atenção. Aqui elas têm a finalidade de incorporar nuances do objeto e das descrições apresentadas.

questões de violência, feminismo e pluralização de pautas, por isso, os resultados correspondem ao critério de foco em situações de vulnerabilidade física.

De forma geral, as publicações são relacionadas ao combate à violência doméstica e ao aumento da conscientização em torno do tema, além de matérias de apoio e orientação, junto a tentativas de mobilizar ações contra a violência. Do ponto de vista educativo, encontramos informações sobre a violência doméstica, seus tipos, sinais de alerta e consequências, além de estatísticas, artigos, histórias de sobreviventes. As linhas de publicação são um misto do uso dos recursos disponíveis no Instagram: vídeos, imagens e desafios para envolver o público, incentivar a discussão e compartilhar mensagens de apoio. Há ainda o compartilhamento de informações sobre os serviços disponíveis para as vítimas, como linhas diretas de emergência, abrigos, centros de apoio e serviços legais. As postagens ainda podem fornecer links, números de telefone e endereços de instituições de apoio para que as pessoas possam obter a ajuda necessária. Existem também campanhas específicas e hashtags próprias que frequentemente se constituem como “marcas” de determinada pauta de luta, podendo oferecer suporte emocional para as vítimas por meio de suas contas nas mídias sociais. Dependendo da iniciativa, existem espaços para perguntas e orientações básicas sobre como buscar ajuda e lidar com a violência. Exemplos de contas que correspondem a esta codificação: *Justiceiras oficial* (88,2 mil seguidores), *Instituto Maria da Penha* (60 mil seguidores), *Bem Querer Mulher* (14,3 mil seguidores).

5.1.2 Perfis que utilizam a temática do combate e denúncia da violência como pauta, seguindo uma linha editorial

“Apoiando, alertando e salvando vidas.”

Essa modalidade de perfil destacou-se em nossas pesquisas em relação ao volume de contas que seguem a mesma abordagem. Esses perfis utilizam a temática da violência contra a mulher relacionada ao contexto de relacionamentos, isto é, violência doméstica, como objeto da criação dos posts. Faremos um empréstimo simplificado da terminologia do jornalismo “linha editorial” como “a visão de mundo engendrada pelas escolhas de notícias e pelas formas de escrever as notícias, dentro de um coletivo” (Paixão, 2018, p. 95), sendo uma forma de explicar os processos verificados nas seleções do que foi publicado nas contas. O fazemos cientes de que não existe uma prática jornalística estabelecida ou notícias, mas ainda assim, consideramos que há uma curadoria e trabalho criativo que une texto e imagem para uma finalidade obedecendo a um núcleo estruturante.

As publicações são imagens e vídeos compostos com legendas em texto e hashtags que variam entre campanhas e outras marcações. Os informativos visuais são desenvolvidos de forma autoral ou reaproveitados de outros perfis. Há ainda textos ou frases de inspiração, peças gráficas, imagens impactantes ou reprodução de peças publicitárias de combate à violência contra a mulher, perguntas provocativas e memes. Porém, nenhuma delas apresenta envolvimento direto com casos ou denúncias. Também não existe uma manifestação de rede de apoio dialogado partindo das moderadoras, e as interações ou participação de outras mulheres não interferem na linha de postagens.

Independente dos comentários e interações, a comunicação segue a citada “linha editorial”, voltada para o desenvolvimento ou reprodução de materiais, não se configurando como entidade, órgão, ou voluntariado que se propõe a atender a vítima numa relação de troca. O caráter central é de publicização da pauta através de um perfil com publicações regulares. Exemplos de contas que correspondem a esta codificação: *Foi Abusivo Porque* (50,1 mil seguidores), *Um socorro à meia noite* (43,2 mil seguidores), *Contra violência à mulher* (24,5 mil seguidores), *violenciacontramulheres* (8,5 mil seguidores), *Ampara Elas* (6.335 seguidores), *Fora da Trama* (4.608 seguidores).

5.1.3 Profissionais liberais e/ou autônomas

Um dos resultados explorados em nossas buscas são os de profissionais liberais. Estes perfis são considerados “profissionais” pela própria plataforma que os sinaliza como tal, ou seja, não partem do uso comum do aplicativo, mas sim, o utilizam como ferramenta de trabalho. O recurso da hashtag serve para serem encontrados por meio de hiperlink nos agrupamentos de conteúdo centrados na discussão na qual estão envolvidos. Estas profissionais nem sempre atuam dentro do escopo da ocupação de “influenciadoras”, isto é, podem não se encaixar dentro do trabalho de comercialização de *lifestyle* e informação, porém utilizam a rede para propagar uma ideia. Além do seu caráter de impacto no consumo contemporâneo em relação à informação sobre determinados assuntos, estas vozes de autoridade das profissionais liberais têm a capacidade de mobilizar conversações, influenciar opiniões, promover debates sobre comportamentos de seus seguidores devido à sua credibilidade ou notoriedade em uma determinada área. Assim, este código emergiu da presença relevante de duas temáticas inerentes às pautas de violências contra a mulher: saúde mental e justiça. Através das tags e de suas publicações, essas profissionais estão dialogando com bases de seguidores específicas, ofertando informações e evidenciando seu próprio trabalho.

5.1.3.1 Profissionais da Lei

“Especialista em Direito das Mulheres. Te ajudo a romper com o ciclo da violência doméstica.”

Em um olhar histórico, o Direito seguiu normas e valores sociais pautados em diretrizes patriarcais, muitas vezes perpetuando a desigualdade de gênero e a discriminação contra as mulheres com leis discriminatórias que restringiram a dignidade feminina em áreas como trabalho, propriedade, casamento, divórcio, direitos reprodutivos, voto e participação política. As discussões jurídicas em torno da violência de gênero ganham espaço no Instagram se conectando às hashtags feministas e levantando pautas sobre a falibilidade dos sistemas jurídicos em abordar adequadamente questões como violência doméstica, assédio, e discriminações pautadas no gênero.

Aqui não temos associações, organizações ou coletivos, mas sim profissionais do direito, mulheres, que se colocam como “Advogada Feminista”, “Delegada da Mulher”, “Advogadas das Pensões”, “Direito com Afeto”, dentre outras titulações, que trabalham sobre a perspectiva de resolução de conflitos familiares, assessorias sobre violência patrimonial, estímulos a denúncia fundamentada em esclarecimentos legais, além de evocar casos para que sirvam como exemplos ou comparativos. Nos resumos profissionais de atuação disponíveis na apresentação do perfil, os temas mais citados são pensão, guarda de filhos, tipificação criminal de formas de abuso, e a defesa dos direitos sob a perspectiva de gênero. Em seus conteúdos também denunciam um judiciário omissivo em relação às dores das mulheres. Exemplos de contas que correspondem a essa codificação: *direito.com.afeto* (33,7 mil seguidores), *advogadadoobvio* (12,3 mil seguidores), *odireitodasmulheres* (3.357 seguidores), *delegadafeminista* (2.649 seguidores).

5.1.3.2 Profissionais de Saúde

“Ajudamos pessoas através da fala.”

Parte das implicações da violência contra a mulher enquanto problema de saúde pública, se sobressaem nos discursos difundidos no Instagram através das profissionais do campo da saúde mental. Psicólogas tem utilizado suas contas em mídias para elaborar materiais que buscam levantar pautas a respeito da normalização dessas violências no cotidiano, e usam hashtags associadas a campanhas de combate contribuindo com o ponto de vista sensível às opressões de gênero, estimulando mulheres a desenvolverem uma compreensão mais saudável de si mesmas, de seus relacionamentos e de suas identidades de gênero.

Assim como no caso das profissionais do campo jurídico, essas mulheres usam o espaço

para oferecer seu trabalho de forma individual ou organizada em coletivos. Se intitulam como “Psicóloga Feminista”, “Psicóloga da Mulher”, “Interventoras”, ou até usam termos mais enfáticos como “Se Livre do Narcisista” e “Relações Abusivas”. Entre os temas abordados estão, principalmente, o reconhecimento de relacionamentos abusivos, elucidação sobre violências morais, psicológicas e seus efeitos, recursos de conexão com redes de apoio, e a indissociabilidade entre políticas públicas de saúde e acolhimento para um tratamento adequado. Exemplos de contas que correspondem a esta codificação: *psicologadamulher* (100 mil seguidores), *Intervirmulher* (30,8 mil seguidores), *psicologafeminista* (13,3 mil seguidores); *narcisista.relacoesabusivas* (10 mil seguidores), *psicontraviolenciaasmulheres* (4259 seguidores).

5.1.4 Produtos digitais

“Como você pode lutar pelo fim da violência contra as mulheres.”

Com o avanço da tecnologia móvel, os produtos digitais se tornaram parte integrante da vida cotidiana das pessoas, fornecendo uma ampla gama de serviços e recursos. Os aplicativos e inteligências artificiais são desenvolvidos para realizar funções que atendem propósitos pautados na demanda dos usuários e na observação de necessidades, que serão base para oferecer recursos específicos em sua execução. Ao nos depararmos com o desenvolvimento de aplicativos que buscam levantar discussões e ferramentas de denúncia de violências, identificamos neles a proposição de soluções para os problemas levantados pelas causas feministas. Os produtos digitais estão presentes no Instagram como forma de divulgar sua existência e associarem-se com aquelas causas. Em suas funções, eles organizam informações e recursos de suporte às vítimas, como números de telefone de linhas de apoio e serviços de acolhimento como abrigos de emergência e delegacias da mulher. Também oferecem informações sobre direitos legais, e conectam informações e profissionais de assistência social, saúde e assistência jurídica voluntárias na plataforma.

Já no caso de inteligência artificial, temos robôs aprendendo e coletando informações, para analisar e disponibilizar dados e conteúdos educacionais relacionados ao combate das violências que atingem mulheres e meninas. Como assunto presente nos perfis pertencentes a estas organizações, encontramos informações e dados oficiais que se integram nas campanhas de conscientização e buscam expandir o conhecimento sobre a existência de seus recursos. Exemplos de contas que correspondem a esta codificação: Aplicativo *mapa do acolhimento* (41,6 mil seguidores), Aplicativo *mete a colher* - desativado (13,7 mil seguidores), IA *Eu sou*

Gloria (8.496 seguidores), *IA Penha* e *Aplicativo PenhaS* - Instituto AzMina (504 seguidores).

5.1.5 Narrativas femininas autobiográficas de violência

“Conscientização e superação. Uma Rede de Apoio virtual para mulheres.”

Este código não se define como ONG ou projeto, mas engloba uma categoria não oficial de atendimento às vítimas, ou seja, estão fora dos canais de denúncia do Estado ou de ONGs, mas sinalizam estratégias de escuta junto a orientações. Neste segmento, as vítimas utilizam os comentários ou mensagens privadas para denunciar, expor suas situações e histórias de vida e agir como uma comunidade de compartilhamento de experiências diversas em torno da violência de gênero. A partir disso, a denúncia é filtrada por voluntárias moderadoras que publicizam o relato, gerando ecos infinitos de identificação.

Essas contas abrigam um combinado de todas as categorias anteriores, pois se apresentam como coletivos de acolhimento, ainda que informais. Também desenvolvem posts informativos e conteúdos autorais dentro de uma linha editorial e visual, republicam indicações de perfis profissionais (voluntários ou não) da área jurídica, assistência social e saúde mental, reproduzem notícias de portais e jornais, e dão repercussão a casos de violência em imagens e vídeos que partem, muitas vezes, das próprias vítimas. Porém, a ênfase de sua atuação está nas denúncias anônimas com descrições da violência sofrida, que são enviadas pelas próprias seguidoras.

O protagonismo dos perfis pertence aos textos ou imagem testemunho, como atos que legitimam parte das memórias das mulheres sobre suas próprias vivências de agressões. Os relatos são escritos em primeira pessoa, possuem caráter biográfico, e narram violências praticadas majoritariamente por parceiros e familiares. O discurso que perpassa essa ação coloca foco na intenção de quebrar o silêncio em torno do assunto para encorajar outras mulheres a se reconhecerem nos relatos, identificar padrões de comportamentos suspeitos ou que possam evoluir para crimes, e criar um espaço protegido pelo senso comunitário que se institui, através da noção de segurança da “bolha” entre iguais. Exemplos de contas que correspondem a esta codificação: *Mas ele Nunca me Bateu* (326 mil seguidores), *Seu Depoimento* (6.033 seguidores).

5.2 Codificação seletiva: criando um *storyline* entre os acervos da violência

Como apresentado anteriormente em definições de trabalho do presente capítulo, o objetivo da codificação seletiva na Teoria Fundamentada é de integrar e refinar categorias em

um nível de percepção unificada entre a pluralidade que emerge do campo. A tarefa é formar a categoria essencial, em torno da qual as outras categorias desenvolvidas possam ser agrupadas e pelas quais são integradas: “O fenômeno central é o coração do processo de integração” (Strauss; Corbin, 1990, p. 124). A seleção da categoria central é determinada pelo ajuste e descrição do fenômeno, garantindo que seja abrangente o suficiente para incorporar e conectar as categorias subsidiárias, “segundo a metáfora de que a categoria central é como o sol, estabelecendo uma relação sistemática com os planetas.” (Gasque, 2004, p. 101).

Portanto, a "codificação seletiva" é a terceira e última etapa do processo de codificação em uma análise da Teoria Fundamentada após as etapas de "codificação aberta" e “codificação axial”, tendo como objetivo a identificação e seleção do conceito central que emerge dos dados e que pode integrar todas as categorias e subcategorias identificadas nas etapas de codificação anteriores. Este conceito central serve como o alicerce para a teoria emergente da detecção dos fenômenos mais específicos que atingem “saturação” (Gasque, 2004, p. 104), isto é, se repetem. Nessa etapa, examinamos os dados e as categorias novamente, desta vez com o objetivo de descobrir como eles se conectam ao conceito central escolhido. Os pesquisadores citados ainda afirmam que durante esse processo, as categorias que não estão relacionadas ao conceito central devem ser descartadas ou reduzidas, enquanto as que são fortemente relacionadas podem ser expandidas e desenvolvidas ainda mais.

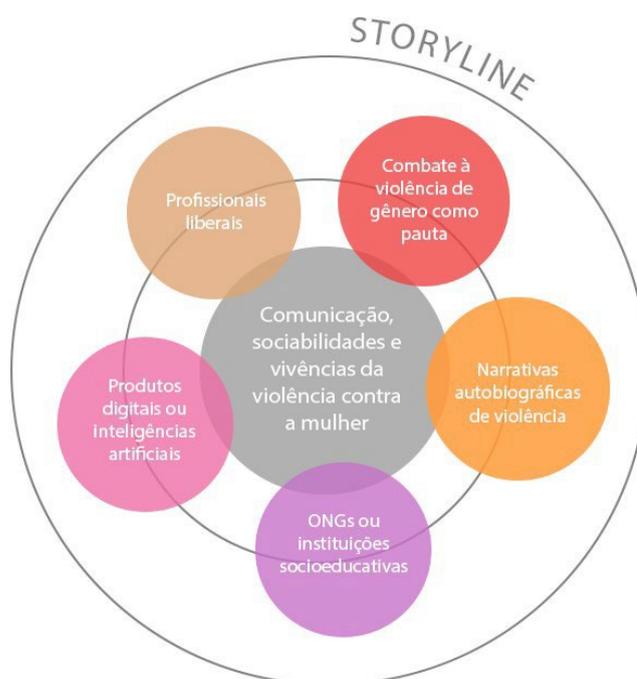
Como processo da codificação axial, o primeiro passo envolve a formulação ou elaboração da "história do caso" com o objetivo de oferecer um breve panorama geral descritivo. Depois, faz-se necessário mover da descrição para a conceitualização por meio da elaboração da "linha da história" (Gasque, 2004, p. 104). A “linha da história” é também chamada pela Teoria Fundamentada de *storyline*, uma sequência lógica e coerente de eventos, ações, interações ou processos que são identificados e organizados a partir dos dados coletados. Criar uma *storyline* é realizar esta amarra de conexões para contar a história das descobertas, verificar padrões, temas e relações entre os dados. Essa análise sistemática permite a identificação de uma história subjacente que descreve e explica os fenômenos estudados. É no *storyline* desenvolvido pelo pesquisador que temos uma representação simplificada dos dados coletados, fornecendo uma estrutura compreensível e significativa do fenômeno, que resulta em uma categoria central juntamente com as categorias relacionadas a ela.

Uma vez que a codificação seletiva esteja concluída, ao observar o *storyline*, deveremos perceber um compilado de possibilidades teóricas que vão dialogar com os dados coletados e que também sejam úteis para entender o fenômeno ou o contexto sendo estudado. Essa centralização de dados levou à descoberta do nosso processo de pesquisa em seu viés teórico,

uma vez que a repetição dos padrões encontrados teceu o andamento das teorias: “o conceito, para ser acrescido à teoria precisa aparecer de forma sistemática nos dados. Quanto mais aparecer, mais relevante é para a teoria que está sendo desenvolvida” (Fragoso *et al.*, 2011. p. 104).

Diante deste caminho de apuração, percebemos que todas as contas encontradas têm em comum a apresentação de documentos digitais, que se tornam objetos de memória, e processam informações disponíveis através de atos comunicacionais e midiáticos, construindo comunidades que orbitam em torno de compartilhamentos e sociabilidades de experiências relacionadas à violência com mulheres. Esta é a “história” que se forma em nossa codificação, e ela ganha como título *Comunicação, sociabilidades e vivências da violência contra a mulher*, como podemos verificar na figura a seguir:

Figura 17- Criação de *Storyline*.



Fonte: Elaboração da autora (2023).

O *storyline* nos leva a compreender falas, relatos, dúvidas e desabafos das mulheres dentro do Instagram, configurando-se assim como objeto central da nossa análise. Esses discursos mobilizam as hashtags, sustentam a existências dos perfis dos variados códigos apresentados, e ainda dão origem a episódios comunicacionais experimentados socialmente.

Na composição da Figura 18, chegamos à perspectiva de “atravessamento” e “integração”: vemos o círculo maior sinalizando a composição do *storyline*, um círculo que atravessa os códigos, ao passo que estes se integram à categoria central. Essa visão ocorre

porque os códigos são diversos, mas ao colocar uma lupa sob seus fragmentos, verificamos a presença de manifestação de práticas comunicacionais, laços de sociabilidade e compartilhamento das vivências coletivas do ser mulher em um contexto de lutas políticas contra violências.

Tais aspectos estão presentes na prática das ONGs e instituições socioeducativas, em suas essências de promover campanhas e estimular locais físicos e digitais de trocas e escuta. Encontram-se ainda nos produtos digitais, quando vemos os recursos de tecnologia identificando nas vivências de violência um problema social que pode ser abordado através de novas ferramentas. Também estão na fala das mulheres do campo jurídico, social e de saúde quando se colocam como receptoras dessas experiências, sendo impossível descolar a prática profissional das intersecções de gênero.

As palavras-chave que nomeiam o código central fazem ainda mais sentido ao verificar as contas de propagação de notícias e conteúdo relacionado à violência contra meninas e mulheres, mas é no código de narrativas autobiográficas que temos um grande expoente de análise. Propomos assim uma segunda organização das categorias, obedecendo à metáfora de aproximação gravitacional proposta pelos autores da Teoria Fundamentada.

Figura 18 - Criação de órbita dos códigos.

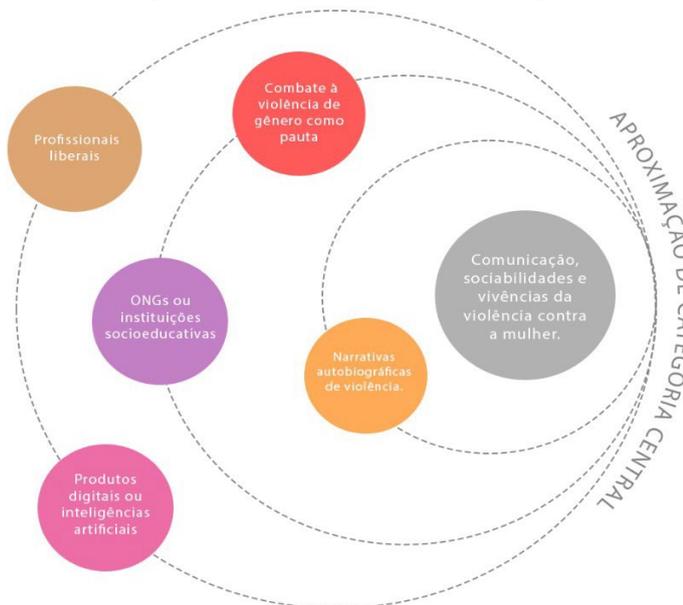


Figura 17 - Fonte: Elaboração da autora (2023).

É no movimento que emerge dos dados, que conseguimos pensar na justificativa do aprofundamento da presente pesquisa. Após esta fundamentação, pensaremos no objeto de

análise que consegue oferecer a complexidade necessária de reunião das diferentes potências de cada código.

5.3 Definições da pesquisa: aprofundamentos comunicacionais sobre violência doméstica e a escolha do perfil *Mas Ele Nunca Me Bateu*

Diante das definições teóricas que emergiram dos dados, nos vemos diante da necessidade de delimitar um escopo para explorar no presente texto. Percebemos, segundo a análise de dados apresentada, que o código mais relevante para o foco central de nossas fundamentações e para o avanço da discussão teórica é o das "Narrativas Femininas Autobiográficas de Violência". Esse código leva em consideração as contas no Instagram que abordam esse recorte, e apresenta uma intersecção entre os elementos de "comunicação", "sociabilidades" e "vivências", já que essas contas propõem a construção e organização estruturada de acervos que documentam através de imagens e textos diferentes experiências, além de abrigar conexões e congregar uma comunidade que se baseia diretamente em um ato comunicacional potente com relação à temática da violência doméstica: o relato das mulheres.

Dessa forma, unindo as etapas do levantamento até aqui, chegamos na possibilidade de um corpus síntese desse percurso de definições de pesquisa, e a encontramos em uma das contas anteriormente citadas que carrega em seu título uma das hashtags também já apresentadas no trabalho: *Mas Ele Nunca me Bateu*.⁷

O perfil *Mas Ele Nunca me Bateu* tem sua criação datada em março de 2018, ano do aparecimento da hashtag *#maselenuncamebateu*, e se mostra como mais um braço de possibilidades operadas por essas hashtags. Neste caso, se tornando uma espécie de marca de identificação para vítimas de violência psicológica, a página foi criada com base nos testemunhos da criadora do perfil sobre as violências que ela sofreu em um relacionamento conjugal, e se constitui como um perfil aberto, com posts disponíveis para qualquer usuário que acesse o perfil através do Instagram ou outros meios.

⁷ [Instagram.com/maselenuncamebateu](https://www.instagram.com/maselenuncamebateu)

Figura 19 - Printscreen do perfil “Mas ele nunca me bateu” no Instagram (2023).



Fonte: *Prinscreen* feito pela autora no Instagram (2023).

O perfil possui um blog sem atualizações recentes e uma página no Facebook pouco utilizada. Seu foco de atuação é o Instagram, onde possui um braço exclusivo para postar os textos das seguidoras anônimas chamado *Relatos Mas Ele Nunca me Bateu*. Chamaremos estes textos de relatos, assim como a página sugere.

Uma outra abordagem na qual temos uma breve identificação das moderadoras, é através de um e-book em 2019, publicado pela *Editora Inovar*, que organiza relatos recebidos, e narra o processo de surgimento da página.

Peguei o celular como de costume para checar as redes sociais e pensei, "e se eu pudesse fazer algo pra ajudar meninas como eu fui um dia, a acordar e sair enquanto há tempo, e mulheres como sou hoje, a sair dessas relações e sentir o que sinto?" Pronto, nasceu a página “Mas Ele Nunca Me Bateu”. Frase que eu sempre ouvia quando reclamava do meu ex para alguém da família. "AH MENINA ELE É TÃO BOM, TRABALHADOR. NUNCA TE BATEU". Bateu sim, bateu em lugares que não apareciam, deixou marcas que não se curam como as físicas. Ele roubou boa parte da minha vida (Fernandes, 2019).

Mesmo com o citado e-book, a administração do perfil se mostrou controversa. A certa altura da nossa pesquisa nos deparamos com diferentes rostos e voluntárias, sem identificações precisas a respeito de quem estaria em ação, e até mudanças de administradoras. Apesar do surgimento estar associado ao nome citado, não encontramos outros rastros que indiquem quem está operacionalizando o projeto, e as mensagens enviadas para conhecer mais a respeito do viés de moderação não tiveram resposta. Portanto, nos basearemos no ponto de vista de usuária e pesquisadora, ao qual temos acesso.

Outro ponto de tensão é que em dezembro de 2022, a conta em questão foi acusada de falsidade ideológica através da criação de um outro perfil chamado *Denuncia Mas Ele Nunca me Bateu*, que pouco tempo depois foi retirado do ar. No período, a denúncia questionava a falta de clareza, dados e informações com relação à gestão da página, e o suposto desaparecimento das figuras que coordenavam o projeto, abrindo margem para questionamentos sobre a conduta do perfil. As acusações giravam em torno de, supostamente, as moderadoras terem fornecido informações inverídicas acerca do uso de valores doados pelas seguidoras por meio de uma plataforma de financiamento coletivo. Além disso, levantaram-se dúvidas quanto à autenticidade dos relatos publicados, sugerindo que poderiam ter sido

fabricados pelas moderadoras com o intuito de estimular o engajamento, já que com maior frequência de postagens, e mais publicações diárias, haveria mais alcance e visibilidade.

Consideramos essencial este histórico para que se compreenda a problemática abordada em nossa pesquisa. Ao reconhecermos os espaços digitais como instrumentos eficazes na luta contra a violência doméstica - evidenciado pelas campanhas mencionadas em nossa codificação aberta - também destacamos a importância desses espaços de informação em promover um ambiente de identificação entre as mulheres. Porém, esses mesmos espaços nos convidam a refletir sobre a tendência à espetacularização que ocorre em seu entorno. O combate e enunciações das vítimas acontecem na mesma medida em que se propagam as cenas de violência.

Seguindo a descrição do objeto, a conta *Mas Ele Nunca me Bateu* se apresenta como “Rede de Apoio Virtual para mulheres” focada em “Conscientização e Superação”. O perfil conta com um conteúdo diversificado em suas publicações, e criou uma segunda conta de apoio, exclusiva para a publicação de relatos de violência, chamada *relatosmaselenuncamebateu*. A conta realiza publicações diárias, compartilhando histórias de mulheres que contam sobre si mesmas, usando como recurso de visibilidade o alcance da rede.

Essas mulheres estão em situação de violência ou já conseguiram sair de relacionamentos abusivos e violentos, e através destas falas encontramos um segundo elemento norteador do trabalho, já mencionado na etapa de Codificação Aberta, mas necessário confirmar neste avanço da pesquisa: para nós, interessa centrar a investigação e discussões sobre violência contra a mulher na *violência doméstica e familiar*. Considerando o universo do que acompanhamos até aqui, fica evidente que, tratando-se dos relatos expostos, existem diversos relatos de assédio e violência nas ruas, em ambientes de trabalho, ofensas à existência, e inúmeros casos de abusos em ambientes públicos.

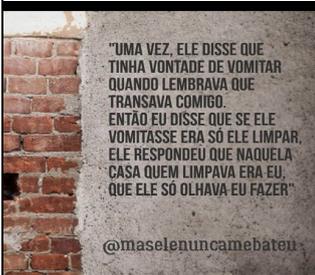
Porém, neste inquietante universo de relatos, a ênfase e maior volume de falas está em torno das identificações de sofrimento em relacionamentos, e sociabilizações das memórias de abuso que expõem comportamentos de parceiros de vida. São histórias que parecem contadas e recontadas, mudando apenas de endereço. Percebemos este ponto como decisão fundamental para problematização do trabalho, pois a vida doméstica e cotidiana das mulheres é atravessada pelo fato, e que se reconhecem nos relatos expostos ao resgatar as noções, interações e gestos comunicacionais mediados pelo perfil, presentes no Instagram.

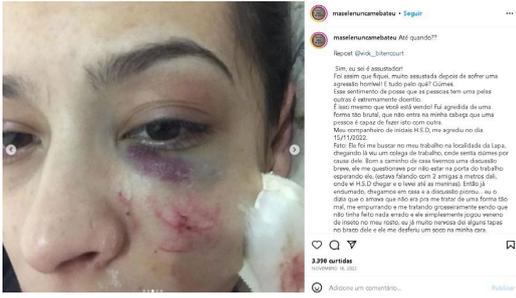
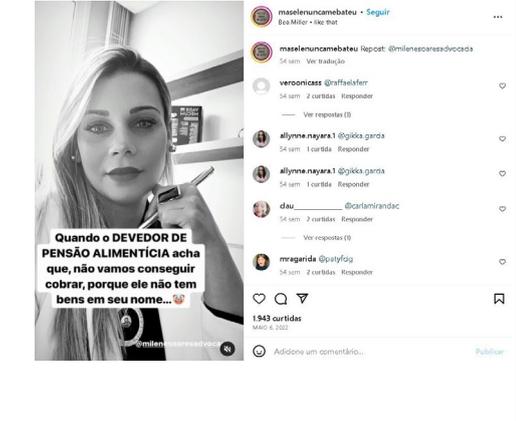
A página é caracterizada por, no mínimo, duas publicações diárias no feed. Dessas, pelo menos uma destaca um trecho de depoimentos sobre violência sofrida, enviados à página, onde as moderadoras da conta selecionam e publicam esses fragmentos de histórias, usando

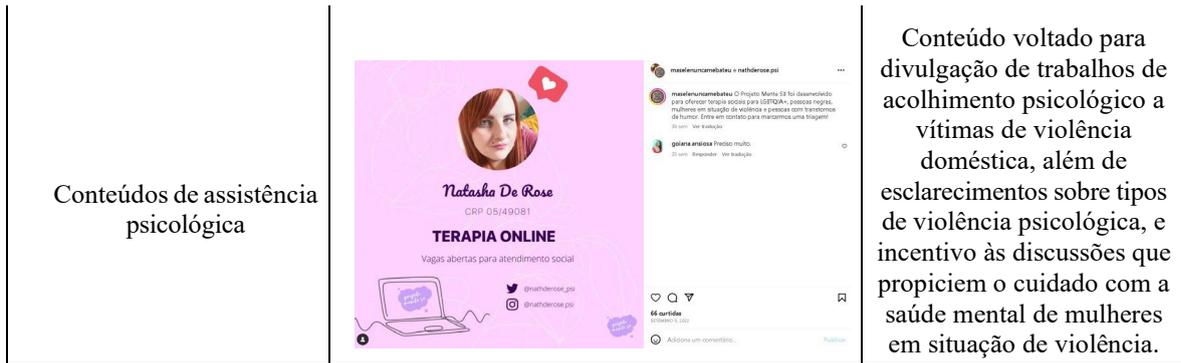
consistentemente um design gráfico de base que apresenta a imagem de um muro revestido com uma seção de tijolos à vista. Além disso, tanto no feed quanto nos stories, são compartilhados posts de outras páginas que abordam temas como empoderamento feminino, saúde mental, pesquisas de opinião, entre outros. A página também se apresenta como ferramenta de divulgação de materiais de referência que oferecem assistência jurídica, psicológica e financeira para mulheres em situações de violência e vulnerabilidade social. Adicionalmente, são propagadas informações sobre atendimentos voluntários disponíveis na rede de apoio formada pelos seus seguidores, e conteúdo de outras páginas que se relacionam com autocuidado, feminismo, empoderamento e sororidade, fortalecendo o propósito declarado do perfil de fornecer recursos e informações para a comunidade.

De forma a demonstrar como se divide o feed de publicações realizadas pelo perfil, compreender seus diferentes enfoques e fortalecer o objeto enquanto síntese da etapa realizada na codificação seletiva, demonstrando que o perfil *Mas Ele Nunca me Bateu* corresponde ao *storyline* da pesquisa, criamos um quadro de publicações. O objetivo não é propor uma análise do conteúdo, mas queremos aqui mostrar a rotina de publicações e como se organizam as suas temáticas de forma a justificar nossas escolhas. Para isso escolhemos publicações avulsas, entre 2022 e 2023, que significavam, ao nosso olhar, a representação mais próxima e condensada, um exemplar do que se repete continuamente na conta.

Quadro 4 - Amostras exemplares dos conteúdos disponíveis

Eixo de publicação no feed	Conteúdo visual e textual	Descrição
Queixas anônimas de violência doméstica		Publicações que organizam os depoimentos enviados por seguidoras anônimas. Os relatos acompanham na legenda atualizações que afirmam que as vítimas não estão mais com os agressores citados nos textos publicados.

<p>Queixas com a presença de imagens de violência doméstica - agressão física</p>		<p>Publicações que apresentam fotografias de mulheres que se declaram vítimas de violência doméstica. Elas são publicadas com autorização das mulheres, e acompanham o relato do ocorrido.</p>
<p>Matérias e Reportagens sobre violência contra a mulher</p>		<p>Recortes e <i>printscreens</i> de matérias retiradas de fontes jornalísticas, blogs e portais de notícias. Acompanham a descrição do caso.</p>
<p>Queixas com <i>Exposed</i> de Imagens de Agressores</p>		<p>Imagens que funcionam como denúncia usando foto dos suspeitos de agressão. Os textos de legenda incentivam a procura destes homens para levar às autoridades.</p>
<p>Conteúdos informativos ou de autoajuda</p>		<p>Publicações com conteúdo em texto e imagem que envolvem temas relacionados ao reconhecimento de relação abusivas, autocuidado, feminismo, empoderamento, sororidade, dentre outros tópicos.</p>
<p>Conteúdos de assistência jurídica</p>		<p>Conteúdo de assistência jurídica projetado para ajudar mulheres a entenderem melhor seus direitos e obrigações sob a lei, para que possam tomar decisões informadas. Os informativos chegam de perfis profissionais de advogadas, delegadas, dentre outros profissionais da lei, e costuma envolver processos legais relacionados a violência doméstica, divórcio, pensão e guarda de filhos, dentre outras temáticas.</p>



Fonte: Elaborado pela autora. (2023)

Com o quadro acima conseguimos pensar como a conta *Mas Ele Nunca me Bateu* consegue ser um espaço de repetição das diferentes categorias levantadas anteriormente pelas codificações, e como tudo se organiza em torno das queixas. Os textos anônimos, ou em formato de *exposed*, as publicações informativas do ponto de vista jurídico ou em relação a saúde, matérias, orbitam em torno da queixa, pauta a temática central.

Uma outra forma de verificar a concentração de temas elencados pelo perfil é verificar a sessão *Destaques*, que apresenta a seguinte disposição:

Quadro 5- Síntese de Conteúdos do “Destaque” do perfil Mas Ele Nunca me Bateu

Temas de stories disponíveis pela função “Destaques”
Empreendedorismo; Maria da Penha; Ajudando; Apoia-se; Narcisismo; Querida Mulher; Ciclos da Violência Doméstica; Slut Shaming; Violência Patrimonial; Hoovering; Família Abusiva; Tipos de Violência; Femicídio; Negging; Educação sexual; É abusivo?; Manual do relacionamento abusivo; Dicas; Consentimento; Ciberviolências Palestras; Traumas; Amor?; Perseguição; Superações; Corpo; Culpa.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Com base nos quadros apresentados, identificamos considerações relevantes que precisam ser investigadas. Uma delas é a existência de um tema central, que será o nosso foco de análise: a divulgação de relatos anônimos de violência doméstica que acompanham a ideia de uma jornada heroica de superação, enfatizando que a vítima não está mais em um relacionamento com o acusado agressor. Outro aspecto emergente é a espetacularização da violência, que amplifica as vozes e narrativas de mulheres que buscam reivindicar o "espaço público" da internet para reafirmar suas histórias. Essas tensões nos conduzem à próxima fase da pesquisa qualitativa, focada especificamente nas postagens que descrevem experiências de violência doméstica e nas sociabilidades criadas em torno dessas ações comunicativas.

5.4 Reconhecimento das Cenas e Queixas do perfil *Mas Ele Nunca Me Bateu*

Mostramos até aqui o caminho que guiou a escolha do nosso objeto, baseado na Teoria Fundamentada aplicada às pesquisas na internet, constituindo a primeira etapa metodológica. Agora, partimos para uma imersão no perfil *Mas Ele Nunca me Bateu* (MENMB), apresentado no tópico anterior, para mostrar as escolhas que foram necessárias para compreender e avaliar o impacto dessa conta que nasce como uma hashtag de campanha de conscientização, e se torna um acervo de documentos pautados pelo combate à violência contra a mulher.

Como observamos, a essência da página evoca espaços de diálogo entre mulheres e suas respectivas identificações. As histórias apresentam antagonistas claramente estabelecidos: homens com quem essas mulheres têm ou já tiveram envolvimento afetivos. O título *Mas ele Nunca me Bateu* convoca a discussão sobre as violências invisíveis causadas por estes parceiros, aquelas que não deixam marcas físicas, mas causam danos profundos. No entanto, apesar deste nome, a página abriga relatos que retratam mais de um tipo de violência, e de acordo com os relatórios apresentados na abertura do presente trabalho, os crimes relacionados à violência contra a mulher possuem um caráter peculiar percebidos nos dados de registro de denúncias desenvolvidos pelos órgãos estatais de proteção: enquanto homens são vítimas de violência principalmente em espaço públicos, as mulheres sofrem violência principalmente no âmbito privado, doméstico e familiar, praticado por pessoas próximas como familiares e companheiros. Essa informação reforça a complexidade da relação entre o público e o privado na internet, e coloca em destaque a configuração dessas denúncias e como operam enquanto fragmentos de interesse central do perfil.

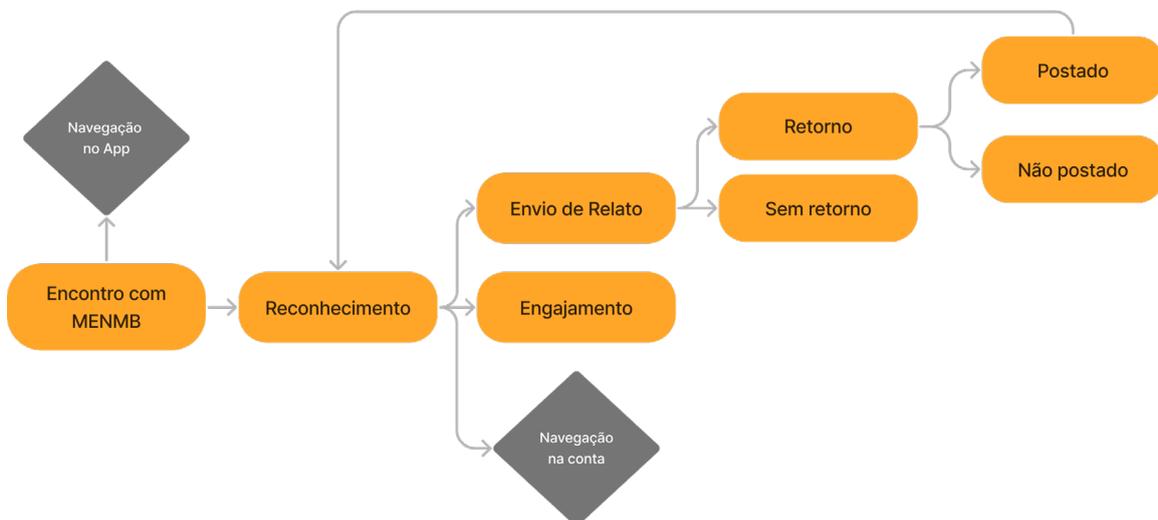
A página MENMB pode ter tido sua origem relacionada a um único tipo de violência, a psicológica, sugerida por seu nome. No entanto, rapidamente se tornou um espaço no qual mulheres relatam todas as situações que enfrentam em relações abusivas. No livro disponível a respeito do movimento e na própria identificação disponível no perfil, fica claro que o surgimento carrega um objetivo relacionado a compartilhar, receber e trocar experiências de dor, e mesmo com outros temas abordados em suas postagens, ela ainda mantém sua finalidade inicial de servir como um acervo destes casos.

Vamos iniciar estruturando, em um fluxograma, o funcionamento dessa troca de relatos. No nosso esquema, o contato com a página se dá através da navegação pelo aplicativo, motivado pelo interesse em enviar histórias e pela busca por reconhecimento, como uma forma de identificação. Existe uma atração magnética em saber os desfechos, as superações e ter conhecimento de que aquelas mulheres conseguiram superar situações de violência, o que faz com que outras mulheres também queiram ser vistas, mesmo que permaneçam anônimas. A

validação entre as vítimas diz: "Eu te vejo, mesmo que você seja invisível".

Após essa etapa de identificação com o outro, surgem três possibilidades: enviar o relato, engajar através de comentários, curtidas e outras formas de interação, ou simplesmente continuar navegando. Levando em consideração o volume de relatos recebidos e nossa própria experiência ao tentar entrar em contato com o MENMB sem obter respostas, compreendemos que alguns desses relatos são recebidos e respondidos, enquanto outros não chegam a serem visualizados. Esse retorno pode envolver diferentes orientações, como a ausência de publicação, ou seguir para uma publicação com adaptação do texto para a postagem dentro do contexto gráfico.

Figura 20 - Fluxograma do recebimento e publicação de um relato



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

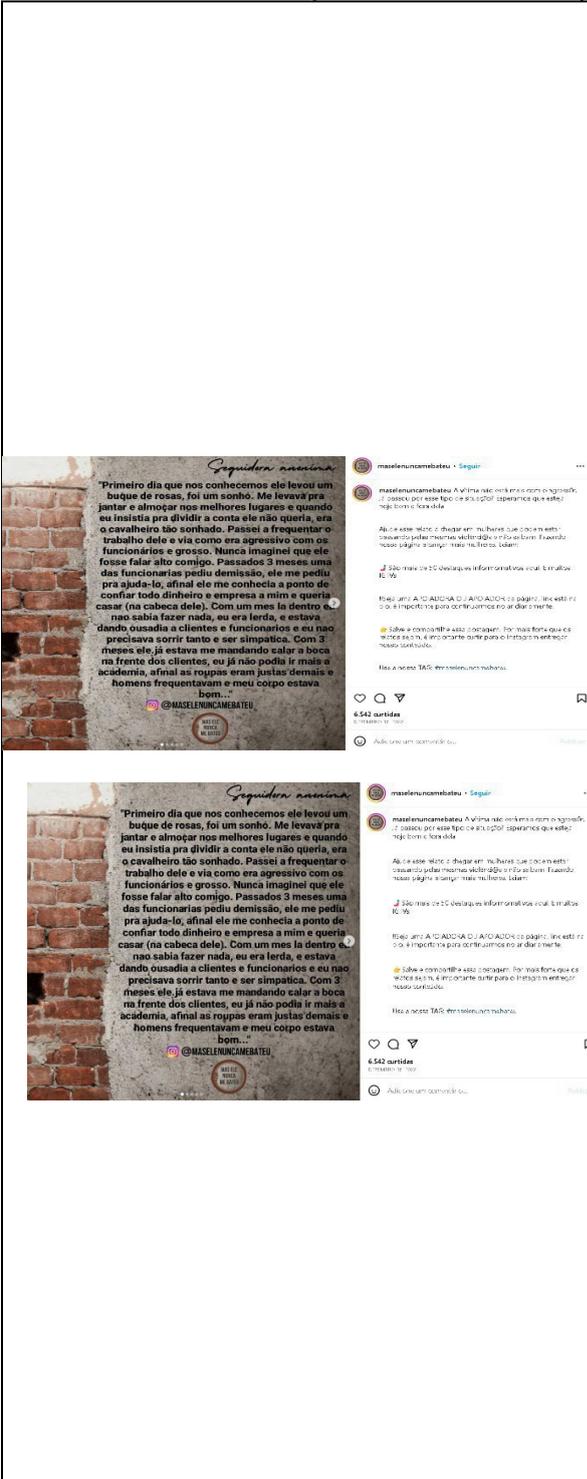
Agora falemos da estrutura desses textos. Eles seguem uma descrição detalhada e sem filtros das situações de violência do ponto de vista da vítima, e a maioria deles se enquadra nos casos abrangidos pela Lei Maria da Penha. Os relatos são íntimos e contam sobre abusos físicos, psicológicos e sexuais. Os detalhes das agressões são expostos, junto com narrativas angustiantes que, por fim, trazem um certo recorte de conforto ao leitor ao perceber que a vítima sobreviveu a tudo isso. A legenda disponibilizada para as imagens diz:

A vítima não está mais com o agressor. Já passou por esse tipo de situação? Esperamos que esteja hoje bem e fora dela! Ajude esse relato a chegar em mulheres que podem estar passando pelas mesmas violências e não saibam. Fazendo nossa página alcançar mais mulheres. Salve e compartilhe essa postagem. Por mais forte que os relatos sejam, é importante curtir para o Instagram entregar nosso conteúdo (Maselenuncamebateu, 2022)

O pedido é de que o relato de violência anônimo seja compartilhado para que mais mulheres entendam que as situações citadas são criminosas. Para burlar o algoritmo que reduz

o alcance de conteúdos que mencionam termos violentos, os textos contam com substituições em letras. Neste momento breve, consumimos um fragmento do acervo de publicações, com um alívio mediado pela tela ao saber que, pelo menos naquela leitura, uma vítima conseguiu se libertar do agressor. Os relatos são breves e focam em momentos extremos de humilhação, dor, abandono, rejeição e angústia. Vejamos um exemplo, para compreensão de conteúdo e forma.

Quadro 6 - Descritivo de queixa publicada pelo MENMB.



Primeiro dia que nos conhecemos ele levou um buque de rosas, foi um sonho. Me levava pra jantar e almoçar nos melhores lugares e quando eu insistia pra dividir a conta ele não queria, era o cavalheiro tão sonhado. Passei a frequentar o trabalho dele e via como era agressivo com os funcionários e grosso. Nunca imaginei que ele fosse falar alto comigo. Passados 3 meses uma das funcionárias pediu demissão, ele me pediu pra ajudá-lo, afinal ele me conhecia a ponto de confiar todo dinheiro e empresa a mim e queria casar (na cabeça dele). Com um mês lá dentro eu não sabia fazer nada, eu era lerda, e estava dando ousadia a clientes e funcionários e eu não precisava sorrir tanto e ser simpática. Com 3 meses ele já estava me mandando calar a boca na frente dos clientes, eu já não podia ir mais a academia, afinal as roupas eram justas demais e homens frequentavam e meu corpo estava bom...

...
 @MASELENUNCAMERATEU
 4.542 curtidas
 1 comentário

Primeiro dia que nos conhecemos ele levou um buque de rosas, foi um sonho. Me levava pra jantar e almoçar nos melhores lugares e quando eu insistia pra dividir a conta ele não queria, era o cavalheiro tão sonhado. Passei a frequentar o trabalho dele e via como era agressivo com os funcionários e grosso. Nunca imaginei que ele fosse falar alto comigo. Passados 3 meses uma das funcionárias pediu demissão, ele me pediu pra ajudá-lo, afinal ele me conhecia a ponto de confiar todo dinheiro e empresa a mim e queria casar (na cabeça dele). Com um mês lá dentro eu não sabia fazer nada, eu era lerda, e estava dando ousadia a clientes e funcionários e eu não precisava sorrir tanto e ser simpática. Com 3 meses ele já estava me mandando calar a boca na frente dos clientes, eu já não podia ir mais a academia, afinal as roupas eram justas demais e homens frequentavam e meu corpo estava bom...

...
 @MASELENUNCAMERATEU
 4.542 curtidas
 1 comentário

Primeiro dia que nos conhecemos ele levou um buque de rosas, foi um sonho. Me levava pra jantar e almoçar nos melhores lugares e quando eu insistia pra dividir a conta ele não queria era o cavalheiro tão sonhado. Passei a frequentar o trabalho dele e via como era agressivo com os funcionários e grosso. Nunca imaginei que ele fosse falar alto comigo. Passados 3 meses uma das funcionárias pediu demissão, ele me pediu pra ajudá-lo, afinal ele me conhecia a ponto de confiar todo dinheiro e empresa a mim e queria se casar (na cabeça dele). Com um mês lá dentro não sabia fazer nada, eu era lerda, e estava dando ousadia a clientes e funcionários e eu não precisava sorrir tanto e ser simpática. Com 3 meses ele já estava me mandando calar a boca ria frente dos clientes, eu já não podia ir mais a academia, afinal as roupas eram justas demais e homens frequentavam e meu corpo estava bom. Com 5 meses fui morar com ele pra ajudar com a casa e os negócios, eu já não estudava mais, apenas frequentava a faculdade, tinha crises de pânico frequentes, pq tinha medo de abrir a boca pra falar com alguém, não brincava mais com meus amigos e até mesmo com minha mãe, porque eu estava sendo infantil. Quando ele bebia eu tinha que passar a noite ao lado dele porque eu era a companhia dele é eu tinha que ouvir tudo. Quando eu pedi pra parar até cuspidinha na cara tomei e dizia que eu precisava me comportar como uma mulher decente e ouvir o companheiro. Pois é, passei acreditar que meu comportamento era errado. Lia sempre os depoimentos da página, e ficava confusa, sempre achei que eu estava julgando-o errado demais, pois ele tinha problemas demais para resolver. Quando a l g u m a s v e z e s acordei com ele em cima de mim para transar mesmo sem ter vontade. Comecei me perguntar?! Será que estou sendo violada? Estuprada? Até que aguentei meses... uma vez cheguei avançar nele, criei forças que eu não tinha. Minha religião era motivo de briga constante, as guias que eu carregava no pescoço ele cansou de arrancar e quebrá-las. Passei 15 dias internada com pneumonia ele sequer me visitou, disse que eu estava doente porque eu queria. Meu pai então faleceu, ele deixou que eu enterrasse sozinha, que eu o velasse sozinha e passasse o luto absolutamente sozinha, pois ele tinha que trabalhar e não podia parar. Que bom que eu abri os olhos e consegui largar, ir embora sem olhar pra trás, eu estava sozinha o tempo inteiro com

	<p>autoestima sendo destruída, minha saúde acabando, hipertensa, ganhei 20kg no decorrer de um ano e dois meses, ansiosa, diabética, mas enfim abri os olhos, antes que fosse tarde demais. Ele era um monstro sem tocar um dedo em mim, mas ele nunca me bateu.</p>
--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Com este exemplo, queremos explicar para o leitor a motivação do nosso interesse pela segunda etapa metodológica. Consideramos, em concordância com França (2016) que a consciência da força da linguagem na comunicação nos impele a um olhar atento para a maneira como ela atua em cada processo. Não se trata apenas de interpretar sentidos e analisar formatos; isto é necessário e importante, mas buscamos também lidar com os discursos comunicativos neles mesmos (ou os gêneros de linguagem), perdemos a dimensão do todo comunicacional. A “atenção à linguagem, aos discursos proferidos e trocados nas dinâmicas interativas, significa entender o que eles estão fazendo, como atuam posicionando interlocutores e representando os aspectos da realidade (as coisas do mundo)”. (França, 2016, p. 164).

Desta forma, depois de chegar na saturação de códigos da Teoria Fundamentada e chegar a um objeto que concentra a comunicação, sociabilidades e vivências da violência contra a mulher, e apresentá-lo, consideramos fundamental verificar a composição dos relatos através do que eles falarão.

5.5 Compreendendo um corpus sensível

Retomando o caminho da imersão quantitativa, realizamos um detalhamento do perfil que conseguia condensar as inquietações. Nesta fase de organização, na qual foram delineados dois marcos temporais essenciais à investigação, apresentamos justificativas para os anos de 2020 e 2022, somando 24 meses de publicações. A determinação desses anos específicos se fundamenta, primordialmente, nas repercussões da pandemia em 2020, um período marcado por profundas transformações sociais e uma aceleração significativa no uso de mídias sociais digitais devido ao isolamento imposto.

Conforme constatamos nos relatórios divulgados durante nossa etapa introdutória, os dados de 2020 revelam uma escalada nos casos de violência doméstica, uma das variáveis que catalisaram uma sensibilização intensa em relação ao tema. Já o ano de 2022, apesar de tratar-se de um suposto "fim da pandemia", com a implementação de vacinas e o retorno às atividades

presenciais, escancaram-se cicatrizes abertas nas relações protagonizadas pelas mulheres em contexto de violência.

Usualmente, a fase de pré-análise se inicia com o estabelecimento do primeiro contato com os documentos mediante leituras preliminares, porém, dado que a familiarização com o material se deu desde a etapa inicial do trabalho, o processo foi conseqüentemente facilitado. Na sequência, adentra-se à etapa de seleção dos documentos, e considerando o prévio conhecimento acerca da nossa intenção de estudar especificamente os textos dos posts de relatos. Essa consciência prévia colaborou na fluidez do processo. As queixas verificadas tinham categorias muito objetivas: eram crimes previstos na Lei Maria da Penha. Entendemos assim que a própria lei poderia ser utilizada como parâmetro na reflexão acerca das amostras e das incidências de episódios de violência compartilhados.

Ao procedermos com a leitura da referida lei, reconhecemos a familiaridade com os crimes delineados pelas mulheres na conta MENMB, como se já tivéssemos anteriormente encontrado tais descrições detalhadas pelas próprias queixas das vítimas. Não estamos mais falando aqui de números, ou dados elencados, mas sim, do que chamamos de “corpus sensível”, termo que usamos em referência à Pessoa (2018). Entendendo que estamos lidando com descrições delicadas, urgentes e que nos atravessam, pois revelam conteúdos intensos.

Para cumprir essa etapa, realizamos a seleção de um corpus que coletou ao longo de 24 meses, 1662 publicações. Dividimos a coleta de dados das publicações da página em semestres, com um total de 933 publicações totais em 2022, dentre essa amostra, 271 relatos de violência enviados por seguidoras anônimas. E em 2020, 729 publicações totais, dentre essa amostra 237 de relatos de violência enviados por seguidoras anônimas.

Quadro 7- Dados do corpus de análise.

Período	Número de publicações totais	Número de Publicações de Relatos de violência enviados por seguidoras anônimas.
De 01/01 a 30/06 de 2020	603	168
De 01/07 a 31/12 de 2020	330	103
De 01/01 a 30/06 de 2022	363	136
De 01/07 a 31/12 de 2022	366	101

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

De imediato, notamos que a quantidade de publicações totais do primeiro semestre de

2020, início do isolamento social, é um destaque, seguido de uma média de pequenas variações em relação ao total. Contudo, durante o processo de transcrição, identificamos que alguns textos eram reciclados, publicados em duplicidade, ou reaproveitados em segmentos distintos, o que conseqüentemente reduziu o nosso corpo de análise para um total de 483 publicações, sendo 227 publicações de relatos de violência enviados por seguidoras anônimas do ano de 2022, e 257 relatos do ano de 2020.

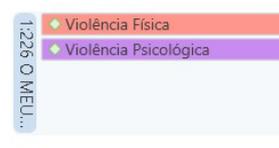
As 483 produções textuais de queixas que submetemos à análise e categorização continham múltiplas formas de violência, levando-nos a optar por codificar as ocorrências reiteradas de delitos. Isso resultou em informações que vão indicar a prevalência do tipo de violência mais frequentemente mencionada pelas seguidoras anônimas que enviam seus relatos para o perfil.

Para demonstrar o que mais é recorrente, realizamos a leitura e transcrevemos o conteúdo das peças gráficas para texto. Este texto foi analisado pelo software Atlas.ti, software de análise utilizado para o gerenciamento e organização necessários para a análise dos dados qualitativos. Conforme elucidado por Bandeira de Melo (2006), o Atlas.ti oferece uma série de recursos como: a) visualização, que administra a complexidade do processo analítico e garante a interação direta do usuário com os dados; b) integração, que congrega todos os elementos construídos em um projeto único, conhecido como unidade hermenêutica; c) causalidade, que fomenta a descoberta e elucidação de ideias, sem a necessidade de uma busca deliberada por algo específico; d) exploração, que implica na interação entre os elementos que constituem o programa e o incentivam. Esses recursos foram importantes na promoção de uma análise de dados eficiente e abrangente, gerando gráficos e apontamentos relevantes para que consigamos mapear os pontos de interesse e aprofundamento.

Para melhor compreensão, segue-se um exemplo do processo de categorização dos textos publicados pelo perfil:

Figura 21- Exemplo 01 da classificação realizada no Atlas.ti.

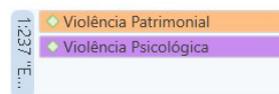
O MEU EX SEMPRE ME TORTURAVA PSICOLOGICAMENTE, ENTÃO UM DIA EU RESOLVI DEIXAR ELE E IR EMBORA, ELE ME PUXOU PELA ALÇA DA BOLSA PRA DENTRO DO APARTAMENTO, ME PRENDEU NO APARTAMENTO E ME ESFAQUEOU NA PERNA, ME LEVOU PARA O BANHEIRO E FOI LAVAR COMO SE NADA TIVESSE ACONTECIDO DIZENDO QUE ME AMAVA E QUE EU TINHA FEITO ELE FAZER AQUILO
Publicado em 9 de abril de 2020



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Figura 22- Exemplo 02 da classificação realizada no Atlas.ti

"ELE COLOCOU UM APLICATIVO NO CELULAR QUE AVISAVA QUANDO EU SAIA DA ROTA DEMARCADA. DESCOBRI UM, TEMPO DEPOIS. ME TRANCAVA EM CASA E SAIA COM OUTRAS MULHERES E FAZIA QUESTAO DE CONTAR NA VOLTA. ELE NUNCA ME BATEU, MAS QUANDO FINALMENTE EU ME LIBERTEI, ELE COLOCOU FOGO NO COMERCIO DA MINHA FAMILIA"
Publicado em 20 de agosto de 2020



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Nas leituras dos fragmentos dos textos do MENMB, verificamos que a violência psicológica acompanha a maior parte dos relatos. Esse *modus operandi* tem relação imediata com o título da página que fomenta a reflexão de agressões não físicas, mas demonstra que muitas mulheres não possuem espaço de fala sobre as violências que deixam marcas externas. Quando lemos tantos relatos, vemos que o ciclo de brutalidade envolve muitas camadas, e os danos psicológicos atravessam quase todas as situações. Vejamos os gráficos gerados com os dados da citação dos crimes:

Gráfico 1 - Dados de 2020

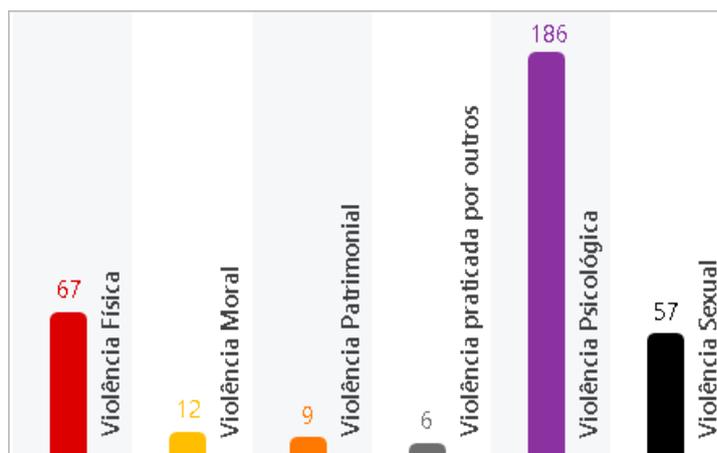
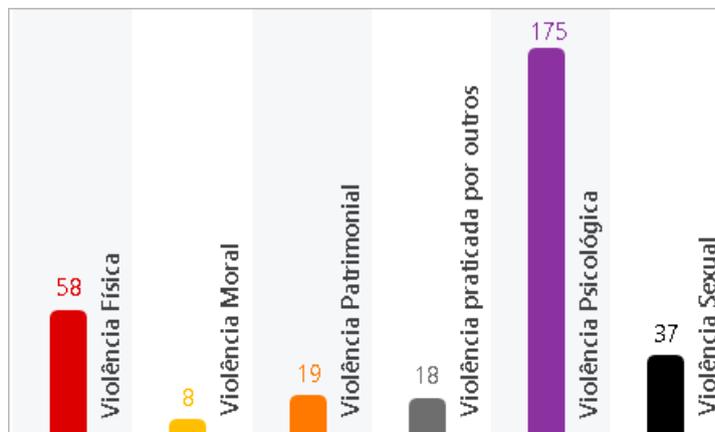


Gráfico 01 -. Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Gráfico 2- Dados de 2022



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

As ocorrências de violência doméstica perpassam grande parte dos textos enviados,

E foi em meio a isso, que chegamos a um ponto de intensa inquietude: realizar a leitura de 483 relatos, nos fazendo perceber que, além de exibi-los, quantificá-los e mapeá-los, precisamos compreendê-los por meio de uma leitura que prioriza a cena e a queixa em plataforma. O ponto de curiosidade central da nossa pesquisa é entender o que estes relatos significam, o que eles são, quem eles afetam? O que está além do que podemos ver nas hashtags do ciberativismo feminista? Do que são feitos estes textos? Como se conectam? E nesse questionamento, chegamos a um segundo momento de análise, agora, não mais na perspectiva do encontro, mas na direção do aprendizado com nossa amostra.

5.6 Adentrando cenas, ouvindo queixas

Nosso trabalho coloca uma lupa nessas descobertas para entender como as queixas dessas mulheres se modificaram em relação à maneira como as práticas feministas se entrelaçam, bem como a demanda por ser ouvida persiste ao longo do tempo. Já destacamos a maneira como o Instagram serve como um novo palco para trazer à tona esses relatos, e como a queixa tradicional se transforma quando exposta nas redes sociais, e agora queremos pontuar, baseado em nosso detalhamento metodológico, a forma como estes temas centrais ecoam na plataforma.

Quando olhamos para as queixas categorizadas na etapa anterior do trabalho no Instagram *Mas ele Nunca me Bateu*, estamos interessados em entender como elas se conectam com a mudanças das práticas de relato de violência doméstica em plataforma. Nosso levantamento anterior mapeou como as iniciativas feministas interagem entre si e como a busca pela presença nas mídias digitais se manifesta, levando à ideia de verificar o Instagram como um local onde esses relatos se desdobram em diferentes vieses. Em relação ao conteúdo dos perfis, entendemos que as pautas em torno da violência doméstica são abordadas em diferentes formatos, e as queixas são, inclusive, reaproveitadas a fim de explorar o seu apelo, e engajar potencialmente outros usuários.

A exposição nas plataformas digitais replica o formato da queixa, ao passo que propõe novas modulações sobre o fazer desta prática. A lógica da plataforma afeta a forma como os relatos são percebidos e tratados, tendo um impacto substancial no corpus empírico. Com isso em mente, nosso objetivo é traçar paralelos entre as queixas passadas e presentes para melhor entender como o Instagram atravessa o entendimento desta fala.

Explorando os temas que ressurgem nas denúncias, pretendemos capturar tanto a mudança quanto a continuidade dessas experiências. Gregori encontrou padrões nas queixas que refletem uma violência cotidiana, a personalidade única de quem relata, e o fato de que tais

relatos de violência doméstica raramente se referem a um único evento. Ao focar nos depoimentos que destacam o agressor imediato, podemos perceber a tendência de negligenciar as raízes sexistas desses comportamentos.

Dessa forma, elencamos, segundo Gregori (1993), e a partir de nossas próprias interpretações, pontos principais que também identificamos nas práticas dos relatos colhidos, um viés estrutural de queixa: a) a queixa revela cenas de rotinização de gestos de violência; b) as queixas de violência doméstica não trazem uma única demanda, tratando principalmente de atos destrutivos, traições, manipulação e abuso sexual; c) o foco da queixa costuma estar centrada no agente concreto, e raramente elenca a conjuntura do sexismo. Do ponto de vista dos estudos de plataforma, podemos verificar o teor das publicações que mais entregaram dados numéricos, como curtidas e comentários.

Começamos nossa observação afirmando que existe uma preocupação clara da página MENMB em comprovar a veemência dos relatos, todas as publicações acompanham o aviso:

Todos esses relatos que postamos são reais, das seguidoras, e são postados com autorização. O intuito é mostrar para as mulheres que agressão não é só física — mas infelizmente, alguns relatos há agressão física —, pois o abuso psicológico ainda é muito banalizado! E sobretudo, para mostrar às mulheres que se familiarizarem que elas não estão sozinhas! Há saída sim! A felicidade e a liberdade são possíveis sim! E o que está em todos os relatos, significa que foi abusivo! Então se você se identifica, procura conversar com quem sabe sobre e tente se libertar de algo que te faz mal, mesmo se você foi ensinada pela sua família a agir de tais formas... você, mulher, é sujeito de gozo, que merece toda a liberdade do mundo para amar quem te faz bem e sair de perto de quem te faz mal (Disponível em publicações diversificadas do [instagram.com/maselenuncamebateu](https://www.instagram.com/maselenuncamebateu))

O texto legenda se repete em grande parte das queixas. E dentro dos períodos de 2020 e 2022, no conteúdo verificado, ele é uma indicação recorrente do tom que devemos realizar a leitura: aquela dor é real. Quase como se o esforço da triagem não existisse, e aquele fosse um espaço espontâneo e livre de tendências algorítmicas e organizações de moderação de texto e conteúdo.

Para verificar como se comportam e o que apresentam as publicações, escolhemos como critério, de duas a três publicações mais curtidas de cada semestre. As publicações mais curtidas do primeiro semestre de 2020 tem em ordem: 1) 11.266; 2) 10.448 e 3) 10.076 curtidas⁸. O post mais curtido do primeiro semestre apresenta uma queixa relacionada a um dos temas recorrentes em casos de agressão: ciúmes.

Meu ex sempre me xingava e me cobrava coisas do meu passado de solteira. Já me deixou sozinha várias vezes em lugares públicos porque chegou alguém que eu já havia ficado ou conversado no passado. Me chamava de puta, e queria que eu me sentisse culpada por não ter sido fiel a ele antes mesmo de conhecê-lo (Publicado em 26 de janeiro de 2020 no [instagram.com/maselenuncamebateu](https://www.instagram.com/maselenuncamebateu))

⁸ Dados atualizados em 06 de março de 2023.

Contextualmente a cena acontece no abandono realizado pelo parceiro em lugares públicos. A manipulação emocional e os ciúmes são a queixa base deste relato de violência psicológica, que é um sinal de alerta que acena para o próprio feminicídio. No livro *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*, Corrêa (1989) apresenta um levantamento de crimes cometidos por cônjuges. Ela nota que a defesa da honra torna-se uma forma de garantia da dignidade do homem, que aparece vinculada aos comportamentos tradicionais de gênero em relação à esposa, namorada e filha, consideradas propriedades masculinas. As definições de ciúmes em grande parte dos crimes de feminicídio suscitam à percepção da mulher como objeto, suscetível à apropriação. Os comentários da publicação acompanham o tom de indignação. A publicação apresenta 293 comentários⁹, sendo pelo menos 34 deles repetições dialogadas entre vivências pessoais e a queixa. A cena vai se remontando a outras, unificando o cenário da queixa individualizada a outros parceiros. A repetição da história parece um recurso recorrente a queixa em plataforma:

Tive um namorado anos atrás que fazia isso de cobrar o histórico de relacionamentos para me acusar e torturar psicologicamente. Ele chorava e fazia uma cena como se fosse um crime ter tido outros namorados. (Comentário publicado em 26 de janeiro de 2020 no [intstagram.com/maselenuncamebateu](https://www.instagram.com/maselenuncamebateu). Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B7yRYRQnPZr/>)

O meu ex também era assim só porque eu já havia ficado com uns meninos que eram amigos dele ele chorava brigava demais comigo. Falava que não suportava a ideia deles me tocando. Por isso não durou pq as brigas eram pelo mesmo motivo sempre. E hoje em dia eu sei que foi melhor assim. (Comentário publicado em 26 de janeiro de 2020 no [intstagram.com/maselenuncamebateu](https://www.instagram.com/maselenuncamebateu). Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B7yRYRQnPZr/>)

Entendemos a dimensão da temática como recorrente aos casos de abuso desde a origem criminológica dos casos de feminicídio, e talvez, por isso, as taxas de engajamento sejam mais evidentes. O que se menciona são as atitudes dos parceiros em suas supostas crises, no entanto, uma reflexão mais atenta deslocará o evento individualizante. Corrêa (1989) falará sobre a legítima defesa da honra masculina inscrita no corpo feminino, e nas problemáticas que decorrem da segunda onda do feminismo e sua bandeira de “quem ama não mata”, que, percebemos, seguem atualizadas.

O segundo relato mais curtido do primeiro semestre de 2020 apresenta 249 comentários, e levanta mais uma queixa de violência psicológica:

Ele me dizia que a ex dele levava marmitta fitness até para o cinema, o carrão que ela tinha e até quanto ela ganhava cx vezes mais que o meu salário), me dizia que ninguém entendia o porque dele ter se separado de uma garota tão bonita. Um dia ele me disse que a mãe dele o questionou por tamanha diferença entre mim e a ex, mesmo sabendo

⁹ Dados atualizados em 06 de março de 2023.

que sempre tive dificuldade em aceitar meu próprio corpo, mas não, com às mãos ele nunca me bateu (Publicado em 31 de janeiro de 2020 no [instagram.com/maselenuncamebateu](https://www.instagram.com/maselenuncamebateu))

Um comentário que nos chama atenção é o que consta com maior número de curtidas dos realizados na publicação, com 60 likes, uma usuária afirma:

TODO homem é cruel à sua maneira, essa é a conclusão que chego. (Comentário publicado em 31 de janeiro de 2020 no [instagram.com/maselenuncamebateu](https://www.instagram.com/maselenuncamebateu). Disponível em: https://www.instagram.com/p/B7_Ja6sHf-h/)

As queixas e comentários revelam cenas de rotinização de gestos de violência, pois, segundo Gregori (1993, p.194-195), a instituição do casal representa uma ambiguidade que não se configura como uma tradução clássica das lógicas de opressão verificada por lutas sociais centradas em posturas opositivas. A crueldade relatada no comentário remete a um universo privado de vida, uma linguagem comunicacional própria. Nesta trama, o aprisionamento da mulher vem do laço de demanda afetiva que a torna indispensável, ao passo que lhe subjuga a inferioridade na relação. A autora afirma que essa rotinização de gestos violentos, além de provocar uma dinâmica repetitiva do horror, coloca a mulher em estado de perda de referências sobre a própria condição, naturalizando as cenas que se repetem, e são constantemente perdoadas ou tratadas como aceitáveis na condição do relacionamento amoroso.

No terceiro post mais curtido do primeiro semestre de 2020, vemos um relato de queixa dupla, apresentando violência psicológica e sexual.

Em uma noite na casa dele iniciei nosso término e disse que iria embora pela manhã. Fingi estar dormindo ele foi até a cozinha, pegou uma faca e deixou do lado dele. Abri os olhos e comecei a chorar dizendo que o amava e nosso termino iria doer demais (Deus me livrou da morte naquele instante). Transei para não morrer. Com um homem que iria me matar em alguns segundos ou minutos. (Publicado em 2 de junho de 2020 no [instagram.com/maselenuncamebateu](https://www.instagram.com/maselenuncamebateu))

Esta publicação acompanha 263 comentários, e, dentre nossos levantamentos, foi considerado um dos mais chocantes pelas leitoras. Queixas de violência doméstica não trazem uma única demanda, tratando principalmente de atos destrutivos, traições, manipulação e abuso sexual, percepção que acompanha a conjuntura dos relacionamentos abusivos. Como vimos, suas dores estão centradas na queixa ao parceiro, ao passo que a conjuntura sexista também a subjuga ao permanente papel de mártir, na naturalização de uma linguagem violenta que se associa a afetos, se confunde com demandas domésticas e aparente falsa normalidade.

No segundo semestre de 2020, temos um aumento no número de curtidas nas publicações, sendo estas: 1) 12.573; 2) 11.715; 3) 11.331¹⁰, ao passo que a quantidade de

¹⁰ Dados atualizados em 06 de março de 2023.

comentários passa por reduções. A primeira publicação com o maior número de curtidas do ano de 2020 discorre sobre uma queixa de violência psicológica e patrimonial.

Eu lia livros escondida, pois ele dizia que não gostava de mulher inteligente. quando ele via meus livros, jogava no lixo e me batia. hoje sou bacharel em direito, e pós graduanda: estou separada há sete anos. (Publicado em 13 de outubro de 2020 no [instagram.com/maselenuncamebateu](https://www.instagram.com/maselenuncamebateu))

A cena ecoa novamente para os comentários, que seguem refazendo a dinâmica individualizante. Dentre os 147, desta vez, a violência ganha contornos de abuso físico, e a emancipação chega em diálogo com a queixa publicada, tendo a busca pela educação como virada dramática e heróica.

(...) Passei para professora da rede pública. Eu gostava muito de ler e isso com certeza me ajudou muito na aprovação. E aí, algo mudou, eu não era mais a burra, eu era concursada, eu tinha profissão, emprego. Mas um certo dia, ele quis me bater com meu filho mais novo nos braços e eu disse para mim mesma, eu juro por Deus que essa será a última vez que ele faz isso comigo e foi sim a última vez. (...) Na época não tinha a lei Maria da Penha, mesmo assim consegui medida protetiva e a partir daquele momento, eu renasci. Mas confesso que sem o apoio da minha mãe, eu não teria conseguido. A minha pergunta sempre foi pq eu deixei isso acontecer comigo? Depois de muito tempo, eu tive a resposta. Simplesmente eu não me amava. (Comentário publicado em 14 de outubro, disponível em <https://www.instagram.com/p/CGTPgc7n7gc/>)

A exposição da queixa na plataforma levanta indagações em formato de comentários, frequentemente dirigidas a mulheres vítimas de violência psicológica, que suscita comentários invasivos e pouco acolhedores como: “Por que ela não se retira da situação?”. Como encontramos no comentário da segunda publicação mais curtida do segundo semestre de 2020.

Eu juro que não entendo, como alguém se submete a isso, juro que tento (Comentário publicado em 22 de julho de 2020, disponível em <https://www.instagram.com/p/CC8JrLgAB5O/>)

Mesmo considerando os avanços discursivos do feminismo nas plataformas, a violência ainda permanece transformando as mulheres do passado e do presente em reféns do generalismo de suas situações, que reforçam dualidades intransponíveis. De acordo com Fernandes, Pierobon e Cunha (2021), a violência psicológica pode ser compreendida como uma forma de *slow violence* (violência lenta). Trata-se de um processo acumulativo que, de maneira silenciosa e imperceptível, compromete progressivamente a capacidade de autodeterminação da mulher, acarretando consequências emocionais profundas. Habitualmente, uma série contínua de atitudes coercitivas e manipulativas enfraquece a resiliência da vítima, adaptando-a a um cenário violento e, conseqüentemente, debilitando sua capacidade de resposta e reação. Ainda que esta consiga deixar a relação, as queixas do MENMB demonstram traumas profundos, e medo do regresso dos agressores.

Adentrando 2022, temos um pico de interações e números, com publicações que

alcançam no primeiro semestre 1)15.320, 2)15.114; 3) 15. 028¹¹, com 157, 284 e 244 comentários respectivamente. Atribuímos este pico ao conteúdo de alta sensibilidade, sendo a primeira queixa um descritivo de assédio em carros de aplicativo, a segunda agressões graves, e a terceira assédio a menores de idade. No chama atenção a queixa com o segundo maior número de curtidas e comentários, o relato do abandono de uma mulher gestante, que inclui violência psicológica e patrimonial, e o segunda queixa um caso de violência sexual contra menores. Na segunda publicação mais curtida, a mobilização envolve a justiça contra um parceiro abusivo, reunindo comentários de identificação e encorajamento.

O pai do meu bebê nos deixou quando eu estava de 5 meses, desde então ele não havia me visto mais, ele já está namorando outra, eu fiquei muito mal, passei noites chorando, sofrendo por mim e pelo meu filho Gabriel que chega em dezembro... entrei e depressão e eu me escondia de verdade, hoje sai do banheiro do shopping e dei de cara com ele, coisa de novela, a gente se esbarrou e ele me olhou de cima em baixo, principalmente pra minha barriga. Há uma semana ganhei a causa na justiça de alimentos gravídicos, e quando entrei ele debochou da minha cara e disse que não me daria um centavo antes do bb nascer, o juiz leu todas as mensagens de deboche dele e viu que ele e um cachorro e merecia ser punido, bloqueou a conta salário dele e ele terá que me pagar 450,00 descontado em folha! Sim, e pouco, mas e suficiente pra calar a boca dele) e esse post é pra dar força a vcs manas que estão passando pelo o que eu passei. (Publicado em 19 de fevereiro de 2022 no [instagram.com/maselenuncamebateu](https://www.instagram.com/maselenuncamebateu))

Este pico sofre uma queda substancial no segundo semestre, no qual as publicações ultrapassam pouco mais de 7 mil curtidas, e 100 comentários. As publicações do segundo semestre contam com respectivamente 1)7.176; 2)6.547; 3)5.122 curtidas¹². Os descritivos centrados em violência psicológica, acompanham gatilhos de atentados contra a própria vida, e novamente, as atribuições de culpa estão sujeitas a traições, rejeições e ao fracasso dos relacionamentos.

O que queremos elencar com tais dados, é que muitas destas violências passam a ser a associadas a condição do ser mulher, passando despercebido um contexto de desigualdades, relações de poder, dominação e recolhimento da mulher a um lugar de estático de vítima. Vemos com as variações que as suas queixas estão sujeitas a lógicas flutuantes de visibilidade e engajamento, e que a conquista de conseguir pautar o tema dentro do Instagram não garante a sua reflexão.

5.6. Das repetições de conteúdo no contexto da economia da atenção.

Para remontar o eixo comparativo do presente trabalho entre as ondas do feminismo, voltamos a *Cenas e Queixas* que, apresenta em seus dois últimos capítulos, entrevistas feitas

¹¹ Dados atualizados em 06 de março de 2023.

¹² Dados atualizados em 06 de março de 2023.

por Filomena Gregori com mulheres que participaram das práticas de atendimento do SOS Mulher. A autora reconstrói as cenas vividas pelas mulheres recebidas pelo projeto, e realiza um movimento de articulação entre as falas em primeira pessoa, as rotinas de atendimento do projeto, recriando um enquadramento do qual temos, como imagem, um plano em primeira pessoa do relato da vítima, junto ao panorama da análise sensível da autora.

Essa costura entre dados quantitativos, falas de descrição do acontecimento da cena de violência e seu respectivo desdobramento em queixa, junto com uma análise que discute o reforço dos papéis da mulher e a visão sobre si mesma nas relações, é uma forma de análise que nos inspira a replicar neste tópico. Gregori dirá que “a cena retrata o sofrimento, e a queixa ressuscita o infortúnio” (1993, p.193). Adentrar as cenas significa construir os paralelos entre as mudanças narrativas que acompanham a atualização da queixa trazida pelas plataformas de mídias sociais. Este formato descreve, remonta, afeta, e se refaz na reconstituição. A diferença geracional, porém, se torna evidente quando comparamos as queixas colhidas por Gregori e as queixas catalogadas na conta *Mas ele Nunca me Bateu*. Apesar da repetição de cenas, no primeiro experimento as mulheres buscam desfechos que tentam justificar a postura de seus maridos, enquanto no segundo caso, os fatos são elencados como atenuantes do sofrimento.

Começaremos a delinear a perspectiva de conteúdo destes fragmentos queixosos para falar de sua estrutura. Para avançar em nossa reflexão com a devida sensibilidade ao tratar de um conteúdo com alto grau de sensibilidade, retomamos as ideias levantadas pela autora. Até aqui, comparamos contrastes e aproximações entre o contexto da segunda onda do feminismo na América Latina dos anos 1980, descrito por Gregori, com agenciamentos de queixas de mulheres na contemporaneidade. Chegamos ao momento de retornar ao livro, pensando sobre conexões discursivas de queixas entre o SOS Mulheres e o perfil *Mas ele Nunca me Bateu*. Entendemos que os locais da queixa são diferentes, no primeiro, a autora narra o ambiente restrito, de escuta localizada. Já no Instagram, este relato estará sujeito a uma modalidade diferente de escuta, com abertura de interpretações, comentários e apropriações.

Em *Cenas e Queixas* (1993), Gregori capturou, por meio de entrevistas com mulheres que procuraram o projeto, como as experiências de violência doméstica são expressas e entendidas pelas vítimas. Ela apresenta as personagens, com nomes preservados, que revelam como temas centrais destas enunciações as ditas “fraquezas masculinas” (Gregori, 1993), pelo consumo excessivo de bebidas alcoólicas, nas traições e quebras de contratos das relações do casamento, e no abandono emocional/do lar. Tais problemáticas revelam a manutenção sexistas das relações como “fraquezas masculinas”, nos mostra um contexto em que as mulheres, ainda que em busca de ajuda, seguiam em vínculos com os agressores. Ao passo que os acusam e

culpam, também revelam a decepção e pesar pela não manutenção do casamento e o fracasso na crença amorosa.

Como citamos, um dos exemplos que Gregori (1993) apresenta como recorrentes, são as associações da violência doméstica a ingestão de álcool, bem como a “fraqueza” (Gregori, 1993, p. 142) para traições. No SOS Mulheres, as interlocutoras, como dona Aparecida entrevistada por Gregori (1993) alegam:

Ele achou que eu o havia desacatado (...) aí eu percebi que ele estava um pouco embriagado. Houve a segunda (agressão), a terceira. A minha mãe que é muito religiosa falou minha filha aguente (Gregori, 1993, p. 145).

Percebemos a centralização da violência doméstica no agressor é associada a fatores alheios, e não ao contexto socialmente opressivo que força a entrevistada a permanecer em condições de violência. A esperança é que o casamento melhore, e que as condições de convivência se tornem menos agressivas. Neste cenário, o suportar faz parte da condição do ser mulher, conselho dado pela mãe da vítima em questão.

No contexto de Gregori, a violência associada a fatores externos é elencada como um dos focos de conteúdo da queixa, considerada como trauma, fatalidade, falta de caráter ou uma atribuição lógica às atitudes violentas. Em nossas leituras, a atribuição da violência ainda surge relacionada a tais categorias:

Todas as vezes que ele bebia me humilhava e me xingava dos piores nomes e sempre que eu tinha forças pra deixá-lo ele dizia que me amava muito e se eu não voltasse iria se matar. Todas as vezes me ameaçava dizendo que iria fazer algo primeiro comigo depois com ele. Ele já me bateu (Publicado em 19 de agosto de 2020 no [instagram.com/maselenuncamebateu](https://www.instagram.com/maselenuncamebateu)).

Através das queixas, reforçamos que a violência física é uma das formas mais explícitas e, lamentavelmente, comuns de violência doméstica e familiar contra a mulher. Ela costuma vir acompanhada de outras formas de agressão. As leis estipulam que a violência doméstica contra a mulher não se configura apenas como uma violação dos direitos individuais, mas como uma transgressão aos direitos humanos. A ritualização do ato extremo no cotidiano demonstra o distanciamento reflexivo contextual e violento que cerca a mulher em condições desumanizadas. O que nos leva as queixas elencadas por Aparecida, interlocutora de Gregori (1993):

Às vezes o homem é até bom. O meu marido é bom. (Gregori, 1993, p. 148)

O que encontramos na queixa levantada por Gregori (1993) é o desdobramento claro de casos de abuso moral e/ou psicológico, que surgem reforçados por estados de embriaguez do parceiro, e envolvem a mulher em um aprisionamento psicológico. O dilema se divide entre as

instâncias da manipulação emocional e a manutenção da relação. No entanto, uma das diferenças que acompanham a estrutura da queixa tratando-se do perfil MENMB analisado, é a presença de um desfecho que indica que o agressor não faz mais parte da vida da mulher que realiza a queixa. Separamos duas publicações, de anos distintos, que relatam similaridades associativas entre o mesmo fator.

Ele bebia e surtava. Me agarrava pelos cabelos e me jogava contra a parede. Cansei disso e raspei todo me cabelo. Na última agressão fui a delegacia e ele me disse que eu quem ficaria presa, que ninguém acreditaria numa careca, que eu que era louca. Não estou mais com ele (Publicado em 11 de outubro de 2020 no [intstagram.com/maselenuncamebateu](https://www.instagram.com/maselenuncamebateu))

No Natal de 2020 que foi por conta da bebida que me bateu. Em março, me enforcou e mesmo assim dei mais chance. em junho brigou comigo porque congelei feijão sem a tampa, quis me bater com o capacete, fui embora com a minha filha pra casa da minha vó e graças a deus me livrei dele (...) Criei coragem, fiz B.O e medida protetiva. Tive que sair da cidade e vivo com medo dele me achar (Publicado em 22 de fevereiro de 2022 no [intstagram.com/maselenuncamebateu](https://www.instagram.com/maselenuncamebateu))

Em ambas as cenas temos a presença descritiva da violência física e psicológica. Neste caso, a queixa acompanha o desfecho e a rejeição ao ex-parceiro. Uma das considerações a serem feitas para a presença deste fechamento informativo é o local da queixa. No caso do conteúdo das queixas do SOS a virtude das mulheres percebida por Gregori (1993) é a de suportar, ao passo que no MENMB a virtude está em superar e contar-se como sobrevivente.

O enfraquecimento da identidade individualizante da mulher e a supervalorização do status de sobrevivente pode nos conduzir a um caminho de concordância e generalidade do ser mulher no mundo, o que implica sujeição. Notamos que o gerenciamento da culpa se fragmenta em defeitos atribuídos pelo próprio parceiro à vítima, levando-a a acreditar que a busca pela ajuda policial ou externa é o fator de última instância. Primeiro o perdão, o ato extremo de raspar o próprio cabelo, insistir após ameaças, para só por fim recorrer. Culpas se revelam não apenas pela bebida, ou centralizadas na figura do cônjuge, mas pelo próprio abandono de si e pela intervenção tardia das instituições.

No SOS Mulher, um outro tema recorrente era o das traições, do abandono, da falta de comprometimento com a estrutura familiar, mas sempre do ponto de vista apolítico, apenas como reforço contextual. As traições são vistas como elementos de discórdia, desrespeito ao pacto de confiança da relação, mas comunicam a perpetuação da mulher num lugar de objetificação e posses. Novamente, caminhamos para individualização da queixa, e não para o olhar das causas. Vejamos os resultados da busca por traição em nossos acervos do perfil MENMB:

Visitei 8 longos anos de cadeia, me doeí totalmente para ele, me excluí, excluí minha

família, excluí meus filhos inconscientemente. Deus sabe o quanto eu sofri. Aceitei um filho gerado pro traição e mentiras, controlava o que eu comia, o que eu vestia, o tamanho e a cor dos meus cabelos, e quando a fertilização não deu certo, já que eu não podia dar filhos a ele, nos deixamos, escutei da atual esposa que eu fui muito chifruda. e o filho da traição ele diz que não ama, mas paga pensão por medo de cadeia (Publicado em 22 de fevereiro de 2022 no [intstagram.com/maselenuncamebateu](https://www.instagram.com/maselenuncamebateu))

A queixa revela o profundo ressentimento em relação as traições, que se tornam mais evidentes que a própria violência psicológica. No texto de Gregori, uma das entrevistadas, “Noemi” que se ressentente com o cônjuge pelas traições, mas não se ressentente pela violência patrimonial praticada e transcrita por Gregori:

Tava grávida e passava muita fome. A partir do dia que o irmão dele arrumou um trabalho pra ele, ele começou a botar defeito em mim. (...) Uns seis meses depois, ele estava namorando com essa menina (Gregori, 1993, p. 156).

Os relatos seguem individualizando problemas coletivos nas figuras masculinas, também, na ordem da violência sexual. Nas entrevistas do SOS Mulher, o “sexo é visto como uma obrigação da mulher em relação ao homem” (GREGORI, 1993, p. 163). Assim a pesquisadora cita a fala de dona Lurdes:

Todo dia ele chega e quer fazer besteira, não importa se tem filho perto (Gregori, 1993, p. 156).

As queixas colhidas pela autora exibem um contexto extremamente repressor para as mulheres, no entanto, a violência sexual e a afronta na presença dos filhos são uma temática recorrente no MENMB.

Eu havia ganhado a minha filha faziam 12 dias, e ele disse que não aguentava mais ficar sem sexo, que esse tempo que a mulher tem que se cuidar era frescura. Tivemos relação, senti mta dor. Acordei cheia de sangue. Tive uma hemorragia, contrai bactérias, eu e a minha bebê ficamos 5 dias internadas. Mas ele nunca me bateu (Publicado em 13 de janeiro de 2022 no [intstagram.com/maselenuncamebateu](https://www.instagram.com/maselenuncamebateu))

Esse acervo de violência, resultante da particularização das queixas e da retroalimentação dos diálogos em plataformas digitais, lança luz sobre uma inerente ambiguidade. Por um lado, essa dinâmica evidencia uma tentativa de superar a impessoalidade do sofrimento, desafiando a passividade com que a violência é muitas vezes tratada, como se ocorresse sem o reconhecimento do sofrimento do outro. Por outro, ela expõe a individualização da dor e a continuidade do silenciamento das identidades femininas. É possível repensar as vulnerabilidades que definem essas experiências quando percebemos que o enfoque individualizado dado por essas plataformas pode não corresponder ao nível de atenção que as vítimas de fato merecem.

Essa perspectiva enfatiza a necessidade de não reduzir o debate sobre vulnerabilidades a generalizações simplistas. Devemos reconhecer que, embora todos possam ser vulneráveis de

alguma forma, é crucial solidificar o conceito para evitar que ele se transforme em uma armadilha para aqueles que mais precisam de proteção e afirmação de seus direitos. Concentrando-nos nas vulnerabilidades associadas à corporeidade, devemos expandir nossa compreensão do corpo e de suas interações cotidianas.

Como pesquisadores, devemos aceitar que o corpo, frequentemente constrangido por normas sociais, encontra maneiras de transcender esses limites em busca de autonomia e desempenha um papel crucial na reivindicação da cidadania (Pessoa, 2020, p. 59).

A vulnerabilidade, quando usada como um meio de exposição e observação, se revela em nossa pesquisa. Nos relatos de violência, percebemos a vulnerabilidade não apenas como um elemento da cena descrita, mas também como uma condição transitória que a mulher assume ao narrar sua história. Assim, criamos uma conexão empática com essas narrativas, compartilhando a produção de significado em torno da sua dor. Mas até que ponto a exposição à violência nos afeta? Somos capazes de realmente ver e sentir o que é transmitido entre a retina e a narrativa, a imagem em cena que se compõe? Pessoa (2020) observa que “as imagens que percebemos são reflexos das próprias condições do corpo humano, destacando um ponto crítico na pesquisa científica: o risco de reduzir a complexidade humana quando as experiências são descontextualizadas”. (p. 63).

Susan Sontag (2003, p. 9) pondera sobre “a eficácia das imagens de guerra”, notando que mostrar o horror com clareza pode não sempre resultar na esperada mobilização contra a guerra. Pode-se ter uma audiência solidária, mas não necessariamente ativa ou envolvida na causa do sofrimento. Presos à mera representação, nos permanecemos muitas vezes impotentes diante dela. Em contraste, Judith Butler (2011) fala da importância de quebrar a passividade diante da vida marcada pela precariedade e considera a vulnerabilidade corporal como um canal de ativismo e força política para resistência. Butler enfatiza que “a vulnerabilidade e a resistência não são mutuamente exclusivas e podem ocorrer conjuntamente” (Butler, 2018, p. 155). Se ignorarmos essas mensagens e se a mídia falhar em disseminar essas imagens, e as histórias permanecerem anônimas e sem luto, a precariedade humana continuará a ser invisível e impessoal.

A intenção de reconhecer a humanidade e dar um “rosto” à dor, de buscar igualdade em nossas abordagens, motiva-nos a mergulhar mais fundo nos relatos de experiências vulneráveis. Em vez de meramente olhar para essas histórias com aversão ou pena, devemos considerar maneiras de afirmar a vida vulnerável em todas as suas facetas. No entanto, a questão permanece: a internet é realmente o espaço adequado para essa valorização ou precisamos de abordagens mais tangíveis e integradas?

Como vimos, os posts são compostos descritivos das cenas que se materializam em texto. É através destes olhos que podemos acessar a materialização do caso. Junto com cena, estão as reivindicações, lamentos, denúncias, demandas, histórias, dores, e toda a infinitude que mora no formato da queixa. Porém, como verificamos em nossas descrições sobre plataforma e ciberativismo feminista, a proposta de hackear a lógica das grandes corporações parece ainda distanciada do cenário verificado no Instagram.

Hooks (2015) alerta para a “representação do feminismo como estilo de vida ou mercadoria”, um dos pontos que verificamos em nosso Capítulo 4 e 5. A multiplicação de contas que utilizam a proposta do combate à violência doméstica como pauta, tem como finalidade final a manutenção do sistema de publicações que garante de fato a presença da pauta nos debates da plataforma, mas também adere a configuração de engajamentos numéricos e se coloca como conta comercial. A comercialização de possíveis soluções para a violência doméstica chega através de conteúdos que incentivam as possibilidades de compartilhamentos de queixas, numa lógica que retroalimenta um grupo baseados em conexão.

No caso da conta MENMB, encontramos uma diversidade de conteúdos que não apresentam um apego ideológico a uma conjuntura política ou feminista em base. Isso mostra que a quarta onda do feminismo é caracterizada por um fator já identificado por hooks (2015) a respeito do feminismo de segunda onda.

O feminismo como estilo de vida introduziu a ideia de que poderia haver tantas versões de feminismo quantas fossem as mulheres existentes. De repente, a política começou a ser aos poucos removida do feminismo. E prevaleceu a hipótese de que não importa o posicionamento político de uma mulher, seja ela conservadora ou liberal, ela também pode encaixar o feminismo em seu estilo de vida (Hooks, 2015, p. 21).

Acreditamos que o cerne da mudança no que diz respeito à queixa reside na maneira como ela é consumida, e não somente acolhida. A conjuntura atual, centrada no consumo de informações, fomenta o que consideramos ser um regime de visibilidade que é prejudicado pelos excessos demandados pelo Instagram. Essa perspectiva é explorada por autores que realçam a “atenção” como uma *commodity* em transações econômicas, reconhecendo o espaço disputado da plataforma e a necessidade de estratégias para manter um perfil relevante.

Neste contexto, a economia da atenção é um conceito que emerge de discussões originadas em textos de Franck (1998 *apud* Caliman, 2012) e em conceitos previamente desenvolvidos por Herbert A. Simon, que assinalou:

Um mundo repleto de informações resulta em uma carência do recurso que tais informações consomem, que é a atenção do público. Assim, a profusão informacional conduz à escassez de atenção, demandando sua alocação eficaz entre as inúmeras fontes concorrentes (Simon, 1971 *apud* Coutinho, 2016).

Compreendemos que a inserção na dinâmica da economia da atenção, intrínseca ao universo das plataformas digitais, afeta diretamente o propósito das publicações. Os objetivos, quando vinculados à tal sistemática, estão sujeitos às dinâmicas de mercado, não estando livres de influências da lei de oferta e procura.

Reconhecemos que a gestão da atenção é uma realidade para todas as publicações. Como evidenciado em nossa análise quantitativa, certas queixas são repetidas, o que sugere que as publicações ganham destaque de acordo com o nível de engajamento que conseguem suscitar, refletido em números, respostas e comentários. Não há uma fórmula exata para determinar a relevância do conteúdo, mas fica claro que o engajamento figura como um dos indicadores principais, e que dialogam inclusive com a possibilidade de criação de relatos falsos, ou reciclagem de conteúdos violentos para garantir a permanência no feed.

É frequente que os comentários em publicações de queixas desencadeiem novas discussões, com relatos como “isso também aconteceu comigo...”, “eu também passei por isso...”, criando um fórum para narrativas pessoais diversificadas. A atenção que estas mulheres compartilham é muitas vezes a que lhes faltou ao tentar compartilhar suas histórias anteriormente. Embora a troca de experiências seja válida, frequentemente, não é o tipo de atenção que buscam ou de que necessitam. A plataforma, aproveitando-se de seus *affordances*, cria uma ilusão de escuta que não substitui a experiência de compartilhar a queixa diretamente com outra pessoa, em um ambiente acolhedor.

O feminismo, ao se distanciar da escuta ativa, pode inadvertidamente capitular às dinâmicas lucrativas da economia da atenção, privilegiando a valorização constante de performances alinhadas com a “marca” de determinada hashtag. Esta “profissionalização da vida” se enquadra na lógica empresarial de consumo e competição (Caliman, 2012). Em vez de fomentar a reflexão, a tendência é oferecer soluções rápidas, como espaços para desabafos anônimos. Apesar de reconhecermos a importância da sororidade, conforme discutido por hooks (2015), é crucial problematizar como a economia da atenção pode cooptar essas práticas, possivelmente exacerbando a invisibilidade de algumas vozes. A dependência da hipervisibilidade em plataformas pode, paradoxalmente, levar a um registro de experiências que se tornam cada vez mais superficiais.

Na lógica da economia pura da atenção, o ater-se a e o ocupar-se com o observador direcionam-se para o que, num movimento de vai e vem, retorna para aquele que vê a possibilidade de ser visto pelo outro e para ele existir. A visibilidade, a aparência e a imagem estão no centro da descrição da economia da atenção - ela coincide com o domínio da cultura visual. Nada que não seja mostrado, tornado público e aparente pode tornar-se objeto de interesse. O que não aparece não existe (Caliman, 2012, p.11).

Se o que não se manifesta não se reconhece como existente, e a visibilidade está sob o controle corporativo, confrontamo-nos com um paradigma inverso ao da transparência. É compreendido que o ciberativismo feminista, as iniciativas de hackamentos e subversão digital, e as reflexões sobre o corpo e tecnologia promovidas pelas teorias feministas, encontram algum grau de representação no domínio comunicacional das plataformas digitais. O que se constata em contraponto é que, na última década, a adoção da hashtag como mecanismo para introduzir e disseminar soluções tem, em muitos casos, firmado a sua consolidação como mais um artifício no inventário de produtos digitais.

Podemos conceber a economia da atenção como um elemento intrínseco à mercantilização do desejo pelo reconhecimento alheio. Embora os perfis nas redes sociais possam refletir um sentido de coletividade, cada reclamação é, em sua essência, pessoal e dependente da percepção do outro. Caliman (2012, p. 12) afirma que “a economia da atenção capitaliza sobre sua dinâmica relacional e conectiva, explorando o impulso vital e existencial do ser humano de se conectar com o mundo e com os demais por meio de interações significativas. Para que a informação circule de maneira engajante, é necessário um intercâmbio recíproco”. Tal ponto de vista ratifica as críticas aos danos que a apropriação das estruturas capitalistas liberais infligiu ao movimento feminista dos anos 1980, conforme documentado por hooks (2019).

A superexposição do 'eu' nas redes sociais pode dar a impressão de que a luta contra o sexismo e a violência se traduz em batalhas heroicas e isoladas. No entanto, grandes movimentos coletivos que utilizam as redes sociais para promover questões críticas atestam que essas questões só alcançam a devida proeminência quando transcendem o ambiente digital, ganhando força e unidade no ativismo presencial e na mobilização política do feminismo. Hooks levanta a preocupação de que o capitalismo tem a habilidade de cooptar as visões progressistas do feminismo, transformando pensamentos revolucionários em *commodities*.

A comunicação nas plataformas mostra que, embora as queixas das mulheres possam soar uníssonas – especialmente em casos de violência doméstica, que se repetem no ciclo noticioso – elas muitas vezes revelam uma falta de apoio verdadeiro e um aumento do isolamento devido à ausência de diálogo político e de ativismo politizado. Esta desconexão, entre a divulgação de experiências de violência e a reflexão política, é um problema identificado por hooks (2019), que critica a adoção de práticas liberais dentro do movimento feminista por perpetuarem opressões sexistas, econômicas e raciais. Invocando o lema “o pessoal é político”, hooks argumenta que a experiência diária da mulher é intrinsecamente moldada por dinâmicas

políticas

Muitas mulheres que se recusaram a examinar a fundo sua situação nunca foram capazes de desenvolver uma compreensão de sua realidade política e da relação dessa realidade política com a mulher enquanto coletividade. Elas foram encorajadas a dar voz à experiência pessoal e fazer disso o seu foco. Tal como as revolucionárias empenhadas em modificar a situação de pessoas colonizadas em diversas partes do globo, é necessário que as ativistas feministas frisem que a habilidade de enxergar e descrever a própria realidade é um passo significativo no longo processo de autodescoberta, mas compreende apenas o começo da jornada. Quando as mulheres internalizaram a ideia de que descrever as próprias mazelas era o mesmo que desenvolver uma consciência política crítica, o movimento feminista entrou em pane. Não surpreende que desse tipo de perspectiva tacanha surgissem teorias e estratégias inadequadas ao movimento feminista, muitas das quais, em vez de apontar numa direção correta, levaram a mais desorientação. Para corrigir essa inadequação, precisamos agora encorajar as mulheres a desenvolver uma compreensão abrangente, aguçada, da realidade política da mulher. Perspectivas mais amplas só podem emergir se examinarmos tanto a dimensão pessoal que é política quanto os aspectos políticos da sociedade como um todo, assim como as políticas orientadas à revolução global (Hooks, 2019, p. 58).

O processo de *branding* feminista liberal, reforçado pelas campanhas que se tornam conteúdos recreativos na economia da atenção, podem estar ocasionando um processo de individualização da problemática de violência doméstica, localizando a mulher em um lugar cada vez mais insociável, como se coubesse a ela lidar sozinha com uma superação, como uma heroína solitária que tem como bandeira a própria sobrevivência. Desta forma, defendemos que as estruturas comunicacionais que pautam as políticas e agendas feministas de combate à violência doméstica têm sido reaproveitadas da segunda onda do feminismo e adaptadas às plataformas presentes na quarta onda, em especial no Instagram, se colocando em diálogo e contraponto. As cenas e queixas permanecem por meio de uma estrutura similar, ao passo que suas plataformizações não alteram e não conseguem estabelecer uma conduta objetiva de combate ao estarem submetidas às lógicas hegemônicas e algorítmicas das corporações de plataforma. Podendo assim, inclusive, potencializar as dúvidas sobre os relatos, fazendo com que o discurso individual da mulher seja cooptado pela economia da atenção da plataforma.

Com este apanhado, podemos pensar na reinvenção de uma vulnerabilidade feminista que não reafirma o lugar permanente da vítima, mas adota práticas de insurgência coletivas em ruptura ao formato corporativo e quantitativo que o corpo sofredor feminino tem se apresentado, São inegáveis as trocas vividas e o caráter, inclusive, didático que as queixas prestam no ambiente digital. No entanto, é urgente pensar sobre os formatos de atenção que estamos atribuindo, discutindo e reforçando. É necessário repensar os gestos comunicativos de visibilidade, compreendendo que se tornar um conteúdo “plataformizado” não garante a postura combativa que buscamos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho acadêmico, propusemos uma reflexão sobre como as plataformas digitais, particularmente o Instagram, servem de palco para as manifestações relacionadas à violência contra a mulher e a expressão das vítimas de violência doméstica. O objetivo geral foi delineado para compreender a organização dessas temáticas nas plataformas digitais, mas também para identificar e analisar as particularidades e transformações na articulação desses relatos no contexto das ondas feministas e no ambiente das plataformas de mídias sociais. Nossa análise aponta para uma apropriação do pensamento feminista em conteúdos que, apesar de trazerem à tona o debate sobre violência doméstica, muitas vezes convertem-se em estratégias comerciais que obedecem a economia da atenção e ao engajamento.

Nosso percurso investigativo foi estruturado em seis capítulos, abordando desde o contexto histórico e conceitual do feminismo e suas ondas até as nuances e desdobramentos da enunciação feminista no Instagram. No primeiro capítulo, situamos o debate sobre o feminismo em meio à luta contra o sexismo, apoiando-nos nas perspectivas teóricas de hooks (2015, 2018, 2019), dentre outras autoras que foram base para contextualizar as lutas feministas e sua relação com regimes autoritários na América Latina, bem como sua inserção e reconfiguração no meio digital.

Em nossos escritos, falamos sobre as enunciações pensadas sobre as teorias feministas, traçando um paralelo entre o passado e o presente, destacando as contribuições de autoridades no campo como Gregori e sua obra *Cenas e Queixas* (1993), que provou ser um instrumental teórico vital para a compreensão das práticas de relatos de violência na atualidade. A emergência do *exposed* como forma contemporânea de protesto dentro das ondas de feminismo foi também examinada, estabelecendo o quão arraigadas estão estas práticas no discurso feminista. No terceiro capítulo, reconhecemos o papel do Instagram como uma "infraestrutura digital (re)programável" seguindo a caracterização de Nieborg (2019) e colaboradores. Avaliamos como o design e a estrutura algorítmica da plataforma influenciam a maneira pela qual as falas sobre a violência doméstica são compartilhadas e recebidas, ressaltando a importância de entender as interações corporais e a complexidade dessas dinâmicas digitais em um contexto ampliado de análise política e socioeconômica.

Nos capítulos que se seguiram, apresentamos um mapeamento baseado na Teoria Fundamentada, que permitiu uma imersão nas representações da violência doméstica no Instagram e uma categorização empírica dos dados levantados, seguindo uma metodologia

rigorosa. Descobrimos que, apesar das plataformas digitais oferecerem um novo espaço para o diálogo sobre a violência contra a mulher, elas também apresentam limitações e desafios que não podem ser ignorados.

A análise do perfil selecionado no Instagram revelou padrões de comunicação e um panorama das vivências reportadas, permitindo uma compreensão profunda das queixas e reivindicações das mulheres. Ao confrontar as narrativas de violência psicológica com outras formas de agressão, ressaltamos a gravidade de todas as dimensões da violência doméstica, desafiando percepções tradicionais e promovendo um entendimento mais abrangente da questão.

Este estudo reiterou a continuidade das estratégias de comunicação feministas ao longo das várias ondas do movimento e sua adaptação à era digital. As análises demonstraram que, embora haja uma valiosa transmissão de experiências e apoio por meio do Instagram, as lógicas corporativas e algorítmicas que regem a plataforma podem, paradoxalmente, minar a autenticidade e a urgência das denúncias de violência.

Desta forma, ressaltamos que esta discussão não se encerra aqui, mas abre caminhos para refletir a respeito das limitações de um contexto revolucionário ou de ruptura de estruturas opressivas e hierárquicas dentro dos espaços que as compõe. Combater a violência doméstica também é pensar sobre toda a violência sistêmica que atravessa as relações das tecnologias do assujeitamento do corpo feminino entre as fronteiras das corporações e das práticas emancipatórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

#PRIMEIRO Assédio. Think Olga,. Disponível em: <https://thinkolga.com/projetos/primeiroassedio/>. Acesso em: 20 de abril de 2023

ARUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

BANDEIRA-DE-MELLO, R. Softwares em pesquisa qualitativa. *In*: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BARTHES, R. **Fragmentos de um discurso amoroso**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

BECCARI, M. **Das coisas ao redor: discurso e visualidade a partir de Foucault**. São Paulo: Almedina, 2020.

BERGER, J. **Ways of Seeing**. Londres: Penguin Books, 2008.

BIONDI, A.; MARQUES, Â. C. S. **Sororidade em campanhas de hashtag durante a pandemia do novo coronavírus**. *Triade: Comunicação, Cultura e Mídia*, Sorocaba, v. 10, n. 23, p. e022016, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/4805>. Acesso em: _____.

BIONDI, A.; MARQUES, Â. C. S. What remains: imagem, fabulação e experiência de atravessamentos na fotografia de Mónica Lozano. **Esferas**, n. 22, p. 314-332, 24 dez. 2021. DOI 10.31501/esf.v0i22.13337. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/13337>. Acesso em: 10 de novembro de 2023

BLUMER, H. What is Wrong with Social Theory? **American Sociological Review**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 3-10, fev. 1954. DOI 10.2307/2088165. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2088165>. Acesso em: 10 de novembro de 2023

BODLE, R. Regimes of Sharing. **Information, Communication & Society**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 320-337, abr. 2011. DOI 10.1080/1369118x.2010.542825. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1369118X.2010.542825>. Acesso em: 10 de novembro de 2023

BOTTENTUIT JUNIOR, J. B.; COUTINHO, C. P. As ferramentas da web 2.0 no apoio à tutoria na formação em e-learning. *In*: COLÓQUIO DA AFIRSE, Lisboa, Portugal, 2008. **Anais** [...]. Lisboa: 2008. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/7767>. Acesso em: 10 de novembro de 2023

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria Mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 20 de

abril de 2023

BRASIL. Presidência da República. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. 104 p. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/>. Acesso em: 20 de abril de 2023

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, DF: SPM, 2007, 70 p. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em: 10 de novembro de 2023

BUCHER, T.; HELMOND, A. The Affordances of Social Media Platforms. *In*: BURGESS, J.; MARWICK, A.; POELL, T. (org.). **The SAGE Handbook of Social Media**. London: SAGE Publications, 2018. p. 233-253.

BUENO, S. *et al.*; **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil**. - 4ª edição, 2023.

BUENO, Samira; MARTINS, Juliana; PIMENTEL, Amanda; LAGRECA, Amanda; BARROS, Betina; LIMA, Renato Sérgio de. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil**. 3. ed. 2021. ISBN 978-65-89596-08-0. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 15 de Janeiro de 2024.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARREIRA, D.; PANDJIARJIAN, V. **Vem pra roda! Vem pra rede!**: guia de apoio à construção de rede de serviços para o enfrentamento da violência contra a mulher. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2003. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/775>. Acesso em: 10 de novembro de 2023

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura: a sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTENERA, Mar. Autor do crime que originou o movimento ‘Nem Uma A Menos’ é condenado a 21 anos de prisão. **El País**. Buenos Aires, set. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/08/internacional/1504901804_295940.html. Acesso em: 15 de novembro de 2023

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CHEGA de Fiu Fiu - Trailer Oficial. Direção de Amanda Kamanchek/Fernanda Frazão. Realização de Think Olga. Brasil: Brodagem Filmes, 2018. 1 vídeo (3 min.), son., color.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S-P-tfkGAeQ&t=62s>. Acesso em: 5 jan. 2023.

CLOUGH, P. T.; HALLEY, J. **The affective turn**: theorizing the social. Durham; London: Duke University Press, 2007.

CORDEIRO, A. L. Estrutura linguística da hashtag #MeuAmigoSecreto: recursos de denúncia ao machismo no Facebook. **Revista Diálogos**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 278–291, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/9663>. Acesso em: 24 de novembro de 2023

CORRÊA, M. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA-MOURA, F. Proliferação das hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 17, p. 141-158, 2014. DOI 10.1590/S1516-14982014000300012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/yzCXysYcfvRFnZj9r7ZGZnw/?lang=pt>. Acesso em: 10 de janeiro de 2024

D'ANDRÉA, C. F. de B. Cartografando controvérsias com as plataformas digitais: apontamentos teórico-metodológicos. **Galáxia**, n. 38, p. 28-39, 2018. DOI 10.1590/1982-2554234208. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/CwnPQ8Py3ttcyrvGZXhBYtB/abstract/?lang=pt>. 02 de novembro de 2023

D'ANDRÉA, C.; MELGAÇO, L. Tecnologias emergentes: “Questões problemáticas” do VAR tuitadas durante a Copa 2018. Apresentado no **XVIII Encontro Anual da Compós**, Porto Alegre, RS, Brasil, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3c5mHz9>. Acesso em: 02 de novembro de 2023

D'ANDRÉA, C. Para além dos dados coletados: políticas das APIs nas plataformas de mídias digitais. **Matrizes**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 103-122, 2021. DOI 10.11606/issn.1982-8160.v15i1p103-122. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/169488>. Acesso em: 20 de novembro de 2023

D'ANDRÉA, C. Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos. Salvador: EDUFBA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32043>. Acesso em: 20 de novembro de 2023

DESABAFOS #Me Too. Me Too Brasil. Disponível em: <https://metoobrasil.org.br/desabafos>. Acesso em: 20 de abril de 2023

DESPENTES, V. **Teoria King Kong**. Tradução: Márcia Bechara São Paulo: N-1 Edições, 2016. 128 p.

DE LAURETIS, Teresa. Technologies of Gender. In: A Tecnologia do Gênero (1989). Indiana University Press, p. 1-30. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5673685/mod_resource/content/4/DE%20LAURETI

S%2C%20Teresa.%20A%20Tecnologia%20do%20G%C3%AAnero%20%281987%29.pdf.
Acesso: 15 de Janeiro de 2024.

ELLISON, N. B.; STEINFELD, C.; LAMPE, C. (2007). The benefits of Facebook "friends:" Social capital and college students' use of online social network sites. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 12(4), 1143–1168. <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00367.x> Acesso em 15 de janeiro de 2024.

FIGUEIREDO, D. Canal Dora Figueiredo. **EU VIVI UM RELACIONAMENTO ABUSIVO** | Dora Figueiredo [GATILHO]. YouTube, 17 jul. 2019. Disponível em: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QvdVaGmajHc>. Acesso em 20 de abril de 2023

FIGUEIREDO, D. **Estou recebendo [...]**. 29 jul. 2019. Twitter: @dorafigueiredo. Disponível em: https://twitter.com/dorafigueiredo?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor. Acesso em 02 de novembro de 2023

FRANÇA, V. V. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. *In: MOURA, C. P. de.; LOPES, M. I. V. de (org.). Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2016. p. 153-174.

FERNANDES, D. **MAS ELE NUNCA ME BATEU**. Campo Grande-Ms: Editora Inovar, 2019. Disponível em: <https://editorainovar.com.br/omp/index.php/inovar/catalog/download/23/25/69?inline=1>. Acesso em: 20 de novembro de 2023

FERNANDES, V. D. S.; ÁVILA, T. P. de; CUNHA, R. S. **Violência psicológica contra a mulher: comentários à Lei n. 14.188/2021**. Disponível em: <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2021/07/29/comentarios-lei-n-14-1882021/>. Acesso em: 10 de outubro de 2023

FERRARESE, E. **Vulnerability: a concept with which to undo the world as it is?**. *Critical Horizons*, v. 17, n. 2, p. 149-159, 2016. DOI 10.1080/14409917.2016.1153885 Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14409917.2016.1153885>. Acesso em: 26 de novembro de 2023

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2016. 239 p.

FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2009. DOI 10.5433/2176-6665.2009v14n2p11. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4505>. Acesso em: 20 de novembro de 2023

GIBSON, J. J. **The ecological approach to visual perception**. Boston: Houghton Mifflin, 1979.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GILLESPIE, T. A relevância dos algoritmos. **Parágrafo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 95-121, 2018a. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/722>. Acesso em: 30 de outubro de 2023

GILLESPIE, T. **Custodians of the Internet: platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media**. New Haven: Yale University Press, 2018b. 296 p.

GILLESPIE, T. The politics of ‘platforms’. **New Media & Society**. Thousand Oaks, v. 12, n. 3, p. 347-364, 2010. DOI 10.1177/1461444809342738. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/258173728_The_politics_of_%27platforms%27. Acesso em: 02 de novembro de 2023

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. New York: Aldine de Gruyter, 1967.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilização no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

GOHN, M. da G. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GREGORI, M. F. **Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e Terra/ ANPOCS, 1993.

HARAWAY, D.; GOODEV, T. N. Fragmentos: quanto como uma folha, entrevista com Donna Haraway. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 48-68, 2015. DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20n1p48. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/23252>. Acesso em: 20 de novembro de 2023

HARAWAY, D. “Manifesto Ciborgue”. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. (org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

HELMOND, A. The platformization of the Web: making web data platform ready. **Social Media + Society**, Thousand Oaks, v. 1, n. 2, p. 1-11, 2015. DOI 10.1177/2056305115603080. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282445359_The_Platformization_of_the_Web_Making_Web_Data_Platform_Ready. Acesso em: 20 de novembro de 2023

HOLLANDA, H. B. de. **Explosão feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução: Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, B. **E eu não sou uma mulher? mulheres negras e feminismo**. Tradução: Bhuvi Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, B. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. Tradução: Rainer Patriota. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.16, p.193-210, jan./abr. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=is. Acesso em: 13 de novembro de 2023

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2012.

LEITE, F. Teorizar com a Grounded Theory: um caminho metodológico para as pesquisas em comunicação. *Revista Matrizes*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 165-192, jan./abr. 2023.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva**: para uma antropologia do ciberespaço. 10. ed. [S. l.]: Edições Loyola, 1998. 216 p.

LOPES, R.; GARBADO, M. Ni una menos: a luta pelos direitos das mulheres na Argentina e suas representações no Facebook. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 19, n. 4, p. 801-824, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6398201914314>. Acesso em: 15 de Janeiro de 2024.

MANOVICH, L. **Cultural Analytics**. Massachusetts: The MIT Press, 2020. 336 p.

MANOVICH, L. **Instagram and Contemporary Image**. New York, 2016. Disponível em: <http://manovich.net/index.php/projects/instagram-and-contemporary-image>. Acesso em: 09 de novembro de 2023

MARTINEZ POZO, Lola. Códigos corporales y tecnológicos: los feminismos como prática hacker. *Cadernos Pagu*, Edição 57, e195703, ISSN 1809-4449, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8658135/22006>. Acesso: 15 de Janeiro de 2024.

MARQUES, A. **Ética, subjetividade e afetos na pesquisa em Comunicação**: paternidades ausentes e refeitas nas teias relacionais femininas. 1. ed. Belo Horizonte: Universo & Cidade, Crivo Editorial, 2020.

MARTINS, F. “Feminismos criminológicos e *tecnopolíticas*: novos ‘quadros’ para violência de gênero”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, e63035, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n363035>. Acesso em: 09 de novembro de 2023.

MARQUES, E.S.; MORAES, C.L; HASSELMANN, M.H; DESLANDES, S.F; REINCHEIN, M.E. A Violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela covid-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 4, 2020. DOI 10.1590/0102-311X00074420. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGp6sxJsX6Sftx/>. Acesso em: 10 de novembro de 2023

MAS ELE NUNCA ME BATEU. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu>. Acesso em: 12 de abril de 2023

MATOS, M. Em busca de uma teoria crítico-emancipatória feminista de gênero: reflexões a partir da experiência da política na ausência das mulheres. *In*: MATOS, M. (org.). **Enfoques Feministas E Os Desafios Contemporâneos**: perspectiva feminista de gênero na política e nas políticas públicas. Belo Horizonte, FAFICH/DCP, p. 59-112, 2009.

MATOS, M. A quarta onda feminista e o campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. *In*: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 38., 2014, Caxambu.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de Sociologia Política**, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/d3NZRM8zPZb49RYwdSPr5jQ/>. Acesso em: 10 de novembro de 2023

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero?: se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, v.16, n. 2, p. 333-357, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6Y8dcfxYKPXWmyyZmhF5yph/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 de novembro de 2023

MENDONÇA, C. M. C. Capítulo 2: Corpos, ontologias e políticas: argumentos na pesquisa afetiva. *In*: PESSOA, Sônia; MARQUES, A.; MENDONÇA, C. C. (org.). **Afetos**: teses e argumentos. 1. ed. v. 1, p. 33-50. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFGM, 2021. 205 p.

MIRZOEFF, Nicholas. The right to look. *In*: **Critical Inquiry**, vol. 37, n. 3, p. 473-496. Chicago: The University of Chicago Press, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/659354>. Acesso em: 09 de novembro de 2023

MORICEAU, Jean-Luc. Escritura e afetos. *In*: PESSOA, S.; MARQUES, A.; MENDONÇA, C. C. (org.). **Afetos**: teses e argumentos. 1. ed. v. 1, p. 17-32. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFGM, 2021. 205 p.

MORICEAU, Jean-Luc. **Afetos na pesquisa acadêmica**. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFGM, 2020. 175 p. Disponível em: <https://seloppgcomufmg.com.br/publicacao/afetos-2/>. Acesso em: 17 de julho de 2023

MORICEAU, Jean-Luc. A virada afetiva como ética: nos passos de Alphonso Lingis. *In*: **Desigualdades, gêneros e comunicação**, Intercom, 2019. p. 41-49.

MOURA, C. P. de; LOPES, M. I. V. de (org.). **Pesquisa em comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

MOURA, E. Estudante do interior do Ceará vê sua criação viralizar como símbolo da campanha #EleNão. **Folha de São Paulo**. São Paulo, set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/09/estudante-do-interior-do-ceara-ve-sua-criacao-viralizar-como-simbolo-da-campanha-elenao.shtml>. Acesso em: 11 de abril de 2023

NÃO É NÃO. [Site institucional]. Rio de Janeiro: Coletivo Não é Não, ©2017. Disponível em: <https://naoenao.com.br/>. Acesso em: 13 de abril de 2023

NEWMAN, N. *et al.* **Reuters Institute Digital News Report 2020**. Oxford: Reuters Institute, Oxford University, 2020.

NIEBORG, D. B.; HELMOND, A. The political economy of Facebook's platformization in the mobile ecosystem: Facebook Messenger as a platform instance. **Media, Culture and Society**, v. 40, n. 2, p. 196-218, 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6380457/>. Acesso em: 10 de novembro de 2023

NIEBORG, D. B.; POELL, T. The platformization of cultural production: Theorizing the contingent cultural commodity. **New Media & Society**, v. 20, n. 11, p. 4275-4292, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1461444818769694>. Acesso em: 10 de novembro de 2023

NIEBORG, D. B. Free-to-play Games and App Advertising. The Rise of the Player Commodity. *In*: HAMILTON, J. F.; BODLE, R.; KORIN, E. (ed.). **Explorations in Critical Studies of Advertising**. New York: Routledge, 2017. p. 28-41.

NORMAN, D. A. **The Design of Everyday Things**. New York: Basic Books, 2006. (Originalmente publicado em 1988 como "The Psychology of Everyday Things"). Editora Rocco.

PASSOS, Hozana Reis. Conhecendo a rede de apoio às mulheres vítimas de violência no município de Belo Horizonte. 2010. **Monografia de Especialização** (Especialização em Atenção Básica e Saúde da Família) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9CJJNL>. Acesso em: 10 de novembro de 2023

PORLINIERS. Printscreen da ilustração desenvolvida pelo artista Liniers. 2015. 12 mai. 2015. Twitter: @porliniers. Disponível em: twitter.com/porliniers. Acesso em 8 de janeiro de 2023.

SANTOS, Karina Carolina Peres. #DeixaElaTrabalhar: uma análise da repercussão e das apropriações da campanha na luta contra o assédio no jornalismo esportivo. **Monografia** (Graduação em Jornalismo) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020. Disponível em: <https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/3227>. Acesso em: 10 de novembro de 2023

PAVEAU, Marie-Anne. Feminismos 2.0. Usos tecnodiscursivos da geração conectada. Tradução de Julia Lourenço Costa. *In*: COSTA, J. L.; BARONAS, R. L. **Feminismos em convergências**: discurso, internet e política. Portugal: Grácio Editor, 2017.

PESSOA, S.; MARQUES, A.; MENDONÇA, C. C. (org.). **Afetos**: teses e argumentos. 1. ed. v. 1, p. 17-32. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021. 205 p.

PINTO, C. **Uma História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J.. Plataformização. **Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 2-10, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.01>. Acesso em: 10

de novembro de 2023

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Platform power & public value. **AoIR Selected Papers of Internet Research**, [S. l.], v. 2018, 2018. DOI 10.5210/spir.v2018i0.10501. Disponível em: <https://spir.aoir.org/ojs/index.php/spir/article/view/10501>. Acesso em: 10 de novembro de 2023

PRECIADO, B. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

RAGO, M. Foucault, os feminismos e o paradoxo dois direitos. **Doispontos**, Curitiba, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 229-241, abril de 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/69947141/Foucault_os_feminismos_e_o_paradoxo_dos_direitos. Acesso em: 10 de novembro de 2023

RAGO, M. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: HOLLANDA, H. B. (org.) **Pensamento feminista brasileiro: formação e contextos**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

RAGO, M. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 11, p. 89–98, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465>. Acesso em: 10 de novembro de 2023

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (org.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Mulheres, 1998.

RAMALHO, R. Bolsonaro vira réu por falar que Maria do Rosário não merece ser estuprada. **G1**, Brasília, 21 jun. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/bolsonaro-vira-reu-por-falar-que-maria-do-rosario-nao-merece-ser-estuprada.html>. Acesso em: 12 de setembro de 2023

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, R.; BASTOS, M.; ZAGO, G. (org.). **Análise de redes para mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

RECUERO, R. *et al.* Infodemia e Instagram: como a plataforma é apropriada para a produção de desinformação sobre a hidroxicloroquina? **Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos**, v. 23, n. 2, p. 81-103, maio/agosto 2021. DOI 10.4013/fem.2021.232.07. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/22581>. Acesso em: 10 de novembro de 2023

ROSSI, A.; CARNEIRO, J. D.; GRAGNANI, J. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos **BBC NEWS Brasil**, [S. l.], 30 set. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 09 de novembro de 2023

ROWBOTHAM, S. **Além dos Fragmentos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SANTOS, Karina Carolina Peres. #DeixaElaTrabalhar: uma análise da repercussão e das apropriações da campanha na luta contra o assédio no jornalismo esportivo. **Monografia** (Graduação em Jornalismo) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020. Disponível em: <https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/3227>. Acesso em: 09 de novembro de 2023

SARMENTO, Ricardo Fabrino. Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921-2016). **Tese** (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AQKHD4>. Acesso em: 09 de novembro de 2023

SIBILIA, P. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SILVA, F. H. M. da; GALINDO, D. C. G.; LEMOS, F. C. S. Feminismos ciborues em uma cama de gato, ciências e saberes coletivos universitários de mulheres. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 16, n. 3, São João del-Rei, julho-setembro de 2021, e-3588. Página 1 de 14. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v16n3/14.pdf>. Acesso em 15 de Janeiro de 2024.

SOUZA, V. M. C. de; CORDEIRO, R. de L. M. Os desafios das redes de enfrentamento à violência doméstica no Recife. **Caderno de Graduação - Humanas e Sociais - UNIT - PERNAMBUCO**, v. 1, n. 3, p. 91–109, 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/facipehumanas/article/view/1708>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SONTAG, S. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

STEWART, K. **Ordinary affects**. Durham, NC: Duke University Press, 2007.

THINK Olga,. [Site institucional]. Disponível em: <https://thinkolga.com/>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

TODAS, Todas Por. **Foto de lambe-lambe da Campanha #MasEleNuncaMeBateu**. Rio de Janeiro, 26 nov. 2016. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.facebook.com/ColetivoTodasPorTodas/photos/pb.100070141420690.-2207520000./1791041927820865/?type=3>. Acesso em: 20 de abril de 2023

TODAS, Todas Por. **Foto de Marielle Franco**. Rio de Janeiro, 14 mar. 2019. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BvAchaXFsut/>. Acesso em: 11 de abril de 2023

VIEIRA, P.R; GARCIA, L.P; MACIEL, E.L.N. Isolamento social e aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tqcyvQhqQyjtQM3hXRywsTn/abstract/?lang=pt>. Acesso em:

VIOLÊNCIA psicológica contra a mulher agora é crime no Brasil. **Marie Claire**. [S. l.]. 29 Jul 2021. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2021/07/violencia-psicologica-contra-mulher-agora-e-crime-no-brasil.html>. Acesso em: 09 de novembro de 2023

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Opas, 2015.

ZIRBEL, I. Ondas do Feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, p. 10-31, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>. Acesso em: 20 nov. 2023.